



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 67, QUARTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2017

BRASÍLIA - DF





## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**

Presidente

**Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)**

2º Vice-Presidente

**Senador José Pimentel (PT-CE)**

1º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

2º Secretário

**Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)**

3º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)**

4ª Secretário

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochael**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 71ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE MAIO DE 2017

1.1 – ABERTURA .....	11
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) .....	11
1.2.2 – Oradores	
Senadora Ana Amélia – Apelo aos parlamentares para que aprovem a Medida Provisória nº 763/2016, que autoriza o saque de contas inativas do FGTS .....	11
Senador Humberto Costa, como Líder – Defesa da renúncia do Presidente Michel Temer e da realização de eleições diretas para o cargo .....	13
Senador Telmário Mota – Manifestação a favor de medidas de conservação ambiental; e outros assuntos	16
Senadora Ana Amélia, como Líder – Reflexão a respeito da necessidade de reforma do sistema político brasileiro; e outro assunto .....	18
1.2.3 – Suspensão da sessão às 14 horas e 48 minutos e reabertura às 16 horas e 36 minutos.	22
1.3 – ORDEM DO DIA	
1.3.1 – Item 1	
Projeto de Lei de Conversão nº 4/2017 (proveniente da Medida Provisória nº 756/2016), que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim, cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, e altera os limites do Parque Nacional de São Joaquim, assim como seu nome para Parque Nacional da Serra Catarinense. Lido o Requerimento nº 367/2017. ....	36
1.3.2 – Questão de ordem	
Suscitada pelo Senador Paulo Bauer e respondida pela Presidência. ....	50



### 1.3.3 – Item 1 (continuação)

Projeto de Lei de Conversão nº 4/2017 (proveniente da Medida Provisória nº 756/2016), que *altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim, cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, altera a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional Nascentes da Serra do Cachimbo e Área de Proteção Ambiental Vale do XV, e altera os limites do Parque Nacional de São Joaquim, assim como seu nome para Parque Nacional da Serra Catarinense.* **Aprovado.** (Prejudicada a Medida Provisória nº 756/2016) (votação nominal) À sanção. .... 51

### 1.3.4 – Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 13/2017 (proveniente da Medida Provisória nº 757/2016), que *institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais (TCIF) e a Taxa de Serviços (TS) em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e dá outras providências.* **Aprovado, com ajuste redacional,** após **Parecer nº 91/2017-PLEN-SF.** (prejudicada a Medida Provisória nº 757/2016) ..... 52

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 13/2017 (**Parecer nº 92/2017-CDIR/PLEN-SF.**) **Aprovada.** À sanção. .... 52

### 1.3.5 – Ofício da Câmara do Deputados

Nº 496/2017, na origem, que comunica verificação de erro material no texto dos autógrafos encaminhados ao Senado Federal referentes ao Projeto de Lei de Conversão nº 17/2017 (proveniente da Medida Provisória nº 758/2016.) ..... 57

### 1.3.6 – Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 17/2017 (proveniente da Medida Provisória nº 758/2016), que *altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco.* **Aprovado.** (prejudicada a Medida Provisória nº 758/2016). À sanção 57

### 1.3.7 – Requerimento

Nº 369/2017, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 7/2016. .... 63

### 1.3.8 – Apreciação de Requerimentos

Nº 350/2017, da Senadora Fátima Bezerra. **Aprovado.** .... 64

Nº 349/2017, do Senador Gladson Cameli. **Aprovado.** .... 64

## 1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

### 1.4.1 – Oradores

Senadora Fátima Bezerra – Críticas à tramitação da proposta do Governo Federal de reforma trabalhista e manifestação a favor de soluções para atual crise político-institucional ..... 64

Senadora Rose de Freitas – Destaque para o Seminário Internacional promovido pela CMMC e pela CMA, que discutiu a aplicação de leis para preservação ambiental; e outros assuntos ..... 70

Senador Paulo Paim – Considerações acerca de audiências públicas sobre a reforma trabalhista realizadas hoje; e outros assuntos ..... 75

1.5 – ENCERRAMENTO ..... 80



## PARTE II

### 2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 71ª SESSÃO

#### 2.1 – EXPEDIENTE

##### 2.1.1 – Discurso encaminhado à publicação

Senador Cidinho Santos – Considerações acerca da piscicultura no Brasil; e outro assunto ..... 82

##### 2.1.2 – Encaminhamento de matéria

Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 332/2015 para oitiva da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. .... 86

##### 2.1.3 – Encaminhamento à publicação

Encaminhamento à publicação do texto final do Projeto de Lei do Senado nº 212/2016. .... 89

##### 2.1.4 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 106/2017 (nº 549/2016, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Centro Social Educacional e Cultural de Rio Preto-MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais. Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ao referido projeto.* .... 93

Substitutivo da Câmara nº 3/2017 ao Projeto de Lei do Senado nº 556/2007 (nº 4.133-C/2012, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades detentoras de autorização para a exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária e de Radiodifusão Educativa.* . 96

Substitutivo da Câmara nº 4/2017 ao Projeto de Lei do Senado nº 315/2012 (nº 5.011-B/2013, na Câmara dos Deputados), que *altera a Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012, para vedar a exigência de valor mínimo para movimentação de recursos de conta de depósitos de poupança.* .... 99

##### 2.1.5 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 102/2017, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 219/2014, sancionado e convertido na Lei nº 13.443/2017. .... 102

Nº 496/2017, na origem, que comunica verificação de erro material no texto dos autógrafos encaminhados ao Senado Federal referentes ao Projeto de Lei de Conversão nº 17/2017 (proveniente da Medida Provisória nº 758/2016). .... 103

##### 2.1.6 – Ofícios do Superior Tribunal de Justiça

"S" nº 40/2017 (nº 414/2017, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Srª DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA para compor o Conselho Nacional de Justiça. .... 130

"S" nº 41/2017 (nº 414/2017, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS para compor o Conselho Nacional de Justiça. .... 167

"S" nº 42/2017 (nº 440/2017, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LUCIANO NUNES MAIA FREIRE para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. .... 186

##### 2.1.7 – Projeto de Decreto Legislativo

Nº 107/2017, do Senador Lindbergh Farias, que *susta a Sistemática para Desinvestimento de Ativos e Empresas do Sistema Petrobras da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.* .... 217





### 2.1.8 – Projeto de Lei do Senado

Nº 156/2017, da Senadora Kátia Abreu, que *altera a redação da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências, para incluir as agroindústrias como beneficiárias da liquidação e da renegociação de dívidas de crédito rural de que trata.* ..... 224

### 2.1.9 – Projetos de Resolução

Nº 18/2017, do Senador Eduardo Amorim, que *acrescenta o § 4º ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal para dispensar a arguição do indicado em caso de recondução a cargo referido no inciso III do art. 52 da Constituição Federal. **Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao referido projeto.*** ..... 232

Nº 19/2017, do Senador Eduardo Braga, que *altera a Resolução do Senado Federal nº 7, de 2017, para flexibilizar o cronograma de liberação e a contrapartida dos recursos de que trata a autorização de contratação de crédito externo entre o Município de Manaus, Estado do Amazonas, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).* ..... 237

### 2.1.10 – Requerimentos

Nº 364/2017, do Senador Airton Sandoval, de autorização para publicação do perfil do ex-Senador Orestes Quêrcia na coleção "Grandes Vultos que honraram o Senado". ..... 242

Nº 365/2017, da Senadora Lídice da Mata, de voto de aplauso e congratulações ao Serviço Social no Brasil. .... 244

Nº 366/2017, da Senadora Lídice da Mata, de voto de aplauso e congratulações à Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim. .... 248

Nº 368/2017, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações à Fundação Oswaldo Cruz. .... 252

Nº 369/2017, de Líderes, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 7/2016. .... 256

## 2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

### 2.2.1 – Projeto de Lei de Conversão nº 4/2017

Requerimento nº 367/2017 ..... 258

Matéria aprovada ..... 260

Lista de votação ..... 341

### 2.2.2 – Projeto de Lei de Conversão nº 13/2017

Ajuste redacional ..... 344

Redação Final (Parecer nº 92/2017-CDIR/PLEN-SF) ..... 346

### 2.2.3 – Projeto de Lei de Conversão nº 17/2017

Matéria aprovada ..... 354

### 2.2.4 – Proposta de Emenda à Constituição nº 64/2016

Encaminhamento ..... 378



**2.2.5 – Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2017**

Encaminhamento .....	380
----------------------	-----

**PARTE III**

<b>3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL .....</b>	<b>381</b>
<b>4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA .....</b>	<b>384</b>
<b>5 – LIDERANÇAS .....</b>	<b>385</b>
<b>6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....</b>	<b>389</b>
<b>7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....</b>	<b>397</b>
<b>8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES .....</b>	<b>399</b>
<b>9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>	<b>445</b>



## Ata da 71ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 23 de Maio de 2017

### 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Eunício Oliveira, João Alberto Souza, Cidinho Santos e Elmano Férrer.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 20 horas e 28 minutos.)*





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**71ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas**  
**Período: 23/05/2017 07:00:00 até 23/05/2017 20:33:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	
PMDB	SP	Airton Sandoval	X	X
PV	PR	Alvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PDT	RR	Ângela Portela	X	
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataides Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PR	MT	Cidinho Santos	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalirio Beber	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X	X
PMDB	AM	Eduardo Braga	X	X
PRB	RJ	Eduardo Lopes	X	X
PMDB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTC	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PMDB	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	
DEM	RN	José Agripino	X	X
PSD	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PMDB	TO	Kátia Abreu	X	X
PSD	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X

Emissão 23/05/2017 20:34:51







# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal

55ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa Ordinária

71ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 23/05/2017 07:00:00 até 23/05/2017 20:33:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PP	BA	Roberto Muniz	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	
PTB	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	
PP	GO	Wilder Morais	X	X

*Compareceram 71 senadores.*

Emissão 23/05/2017 20:34:52



**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do sumário**)

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, do PP, do Rio Grande do Sul.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos, por gentileza.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador João Alberto Souza, caros colegas, Senadoras e Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, falo agora para os trabalhadores brasileiros que podem movimentar contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Quem pediu demissão ou foi demitido do trabalho antes do dia 31 de dezembro de 2015 está autorizado, por uma medida provisória editada em dezembro do ano passado, a movimentar essas contas.

Já foram feitas várias liberações, e a próxima liberação dessas contas inativas – para quem, como disse, pediu demissão ou foi demitido até o dia 31 de dezembro de 2015 – será no dia 16 de junho, para quem nasceu entre setembro e novembro, e no dia 14 de julho, em dezembro. O prazo final para saque será em 31 de julho. Prazo final para saques dessas contas inativas: 31 de julho!

Para se ter uma ideia da relevância dessa deliberação, vale lembrar que, até agora, os saques dessas contas superaram R\$24 bilhões, Senador. São R\$24 bilhões, dinheiro injetado na veia da economia, porque quem sacou esta conta – podia ser R\$1 mil, R\$5 mil, R\$20 mil, R\$60 mil, ou menos ou mais, estou dando valores imaginados – pôde pagar um aluguel atrasado, pôde pagar contas que estava devendo, arrumar sua vida ou, ainda, fazer uma poupança numa caderneta, que dá mais do que o dinheiro no Fundo de Garantia. Com isso, R\$24 bilhões entraram na economia – e, por isso, os indicadores mostraram, já no mês passado, uma reação de quase 60 mil carteiras assinadas na área de serviços –, com 55% dos trabalhadores beneficiados por essa medida atendidos, de um total estimado pela Caixa Econômica Federal, que tem as contas do FGTS, de R\$43,6 bilhões – total que estava disponível. Se foram sacados R\$24 bilhões, ainda há mais metade; e, se foram 55%, 45% dos trabalhadores – estimados em 15 milhões de trabalhadores – estão esperando na fila para sacarem esse dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, como prevê a Medida Provisória 763, de 2016.

Esse número é extraordinariamente importante para economia. E sabe por que estou falando isso agora, Senador? Simplesmente porque a oposição, intransigentemente, negando um direito dos trabalhadores – liderada pelos Partidos PT, PCdoB, PSOL, Rede –, está dizendo que não vai permitir nenhuma votação no Congresso Nacional, pois está contra este Governo. Não é contra este Governo! Se vocês não votarem essa medida provisória, votarão contra o interesse dos trabalhadores brasileiros e das trabalhadoras brasileiras. O que o trabalhador tem a ver com a crise, com o Temer? E eu já sugeri aqui que renuncie ou que seja cassado pelo Tribunal Eleitoral.

O que a oposição precisa entender é: não adianta ser contra o Brasil! Seja contra o Temer, seja contra os seus adversários políticos, mas não seja contra os trabalhadores. O que vai dizer para 15 milhões de trabalhadores que não poderão sacar o Fundo de Garantia? Porque, se essa



medida provisória não for aprovada, ela perde validade, e os 15 milhões de trabalhadores ficarão sem acesso a esse dinheiro tão suado, direito deles, Senador. E com que autoridade vai dizer para a população que está defendendo o trabalhador?

Com muito prazer, concedo um aparte ao Senador Telmário Mota.

**O Sr. Telmário Mota** (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora Ana Amélia, no dia em que V. Ex<sup>a</sup>, nesta Casa, trilha pelo caminho da coerência, eu quero, mais uma vez, parabenizá-la. E aqui quero falar com o pessoal do Bonfim, porque, quando a senhora está na tribuna, eles dizem: "Por favor, fale com a Senadora Ana Amélia..."

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Um abraço lá para o pessoal de Bonfim, lá de Roraima.

**O Sr. Telmário Mota** (Bloco Moderador/PTB - RR) – Já há um grupo. Então, deixe-me dizer: V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Eu acho que aqui nós temos que aprender, Senador João, a separar o joio do trigo. Acho que uma coisa não tem nada a ver com o Presidente Temer e outra coisa não tem nada a ver com o trabalhador. V. Ex<sup>a</sup> está levantando um assunto da maior importância. Essa medida provisória vence, parece, no dia 1º. E, ao fazer isso, quem vai perder, sem nenhuma dúvida, é aquele que está precisando, que é o trabalhador. Acho que é preciso esta Casa ter coerência sobre o que pode e o que não pode neste momento, até porque – é bem dito – esta Casa também não pode parar. Nós não vamos poder parar aqui. Nós vamos trabalhar, embora possamos não votar algumas coisas polêmicas, mas sobre essas coisas que já estão acordadas e que já estão prestes a vencer V. Ex<sup>a</sup> está coberta de razão. E, aproveitando a fala de V. Ex<sup>a</sup>, eu quero aqui trazer uma posição, no meu ponto de vista, que acho interessante. Um dia antes de estourar esta questão da delação, eu havia falado, à noite, com o Presidente Temer e disse: "Olha, Presidente, a economia reagiu. Eu tenho visto muita gente na rua falando que a coisa está certa, você está tomando medidas impopulares... ". Porque, olha, Senadora, sentar naquela cadeira, vislumbrar uma chance de continuar e tomar medidas que não são populares não é fácil. E ele tomou essa decisão; ele fez essa opção. Então, ao fazer essa opção, ele naturalmente trabalhou, e a economia começou a dar sinal de vida. E, no dia seguinte, veio aquela outra notícia bombástica, o que naturalmente mexeu com todo o mercado que aí existe. Mas, eu, hoje, inclusive conversava com ele, e aqui quero fazer justiça; eu gosto de fazer justiça. Por exemplo, todo mundo sabe que eu me segurei do lado a Presidente Dilma até onde ela foi, à beira do caixão; lá eu não podia, mesmo porque eu não tinha esse compromisso; mas ela ajudou o meu Estado, e eu tenho muita gratidão por isso. Mas, para falar com a Presidente Dilma, você levava um mês, trinta dias, quarenta dias. Oito Senadores saíram daqui, atravessaram a avenida e não tiveram acesso nem ao Ministro. Então, se não há diálogo entre os Poderes, é difícil você fazer a coisa acontecer. Já o Presidente Temer tem faro, ele tem a sensibilidade política muito aguçada. Eu até sou contrário aqui à assessoria dele quando dizem assim: "O Presidente foi ingênuo." Não; o Presidente não foi ingênuo; ele é um cara preparado, é uma pessoa de intelectualidade acima da média. Agora, ele é uma pessoa acessível, isso é verdade. Tem acesso a ele o porteiro, o militar, o Deputado, o Senador, o empresário; isso ele faz. Então, sobre a questão da agenda dele, ele faz isto, Senador João: se você ligar agora, ele atende; ele possui essa presteza. Ele é uma pessoa que trabalha muito afinado com o Parlamento. Então, eu queria fazer essa justiça. Se ele recebeu A, recebeu B, se ele falou A, se ele falou B, não importa; o fato de ele receber é por ele dar o acesso, porque ele gosta de ouvir as pessoas. Quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup>.



**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Muito obrigado, Senador, de fato, aqui não se trata de defender ou de nada, trata-se aqui apenas e tão somente de ter coerência para defender o interesse dos trabalhadores, porque no dia 1º de junho essa medida provisória perde validade.

E eu fiquei pasma quando eu vi, lendo no *site* do Estado de S.Paulo, esta declaração:

Em campanha pela renúncia de Temer [eu também fiz aqui um pedido assim, portanto, eu estou muito à vontade para declarar e usar a tribuna para isso] [...], a oposição nega acordo e diz que vai obstruir a votação [dessa medida provisória que trata da movimentação das contas inativas]. "Não tem acordo sobre nada. O País está em crise. Vamos obstruir", afirmou o líder da oposição na Câmara, Deputado José Guimarães (PT-CE).

Ora, convenhamos, é muita vontade e muita incoerência. O Temer que saia, mas prejudicar os trabalhadores...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – São 15 milhões de trabalhadores que poderiam sacar esse dinheiro, Senador João Alberto, das suas contas. Não é justo fazer isso!

E quem está fazendo isso, quem está liderando isso é a oposição no Brasil, a oposição que defende sempre o quanto pior, melhor. É essa a forma de fazer oposição, por isso perderam o poder, por isso perderam o poder!

Faço oposição nas horas em que o Brasil precisa, mas jamais comprometendo o destino do País. A crise política é grave, fundamentalmente grave, mas ela não pode paralisar a economia brasileira de andar. E essa medida provisória dá, sem dúvida, Senador João Alberto, um fôlego para a economia; mas o mais importante é o direito do trabalhador de botar a mão no seu dinheiro, porque isso está nas contas dos Fundos de Garantia, na Caixa Econômica Federal.

Até agora foram sacados já R\$24 bilhões, dinheiro suado dos trabalhadores; e, agora, a oposição quer negar esse direito para o acesso desses recursos do fundo, porque se nega a votar, porque vai obstruir todas as votações. Claro, pode obstruir votação da reforma da previdência; mas isso é, realmente, lesar o direito dos trabalhadores, exatamente a categoria que mais a oposição diz que defende aqui. É uma incoerência. É um desserviço. É uma injustiça o que a oposição está fazendo com quem trabalha, com quem espera botar a mão nesse dinheiro para pagar as suas contas. Essa é a verdade dos fatos.

Por isso, eu venho aqui à tribuna para falar e fazer um apelo, porque, no dia 1º de junho, cai a validade dessa medida provisória, e esses milhares de trabalhadores ficarão sem poder ter acesso a esse recurso suado.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Pela Liderança do PT, de Pernambuco, com a palavra o Senador Humberto Costa, por cinco minutos.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, internautas que nos acompanham, primeiro, quero registrar aqui





as manifestações que aconteceram no último domingo, pedindo a urgente renúncia do Presidente golpista Michel Temer e, ao mesmo tempo, reivindicando a realização de eleições diretas.

Eu tive oportunidade de estar em São Paulo, onde, mesmo diante de um verdadeiro temporal, nós vimos milhares de pessoas que, com frio e chuva, foram lá se manifestar por eleições diretas. E é importante que isso aconteça, porque este Congresso Nacional que aqui está não tem qualquer legitimidade para eleger pela via indireta um novo Presidente da República, especialmente dentro da Base de sustentação deste Governo que aí está.

Mas, obviamente, temos que nos concentrar, no primeiro momento, em exigir, em cobrar a renúncia de Michel Temer, que resiste, mas que será obrigado a tomar essa atitude no momento em que o Brasil se mobilizar, e ele se encontrar completamente inviabilizado como Presidente – que é o que há hoje já. Ele está fraco como nunca, acuado por denúncias gravíssimas de crimes supostamente praticados e de que teve conhecimento sem que nada fizesse. Já é alvo de uma investigação no Supremo Tribunal Federal e tem resistido para não perder o foro privilegiado.

Este Governo que aí está é um governo em frangalhos e ainda está de pé hoje, terça-feira, porque os oportunistas que apoiaram o golpe contra Dilma ainda querem esperar para ver qual é a melhor hora de saltarem do barco. O PSDB, o DEM, o PPS, todos esses que ainda sustentam este Governo podre vão afundar junto com ele.

Está tendo início uma onda de protestos neste País, que vai emparedar este Presidente ilegítimo e vai empurrá-lo pela mesma porta dos fundos por onde ele entrou no Palácio do Planalto, saindo do palácio direto para o lixo da história. Nós vamos procurar ocupar as ruas.

Sabemos que, se o povo não for para as ruas, as elites deste País vão tentar encontrar um acordo por cima, já estão tentando criar um discurso. O povo não é bobo. Alguém chegar, como chegou o Presidente golpista, e dizer que a economia já vinha melhorando, que já estavam conseguindo fazer o País crescer?! Tudo mentira. Quem está na vida dura sabe o que está ocorrendo. As estatísticas mostram isso também. Até a inflação, que caiu por não haver atividade econômica, retomou o seu ritmo de crescimento já neste mês. O desemprego só tem feito crescer. A atividade econômica não se recupera. Portanto, é querer zombar da inteligência das pessoas vir com este discurso: "Estava tudo indo tão bem, aí aconteceu esse probleminha".

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Probleminha!? Dizem: "Aconteceu esse probleminha para atrapalhar o rumo deste Governo".

Também por conta da falta de legitimidade deste Governo, nós não podemos aceitar que essas reformas ou pseudorreformas, que só querem tirar direitos do povo trabalhador, possam caminhar. Estamos resistindo lá na CAE para que não seja lido o relatório que trata exatamente da reforma trabalhista. Portanto, isso será o nosso rumo.

E não é como disse a oradora que aqui me antecedeu, querendo colocar o vilão da história na oposição por causa de uma medida provisória. Isso é uma bobagem. Quantas vezes nós já votamos aqui medidas provisórias em plena obstrução? Se for importante para o povo brasileiro, não seremos nós que vamos votar contra isso. De forma alguma.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É porque falta argumento.



Deviam vir aqui para defender o que Michel Temer fez: receber, na calada da noite, um empresário já investigado, para tratar de assuntos nada republicanos. Deviam vir aqui para defender a atitude de um assessor da Presidência da República, transformado em Deputado, que vai buscar uma mala de dinheiro, numa operação controlada. Ele não foi preso em flagrante e ainda viajou com o Presidente. Tem que vir alguém aqui defender, porque eu acho que, até que se prove o contrário, ele é inocente, o Presidente é inocente, mas não aparece ninguém. Agora, aparece gente para querer culpar o passado pelo que nós estamos vivendo hoje.

Amanhã, haverá um grande ato aqui em Brasília para reforçar exatamente...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... essa luta contra esse desmonte chamado de reformas e, ao mesmo tempo, para pedir eleições diretas. O Brasil não tem saída se não for por intermédio do voto popular. Alguns vão dizer: "A Constituição diz que as eleições são indiretas". É verdade, mas nada impede que nós mudemos a Constituição. Alguns dizem: "Vai demorar muito se fizer isso". Não, para votar indiretamente vai demorar também, porque é preciso uma lei ordinária que diga quem pode ser candidato, quem não pode, se tem que ser filiado, se tem que se desincompatibilizar, se não tem. Falta isso. Então, por que, se nós podemos devolver a legitimidade ao exercício do País, vamos manter uma eleição indireta para escolher um Presidente biônico?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Um Presidente biônico não vai ter legitimidade do mesmo jeito que Michel Temer não tem.

E mais: se for oriundo de uma eleição deste Congresso Nacional... E olhem que Eduardo Cunha ainda não delatou. Imaginem quantos Parlamentares vão estar nessa condição. Então, a legitimidade não é um problema só da constitucionalidade, mas é também de quem escolhe. E este Congresso aqui não tem legitimidade política, ética, de nenhum tipo. Aliás, se nós quiséssemos de fato devolver a legitimidade de modo integral aos Poderes do País, nós teríamos é que fazer uma eleição geral para este ano, convocando...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... eleições para Presidente, para governador, para Senador, para deputado estadual, Deputado Federal, porque não há legitimidade hoje no nosso País.

Sr. Presidente, eu queria agradecer pela tolerância de V. Ex<sup>a</sup> e pedir que o Presidente Temer faça alguma coisa pelo Brasil, já que nesses seis meses ele não fez nada. Ele chegou a dizer, semana passada, que "no pior momento do meu Governo". E houve algum momento que não fosse pior neste Governo, que não fosse ruim? "No pior momento, nós estávamos mal. Agora, estamos bem". Então, na verdade, se restar a ele um resquício de dignidade, ele deve, o mais rapidamente, sair do Palácio do Planalto e não tornar o Brasil refém dele, refém da sua insistência....

*(Soa a campanha.)*



**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... em permanecer fazendo mal à população brasileira.

É isso o que a oposição quer. A oposição não quer prejudicar ninguém que tem direito a receber o FGTS. Não, nada disso. A oposição quer um Governo neste País que seja legítimo, que não faça o jogo da banca, do empresariado, do sistema financeiro, que olhe para o povo trabalhador, que faça o Brasil crescer, gerar emprego, desenvolver-se. É isso o que nós estamos querendo. E isso só é possível, Sr. Presidente, se Michel Temer tomar um comprimido de semacol, sair de lá e deixar o povo brasileiro escolher o seu destino.

Muito obrigado.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – É apenas para lembrar que hoje, pela manhã, a Polícia Federal prendeu o ex-Governador do Distrito Federal, por razões óbvias de um superfaturamento de um estádio de futebol, e eu sempre comentei sobre isso.

Temer está muito mal, está muito mal, mas o Brasil não pode parar, e os trabalhadores não podem ser lesados, não podem ser prejudicados pela situação.

Eu não fiz aparte, porque não cabe. V. Ex<sup>a</sup>, quando preside a Mesa, é extremamente rigoroso, porque não permite aparte quando é comunicação de Liderança, mas eu tenho que apenas fazer esse refresco de memória sobre essas questões. Então, eu quero apenas fazer essa lembrança, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Com a palavra o Senador Telmário Mota, do PTB, de Roraima.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, antes de ir ao assunto que me traz à tribuna, eu queria aqui fazer um contraponto à fala do Senador que me antecedeu.

Este Congresso não está totalmente apodrecido, não. Não pode generalizar. Aqui, a Senadora Ana Amélia mesmo tem as mãos limpas. Há muitos Senadores aqui que temos as mãos limpas. Então, não vamos generalizar. Senão, daqui a pouco, a população vai achar que é o seguinte: "Como todo mundo rouba, vou votar no que me pagar". Aí parece que banalizou. Não é bem assim. As pessoas não podem generalizar. Aqui nesta Casa, há muita gente do bem, como há em todo lugar, mas também há muitas laranjas podres que talvez não tenham nem razão de estar falando. Muito bem. Então, eu quero aqui fazer esse registro. Senão, de repente, o Brasil todo, que está ouvindo, vai falar: "E aí? Por que nós estamos ouvindo este Congresso que está todo apodrecido?" Não é por aí o caminho.

Senador João, nestes dois dias, esta Casa foi palco de um grande evento que envolveu várias autoridades de vários países. E o meu discurso hoje é mais ou menos nesse sentido. Eu quero começar, Sr. Presidente, dizendo que, como a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa desta Casa promoveu, há poucos dias, uma audiência pública sobre a Mãe Terra e como, ontem e hoje, está acontecendo o importante "Colóquio judicial sobre Constituição, Ambiente e Direitos Humanos", eu quero deixar minha contribuição aos debatedores.



No dia 22 de abril, mais que celebrar a data do Descobrimento do Brasil, do aniversário de Brasília e da covardia contra Tiradentes, celebramos o Dia da Mãe Terra. É sobre isso que pretendo falar a esta Casa, com base no texto da servidora Camila Hummel.

O Dia da Mãe Terra representa uma luta importante rumo à transformação de nossa relação com a vida. Assim como foi a Declaração dos Direitos Humanos no período do pós-guerra, a Declaração Universal dos Direitos da Terra pode ser uma chave importante neste momento de colapso ambiental, apontando soluções que recuperem e integrem de forma atualizada ao nosso modo de vida, aliando sabedorias ancestrais e saberes tradicionais.

Sr. Presidente, Senador João, ainda no último 22 de abril, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, promoveu os diálogos interativos sobre direitos da natureza e jurisprudência da Terra. O Brasil foi representado pela Juíza Federal Germana Moraes, integrante da ONG Pachamama.

Quero destacar a sutileza deste nome Mãe Terra. Vejam o que está por trás desta frase: carinho, aconchego, acolhimento, sensação de pertencimento. Não existem aqui a impessoalidade e o distanciamento quando falamos Planeta Terra ou apenas Terra. Nesses últimos casos, não se percebe aproximação semântica com a terra que nos abriga. Ao contrário, percebe-se distanciamento, como se não fôssemos filhos da Mãe Terra.

Quando consideramos Mãe Terra, está implícito que essa mãe, como toda mãe, tem direitos. A propósito, está na hora de discutirmos os direitos da Terra. Tratamos apenas dos nossos direitos e ignoramos os direitos dos rios de não serem poluídos com lixo produzido pelas indústrias; não discutimos os direitos do ar de não se tornar escuro pelas fumaças dos carros e indústrias. Enfim, não discutimos os direitos de a natureza não ser agredida brutalmente.

Essa discussão jurídica já tem ocupado alguns tribunais, como o emblemático caso do Rio Vilcabamba, no Equador. Pela primeira vez na história, um rio ganhou em juízo uma causa contra o governo do Estado e teve assegurado o direito de não ter seu curso desviado pelos impactos de uma obra às suas margens. A decisão judicial apoiou-se na norma da Constituição equatoriana de 2008, que garante direitos à natureza como um sujeito jurídico e não apenas como objeto a serviço da vontade humana.

Com base nesse caso, minha assessoria está estudando como alterar as nossas leis, em que as florestas, os animais selvagens, o ar, o solo e o subsolo poderão ser sujeitos de direito.

A equação é simples. Se respeitarmos os direitos da Mãe Terra, temos o direito inalienável de comer os peixes e de beber as águas límpidas dos rios, de descansar à sombra de uma árvore e de comer seu fruto, de respirar o ar puro; se não respeitamos, temos que reparar os prejuízos que causamos.

A minha luta nesta Casa é grande e não vou esmorecer. O que vemos no meu Estado de Roraima é a família do Grupo do Mal apoiando a contaminação dos rios com a exploração de garimpos ilegais e poluindo o ar com as usinas termelétricas, quando deveríamos incentivar a geração de energia elétrica através de fontes limpas e renováveis.

Segundo os indicadores do documento "Matrizes Energéticas Estaduais, ano de referência 2015", elaborado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, a Região Centro-Oeste é a que tem mais fontes renováveis em sua matriz energética, com 58% do seu total. A Região Sul ocupa o segundo lugar nacional, com 40,7% – inclusive, o Rio Grande do Sul da minha Senadora Ana Amélia. Na sequência, estão Sudeste (40,5%), Norte (38,7%) e Nordeste (36,5%). Quanto ao comércio externo de energia, em 2015,





apenas a Região Sudeste apresentou superávit global de energia – de 21% das suas necessidades. O Sul apresentou déficit de 43,5%; o Nordeste, de 43,3%; o Norte, de 26,1%; e o Centro-Oeste, de 24,6%.

Sr. Presidente, Senador João, do Maranhão, se antigamente nos faltavam informações, hoje as temos de sobra. Hoje sabemos os prejuízos de não respeitarmos a Mãe Terra; sabemos também os benefícios, se a respeitarmos. Então, por que insistimos em não ouvir o grito da Mãe Terra, quando poluímos os nossos rios e derrubamos nossas árvores?

Infelizmente, boa parcela dos governantes e políticos permanecem vivendo indiferentes aos danos ao meio ambiente, como se a destruição da natureza não lhes interferisse na vida; como se pudessem viver apartados do sistema vivo que integram. Isso gera descompromisso e alienação. Sr. Presidente, consumimos carnes, vegetais, alimentos processados, roupas, aparelhos celulares, combustíveis fósseis, sem questionamento da cadeia produtiva e dos impactos sociais, econômicos e ambientais. Na medida em que o problema chega à nossa porta, na forma de racionamento de água – como hoje em Brasília – e outras medidas de contenção, nós nos damos conta de que há algo errado, mas não vejo ânimo nos governantes para discutir o assunto e mudar a direção de nossas atitudes.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desde o início da Revolução Industrial, a natureza não tem recebido o devido respeito e cuidado por parte do ser humano. Já está comprovado por vários estudos científicos que se o ser humano desaparecer da face da Terra a natureza se recompõe, ou seja, ela sobrevive sem nós, mas nós não sobrevivemos sem ela.

O contato com a natureza tem que ser ensinado desde os primeiros dias de vida. As crianças da Região Norte, sem desmerecer as das demais regiões, têm mais contato com a Mãe Terra. Temos mais contato com árvores, rios e animais. É normal para as crianças do norte ver e conversar com indígenas, usando seus lindos cocares.

Para as gerações futuras, devemos...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Moderador/PTB - RR) – ... deixar uma Mãe Terra verde, não a deixemos cinza.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o meu pronunciamento. Façamos uma reflexão do formato que queremos viver e o futuro que nós queremos para amanhã.

Respeitar a natureza, preservar os rios, manter a nossa fauna e a nossa flora é respeitar a Mãe Terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Vou suspender a sessão por 20 minutos, para manter contato com a...

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Antes de V. Ex<sup>a</sup> fazer isso, pode a Secretaria fazer a solicitação que V. Ex<sup>a</sup> pretende, eu queria chamar a atenção, porque hoje à tarde, Presidente, está prevista na nossa pauta – com a crise que o País está vivendo, mais uma razão teremos



todos nós – a responsabilidade da conclusão da votação da PEC que trata do fim do foro privilegiado.

Essa matéria é da maior relevância. Houve aqui uma manifestação extraordinariamente participativa dos Senadores e Senadoras. A sociedade aguarda de nós, portanto, esse compromisso de votá-la no segundo turno.

Queria perguntar a V. Ex<sup>a</sup> se essa matéria está incluída na Ordem do Dia da sessão de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – É o Item 4 da Ordem do Dia: Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2013.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Consulto V. Ex<sup>a</sup> se, dentro do Regimento, é possível que eu fale pela Liderança do Partido Progressista. Se for, usarei de novo a palavra, mas o Senador Telmário quer fazer alguma comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – O Senador Telmário pede a palavra para uma comunicação inadiável.

Com a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Moderador/PTB - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Eu queria aproveitar a tribuna. Ia esquecendo.

O meu Estado de Roraima vive ultimamente uma grande violência. Desde o início, com a Governadora que apoiei, que é inclusive do PP, eu insistia que ela colocasse no comando da PM uma pessoa que tivesse a admiração da tropa, o respeito, o carinho e o compromisso com a segurança.

Naquele momento nós indicamos o nome do Coronel Prola e ela, naturalmente, preferiu caminhar com outros comandantes por quem eu tenho todo o carinho e respeito.

No entanto, hoje a Governadora do meu Estado... Embora não seja da minha base, eu quero parabenizar a Governadora Suely por ter escolhido o Coronel Prola para comandar a PM do meu Estado.

O Estado de Roraima vive uma crise sem precedentes na área de segurança. Neste momento, é preciso um líder no comando da nossa polícia. E o Coronel Prola tem esse respeito da tropa da PM, é um líder nato, tem um comando que é respeitado e reconhecido pela sociedade, é uma pessoa extremamente admirada por toda a sociedade do Estado de Roraima, olha a segurança com um olhar de compromisso, de profissional. Não tenho nenhuma dúvida de que a sua seriedade, o seu trabalho, a sua dignidade, a sua liderança vai motivar. No que depender da PM do Estado de Roraima, nós vamos melhorar, e muito, e garantir a segurança do nosso Estado. Não podemos conviver num Estado pequeno, de 500 mil habitantes, numa capital de 300, em que você não tenha mais paz, sossego.

Então, tenho certeza de que o Coronel Prola, neste momento, assume o comando da PM levando nos seus braços, no seu comando, uma grande esperança e um grande sonho do nosso Estado, do nosso povo. Desejo a ele e à Governadora muito sucesso, que realmente Roraima volte a ser aquele Estado da paz, da tranquilidade, da harmonia, um Estado familiar.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Pela Liderança do PP, concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.



**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente,

Senador João Aberto, caros colegas Senadores e Senadoras, volto a insistir na relevância de votarmos hoje, na etapa final. Como disse o Presidente, já está previsto na Ordem do Dia o Item 4, o fim do foro privilegiado.

Votei contra a lei do abuso de autoridade, porque, mesmo que tenha o Relator abrandado no caso específico da criminalização da chamada hermenêutica, que é a interpretação da lei, para evitar criminalizar um juiz na hora de interpretar – e V. Ex<sup>a</sup>, com a formação jurídica que tem, sabe o que significa, porque essa é uma atribuição, uma competência exclusiva do magistrado no julgamento de um determinado processo -, mesmo que tenha sido atenuada do ponto de vista da criminalização, ainda assim a lei não ficou a melhor de que o Brasil precisaria neste momento. Por isso votei contra, mas a matéria foi aprovada. E o regime democrático é o regime da maioria. Lamento que a Minoria esteja fazendo o que sempre soube fazer, uma oposição do quanto pior melhor, e não consiga vislumbrar que o Brasil...

Tenho enormes restrições à questão dos delitos praticados pelo Presidente da República, de delitos praticados por um Deputado, por um Senador. Não há nenhuma razão para fugirmos à regra. Temos sempre que administrar com a regra, nunca com a exceção.

Portanto, a regra é a mesma. Quem cometeu o delito precisa pagar por ele, seja na cassação de mandato de um Senador ou de um Deputado, seja na cassação de mandato de um Presidente da República incurso na lei de responsabilidade, como aconteceu em relação à ex-Presidente Dilma Rousseff. E não será diferente, porque a Justiça tem, no dia 6, marcado o julgamento da chapa Dilma-Temer e poderá dar um desfecho bem rápido para a crise, caso a decisão confirme a cassação dessa chapa por abuso nas doações de campanha, usando caixa dois ou outros recursos escusos para o financiamento dos gastos de campanha eleitoral.

Essa crise profunda que o Brasil está vivendo, Senador João Alberto, nos remete a uma reflexão: nós precisamos mudar, sim, o sistema político brasileiro. Já fizemos uma mudança extraordinária quando reduzimos para 45 dias, nas eleições municipais, o tempo de campanha – a campanha é cara, sem dúvida – e também retiramos a possibilidade de que pessoas jurídicas, ou seja, empresas financiem.

Toda essa lambança que o Brasil está vivendo hoje decorre exatamente do sistema de doação de campanha. Quando a doação era permitida legalmente, a minha prestação de contas da campanha foi aprovada pela Justiça Eleitoral. Estão lá todas as doações que o Partido mandou para a conta da campanha eleitoral. É uma pessoa física que dá, como a Justiça recomenda, a lei eleitoral, que seja feito. É prestado conta de tudo: tostões e centavos. Não há nada a esconder, não há nada a esconder. Mas precisamos mudar esse sistema que não funcionou direito.

Hoje, as redes sociais são um instrumento muito importante, que pode, sim, nos ajudar na divulgação das nossas ideias, dos nossos propósitos. Além do mais, as pessoas físicas podem fazer uma contribuição até o limite da sua renda mensal. Mas nós não mexemos, Senador João Alberto...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós mexemos no primeiro turno da eleição – 45 dias de campanha – e mantivemos 30 dias no



segundo turno. No segundo turno, são dois candidatos apenas. Até setembro deste ano, nós precisamos mexer na Constituição para que o prazo do segundo turno seja limitado a duas semanas e o tempo de televisão também seja limitado. Hoje, com o sistema que existe, nós vimos, no exemplo da campanha municipal, que as cidades com mais de 200 mil eleitores em que houve segundo turno foram submetidas, digamos assim, ao sacrifício de ter que ouvir os candidatos repetirem tudo o que tinham feito no primeiro turno, quando, em duas semanas, pode-se perfeitamente fazer uma campanha mais limpa, mais sóbria e gastar menos dinheiro. Portanto, temos que mudar o sistema eleitoral. E temos que fazer isso com urgência.

É claro que eu sei que hoje, na crise de credibilidade em que está mergulhado o Presidente Michel Temer, teremos, sim, dificuldades aqui na Casa de fazer o encaminhamento de uma matéria dessa natureza, mas não podemos fugir dessa responsabilidade. Nós que acompanhamos – eu, como jornalista – o mensalão imaginávamos que isso nunca mais ia acontecer. Aí veio o petrolão. O que vemos a cada dia nos surpreende.

Hoje, ocorreu a prisão de dois ex-Governadores do Distrito Federal e de um ex-Vice-Governador do Distrito Federal, tudo dentro do mesmo esquema da relação promíscua com empreiteiras, com superfaturamento em relação a um estádio de futebol em Brasília para fazer o quê? Fazer uma Copa do Mundo. Nós não tínhamos condição qualquer para fazer esse gasto. O País, com várias dificuldades: hospitais em crise, sem leito para atender as pessoas mais carentes no SUS, escolas caindo aos pedaços, creches sem manutenção, sem assistência, sem fornecimento, a situação das estradas, a situação da segurança pública, e nós mostrando ao mundo que tínhamos condição de fazer a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Vimos o saldo do rombo. Cento e dezessete milhões de reais é o valor do rombo no bolso do contribuinte, referente às Olimpíadas do Rio de Janeiro. Com todo o respeito, temos que dar o passo conforme a perna. Foi essa ganância, foi essa soberba que nos levou ao fundo do poço, evidentemente agravado pela grossa corrupção.

Temos, sim, que defender a Operação Lava Jato. Temos que fazer um esforço muito grande para preservar as operações. As instituições, Ministério Público, Poder Judiciário e Polícia Federal, precisam também trabalhar sempre dentro da lei, sem deixar margem à interpretação de que os irmãos Joesley e Wesley foram beneficiados com uma delação de um crime que compensa. Parece até que ganharam sozinhos...

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA. *Fora do microfone.*) – A Mega-Sena.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...a Mega-Sena, Senador. Sozinhos, eles ganharam a da Virada, que é a maior de todas! Obrigada pelo socorro. Ganharam a Mega-Sena da Virada, Senador João Alberto. E vou lhe dizer que foi até um milagre. Nem apostaram. Para ganhar, a gente precisa apostar, mas eles nem apostaram. Foi tão grande o prêmio que eles ganharam, que nem precisaram apostar para ganhar a Mega-Sena da Virada. A sociedade brasileira, que cobra tanto da política, que cobra tanto de nós – e tem de continuar fazendo isto –, não entende. A sociedade, a população, o assalariado, o trabalhador não entende o prêmio tão grande que foi dado a eles.

Ontem, foi dito algo aqui em relação a José Batista Sobrinho, o Zé Mineiro, o patriarca, um cidadão que tive a oportunidade de conhecer, de fato um senhor de têmpera à moda antiga, que se criou na pecuária, na produção. Sinto muito que os filhos não tenham tido do pai essa referência. Para não parecer que sou uma pessoa absolutamente insensível, reconheço o que



aconteceu. Também não sou insensível à mensagem que o pai de Frederico, primo do Senador Aécio, postou nas redes sociais, à declaração dele em defesa do filho. É exatamente por isso que faço referência. Ontem, o Senador Ataídes falou de José Batista Mineiro, ou melhor, José Batista Sobrinho, chamado de Zé Mineiro. No Estado de Goiás e em Minas Gerais, conhece-se muito o papel que ele teve. Mas, seguramente, não foram esses os ensinamentos que ele deu aos filhos, que ganharam nessa grande loteria na virada do ano.

Estou ocupando a tribuna novamente, Senador, para realçar esses fatos e para dizer que nós temos, sim, nesta crise...

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ...agudíssima que o Brasil está vivendo, que não nos omitir de mostrar a realidade de um País que afundou por causa de um governo perdulário, que cometeu muitas coisas erradas. Acertou em algumas, mas errou em muitas outras. A pior delas foi aquela de dizer que era um partido diferente, que seria mais honesto do que os outros, fez as coisas mais terríveis, pelas quais o País está hoje pagando.

Ontem, mais um processo contra o ex-Presidente Lula, mais um! Não é de uma Senadora independente, que tem que mostrar as coisas erradas, mas, sim, uma denúncia da Justiça, da Procuradoria-Geral da República.

Então, não venham aqui se passar por santos!

Enquanto o Partido não reconhecer os erros que cometeu e continuar usando a soberba e apostando no quanto pior, melhor, a sociedade saberá fazer esse julgamento na hora certa.

Então, nós precisamos ter atenção com isso, porque não foi a sociedade que foi à rua, no domingo, fazer essas manifestações.

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu agradeço a V. Ex<sup>a</sup> por me permitir estar na tribuna novamente para dizer que precisamos ter juízo; juízo, equilíbrio e responsabilidade.

A sociedade, o País não vai nos perdoar a omissão, não vai nos perdoar a irresponsabilidade, não vai nos perdoar. Não vai perdoar ninguém que aqui esteja fazendo o quanto pior, melhor, e se aproveitando dessa grave crise política para contaminar, prejudicar a economia brasileira.

Muito obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que lhe agradeço.

A sessão está suspensa por vinte minutos.

*(A sessão é suspensa às 14 horas e 48 minutos, e reaberta às 16 horas e 36 minutos sob a Presidência do Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Sob a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos da sessão deliberativa da tarde noite de hoje.

Pede a palavra o Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA** (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ao lado do Senador Tasso Jereissati, venho comunicar a V. Ex<sup>a</sup>, aos



nossos Pares, aos brasileiros o que lamentavelmente acaba de acontecer na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

A essência do Parlamento é o debate, a discussão das matérias, o contraditório, a argumentação. Feito isso, vamos aos votos, para que prevaleça a vontade da maioria. É aqui e alhures, em qualquer Parlamento do mundo, porque essa é a nossa essência de existência.

Desde o início desta manhã, numa reunião que já estava programada há alguns dias, que já havia sido anunciada pública e intensivamente, o Senador Tasso Jereissati compareceu, nas primeiras horas desta manhã, à Comissão de Assuntos Econômicos, com espírito democrático, com tolerância, com respeito, com bom senso, sem perder o seu poder de liderança, características essas reconhecidas por todos nós. O Presidente Tasso Jereissati e os membros daquela comissão realizaram mais uma audiência pública, dentre várias outras que já haviam ocorrido em torno da reforma trabalhista, permitiu que todos os seus convidados se manifestassem. Os Senadores participaram.

Encerrada a audiência pública, foi submetido ao Plenário um requerimento para que o Senador Ricardo Ferraço pudesse fazer a leitura do seu relatório. E, lamentavelmente, infelizmente, o que nós vimos foi um ato de selvageria: não podendo ganhar nos votos, Senadores e Senadoras em desespero quiseram vencer no braço, no grito, ameaçando a integridade física do Senador Tasso, ameaçando o bom funcionamento deste Senado, onde a palavra é a única arma. Aqui, só existe uma arma: a palavra, o contraditório, a argumentação. E sempre haverá de vencer a maioria. E foi a maioria que, por treze votos a onze, determinou a leitura do relatório.

A partir daí, o que se viu foi a tentativa de impedir o funcionamento físico, por meios físicos, por agressão física, por agressão verbal de Senadores. Estava lá. Estava lá. O Senador Tasso, mais uma vez, apesar das grosseiras agressões que sofreu de colegas seus, de forma prudente, de maneira equilibrada, sem perder a calma, apesar das ofensas quase que físicas que ele sofreu, suspendeu a sessão.

E o que se viu foi uma cena triste para um Parlamento. Parlamentares querendo ocupar fisicamente o ambiente, sentados e encostados à mesa de trabalho, para que fisicamente, repito – fisicamente, insisto –, não permitissem que a comissão funcionasse. De forma serena, de forma calma, com a prudência e a temperança que o momento exigia, o Senador Tasso, ladeado pelo Senador Ricardo Ferraço e alguns outros Senadores, entre os quais eu me incluo, reabriu a sessão. O Senador Ferraço deu como lido o relatório e, novamente, o que se viu foi arrancar de microfones, tentativa de agressão física, dedo em riste, sopapo para cá, sopapo para acolá, numa cena deplorável que o Brasil não merecia assistir.

Respeitamos ideologias, opiniões diversas. Respeitamos e convivemos com o contraditório, mas, se a regra passar a ser impedir no grito, no braço, na violência física que matérias que não atendam aos interesses de um segmento político-partidário deste Parlamento passem a prevalecer, acabou o Parlamento; acabou a essência da democracia, que é o respeito aos contraditórios, que é o respeito às opiniões contrárias.

Respeitamos a opinião de quem acha que a lei deve ser desta forma ou daquela forma, mas aqueles que são vencidos pelo voto não podem usar a força física, depredando, inclusive, o patrimônio do Senado ao arrancar microfones de mesa, ao ameaçar a integridade física de um homem íntegro, de bem, probo, honesto, decente e competente, que teve temperança suficiente para não reagir às provocações que sofreu.



É lastimável, Sr. Presidente. Eu espero que esta Casa possa refletir sobre este momento gravíssimo que o Brasil vive e compreender que, na democracia, a única arma é a palavra; o único instrumento de combate é o argumento. E, quando se perde o poder da palavra e a força do argumento, não se poderá vencer pela força física.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, para ordenar os trabalhos, pediram a palavra o Senador Petecão, o Senador Tasso, o Senador Humberto, Senadora Vanessa e, agora, a Senadora Gleisi, a Senadora Ana Amélia, o Senador Lindbergh, o Senador Moka. E, na sequência, eu vou iniciar a Ordem do Dia.

Senador Petecão, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, na mesma linha do colega aqui que me antecedeu, eu já tenho 30 anos de mandato. Fui Deputado Federal, convivi com 513 Parlamentares, mas confesso a V. Ex<sup>a</sup> que nunca tinha visto uma cena tão triste como eu vi hoje lá na comissão.

E não estou aqui defendendo Governo de Michel Temer, governo de A ou governo de B. Eu estou aqui defendendo aquele cidadão ali, que é o Presidente da comissão, que foi humilhado no último ponto a que um homem pode ser humilhado; desacatado. E eu queria saber que tipo de companheirismo nós temos aqui nesta Casa em que os interesses políticos vão acima de tudo.

Por isso, Presidente... Eu não sou de vir aqui e ficar xingando, mas fui Presidente da assembleia do meu Estado por quatro mandatos e eu nunca tinha visto essa cena que eu vi hoje aqui: os próprios colegas empurrando lá a militância para invadir; os próprios colegas jogando lá aqueles pobres coitados daqueles militantes contra a nossa segurança, pessoas que estão aqui para manter a ordem nesta Casa. Eu confesso que nunca pensei que nós pudéssemos chegar a esse ponto. E aqui, Presidente, eu queria parabenizá-lo pela sua paciência.

Eu nunca vi arrancar um microfone – arrancar um microfone, Presidente! O senhor tem que pegar aquelas imagens e ver que eram os Parlamentares que estavam alimentando aquela desordem. Porque essa não é a imagem do Senado. Nós sabemos que o Brasil passa por um momento difícil, mas nós é que temos que dar o bom exemplo. Nós não podemos incentivar a baderna. Sinceramente, ou nós tomamos uma posição aqui, ou a Mesa Diretora toma uma posição, sob pena sabe de quê? Todos os dias acontecer a mesma coisa nas comissões.

E o respeito aos colegas, que é o mínimo que você pode exigir? É o mínimo! Acabou, Presidente. Os interesses políticos, o desespero está falando mais alto. Os problemas políticos nós vamos resolver lá na eleição. Eu não votei no Michel Temer, não, porque eu não votei na Dilma. Mas aqui eu não estou discutindo isso, o problema não é esse. O problema é que a situação está indo por um caminho que não tem... Eu não vejo nenhuma perspectiva de volta. Começaram as agressões aqui dentro do Senado. Isso incentiva a que as pessoas possam fazer bagunça nas ruas. Nós temos que dar o bom exemplo. E não foi isso que eu vi naquela comissão, não.





Então, aqui, Presidente Tasso, eu queria prestar a minha solidariedade, porque a humilhação que V. Ex<sup>a</sup> passou naquela comissão ali, por parte de alguns colegas, sinceramente, eu não aguentaria.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Tasso Jereissati, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Eunício Oliveira, Senador Romero Jucá, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, eu queria... Eu não poderia deixar de vir aqui a esta tribuna, depois de passar por uma cena que eu nunca imaginei, não é que eu fosse passar, Sr. Presidente; é que eu fosse ver aqui neste Senado Federal. Nunca imaginei. Nem nos piores momentos que se passam aqui eu imaginei que seria possível acontecer.

Nós estamos desde 8h30 da manhã numa audiência pública em que nós ouvimos pacientemente todos os quatro convidados, todos os interpelantes, com uma série de questões de ordem levantadas, e nós atendemos a todas elas, praticamente.

Em determinado momento, para atender a posição da oposição, de alguns Senadores que se rebelavam contra o fato de nós... Não era para votar nenhuma proposta, Sr. Presidente; era a leitura do primeiro relatório, da primeira Comissão, sobre a reforma trabalhista – o primeiro relatório, que já tem 168 emendas colocadas. Esses Senadores que se rebelavam contra a leitura fizeram um requerimento, que aceitei, inclusive com alguns Senadores que tinham uma outra opinião sobre o requerimento, sobre a regimentalidade do requerimento, não o aceitando, mas o colocamos em votação, em acordo e de acordo com todos os Senadores lá presentes, da situação e da oposição, do PMDB, do DEM, do PSDB, do PT, do PCdoB. Todos concordaram com a votação desse requerimento para que houvesse uma decisão.

Quero aqui lembrar que a leitura desse relatório não foi uma coisa decidida agora; foi decidida na semana passada, na reunião de terça-feira da semana passada, na qual os Parlamentares da oposição, os Senadores da oposição que estavam lá presentes pediram, exigiram que, antes da leitura do relatório, fosse feita uma nova audiência pública. Com a concordância da Liderança do Governo – pois essa não era a disposição naquele momento –, concordamos em fazer, antes da leitura, uma audiência pública. Essa audiência pública foi realizada.

Após efetivada a votação – a votação, não, a votação seria do requerimento –, em que os Parlamentares da oposição perderam por 13 votos a 11, ou seja, por 2 votos, alguns Parlamentares se levantaram e disseram: "Não vai votar." Entre aspas, estou citando alguns Parlamentares: "Eu não aceito e não vou deixar que seja lido. Nós não vamos permitir, de modo nenhum, de qualquer maneira, que seja lido." As nossas argumentações... Quero o testemunho de todos os que estão aqui de que, em nenhum momento, nem por um minuto, perdi a minha tranquilidade. Fiquei ouvindo, apelando, falando da necessidade de respeitarmos aquilo que é mais sagrado dentro de um Parlamento: que, após a discussão, haja uma votação e, evidentemente, vencidos e vencedores. Os vencidos não aceitaram o resultado da votação e queriam impedir, de uma maneira violenta, que eu continuasse a ler o andamento da Comissão.

Em determinado momento, vários Senadores vieram para cima da mesa, aos gritos, incitando alguns militantes que tinham ido – alguns, não; vários militantes que estavam dentro do plenário daquela Comissão – a gritarem palavras de ordem nos ofendendo, a gritarem



palavras de ordem nos injuriando, de uma maneira bastante agressiva, chegando ao ponto de, quando vieram para cima de mim, dois Senadores – eu estava com o microfone tentando falar – tomarem na violência física o microfone de minha mão. Sacaram-no, colocando o dedo em riste em cima de mim, se debruçaram sobre a mesa e, depois, ocuparam a mesa, chamando os militantes para fazerem parte dessa ocupação.

Eu estou profundamente chocado, e não é pessoalmente, não; é por esta Casa. Eu mesmo, durante as leituras e o andamento da Comissão, fiz um apelo e disse que estava disposto ali, não como Presidente da Comissão, mas como Presidente do PSDB, a fazer uma interlocução, porque não era possível mais ao País nós continuarmos neste momento de ódio, de raiva, de rancor, em que brasileiros se odeiam, se agredem e têm intolerância absoluta com qualquer opinião que seja contrária à deles, porque isso não levaria o País a nada. Nós estávamos levando o País a uma luta fratricida. E me dispus a isso, falei isso com toda clareza.

E, no entanto, o que eu vi acontecer foi o oposto: uma demonstração de ódio, de rancor, intolerância total, raiva. Eu fiquei impressionado, Sr. Presidente, com a raiva e o ódio que eu via nos olhos de alguns Senadores. Eu não entendo o porquê. Em nenhum momento fizemos nenhum tipo de agressão, de insinuação, e senti todo esse ódio, todo esse rancor. E cheguei, sinceramente, temer pela minha segurança física. Tanto que tive que me retirar da mesa da Comissão da CAE e ir para fora, para a sala da secretaria, porque havia evidente ameaça da segurança física, não só minha como de outros Senadores.

Eu não poderia deixar de comunicar isso. É chocante, não para mim... Eu tenho 30 anos de política, e nunca vi isso na minha vida. Nem em palanques, naquela disputa quente das eleições, encontrando com adversários que todos conhecem, eu não vi esse tipo de violência. De se cruzar, de estar em um debate, de participar de uma palestra... Não existia isso, foi a primeira vez que eu vi isso em minha vida.

Portanto, não lamento por mim; lamento por esta Casa. E chamo V. Ex<sup>a</sup> à responsabilidade, porque isso não pode acontecer, porque acaba-se não só o que eles querem acabar, que é o Governo – o que é outra questão –, mas acaba-se o Senado; acaba-se o Parlamento; acaba-se o contraditório; acabam-se as discussões; acabam-se, inclusive, as votações, e os vencidos não aceitam o resultado. E se, em não aceitando o resultado, partem para a desforra física, este Senado deixou de ser o Parlamento de Ruy Barbosa, deixa de ser o Parlamento representativo de todos os brasileiros.

Por isso, queria chamar todos à reflexão sobre esse momento difícil e dizer sinceramente que espero que o bom senso, o equilíbrio baixe sobre esses Senadores que fizeram isso hoje, para que realmente possam representar uma posição digna, como fizemos. Passei praticamente 11 anos aqui na oposição. Várias vezes fui atropelado no meu pensamento, várias vezes fui atropelado na minha maneira de ver as coisas. Nunca vi, nem eu sequer tive a audácia de pensar em não aceitar o resultado, quanto mais fisicamente, indo à desforra física.

Portanto, peço a todos os senhores aqui, principalmente aos Srs. Senadores que fizeram isso, o mínimo de equilíbrio, vamos pensar no País. Não podemos difundir e espalhar esse ódio que vimos aqui hoje, nesta Casa, esse rancor imenso que vimos aqui nesta Casa pelo País afora, porque estaremos dando o pior exemplo que poderíamos dar a este País.

*(Soa a campanha.)*



**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Social Democrata/PSDB - CE) – Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, quero começar apresentando uma proposição. Nós tentamos, no início da tarde, fazer uma reunião de Líderes para discutir a pauta legislativa. Exatamente por conta da reunião que estava acontecendo na Comissão de Assuntos Econômicos, não foi possível que fizéssemos essa reunião, que, em verdade, não deveria ser uma reunião para discutir simplesmente a pauta legislativa, mas principalmente a crise política e institucional que estamos vivendo neste momento.

Esta aqui é uma Casa, por excelência, política, e acho que tudo que aconteceu hoje – e posso falar aqui com autoridade, porque eu era um dos que estava tentando serenar os ânimos, apesar de ter levado um empurrão de um Senador da Base do Governo, que ficou apoplético lá... Então, houve agressões, de parte a parte, acho que esse não é um bom caminho. Temos que superar esse episódio.

Portanto, acho que é o momento de termos, a partir da liderança de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, uma reunião com os Líderes para fazermos uma discussão sobre o momento que o País está vivendo e como devemos proceder.

Primeiro, não é verdade que esse episódio foi um episódio inaugural. Posso citar vários aqui que aconteceram ao longo do processo do governo da Presidenta Dilma. Quem não lembra da votação da mudança da meta fiscal? O Ministro da Educação, juntamente com outros líderes, lá em cima brigando com a Polícia Legislativa, porque havia um grupo de manifestantes que não deixavam que votássemos. Jogaram dinheiro falso aqui dentro para dizer que estávamos vendidos.

Então, esse clima de ódio, com todo o respeito, Senador Tasso Jereissati, não foi criado pela oposição e ele não vem de hoje, vem de muito tempo. V. Ex<sup>a</sup>, que veio para cá em 2014, talvez não tenha acompanhado tudo que aconteceu, mas, ainda assim, concordo plenamente com o chamamento que V. Ex<sup>a</sup> faz para que nós não tenhamos um clima de ódio.

Agora, o que de fato aconteceu? Desde o início, se alguns estavam mais exaltados, havia outros que estavam tranquilos, mas defendendo uma tese correta. A Base do Governo tentou, nessa Comissão, passar a falta ideia de que está tudo bem no Brasil, que nós podemos votar o que nós quisermos aqui e ignorarmos o que está acontecendo, de um Governo que não tem mais legitimidade, de um Governo com que uma parte da Base já rompeu, de um Governo que mais da metade da sociedade, mesmo dentro da sua base social, não quer. E nós não poderíamos, de forma nenhuma, ter essa posição, essa atitude de que tudo estava tranquilo e calmo. Não!

E, mais ainda: para votar matérias polêmicas como essa. Essa posição de votar na marra é ruim, inclusive, para quem quer aprovar a própria reforma, porque o povo não aceita, porque aqui há discordâncias, porque há uma rejeição a essas proposições e há uma crise política com essa dimensão. Então, é um ato de insensatez política tentar votar e discutir essa matéria na marra.

O que nós queríamos era simplesmente que não fosse lido. Isso foi dito por vários, porque havia, na nossa interpretação, um desrespeito ao Regimento. Havia necessidade de um tempo mínimo de publicação do relatório, havia necessidade de esse relatório ser distribuído



previamente à leitura. O próprio Relator disse que seria deselegante da parte dele apresentar o relatório antes de ouvir os próprios participantes da audiência pública. Qual não é a nossa surpresa que, acabada a audiência pública, já estava pronto o relatório, então, para a sua leitura.

Então, foi isso que aconteceu. E aí, no nível em que as coisas estão, de ânimos acirrados, de tanta coisa acumulada ao longo de tanto tempo, até mesmo esta Casa, que tem sido um Poder, digamos, de uma certa moderação, um espaço para a discussão e o debate político, terminou enveredando por esse caminho.

Mas também não venha aqui ninguém fazer o papel de vítima, porque não teve, nesse processo, vilão e vítima. Se podem alguns ter errado por uma razão, outros erraram por outra. Nós vimos um Senador ensandecido, que partiu para cima de dois lá, a proferir impropérios.

Então, não venham dizer que aquilo é conduta da oposição, não. Se tivesse havido bom senso, e havia gente da Base do Governo concordando com as nossas ponderações, de que não havia clima, de que aquilo podia ser lido amanhã, de que podia ser lido na semana que vem...

Hoje, o que há urgência no Brasil para se fazer não é reforma, é resolver a crise, é tirar o Presidente ilegítimo, acusado com provas de crimes bárbaros.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Cento e cinquenta milhões de dólares?

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É isso! V. Ex<sup>a</sup> é um daqueles que sempre procuram acirrar os ânimos; não pense que vai acirrar o meu, não, viu? Respeite para ser respeitado.

E, portanto, é isto que nós precisamos ter: rapidez e urgência para fazer, Presidente. Então, eu quero que V. Ex<sup>a</sup>, da mesma forma como sempre se conduziu, assuma a liderança desse processo, convoque os Líderes para nós conversarmos. Vamos ver se esse é o melhor caminho. Não creio que o melhor caminho agora, antes de resolver o problema da crise, seja fazer a votação dessas reformas. Quantas vezes nós fomos derrotados, atropelados e não houve nenhum problema? É porque hoje nós estamos vivendo uma situação que é *sui generis*, do meu ponto de vista, que é exatamente a necessidade de nós sentarmos e discutirmos o Brasil, o que é melhor para o Brasil. Aceito aqui o desafio lançado pelo Senador Tasso Jereissati: vamos discutir o Brasil, como nós fizemos no período pré-*impeachment* e durante o *impeachment*. Vamos pensar no Brasil. E pensar no Brasil e discutir o Brasil é nós discutirmos qual é a agenda capaz de nos tirar dessa crise, porque nem Governo nem oposição vão conseguir sair desse processo ilesos nem sozinhos.

Então, eu peço a V. Ex<sup>a</sup> que pondere sobre essa nossa proposta. Peço aos Senadores da Base do Governo que nós possamos nos entender quanto à data dessa leitura poder ser feita. Nós não podemos aceitar que se dê isso por lido. Quando foi que aconteceu isso aqui? A não ser que houvesse conhecimento prévio de todo mundo. Ninguém sabe o que há nesse relatório, e ele está dado por lido. Ameaçaram pedir regime de urgência num tema que diz respeito à vida e ao trabalho de milhões e milhões de brasileiros. Então, eu faço esse apelo.

Quero dizer que não somos favoráveis a nenhum tipo de acirramento dos ânimos, mas, sinceramente, tentar, num momento como este, vir para cima de nós e nos fazer engolir algo que a população brasileira não aceita e que vem sendo puxado por este Governo, se é que ainda se pode chamar isso que está aí de Governo, sinceramente, Sr. Presidente, a gente não pode aceitar.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra à Senadora Vanessa,

Eu pediria aos Senadores que, se pudessem, abreviassem a palavra, porque nós temos três, quatro, cinco matérias nominais importantes para serem votadas.

Como eu dei um tempo efetivo ao Senador Tasso Jereissati, eu estou sendo democrático e repetindo o mesmo tempo.

Pediria aos Senadores que se pudessem abreviar a palavra, a Mesa agradeceria.

Senadora Vanessa Grazziotin.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu vou fazer aqui o maior esforço, sabe V. Ex<sup>a</sup>, para abreviar o meu tempo.

Solicito a palavra não para relatar fatos somente, porque, como já foi dito aqui, para além dos fatos lamentáveis que aconteceram hoje pela manhã e início da tarde, na Comissão de Assuntos Econômicos, eu não quero dizer que há culpados de um lado ou de outro. Além de debatermos isso, nós precisamos debater um problema muito maior.

Eu quero dizer que fiquei até certo ponto tranquila quando vi o próprio Relator soltar uma mensagem, gravar um vídeo dizendo que não havia a menor possibilidade de apresentar um relatório para uma reforma tão profunda como essa. Então, eu confesso que fiquei tranquila quando eu vi isso. Fiquei mais tranquila ainda quando eu vi o Líder do PMDB nesta Casa, Senador Renan Calheiros, também caminhar no mesmo sentido. E para surpresa de todos, o que aconteceu hoje, Sr. Presidente, foi uma tentativa de a qualquer custo ler o relatório.

O Brasil vive um momento de muita dificuldade. Nós temos, neste momento, um Senador da República afastado das suas funções, Sr. Presidente, que aliás, até ontem, era o Presidente de um dos maiores partidos deste Brasil e que foi sucedido pelo Senador e também Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da Casa.

Então, eu creio que nós temos que entender exatamente o que é prioridade, porque, do ponto de vista da crítica ao conteúdo dessas reformas, os senhores, as senhoras, todos conhecem. Nós temos muitas críticas ao conteúdo, porque, sem dúvida nenhuma, é um conteúdo profundo, que vai falar, dialogar diretamente com a vida da trabalhadora e do trabalhador.

A gente pode usar um exemplo, Senador Eunício. Por quanto tempo nós debatemos nesta Casa um projeto que dissemos que era a segunda Lei Áurea? Era a segunda Lei Áurea, um projeto que regulamenta o trabalho da empregada doméstica. Pois bem, essa reforma que aí está, Sr. Presidente, destrói aquele projeto, destrói aquela lei, porque ela vai se sobrepor, ela vai se sobrepor.

Então, eu creio que há um equívoco. Quando foi feita uma votação, o próprio resultado da votação já deixou clara a necessidade de um diálogo antes de qualquer decisão, antes de qualquer leitura, antes de que qualquer matéria avance. Foram 11 votos a 13.

A oposição aqui é muito pequena, a oposição não tem essa correlação de força dos votos obtidos lá. Então, o que eu fiz, Sr. Presidente? Eu já estava com uma questão de ordem feita. O Presidente me concedeu a palavra, depois desta votação de 13 a 11, e eu fiz a questão de ordem, Sr. Presidente.



A questão de ordem era exatamente baseada no Regimento Interno do Senado, nos arts. 412, inciso IV; 258; e 98, inciso VI: que o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos remetesse para a Mesa Diretora desta Casa, portanto para V. Ex<sup>a</sup>, o processado.

Porque na semana passada eu dei entrada em um requerimento solicitando que vários projetos de lei que tramitam nesta Casa, com o mesmo objetivo – que mudam a CLT, que pretendem reformar as leis do trabalho... Para que fosse, no mínimo, feito com esse projeto o que é feito com todos os projetos, Senador Capiberibe: apensado.

Se de fato isso é uma reforma, como é que nós pegamos um único projeto, que veio da Câmara – veio da Câmara –, não apensamos nenhum dos inúmeros, dezenas de projetos que tramitam, e queremos votar rapidamente?

Então, eu fiz a questão de ordem ao Sr. Presidente. E qual foi a resposta que eu recebi, Senador Eunício?

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Nenhuma. Ele não respondeu à minha questão de ordem. Nenhuma resposta eu recebi.

E aqui tem o art. 404 do Regimento Interno – 405, desculpe-me:

Art. 405. A questão de ordem será decidida pelo Presidente, com recurso para o Plenário, de ofício ou mediante requerimento, que só será aceito se formulado ou apoiado por Líder.

Eu não tive sequer a minha questão de ordem respondida. Eu fui à Mesa, de fato, e questionei isso ao Presidente da Comissão. Aí o Presidente da Comissão me disse o seguinte: "Mas como que eu poderia responder? Olha a confusão que está!". Mas, em seguida, volta para a Comissão e diz que estava reaberta a Comissão e que dava como lido.

Não! Se ele considerou a sessão reaberta, a primeira coisa que ele deveria fazer seria responder a minha questão de ordem, que estava pendente de discussão. Poderia acatar ou rejeitar, mas teria que responder para me dar o direito de recorrer a V. Ex<sup>a</sup>, de recorrer ao Plenário, Senador Eunício.

Então, eu acho... E aqui quero reforçar o apelo que fez o Senador Humberto Costa: eu não quero crer que aquele relatório foi dado como lido, porque não existe essa figura no Regimento Interno da Casa. Mesmo porque, se se considerar, Srs. Senadores, a sessão reaberta, era a minha questão de ordem que deveria ter sido respondida, ou acatada ou negada.

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, eu faço um apelo, Presidente Eunício. O momento é mais do que grave; o momento é gravíssimo. Eu acho que o que o Parlamento brasileiro não pode fazer neste momento é tentar fazer de conta que não há problema nenhum e que a Casa está trabalhando normalmente. A Casa não está trabalhando normalmente. Aqui, repito as palavras ditas pelo Líder do PMDB na Comissão: há um Senador da República afastado por medida liminar. E aí nós vamos ficar olhando para a parede como se nada estivesse acontecendo, e, pior, lendo, adiantando o processo dessas reformas que retiram direito do povo, que retiram direito do trabalhador?



Então, Presidente Eunício, faço este apelo a V. Ex<sup>a</sup>. Eu sou aqui Senadora de um partido só, e V. Ex<sup>a</sup> tem sido respeitoso com todos, do partido grande ao partido pequeno. Está na hora de V. Ex<sup>a</sup> pegar as rédeas do comando em suas mãos. Então, faço este apelo:

*(Interrupção do som.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... todos os Líderes ou, se for o caso, todos os Parlamentares e vamos debater o que nós precisamos fazer, como devemos agir para ajudar o Brasil, e não fazer de conta que não está acontecendo nada no nosso País.

Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra, pela inscrição, à Senadora Ana Amélia.

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente Eunício Oliveira, quero colaborar para que tenha início a Ordem do Dia e dizer que as imagens valem mais do que mil palavras. Não se trata apenas de uma agressão a um Senador Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, mas de uma agressão à instituição Senado Federal. Não é trazendo de volta os erros do passado que vamos tentar corrigir ou explicar os erros do presente. A sessão de hoje não se explica pelo passado; explica-se pelo que foi feito no dia de hoje. E essa vergonha praticada nos atos não democráticos não se coaduna com quem defende democracia. O que nós vimos nas cenas hoje envergonharam a Casa e a instituição.

Faço minhas as palavras do Senador Tasso Jereissati e do Senador Cássio Cunha Lima.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, para mim, a maior vergonha é retirar os direitos do povo da forma como estamos retirando e colocar o País na crise mais grave que nós já vivenciamos nos últimos tempos. Como diz Raduan Nassar, nós vivemos tempos sombrios, muito sombrios, Sr. Presidente.

E esses tempos sombrios começaram no final de 2014, e nós alertamos o Brasil, porque aquilo que se estava fazendo logo após a eleição da Presidenta Dilma e o que continuou acontecendo durante o processo de *impeachment* só poderia levar à desestabilização e ao caos político que este País está vivendo hoje. Não tem como acabar bem algo que começou mal. E a intolerância e o ódio de que tantos Senadores aqui falaram neste plenário não foram incentivados por nós, não foram incentivados pelos Senadores da oposição, do PT, por quem apoiava a Dilma e o Lula, mas foi incentivado exatamente por aqueles que nos acusam hoje: pelo PSDB. Não foi um, dois, três, quatro, cinco, seis discursos que eu ouvi, deste plenário, de Líder do PSDB, inclusive do Senador Aécio Neves, que não está conosco agora, incitando a violência, dizendo que o Brasil, para melhorar, tinha que extirpar a organização criminosa que era o PT, que nós não teríamos estabilidade se o PT não fosse varrido do mapa. Incentivavam o ódio, incentivavam a briga nas ruas, com a militância. Puseram ódio no coração do povo brasileiro. Agora são esses senhores que vêm aqui, de forma cândida e mansa, falar aqui como se fossem vítimas que sofreram um processo de agressão.



Quando nós chegamos à Comissão de Assuntos Econômicos, hoje pela manhã – cheguei lá –, o Senador Tasso ainda não estava lá. Quando ele chegou, fui falar com ele e eu disse assim: "Senador, não abra a reunião, porque é uma reunião única para a audiência pública e para a leitura do relatório. Não abra a reunião porque V. Ex<sup>a</sup> não tem quórum para abrir esta reunião, e já passou meia hora do horário de convocação." Era convocada às 8h30, e às 9h ainda não estava aberta. Ele não quis me dar ouvidos e abriu a reunião. Não está certo isso.

Nós vamos resistir para não ler o relatório, até porque o Senador que está fazendo o relatório, apresentando o relatório, havia dito no seu Facebook que não apresentaria o relatório porque estávamos vivendo tempos anormais, de crise, com o que aconteceu com o Presidente da República e também com um Senador desta Casa. Aí depois mudam de ideia, e vão para cima, na força, para fazer a leitura de um relatório. Um relatório que retira direitos das pessoas?

Nós não estamos falando de um projeto qualquer aqui; nós estamos falando de um projeto que afeta o Brasil, que afeta milhões de brasileiros, pessoas que trabalham. Os senhores sabem que mais de 70% dos trabalhadores deste País ganham até dois salários mínimos? E os senhores sabem para quem é dirigida essa reforma trabalhista? É para esses que ganham até dois salários mínimos. Não é para nós que estamos aqui. Não é para a cúpula do serviço público. Não é para os empresários, que ganham muito dinheiro.

Esta Casa está sistematicamente desrespeitando a Constituição e o povo brasileiro. Quais foram as matérias que nós votamos aqui recentemente que foram a favor do povo? Eu gostaria que os Senadores elencassem. Agora, eu posso elencar as que foram contra o povo: a maioria. Inclusive matérias que beneficiam o andar de cima da sociedade, porque é muito usual a gente votar aqui remissão de dívida, votar aqui para que tributos não sejam cobrados. Agora esse Governo deixou de cobrar uma dívida de 25 bilhões do banco Itaú. Estão agora os ruralistas negociando para não pagar o Funrural dos trabalhadores. É isso que esta Casa dá ao povo brasileiro. E vocês querem que a gente vá manso nisso?

Nós tivemos o *impeachment* aqui. Os senhores arrancaram uma Presidenta legitimamente eleita com 54 milhões de votos. Rasgaram a Constituição. Os senhores fizeram isso, rasgaram a Constituição. E agora vêm falar em Regimento Interno? Vêm falar em Constituição para resolver a crise? Como vêm falar nisso? Não têm condições, não. Quem começou essa instabilidade foram vocês que votaram pelo *impeachment* da Dilma. Foram vocês que não aceitaram o resultado das urnas em 2014. Foi o Senador que está afastado aqui, que entrou com uma série de recursos – inclusive no Tribunal Superior Eleitoral –, que fez um monte de discursos de ódio neste plenário.

Nós vamos lutar pelo direito dos trabalhadores nesta Casa, senhores. Vocês não vão tirar direito do trabalhador na mão grande, não. Vocês já tiraram uma eleição e vão querer fazer essa reforma trabalhista de quinta categoria? E vão querer fazer uma reforma previdenciária de quinta categoria?

Vamos ter ousadia aqui para começar, então, arrumando a nossa Casa, esta Casa aqui, e votar alguns projetos que nós já colocamos na pauta, da redução dos nossos salários, da redução da verba de gabinete, de entrega dos nossos imóveis funcionais. Disso aí ninguém fala, isso fica bonito, porque aí não, aí é direito nosso, é constitucional. E vamos desmontar o direito do povo brasileiro.

Os senhores querem que a gente fique manso e vêm para cá fazendo um discurso de vítima, falando molinho, que foram desrespeitados. Nós pedimos para adiar a leitura do relatório.





Começaram uma reunião ilegal. Não podia, não havia quórum. Avisamos isso. O povo brasileiro não merece essas reformas. Ninguém foi eleito com essa plataforma aqui deste Governo ilegítimo que não tem popularidade, que está caindo de podre.

Vocês querem mostrar o quê? Normalidade para o mercado? Que mercado? O mercado é mais importante que o povo brasileiro? É isso? Nós temos que continuar pagando renda desse mercado sacrossanto e o povo brasileiro que se ferre? É isso que nós estamos fazendo? Então, não venham com vitimização aqui, não venham falar mansinho aqui e dizer que são vítimas, não.

Nós propusemos, na reunião da CAE, para suspender a reunião e fazer uma reunião de Líderes, para discutir a crise em que este País está enfiado e o Congresso Nacional está enfiado junto. Vamos fazer uma reunião. Vamos ter a coragem, por exemplo, se nós queremos consertar a crise, de antecipar as eleições de 2018. Por que nós não temos essa coragem e essa grandeza? Por que lida com o nosso direito, com o nosso mandato? Aí ninguém quer antecipar fim de mandato? Agora, antecipar fim de direito de trabalhador nós podemos. Agora, antecipar fim de direito previdenciário nós podemos, mas o nosso mandato, não.

Vamos ter coragem. Se nós temos espírito público aqui, o que nós temos que fazer é nos reunir e antecipar as eleições de 2018. Todo mundo para o voto e para a urna. Só o voto salva este País. Não vai haver acordo de cúpula, acordo de Congresso, acordo que se faça nos bastidores para que este País saia da crise. A crise está dada, está posta. Não é porque houve essa briga aqui no Senado... E não venham me dizer que é a primeira vez. Eu já vi briga absurda neste plenário, já vi gente rasgar a Constituição, sapatear aqui, e não era do PT, não, era do Democratas, inclusive, o que eu vi. Então, vamos parar com esse papinho. Vocês estão retirando direito do povo brasileiro e vêm se fazer de vítima aqui? Toma tento na vida, gente. O que é isso? Nós vamos lutar pelos trabalhadores e vamos lutar pelo povo deste País. Nós não podemos permitir que este Congresso, na mão grande, retire esses direitos.

Eu espero sinceramente, Presidente Eunício, que V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente desta Casa, convoque uma reunião de Líderes, urgente, para a gente discutir esta crise, a crise em que o Brasil está metido, a crise em que o Congresso Nacional está metido. E que a gente possa ter a decência de oferecer ao povo brasileiro uma resposta clara que não seja a retirada dos seus direitos para satisfazer o mercado financeiro. Não é isso, não foi para isso que nós fomos eleitos. Vamos ter dignidade...

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ...se queremos consertar. Então, vamos consertar começando por nós mesmos.

Acho que a melhor coisa que nós temos para dar ao País é antecipar a eleição. Não há melhor remédio na democracia, Senador Eunício, que o voto do povo. E quem não tem medo do povo se submeta ao voto. Vamos antecipar as eleições de 2018.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Lindbergh e depois ao Senador Moka. Na sequência, vou votar a medida provisória.

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu também acho interessante alguns fazerem discurso de vítima aqui. Sr. Presidente, nós estamos enfrentando



muitas coisas. Nós enfrentamos todo o debate do *impeachment* aqui. Os senhores sabem, sabem porque participaram do debate, que não houve crime de responsabilidade. E nós enfrentamos. Naquele momento, não houve nada tão grave como hoje, de fato. Sabe por quê, Presidente? Porque as nossas questões de ordem eram respondidas. No caso da Senadora Vanessa Grazziotin, fez uma questão de ordem que foi ignorada. Na verdade, a Comissão já começou errada, começou trabalhando sem quórum, depois da meia hora inicial, às nove e tanto da manhã. Não poderia ter começado.

Agora, eu fico impressionado, porque parece que a fraqueza subiu à cabeça. No momento em que esse Presidente está aí, a gente sabe que este Governo não se sustenta, que vai cair, que nós deveríamos estar aqui discutindo a mala semanal do Rodrigo Rocha Loures de 500 mil, que, segundo Joesley Batista, era do Temer. Rodrigo Rocha Loures era o intermediário. No momento em que o Senador que era o Presidente do PSDB e que nos chamava de organização criminosa foi afastado, esses senhores com mandato, como Romero Jucá, dizem o seguinte: "Nós vamos atropelar! Nós vamos passar por cima deles, rasgando o Regimento!" Foi isso que houve. Sabe por que, Sr. Presidente, eles fizeram isso? Porque eles queriam nas manchetes dos jornais de amanhã: "Temer frágil, mas aprovou as reformas. Está lendo a Reforma Trabalhista". Era o recado que eles queriam passar para o mercado. Se houvesse bom senso por parte deles, eles teriam cancelado aquela reunião da CAE. Por que o interesse em atropelar? É porque precisavam disso. Estavam, Senador Capiberibe, usando o Senado Federal numa manobra para proteger o Temer. Eles precisavam daquela manchete para passar um ar de normalidade.

Só que, Sr. Presidente, os senhores não estão entendendo. Aquele projeto de reforma trabalhista acaba com o décimo terceiro, com férias, com FGTS, acaba! Cria a figura do autônomo exclusivo. Eu chamo qualquer um para o debate. Transforma o trabalhador em PJ. Nós não vamos aceitar que os senhores passem por cima dos trabalhadores dessa forma. Não contem com a gente. Querem o quê? Que fiquemos, como disse a Senadora Gleisi, mansos, para Romero Jucá comandar o trator por cima dos trabalhadores para acenar para o mercado? Não! O retrato disso que houve é o retrato do Brasil em que os senhores irresponsavelmente jogaram o País desde que afastaram a Presidenta Dilma Rousseff. Não pensem, Sr. Presidente, num momento como esse! Foi duro hoje. Nós dissemos: "Isso parece provocação com a gente". Estão dizendo desde ontem, porque o Senador Ricardo Ferraço, na semana passada, na quinta-feira, tinha dito: "Eu vou suspender a tramitação da reforma trabalhista, porque há uma grave crise institucional". Mas ontem ele disse que não, que ia votar, que ia ler. Era preciso ter chamados os Líderes, ter discutido.

Presidente Eunício, nós não estamos em situação de normalidade. Enquanto o Temer estiver na Presidência da República, impedir essa questão das reformas, para mim, para nós, é muito importante. Não vai existir paz nas ruas. Não vai existir paz no Parlamento com o Temer na Presidência dando ordens aqui, construindo um acordo da reforma trabalhista que diz o seguinte: "Vamos votar o projeto na íntegra". E o Temer manda uma medida provisória, senhores. Os senhores acham isso razoável? Com a gente, isso foi uma provocação. Com o Senador Paulo Paim, que tem uma luta histórica, o que houve hoje é provocação!

Aí, os senhores querem o quê? Que nós tenhamos sangue de barata? Que eles rasguem o Regimento, não respondam à questão de ordem de Vanessa, passem por cima dos trabalhadores, e nós, lá? É isso o que os senhores achavam que ia acontecer?



Então, Senador Eunício, não sou Líder, mas acho que V. Ex<sup>a</sup> tinha de chamar uma reunião de Líderes, para discutir o nosso funcionamento daqui para a frente. Lá na Câmara, está havendo obstrução generalizada.

O grande debate que existe hoje no País é o que fazer; é o afastamento de Temer. Eu defendo eleições diretas. Eu vejo gente defendendo eleições indiretas. Esse é o debate do País. Eu, sinceramente, estou muito preocupado com o que a gente está vivendo.

Eu só espero e confio na Presidência do Senador Eunício Oliveira para tentar, a partir de hoje, fazer uma reunião dura com cada setor. Eu, inclusive, sugiro, Senador Eunício, conversas separadas também com cada partido, V. Ex<sup>a</sup> como Presidente desta Casa.

Agora, eu chamo a atenção para a gravidade da crise. Senador Eunício: um Governo fraco desse jeito não pode querer fazer o que eles fizeram hoje. Chega! Para isso temos de ter um consenso. Eles não têm condições de passar a reforma previdenciária e a trabalhista. Vamos parar com isso! Esse Governo não tem condições.

Então, faço um apelo, para que V. Ex<sup>a</sup>, no alto da sua autoridade, que todos nós respeitamos, conduza uma conversa de entendimento com as diversas forças políticas e partidos aqui no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra, como último orador, e vou dar sequência à medida provisória que vamos colocar em votação, ao Senador Moka. Na sequência, vou dar início à leitura do Projeto de Lei de Conversão nº 4.

Senador Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Eunício Oliveira, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, eu tenho oito mandatos consecutivos, 35 anos de vida pública, e o que eu vi hoje lá na Comissão de Assuntos Econômicos... Eu vi; não cheguei na última hora. Eu estava lá desde o início, e eu era apenas e tão somente suplente, mas eu queria estar lá, porque, se faltasse algum membro titular, eu não queria me omitir. Não sou homem de me omitir. Agora, o que foi feito com o Presidente foi uma coisa lamentável, porque, no Parlamento, há uma coisa sagrada que é, quando não há consenso... E eu invoco o testemunho de vários Senadores aqui, inclusive do Senador Paim, Fernando Bezerra, de vários. Eu tentei um acordo e falei: ele só vai ler e vai dar vista coletiva.

Tem 137 emendas! Esse projeto ainda vai passar por mais duas comissões. Por que isso hoje? Era ler! Nós não íamos votar. Não ia ter decisão. Era ler. Agora, eu ouço aqui que a leitura era para o mercado. Ora, a leitura é o nosso trabalho, a leitura é aquilo que a Comissão de Assuntos Econômicos se propôs a fazer.

E o que era, o que aconteceu? Avançaram no Presidente e não deixaram... O Presidente teve que dar como lido. Ele não tinha alternativa, deu como lido.

Agora, eu pergunto: será que, quando ao pedia aos Senadores o bom senso, que era só deixar ler e dar a vista coletiva. Depois nós não teríamos esse clima que nós temos aqui agora, até porque vários Senadores, inclusive o Presidente, aceitaram o diálogo e o consenso na mesma hora. Ele disse publicamente.

Então, Sr. Presidente, eu lamento muito, mas hoje o Senado patrocinou alguma coisa que eu, nesses 35 anos de vida pública, nunca havia assistido. Pessoas partindo para agressão física, ignorando a liderança e a autoridade de um Presidente de uma comissão. Isso é muito grave! É gravíssimo! Quem não acreditar é só pegar as imagens para ver.



Eu digo para vocês aqui: eu não tenho preocupação. A minha preocupação maior é com este País. Este País precisa continuar. Nós temos que dar a este País exatamente o rumo que ele precisa ter. E quem for contra as reformas vote contra as reformas; e quem for a favor vote a favor e assuma o ônus disso. Não há consenso e é por isso que nós estamos aqui. Quando não há um consenso na sociedade, essa divergência é decidida no voto. Esse é o princípio da representatividade e do regime democrático.

Pois muito bem. Foi feita a votação que eu não queria que se fizesse. Eu sabia o que ia acontecer: treze a onze. Perdeu a votação. Perdeu a votação e, logo em seguida, houve aquele tumulto. Eu, sinceramente, acho que as pessoas que eu consultei, com quem eu falei, a quem eu pedi: "Vamos evitar isso", hoje, tenho certeza, depois do que aconteceu, se eles pudessem antever o que ia acontecer, muitos deles teriam me ajudado a construir um acordo e evitar esse constrangimento para o Senado da República.

Sr. Presidente, mas eu sou um homem convergente. A minha forma de ser é pregar a convergência e eu acho que, mais do que nunca, nós vamos encontrar o caminho. Eu acho que isso talvez vai servir para que homens e mulheres possam refletir melhor e, sob a liderança de V. Ex<sup>a</sup>...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – ... sob a liderança de V. Ex<sup>a</sup>, numa reunião de Líderes, e pode ser de outras pessoas, achar o caminho combinado de como é que nós vamos fazer para este País continuar crescendo, porque ele não pode ficar parado.

Com crise ou sem crise, o País precisa andar. É isso que eu acho, Sr. Presidente, e eu, como brasileiro, acima de partido, acima de qualquer questão maior, eu sou brasileiro, sul-mato-grossense e nasci na fronteira deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Ordem do Dia.

Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2017, que altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim, cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, altera os limites do Parque Nacional de São Joaquim, assim como seu nome para Parque Nacional da Serra Catarinense, e dá outras providências (proveniente da MP nº 756, de 2016).

Parecer nº 1, de 2017, da Comissão Mista. O Relator foi o Deputado José Priante e a Relatora foi a Senadora Ângela Portela, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Conversão que apresenta.

A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 16 de maio e seu prazo de vigência se esgotará no dia 29.

Prestado esse esclarecimento, passa-se à apreciação da matéria.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, Senadora Gleisi Hoffmann.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, nós tínhamos tirado na nossa Bancada do PT – mas também com os Senadores da oposição – a posição de fazer obstrução hoje nos trabalhos do Senado da



República, como está acontecendo na Câmara, até pelos argumentos que já colocamos aqui na tribuna quando nos manifestamos sobre o que aconteceu na CAE.

Não achamos que nós estamos numa situação de normalidade para continuar como se nada estivesse acontecendo. Mas quero considerar o apelo que V. Ex<sup>a</sup> fez para nós para que pudéssemos votar essas matérias, para que o Senado pudesse deliberar, já que são MPs que podem cair, vão cair dia 29, e isso pode prejudicar diversas regiões do País.

Então, nós vamos votar aqui as MPs, nós vamos participar aqui do processo, mas eu queria fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup>: que V. Ex<sup>a</sup> chamasse uma reunião de Líderes. Não para discutir a pauta. Que V. Ex<sup>a</sup> chamasse uma reunião de Líderes, pode ser hoje, depois da sessão, pode ser amanhã de manhã, para a gente discutir a crise, mas sobretudo o funcionamento desta Casa. Nós não podemos fazer de conta que nada está acontecendo. Nós queremos discutir com os Líderes como nós vamos funcionar o Congresso Nacional nessa situação em que nós estamos.

Então, eu queria fazer esse apelo a V. Ex<sup>a</sup>: assim como a gente está atendendo um apelo de V. Ex<sup>a</sup> para dar andamento normal à sessão hoje, eu queria fazer esse apelo a V. Ex<sup>a</sup>, sob pena de nós termos outros conflitos instalados na Casa como tivemos hoje na CAE.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora, esta Mesa e esta Presidência entendem que o melhor caminho para o Parlamento – e numa democracia – é o diálogo. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> tem inteira anuência desta Presidência para que conversemos, como bem colocaram aqui o Senador Humberto Costa, o Senador Moka e outros Senadores, no sentido de que busquemos o entendimento para o funcionamento.

E eu quero deixar bem claro que esta Casa não funciona como uma pauta do governo. Eu sempre disse aqui, e tenho procurado cumprir à risca, que a pauta é da Casa. Quando o governo tiver interesse na pauta, o governo vai defender a pauta. Esta Mesa e esta Presidência aqui não representam uma filiação partidária quando estão sentados nestas cadeiras. Representam, sim, os 80 Senadores que compõem a Casa. E é minha responsabilidade buscar, sempre, a convergência e o entendimento nesta Casa, porque é meu dever de ofício como Presidente.

Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória e das emendas, em turno...

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Senador Capiberibe pede a palavra.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa medida provisória foi lida na quinta-feira passada – ou na sexta. Mas, enfim, ela trata de temas que são caríssimos à Amazônia em relação aos acordos que o Brasil firmou no âmbito das mudanças climáticas. Nós não tivemos tempo de nos aprofundar nesse tema. Depois, essa medida provisória está trazendo alguns jabutis inseridos nela.

Nós temos aqui um estudo da WWF que nos mostra o tamanho da área que vai ser desmembrada dessa unidade de conservação. Eu faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que nos dê a oportunidade de estudar melhor essa medida provisória, de analisá-la e, também, de sugerir algumas mudanças nessa medida provisória. Não é possível tratarmos assuntos tão relevantes que vão impactar não só a Floresta. Para V. Ex<sup>a</sup> ter uma ideia, ontem mesmo, antes de aprovada essa medida provisória, já houve invasão na área de conservação. Cinquenta famílias se instalaram, invadiram essas áreas. É verdade que temos posseiros que estavam lá antes da



criação da medida provisória, mas só o fato de colocar em votação essa medida provisória já abriu as portas para novas invasões.

Eu acho que seria prudente a gente ter um tempo a mais para poder discutir e debater. Renovo esse apelo a V. Ex<sup>a</sup> porque isso nós não sabíamos que estava na pauta. Nós viemos tomar conhecimento há poucas horas. Portanto, faço esse apelo a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Capiberibe, só para não deixar dúvida em relação ao comportamento da Mesa. Essa matéria foi lida na quarta-feira e foi publicada. Desde quarta-feira ela está em pauta – publicada, inclusive. Está aqui a pauta do Senado. Então, peço desculpas a V. Ex<sup>a</sup>. Talvez V. Ex<sup>a</sup> não...

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Desculpe-me, Excelência, mas, no meio dessa crise, convenhamos... Estamos numa crise que atrai nossa atenção para outras atividades.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concordo com V. Ex<sup>a</sup>. Não estou aqui recriminando V. Ex<sup>a</sup>. Estou apenas colocando a realidade, expondo a posição da Mesa em relação a essa questão para não gerar dúvidas, porque ela foi lida e pautada. Inclusive, na reunião de líderes de hoje nem foi discutida, porque já estava na pauta anterior, colocada desde quarta-feira, quando foi lida. Ela e outras matérias que estão na Ordem do Dia, como autoridades e outras.

O Senador Flexa pediu a palavra?

Senador Flexa.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores. Quero primeiro, Presidente, antes de tecer comentários sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2017, que trata da Medida Provisória 756, de 2016, lamentar ter tido a necessidade de ausentar-me da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Tinha uma audiência com o Embaixador da China para tratar de assunto de interesse do Estado que eu tenho a honra de aqui representar: que é o Estado do Pará. E lá estive, junto com o Governo Federal, através do Programa de Parcerias de Investimentos, para defender a inclusão da Fepasa como continuação da Ferrovia Norte-Sul, ligando a Norte-Sul ao Porto de Vila do Conde. Como disse, inscrever a Fepasa no programa de investimentos que será lançado terça-feira próxima, em São Paulo, do fundo China, com investimentos da ordem de US\$20 bilhões do Governo da China e 1/3 disso pelo Governo brasileiro. Eu não podia deixar de estar nessa audiência e, por isso, tive de ausentar-me.

Mas quero aqui lamentar o ocorrido ao final da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Passei aqui 12 anos, ou um pouco mais, na oposição e sei como a situação, naqueles anos todos, se portava no Congresso Nacional e, em especial, no Senado Federal.

Como foi dito aqui, e muito bem dito, pelo Senador Moka: quando não há entendimento, vamos colocar as nossas posições, Senador Eunício, no voto. Vamos votar.

Aqui, várias vezes fomos também vencidos e aceitamos ser vencidos. Vamos dar continuidade. A crise que o País está atravessando foi construída pelo PT, construída pelo PT nesses 13 anos e meio de desgoverno, que foram e estão sendo mostrados para toda a sociedade brasileira, através dessas lamentáveis – lamentáveis – delações que estão sendo colocadas a conhecimento de todos.



Mas não vou tratar desse assunto agora. Vou deixar para fazê-lo no pronunciamento que possa ter este assunto como ponto principal. O que quero aqui agora é continuar defendendo o meu Estado, continuar defendendo o Estado do Pará, como fiz na audiência com o Sr. Embaixador da China.

E quero lamentar aqui o Senador Capiberibe, que há pouco usou da tribuna para fazer um apelo para que nós não continuássemos a votação do projeto de lei de conversão, dizendo que era preciso continuar a ser debatido. Senador Capiberibe, V. Ex<sup>a</sup> é vizinho do Estado do Pará. Só para o conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>, este assunto vem sendo debatido há 11 anos. Há 11 anos nós, do Estado do Pará, debatemos junto aos diversos governos que por aqui passaram o assunto que agora nós estamos, graças a Deus, na iminência de resolver. V. Ex<sup>a</sup> precisa saber: são mais de mil famílias – mil famílias – que terão as suas condições regularizadas pela aprovação desse projeto de lei de conversão.

E é importante que na discussão da 756, Presidente Eunício Oliveira, citar fatores que precisam ser considerados, inclusive a história da colonização da área e a forma pela qual as unidades de conservação foram criadas.

Primeiramente, é bom levar em conta a composição do território do Estado do Pará: 23% do meu Estado são terras indígenas; 16,3% unidades de conservação federais...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... 17% unidades de conservação estaduais; 6% de projetos de assentamentos; 3,6% quilombos, Forças Armadas, comunidades tradicionais, gestão florestal, produção florestal e proteção da biodiversidade. Totalizando, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, 65,93% do território estadual em áreas protegidas – em áreas protegidas.

No caso específico do Município de Novo Progresso, onde se encontra a Flona do Jamanxim, até 2005, 36,64% de áreas protegidas, sem considerar os 80% da reserva legal e as APPs.

Em 2006, o Governo Federal criou diversas unidades de conservação no sudeste do Pará, dentre elas, o Parque Nacional do Rio Novo e a Floresta Nacional do Jamanxim, 74% das áreas protegidas, repito, além da reserva legal e das APPs.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Em 2005, foi iniciado o processo administrativo de criação...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... que levaram à escolha dos locais: dimensões, categorias e delimitação, não fazem parte dos autos, levando a crer que as unidades da região foram criadas sem os estudos devidos.

Há 11 anos, tentamos encontrar uma solução pacífica para o impasse. Foram inúmeras reuniões com representantes da população e do ICMBio. Os moradores que ali se instalaram, antes da criação da Flona, nunca desistiram. Os representantes das associações de produtores vieram à Brasília dezenas de vezes, buscando diálogo na luta por sua dignidade.



Com o passar do tempo, em diálogo com o ICMBio, chegamos cada vez mais próximos a um entendimento em relação à área da Flona, que deveria ser recategorizada de forma a corrigir a injustiça causada pelos equívocos do passado.

Sr. Presidente, eu não vou...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... falar sobre todos os fatores que nos levam a pedir aos meus pares pela aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 4, que trata da solução buscada, como eu disse, há onze anos, por mais de mil famílias, que têm representantes aqui aguardando exatamente o fim desse calvário pelo qual passam, porque eles foram para o meu Estado, para aquela região, num programa do Governo Federal, àquela altura, de terras sem homens, para homens sem terras.

Assim, eles foram chamados...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... para a Amazônia e, especificamente, para Novo Progresso, para o Estado do Pará.

E não é possível que, por esse chamamento, eles venham a ser considerados como intrusos nessas áreas, onde eles tratam de construir as suas famílias, por 40 anos.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E agora seria o caso de serem expulsos.

Graças a Deus, nós vamos, com o apoio que eu peço dos meus pares, ao aprovarmos o projeto de lei de conversão, darmos uma solução digna para essas mil famílias poderem continuar sustentando os seus familiares com o trabalho digno nas terras agora regularizadas pelo Projeto de Lei de Conversão nº 4.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir a matéria...

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – A matéria.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Para discutir a matéria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem. Para discutir. Espera, para discutir a matéria, está inscrita a Senadora Vanessa Grazziotin.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – À vossa esquerda...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Humberto.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Cidinho, Senador Dalirio Beber.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Capiberibe, para discutir a matéria. Sr. Presidente, Sr. Presidente. Para discutir a matéria.





**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Cidinho.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, apenas para manifestar a minha solidariedade com a população de Novo Progresso – juntamente com o Senador Flexa Ribeiro –, essas pessoas que estão há 12 anos angustiadas pelo que aconteceu lá, de criarem uma reserva legal em cima da área deles. Eles foram incentivados a se mudar para lá, desenvolver; passaram e passam por todo tipo de dificuldades, tanto de infraestrutura como também nessas questões ambientais. E agora temos a oportunidade de fazer justiça com essa população do norte do País, que sofre. Então, acima das ideologias, dos egoísmos de quem não passa por essa situação por que passam essas famílias, vamos respeitar o direito e vamos aprovar essa MP hoje, antes que expire o seu prazo de validade.

Era só isso, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou dar a palavra à Senadora Vanessa, vou pedir desculpa ao Senador Dalirio. Na sequência darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> e depois ao Senador Capiberibe.

Senadora Vanessa, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu também faço questão de debater essa matéria, que considero da mais extrema importância e relevância, mas antes eu quero registrar, Sr. Presidente, que a Medida Provisória nº 756, que foi editada em dezembro do ano passado, 2016, tinha como objetivo inicial – o Senador Flexa é conhecedor – alterar os limites da Floresta Nacional do Jamanxim (Flona), do Parque Nacional do Jamanxim e criar a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim.

Entretanto, a nova redação, que foi dada através de um projeto de lei de conversão, mudou bastante o objetivo inicial da medida provisória. Primeiro, ela cancelou a ampliação do Parque Nacional do Rio Novo e reduziu a Flona do Jamanxim, ainda mais do que havia sido previsto originalmente. Ou seja, originalmente a previsão para a diminuição dessa Área de Proteção Ambiental era de 305 mil hectares, e na Câmara dos Deputados foi mudada para 486 mil hectares; e também foram transformados na Área de Proteção Ambiental (APA) Jamanxim, e alterados os limites do Parque Nacional de São Joaquim, assim como o nome para Parque Nacional da Serra Catarinense.

Ou seja, uma medida provisória que inicialmente tratava de uma medida que eu até considero importante, mudar o tamanho de uma reserva ambiental para permitir a construção de equipamentos públicos – no caso, de infraestrutura; no caso, uma estrada – muda radicalmente o tamanho da área diminuída e ainda acrescenta outros pontos que considero extremamente questionáveis.

Por exemplo, fizeram uma recategorização de uma outra unidade que não estava no texto original da medida provisória: a Reserva Biológica (Rebio) Nascentes da Serra do Cachimbo, que foi transformada em duas novas Unidades de Conservação (UCA). Ou seja, a própria Serra do Cachimbo, que é uma reserva ambiental, foi transformada numa unidade de conservação. E nós sabemos plenamente que há diferenciação nessa denominação quanto ao uso da terra. E mais: a Área de Proteção Ambiental Vale do XV, com mais de 178 mil hectares, e o Parna Nascentes da Serra do Cachimbo, com mais de 162 mil hectares, também foram modificados, além das unidades de conservação no Pará.



O Projeto de Lei de Conversão nº 4, portanto, incorpora ainda uma emenda que reduz o Parque Nacional de São Joaquim, lá em Santa Catarina, em 10 mil hectares.

Eu, Sr. Presidente, na impossibilidade de debater mais uma matéria que acho fundamental, gostaria que o encaminhamento sugerido pelo Senador Capiberibe pudesse ter sido observado pelo Senado Federal e, quem sabe, até pudesse eu votar favoravelmente à medida se não houvesse tantas modificações, Senador Capiberibe, tantas modificações, cujos impactos não estão ainda plenamente explicados, sobretudo no meio ambiente.

Eu sou do Estado do Amazonas; eu sei o quanto é importante trabalharmos de forma correta e justa as áreas de preservação ambiental. Não concordo, por exemplo, que sejam consideradas áreas de preservação ambiental...

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... aquelas que historicamente sejam ocupadas por pessoas e ainda mais áreas de conservação absolutas, como, no caso, as reservas ambientais. Por outro lado, nós temos de entender a importância que essas áreas de proteção têm tido para a Amazônia. Nós tivemos nesses últimos anos uma diminuição significativa, significativa no que se refere ao desmatamento da Amazônia. E isso é importante não só para a nossa região, não só para o Brasil, mas é importante para o equilíbrio climático do Planeta.

Então, eu lamento muito e por isso, Sr. Presidente, fiz questão de fazer essa intervenção para dizer que, lamentavelmente, gostaria de estar votando a favor da matéria com a qual originalmente eu até concordo, mas, lamentavelmente, pelas mudanças proferidas na Câmara, eu tenho que registrar o meu voto contrário à aprovação da medida provisória.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Capiberibe; ao Senador Dalirio.

Desculpe-me, Senador Capiberibe, mas, pela ordem de inscrição, era o Senador Dalirio e, na sequência, V. Ex<sup>a</sup>. Perdão, perdão da Presidência.

**O SR. DALIRIO BEBER** (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente Eunício, obrigado pela oportunidade.

Nós, de fato, aproveitamos a Medida Provisória nº 756 para resolver em definitivo uma situação que vive a população de Santa Catarina, em especial aqueles que residem na Serra Catarinense. Refiro-me ao Parque Nacional de São Joaquim, criado em 1961 através de decreto da Presidência da República que estabeleceu, em função das medidas então ditadas, que o parque tinha um determinado perímetro. Com o passar do tempo, foram nascendo as atividades produtivas, de exploração da... Sempre respeitando os limites do mapa que havia se originado naquele decreto que criou o Parque Nacional de São Joaquim.

No início dos anos 2000, um projeto de lei buscou, por meio da tramitação na Câmara e no Senado, que fosse aprovado através de lei, exatamente para permitir que o parque pudesse ter uma exploração, talvez até no processo de concessão. No entanto, ao aprovar a lei, constatou-se que as coordenadas produziram um limite totalmente diferente do limite cujas plantas se originaram em 1961.

A Bancada catarinense, composta por 16 Deputados Federais e 3 Senadores, trabalhou intensamente junto aos órgãos ambientais, no sentido de regularizar a situação que se originou



com a publicação da Lei nº 13.276. Tendo em vista que havia a tramitação desta Medida Provisória nº 756, a Bancada catarinense, na sua totalidade, apresentou uma emenda que foi acatada pelo Relator, Deputado José Priante, permitindo, aí sim, uma vez aprovado aqui nesta Casa, que nós pudéssemos ter regularizada a situação da área do Parque Nacional de São Joaquim.

E também, digamos, aproveita-se a oportunidade para mudar o nome: Parque Nacional da Serra Catarinense, uma vez que do Município de São Joaquim foram desmembrados outros Municípios, e hoje 100% da área que compõe esse parque pertence a quatro Municípios: Município de Urubici, Município de Bom Jardim da Serra, Município de Grão Pará e Município de Lauro Muller.

Com isso nós, com certeza, vamos ter a regularização, permitindo que os proprietários possam ser indenizados e os que estão fora dos limites do parque possam explorar as suas atividades agropastoris ou outras atividades, bem como a exploração da energia eólica, uma vez que lá existe um potencial que pode ser explorado.

Nós gostaríamos de acrescentar que, além dos quase 40 mil hectares que constituem o parque, em área contígua existe um parque estadual, o Parque Pedra Furada. E o Município de Lauro Muller, através de duas leis, tem 6,2 mil hectares de área também de preservação. Portanto, nós atingimos praticamente os 50 mil hectares de preservação que eram do decreto de 1961. E a bem da verdade, naquela descrição falava-se que começava mais ou menos em tal lugar e ia mais ou menos a tal lugar.

Então, a preservação permanente – e agora com a regularização, se nós tivermos a aprovação das senhoras e dos senhores Senadores – vai permitir que nós tenhamos, lá na Serra Catarinense, a regularização desse parque, permitindo que volte a tranquilidade a toda aquela população.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Capiberibe.

Senador Capiberibe, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Capiberibe... V. Ex<sup>a</sup> me permite fazer uma retificação? Eu falei bastante em uma mudança na reserva Rebio da Serra do Cachimbo, no Pará. Na realidade, essa propositura foi tirada no plenário da Câmara, e não consta mais do projeto de lei de conversão. Então, é a retificação que eu faço a mim mesma aqui, Presidente. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Está feita a retificação de V. Ex<sup>a</sup>. Vou recuperar o tempo do Senador.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e cumprimento os Senadores e as Senadoras.

Eu gostaria de esclarecer ao Senador Flexa Ribeiro que eu não sou contrário à construção da Ferrogrão; não sou contrário. Para implantar essa ferrovia na margem da BR-163, Senador Paulo Rocha, são necessários apenas 800 hectares, porque é uma faixa na margem da ferrovia.



O Governo mandou essa medida provisória para implantar essa ferrovia, a Ferrogrão. No entanto, a Câmara de Vereadores desfigurou a medida provisória incluindo uma série de eliminações de áreas da reserva Jamanxim. Bastam 800 hectares. Hoje, do jeito que está, a medida provisória vai subtrair da reserva Jamanxim quase 200 mil hectares. É esse absurdo que nós não podemos aceitar.

Depois, Sr. Presidente, eu queria lembrar que nesse assunto, o assunto da 756, existe aí a inclusão de um assunto referente a outro bioma, em outra região do País, sem relação direta com a Medida Provisória nº 765. O STF já determinou, em julgamento com efeito vinculante, que os chamados jabutis são ilegais (ADI 5.127). A desproteção de 10,4 mil hectares representa 20% da área do Parque Nacional de São Joaquim, em Santa Catarina, e foi incluída durante os trabalhos da comissão mista, de maneira apressada e sem a apresentação de estudos técnicos.

O Senado não pode simplesmente homologar aquilo que a Câmara decide, porque, senão, não há necessidade de nós existirmos. Não há necessidade de nós onerarmos os cofres públicos se nós temos que simplesmente homologar aquilo que veio da Câmara. A medida provisória tem prazo de vencimento. Dizem: "Ah, como tem prazo de vencimento, nós não podemos mexer em nada". Ora, convenhamos: está na hora de a gente reconhecer que, nesse aspecto, o Senado não precisa existir. Se é para homologar, deixa a Câmara tomar a medida e implementá-la.

Essa medida provisória, além da supressão de áreas de unidades de conservação, contraria frontalmente os compromissos assumidos pelo Brasil sobre clima e biodiversidade. O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, naquela noite do dia 17 de maio, essas duas medidas provisórias, que alteram drasticamente unidades de conservação, e isso coloca em xeque nossos compromissos internacionais.

A MP 756, de 2016, modifica os limites do Parque Nacional do Rio Novo e da Floresta Nacional (Flona) do Jamanxim, desmembrando área desnecessária. É verdade que lá há um conflito agrário; nós sabemos disso. Existem famílias que estão lá desde antes da criação da reserva. Isso aconteceu no Brasil todo.

Lá no meu Estado, nós estamos discutindo a criação do Parque do Tumucumaque, que é a maior unidade de conservação do País – são 3,8 milhões de hectares. Mas isso, Sr. Presidente, não vai atrapalhar o desenvolvimento do meu Estado, até porque nós temos um dever mínimo de solidariedade com as gerações futuras. Nós não podemos destruir hoje os recursos naturais, negando o direito daqueles que virão depois a usufruir desses mesmos recursos.

Portanto, é inaceitável que o Senado aprove essa medida provisória do jeito que ela veio da Câmara. Esse alerta... Nós temos um estudo aqui feito pela WWF, e há 140 organizações que estão contrárias a essa medida. São organizações dedicadas às questões ambientais. Não acredito que eles estejam tentando nos enganar com um estudo que não tenha profundidade. Portanto, creio que seria importante o Senado... E eu vou pedir, Sr. Presidente, verificação de quórum. É necessário que nós saibamos quem está homologando a decisão da Câmara aqui no Senado, porque isso me parece uma situação vergonhosa e inaceitável, que a gente esteja homologando essas decisões.

Depois, há uma outra questão que me parece grave. Esse Governo está desfazendo, do mesmo jeito que está desfazendo a Constituição de 1988, está desconstituindo, acabando com a Constituição de 1988, com a reforma trabalhista...

*(Soa a campanha.)*



**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... com a reforma da previdência, também está desfazendo a legislação agrária. E agora está desmembrando áreas de reserva, de unidades de conservação, que são um compromisso da geração do presente com as gerações futuras. E isso não podemos permitir.

Eu trago aqui, Sr. Presidente... Essa aprovação... Veja bem, nem foi aprovada essa medida provisória, ainda não foi aprovada, pode ser que a gente aprove daqui a pouco; mas já estão invadindo a unidade de conservação. E lá, Sr. Presidente, no ano passado foi assassinado um policial federal. Já houve várias ações da Polícia Federal para impedir a grilagem e o desmatamento. Nós precisamos separar aqueles que ocupam áreas de boa-fé dos grileiros e daqueles...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... que avançam sobre a floresta.

Portanto, peço aos Senadores. Sou um amazônida. O meu Estado é o Estado com a maior área de proteção ambiental.

Sr. Presidente, só para encerrar.

O nosso Estado tem 72% de sua área protegida. E lá nós temos uma situação semelhante: trata-se de Vila Brasil, lá no Rio Oiapoque. Essa comunidade está lá muito antes da criação do Parque Montanha do Tumucumaque. No entanto, nós estamos trabalhando junto com o ICMBio, junto com o Ibama, para que a gente possa desmembrar a área, preservar o direito dos posseiros de boa fé que lá estão antes da criação do parque. É o mínimo de racionalidade que a gente pede para as autoridades deste País.

Olha o buraco em que nós estamos metidos, pela inconsequência...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... pela marcha da insensatez, pela má condução política que este País está tendo. Se nós estamos nesta situação de confronto, é porque nós conduzimos errado a política deste País e estamos pagando caro. O povo está pagando caro.

E só para ilustrar, nós temos hoje 14 milhões de desempregados, e parece que a gente não se dá conta disso.

Parece que a gente faz cara de paisagem para a tragédia que se abate sobre a sociedade brasileira. E nós estamos colaborando com o desfazimento da legislação que tornou este País respeitado no mundo inteiro. Este País era um país respeitado no mundo inteiro, e hoje nós estamos desfazendo essa legislação para atender grileiros, para atender invasores de terra, para ampliar a fronteira agrícola em cima da floresta. Isso é imperdoável, isso é crime contra as gerações futuras.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Paulo Rocha, para discutir a matéria.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu fui coordenador da Bancada do Pará, desde Deputado Federal e, nesse assunto, a Bancada federal do Pará, tanto os Deputados quanto os Senadores, já está debruçada nessa questão lá de Novo Progresso, que é mais conhecida como Reserva Jamanxim. Já estamos debruçados há 10, 12



anos. Nós estávamos num processo de negociação, nesse período, com o Ministério do Meio Ambiente, com o ICMBio, e já estávamos chegando a um consenso de que o governo, então, mandaria um projeto de lei para atender esse processo, de acordo com o que estava se estabelecendo com todos os setores.

Como aconteceu o processo do *impeachment*, o Governo Temer mandou para cá essa medida provisória, contrariando aquilo que vinha sendo negociado, acordado. Eu questionei, logo, então, que o instrumento para solucionar esse problema fosse a medida provisória, uma vez que estávamos em processo de discussão – o Parlamento, a Bancada do Pará, 17 Deputados Federais e 3 Senadores –, há dez anos, negociando com o governo, processando isso. Houve audiências públicas, vários setores estavam presentes nessa negociação, junto com o Ministério e junto com os Parlamentares. Então, veio a medida provisória.

Dada a complexidade da Amazônia, resolver essas questões que envolvem produção, reservas indígenas, reserva florestal, por uma medida provisória, realmente cria esse ambiente. Como nós temos um processo de calendário na medida provisória, acaba não solucionando, e as coisas se refletem através das chamadas emendas de cada Parlamentar que envolve esse debate.

Realmente, a medida provisória foi emendada com muitas emendas e acabou, no processo de conversas, de negociação, chegando ao final aquilo que foi aprovado lá na Câmara Federal. Havia muito mais coisas aí. O problema é que envolve áreas de proteção e áreas de produção. Nós acompanhamos isso. Portanto, não é o caso de que haja lá um processo de grilagem, como é costumeiro na Amazônia. Lá foi colocado um conjunto de produtores incentivados pelo governo de então para lá produzirem, como se fez desde os governos militares, e se instalaram lá. Existe gente produzindo lá há trinta e poucos anos. Por isso, nós nos debruçamos nessa longa negociação para poder resolver esse problema, uma vez que estava se efetivando a consolidação da estrada, e agora vinha a ferrovia, porque, lá na frente, está se consolidando, no Município de Itaituba, um processo de portos, que, na verdade, são entrepostos para poder escoar a produção que vem do Mato Grosso.

Então, já tinha havido um debate com audiências públicas ao longo da estrada, no período do governo Lula, para se discutir exatamente o plano de desenvolvimento à medida que estava se consolidando a estrada. Houve, portanto, um debate com toda a comunidade, com toda a sociedade para processar isso e separar o que era Flona, o que é reserva, o que era APA, o que é área de produção etc.

Então, essa medida provisória acaba solucionando em parte aquilo que nós vínhamos discutindo ao longo de todos esses anos.

Foram retirados, através da votação...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... na Câmara, alguns excessos que realmente existiam, que era o caso da Rebio. Só para os nossos Senadores saberem da complexidade, tem Flona, tem reserva, tem reserva militar, tem Rebio ao longo da estrada BR-163.

Por isso, Presidente, nós questionamos aquilo que o Senador Capiberibe já questionou ali na sua intervenção que é a questão da emenda que atende à reserva de Santa Catarina. Fizemos até um destaque sobre isso, a Bancada fez um destaque sobre isso, uma vez que seria uma



matéria possivelmente estranha à questão. Há divergências, porque uns levantam que é estranha, conforme o argumento...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... do Senador Capiberibe, que era de biomas diferentes, mas o tema de reserva florestal e de reservas nacionais, parques nacionais está dentro do tema da medida provisória.

Então, nós fizemos um destaque apenas para poder provocar o debate. No entanto, no mérito da medida provisória, a Bancada vai liberar o voto, e eu, como o Senador do Pará que estava processando essa negociação, votarei pela aprovação da medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não havendo mais quem queira discutir, vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, na verdade, no encaminhamento de votação. Deixemos para o encaminhamento de votação. Manifesto-me no encaminhamento.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Há, sobre a mesa, requerimento de destaque a ser lido. Como não tem nenhum Senador aqui do lado, eu mesmo vou ler.

Requeiro, nos termos do art. 312, parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque de Bancada para votação em separado da Emenda nº 006, de 2017, de autoria do Senador Dalirio Beber, PSDB de Santa Catarina, apresentada à Medida Provisória 756, de 2016, que altera os limites do Parque Nacional do Rio Novo, da Floresta Nacional de Jamanxim, no Parque Nacional de São Joaquim, e cria a Área de Proteção Ambiental Jamanxim.

Sala de Sessões, 23 de maio de 2017. Senadora Gleisi Hoffmann, Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores. **(Requerimento nº 367/2017 – Vide item 2.2.1 do sumário)**

A Presidência comunica ao Plenário que os requerimentos de destaque de Bancada estão deferidos, nos termos do art. 312, parágrafo único, do Regimento Interno.

A matéria destacada será votada oportunamente.

Em votação os pressupostos de relevância, urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a medida provisória. Aliás, aprovados os pressupostos.

Votação do projeto de lei de conversão, que tem preferência regimental, na forma do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados, ressalvado o destaque apresentado pela Senadora Gleisi Hoffmann.

Senador...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Só para registrar o meu voto contrário aos pressupostos.



**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Mesa registrará o voto contrário de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu peço verificação de quórum.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Já passou o prazo.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não, não.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não, não, ainda não. Ainda não, ainda não.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Peço verificação. Verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex<sup>a</sup> tem apoioamento?

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Apoio. Verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Há apoioamento para a votação da medida provisória. A medida provisória vai ser votação nominal.

Portanto, convido os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras. Vamos para o processo de votação nominal da medida provisória.

Está aberta a votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras já podem votar.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

**O SR. PAULO BAUER** (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente, o PSDB encaminha o voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O PSDB encaminha o voto "sim".

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – O Democratas encaminha o voto "sim", Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Democratas encaminha o voto "sim".

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Presidente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, em obstrução.





**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – O PT libera a Bancada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em obstrução, e eu quero explicar a obstrução. Sr. Presidente, só para encaminhar e para explicar a nossa obstrução.

Sr. Presidente, nós iniciamos esta votação em obstrução, primeiro, independente do mérito da medida provisória. Nós vamos iniciar a obstrução de todas as medidas provisórias aqui no plenário, porque compreendemos que não pode ser dado um clima de normalidade ao País, como o Senhor Presidente da República está dando. Não é normal um país em que o Presidente da República é pego em flagrante, é denunciado no Supremo Tribunal Federal pelo Procurador-Geral da República, é denunciado por formação de quadrilha, corrupção passiva, corrupção ativa, obstrução à Justiça, e o Governo quer funcionar normalmente, como se nada estivesse acontecendo.

Então, primeiro, as razões da obstrução são essas. Depois, alcançado o quórum, obviamente – por isso estamos fazendo em primeiro lugar a obstrução... E faço obstrução dessa forma e convido, Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras da oposição: primeiro encaminhamento em qualquer votação de medida provisória aqui deveria, única e exclusivamente, ser primeiro a obstrução.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Alcançado o quórum, Sr. Presidente, aí nós manifestamos a posição da REDE em relação a essa medida provisória.

Essa medida provisória é um dos mais graves crimes contra o meio ambiente no País, Sr. Presidente. É a flexibilização da existência de unidade de conservação em nosso País. É um atentado ao meio ambiente e à Amazônia. Essa medida provisória, na verdade, é um acinte organizado pelo Governo Temer, atendendo aos interesses de alguns grupos econômicos poderosos. Portanto, é no mérito da medida provisória que nós não podemos nos manifestar favoravelmente.

O alvo principal dessa medida provisória, Floresta Nacional do Jamanxim, foi criado com um objetivo concreto, Sr. Presidente: conter o desmatamento na região da BR-163, no Pará. Aliás, foi criado durante a gestão de Marina Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente. Naquele momento, a exposição de motivos assinada pelo Ministério do Meio Ambiente chamava atenção para a alta taxa de desmatamento ilegal na Flona Jamanxim, problema atribuído aos conflitos fundiários remanescentes e à atividade garimpeira ilegal na Bacia do Tapajós.

Nós estamos ofendendo a existência de unidade de conservação de uma floresta nacional, indo na contramão do que inclusive o Planeta espera de nós. Não é possível, Sr. Presidente, este Senado, que ontem foi palco, Senador Capiberibe, de um seminário internacional do meio ambiente – os conferencistas, que ainda estão aqui, falaram e destacaram ainda ontem, nas suas exposições, que o ecossistema do globo depende da existência, depende da coexistência do ser humano pacificamente com cinco florestas tropicais espalhadas ao longo do Planeta, e que dois terços disso estão na Região Amazônica –, não é possível ontem nós termos sido sede de um encontro internacional do meio ambiente e hoje nós aprovarmos uma das maiores ofensas da história...



*(Soa a campanha.)*

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... à Floresta Amazônica, às unidades de conservação como unidades de proteção da floresta amazônica, e ao meio ambiente. Por isso que é um acinte.

Nossa posição, Sr. Presidente, concluindo, primeiramente é de obstrução. E será assim em relação a qualquer medida provisória, por não reconhecer que está normal. Não é normal um País em que o Presidente da República é denunciado por formação de quadrilha, por corrupção ativa; é pego na calada da noite em esquema criminoso.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Não é normal.

Depois, alcançado o quórum, nosso encaminhamento será o voto "não".

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente.

**O SR. PAULO BAUER** (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sr. Presidente, questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem. Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente. Sr. Presidente, só para tirar uma dúvida. O Senador Randolfe pediu verificação de quórum: poderia entrar em obstrução? Só me tire essa dúvida.

**O SR. PAULO BAUER** (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Sr. Presidente, questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Só que o voto dele é computado para quórum. Só um minuto. O voto dele, mesmo em obstrução, é computado para quórum uma vez que ele encaminhou.

Senador Paulo Bauer, para uma questão de ordem.

**O SR. PAULO BAUER** (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Era exatamente a mesma questão de ordem, só que o Senador que me antecedeu conseguiu ganhar a voz ao microfone antes de mim.

É exatamente neste sentido: o Senador Randolfe pediu a verificação de quórum e, usando da palavra, propôs que houvesse a obstrução. Eu não consigo compreender onde, no Regimento Interno, está prevista essa possibilidade. O Senador Randolfe quase vira um fantasma que fala, nessa condição. E certamente isso não combina com a atuação parlamentar dele aqui nesta Casa.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – É a condição de minoria, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe, Senador Paulo Bauer, fica apenas a posição de registro do partido. Mas conta para quórum a presença do Senador Randolfe uma vez que ele pediu a palavra, e a Mesa concedeu... e ele requereu a obstrução à Mesa.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Alcançado já o quórum, *(Fora do microfone.)* Presidente, alterando para "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Alcançado... a Rede altera o voto para "não".



Senador Moka, como vota? (*Pausa.*)

Eu convido os Senadores e as Senadoras a virem ao plenário. Estamos num processo de votação nominal.

Eu convido os Senadores e as Senadoras para que compareçam ao plenário do Senado.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Estamos num processo de votação nominal.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Sem revisão do orador.) – Presidente. (*Pausa.*)

Presidente, eu gostaria de pedir a V. Ex<sup>a</sup> que colocasse na fila um requerimento que está sobre sua mesa, já da semana passada, pedindo urgência para o PLS nº 7. Nós temos o número de assinatura de Líderes mais do que suficiente e estamos propondo o fim do sigilo bancário, o fim do sigilo dos financiamentos do BNDES – o BNDES, Presidente, que nunca foi tão falado na sua história como ultimamente; o exaurido BNDES, abusivamente exaurido BNDES.

Então, eu quero pedir a V. Ex<sup>a</sup> para colocar em votação o requerimento e informar que, na Comissão de Infraestrutura, requeri audiência pública para ouvir a Presidente do BNDES. Houve aprovação e brevemente nós teremos a marcação da data, para aprendermos, para conhecermos um pouco mais do que tem acontecido com o BNDES.

Por isso, peço a V. Ex<sup>a</sup> que submeta à leitura e à votação esse requerimento ao PLS nº 7. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Convido os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras a comparecerem ao plenário. Estamos num processo de votação nominal. (*Pausa.*)

Todos já votaram?

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Vou encerrar a votação. Todos já votaram?

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*) (**Vide item 2.2.1 do sumário**)

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Votaram SIM 50 Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; votaram NÃO 12 Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

Uma abstenção.

A Presidência não vota, a não ser em caso de empate.

Quórum: 64.

A votação...

Está aprovada a Medida Provisória.

(*Manifestação da galeria.*)

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. *Fora do microfone.*) – Presidente, gostaria de registrar o meu voto favorável na última votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE. *Fora do microfone.*) – A Ata registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.



**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu pediria silêncio aos convidados. Não podemos fazer manifestação no plenário.

Senador Paulo Rocha.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu gostaria de retirar o destaque destacado pela Bancada do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A pedido do Senador Paulo Rocha, que fala em nome da Liderança do PT, o texto destacado é dado como aprovado nos termos do parecer e do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados.

Aprovado o projeto de lei de conversão, ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela apresentadas. **(Matéria aprovada – Vide item 2.2.1 do sumário)**

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O processado da proposição vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Próximo item da pauta, Item 2.

Projeto de Lei de Conversão de nº 13, que institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais (TCIF) e a Taxa de Serviço (TS) em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória 757, de 2016).

Parecer nº 1, de 2017, da Comissão Mista. Relatora: Senadora Vanessa Grazziotin e relator revisor: Deputado Átila Lins, favorável à matéria nos termos do Projeto de Lei de Conversão que apresenta.

A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 15 de maio, e o seu prazo de vigência se esgotará no dia 29 de maio de 2017.

Prestados os esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria. Os Srs. Senadores... A Senadora Vanessa Grazziotin pede a palavra, como Relatora.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

### **Parecer nº 91/2017-PLEN-SF**

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu vou ler as partes que considero mais importantes do projeto da medida provisória e do projeto de lei de conversão.

Primeiro, Sr. Presidente, essa medida provisória foi editada em 19 de dezembro de 2016, com o Nº 757, e ela é composta de 17 artigos, dois anexos, e que veio acompanhada devidamente da exposição de motivos.

Como V. Ex<sup>a</sup> já leu, o art. 1º define o objeto da medida provisória, que dispõe sobre a competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus para controlar, regular e disciplinar a importação e o ingresso de mercadoria com incentivos fiscais na Zona Franca de Manaus e nas áreas de livre comércio ou na Amazônia Ocidental. Institui a Taxa de Controle Administrativo dos Incentivos Fiscais (TCIF) e a Taxa de Serviço, Sr. Presidente... e a taxa de serviços.



Essa medida provisória, Sr. Presidente, quero aqui destacar que o art. 7º da medida provisória e do projeto de lei de conversão diz que são sujeitos passivos da TCIF a pessoa jurídica e a entidade equiparada que solicitarem o licenciamento de importação ou o registro de ingresso de mercadorias procedentes do Território nacional.

O art. 8º, que trata do fato gerador da TCIF, no momento do registro do pedido de licenciamento de importação a que se refere o art. 2º do registro do protocolo de ingresso de mercadorias, a que se refere o art. 3º, sendo devida em conformidade com a soma dos seguintes valores, resumidamente, Sr. Presidente: é previsto para a TCIF um valor de R\$200 por nota fiscal ou, no máximo, 0,5%, que é o teto do valor total da nota fiscal, e também R\$30 por produto da nota, no máximo de 0,5% para o comércio. E para a indústria o valor, para a nota fiscal, de R\$250 ou, no máximo, 1,5% do valor total e, por cada produto, R\$45, também, no máximo, 1,5%.

O art. 9º trata das isenções, porque vários setores como cesta básica, livros, microempreendedor individual, são isentos da cobrança das referidas taxas. E nós acatamos uma medida provisória, eu quero aqui registrar, uma emenda, apresentada pelo Senador Romário, que também sugeriu que fossem isentos de cobrança das referidas taxas todos os dispositivos de tecnologia assistida, ou seja, todos os equipamentos materiais utilizados para deficientes físicos, deficientes visuais, enfim, então, é muito importante. E também a TS, Sr. Presidente, que é relativa à prestação de serviços que são desenvolvidos pela Suframa, conforme o Anexo II do referido projeto.

Também, Sr. Presidente, destaco que foram apresentadas, à Medida Provisória, 11 emendas à Comissão Mista, de acordo com o Regimento. Durante o debate da Medida Provisória, realizamos mais de seis audiências públicas, com a participação de todos os segmentos envolvidos, porque não é uma medida provisória, apesar de se tratar da Superintendência da Zona Franca, mas é uma medida provisória que afeta diretamente os Estados da Amazônia Ocidental e mais o Estado do Amapá, ou seja, Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre e parte do Estado do Amapá, onde existem as áreas de livre comércio, que é Macapá e Santana, Sr. Presidente. Então, é muito importante.

Em relação à análise do mérito, quanto à constitucionalidade, adequação financeira e orçamentária, técnica legislativa, nós entendemos que a União é competente, sim, para legislar sobre a matéria, de acordo com a própria legislação brasileira e que ela não consta do rol de vedações da edição de medidas provisórias previsto na legislação.

Por fim, Sr. Presidente, quero dizer que, em relação ao mérito, nós fizemos – como já disse aqui – um profundo debate para viabilizar a sua aprovação de forma unânime e com a concordância de todos.

Eu aqui falei, como V. Ex<sup>ª</sup> também registrou, que há a criação de duas taxas. Entretanto, essas taxas são criadas e chegam em substituição a uma taxa que já existia, que era a Taxa de Serviços Administrativos, que existia e era cobrada por parte da Suframa. Mas, em decorrência de inúmeras ações judiciais, ações que arguíam a inconstitucionalidade daquela taxa, as empresas passaram a ganhar todas as ações na Justiça e, de fato, ela foi considerada inconstitucional. Então, essas duas taxas, TCIF e TS, vieram em substituição à TSA. Entretanto, apesar de duas taxas substituírem uma, há uma queda significativa nos custos das empresas que atuam na Zona Franca de Manaus e que atuam nas áreas de livre comércio, sendo favorecidas com os incentivos fiscais.



Em um primeiro momento, na medida provisória original, havia, sim, uma queda dos custos para a indústria, mas uma sobrecarga para o setor do comércio. Depois de muita avaliação, depois de muita análise, apresentamos uma proposta modificativa no âmbito do projeto de lei de conversão, que foi pactuada inclusive com o comércio. Ou seja, nós estamos diante, portanto, de uma medida provisória que conta com a concordância de todos os segmentos não só do Estado do Amazonas, mas de todos os Estados da Amazônia Ocidental e Amapá. Portanto, não há nenhuma pendência em relação à indústria, tampouco em relação ao comércio.

Acatamos também na íntegra uma emenda apresentada pelo Senador Eduardo Braga, que promove algumas mudanças na medida provisória, com o objetivo de preservar empregos. Ele sugere um parcelamento dos débitos decorrentes da não realização das aplicações relativas ao investimento compulsório, em relação à pesquisa e desenvolvimento, para o segmento de informática.

E, por bem, como Relatora, decidi também, decidimos e aprovamos por unanimidade, estender também essa possibilidade do parcelamento, ou reinvestimento a partir de um novo processo proposto, de uma nova proposta, para todos os Estados brasileiros que também estejam beneficiários da legislação que garante os incentivos fiscais para o setor de informática.

E, por fim, Sr. Presidente, garantimos também, através de uma emenda, acatando emenda de vários Parlamentares, a impossibilidade do contingenciamento desses recursos, porque, até então, os recursos arrecadados na própria região pela Suframa vinham sofrendo contingenciamentos significativos, inclusive acima da média que sofreram outras autarquias ou outros segmentos do Poder Público. Então, também é importante registrar esse acréscimo no PLV, proibindo que haja, impedindo que haja a possibilidade do contingenciamento.

E, por fim, Sr. Presidente, eu estou apresentando aqui, no dia de hoje, uma emenda meramente de redação, para tão somente corrigir uma falha. A emenda de redação é no art. 16, §5º, em que a gente acrescenta que, conforme o caso, também pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, porque a Suframa organiza e controla os incentivos fiscais do setor de informática para as indústrias instaladas na Zona Franca de Manaus, sendo que a outra lei que vale para o Brasil inteiro tem este controle feito pelo Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação. Então, como forma de correção, portanto, uma medida meramente de redação, é que apresentamos agora a emenda de redação ao PLV.

Por tudo isso, Sr. Presidente, o parecer é favorável quanto à constitucionalidade e à técnica legislativa, mas, sobretudo, em relação ao mérito, porque é uma medida provisória importante em que nós soubemos equilibrar a arrecadação da Suframa, para que, de fato, ela se transforme num ente que não apenas administra incentivos fiscais, mas num ente que pode cada vez mais trabalhar em prol do desenvolvimento regional. Repito, desenvolvimento regional...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> VANESSA GRAZZIOTIN** (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... de uma parte importante da Amazônia brasileira, que é a Amazônia Ocidental acrescida do Estado do Pará.

É o relatório, Sr. Presidente. **(Ajuste redacional – Vide item 2.2.2 do sumário).**

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Eduardo Braga.



**O SR. EDUARDO BRAGA** (PMDB - AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, para cumprimentar o Governo pela iniciativa de ter encaminhado essa medida provisória que resgata o papel da Suframa como órgão de desenvolvimento da Amazônia Ocidental. Segundo, cumprimentar a Relatora, a Senadora Vanessa Grazziotin, que soube conduzir de forma democrática e de forma ampla esse debate não apenas com o Amazonas, mas também com todos os Estados envolvidos pela Zona Franca de Manaus, porque essa é uma medida provisória que acaba beneficiando o Amapá, o Estado de Rondônia, o Estado do Acre, o Estado de Roraima e o Estado do Amazonas.

Eu gostaria apenas de dizer que, com essa medida provisória, a Suframa volta a ter capacidade de investimento em obras de infraestrutura e em obras que vão levar novamente benefícios para vários Municípios e vários Estados. Até então, nós vivíamos uma insegurança jurídica, porque, por decisão do Governo, nós chegamos a acumular em vários governos a pequena quantia de R\$8 bilhões contingenciados, Sr. Presidente, R\$8 bilhões que haviam sido produzidos pela economia da nossa região e que, lamentavelmente, foram contingenciados para fazer superávit primário, nem resolvemos o problema do superávit primário e muito menos ainda resolvemos o problema da infraestrutura na nossa região.

Ao aprovar a emenda que foi apresentada pelo conjunto de Parlamentares da Amazônia e do Amazonas, que estabelece em lei e, em acordo com o Líder do Governo no Congresso Nacional, para que não haja veto, nós estamos colocando esses recursos agora na condição de incontingenciáveis por parte do Governo.

Em segundo lugar, eu quero destacar a sensibilidade de podermos parcelar os débitos que haviam de contribuição de P&D, o que resgata e assegura 40 mil empregos, Sr. Presidente, no Estado do Amazonas e que, através do Padis, também assegura, em outros Estados, na área de produção de informática, a possibilidade de investimentos num momento de crise. Como isso não é tributo, não podia ser feito na condição de Refis. Portanto, apenas em lei específica poderia se resolver essa matéria.

A outra questão que quero destacar, por fim, é que nós estabelecemos um equilíbrio e uma diferenciação entre as taxas para a área de comércio – uma taxa de serviço cujo analogismo é "suframar" as notas fiscais – e as taxas que são cobradas para as indústrias, onde há um nível de complexidade de análise do processo produtivo básico que demanda um custo para a Suframa muito maior.

Por tudo isso, eu quero cumprimentar mais uma vez a iniciativa da medida provisória, cumprimentar a Relatora, que teve a capacidade de juntar todos esses esforços, e, neste momento, pedir aos companheiros Senadores que nós possamos aprovar esta medida que trata de estabelecer uma nova era e uma nova etapa para um organismo importante do desenvolvimento regional, que é a Suframa. Ela toca, administra um grande projeto, o projeto da Zona Franca de Manaus, que tem impacto positivo na questão do desenvolvimento sustentável.

Era isso, Sr. Presidente.

Portanto, encaminho sempre o voto "sim" para o Amazonas e para a Amazônia brasileira.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO) – Sr. Presidente.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente, para discutir aqui.



**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Telmário para discutir a matéria, na sequência o Senador Ivo Cassol.

**O SR. TELMÁRIO MOTA** (Bloco Moderador/PTB - RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sem nenhuma dúvida, o Senador Eduardo tem toda razão.

Essa medida é um olhar diferente do Governo Federal para a nossa região. Isso vai fomentar, isso vai melhorar a operacionalidade da Zona Franca, principalmente a Zona Franca de Manaus. Hoje é bem entendido que, em função de o Estado do Amazonas e todos os Estados ali próximos terem uma grande área de preservação, Sr. Presidente, tem que haver uma contrapartida. É nesse formato que o Governo Federal, com essa medida provisória, sem nenhuma dúvida, vai facilitar a continuidade e a consolidação da Zona Franca de Manaus e também de questões de toda a região.

Portanto, nós encaminhamos o voto favorável a essa medida importante para a Região Norte como um todo, não só para o Estado do Amazonas mas para Roraima, para Rondônia, Porto Velho, enfim, todos os Estados da Região Norte. É importante para o fortalecimento da economia local.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, o PT também, na Comissão, participou intensamente desse debate. Parabenizo a Senadora Vanessa Grazziotin, que soube ver todas as suas preocupações. E nós vamos votar "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Ivo Cassol.

**O SR. IVO CASSOL** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É importante nós aprovarmos essa medida provisória, mas, mais importante ainda, é o Governo Federal ter respeito pelo povo amazônico, porque, infelizmente, no passado, o governo que aí estava não teve respeito, porque se arrecadava na Suframa e se contingenciava o dinheiro para ter superávit financeiro. Enquanto isso, deixávamos de investir o dinheiro nas nossas regiões, tanto Acre, Rondônia, Amazonas, Roraima, enfim. Como prefeito de Rolim de Moura, em 1997, foram liberados R\$400 mil para o primeiro projeto de piscicultura desenvolvido na região de Rondônia. Então, é importante esses recursos que vão ter como superávit financeiro na caixa da Suframa serem investidos na Região Amazônica, e não o Governo Federal ficar contingenciando esse dinheiro para ficar como resultado nacional.

Portanto, essa taxa é fundamental, mas, mais importante ainda, é que esses recursos voltem – o que se fazia no passado – para que a gente possa fazer esses projetos de desenvolvimento regional ou de infraestrutura, melhorando as condições do povo que vive naquele Estado. Então, essas receitas, essa arrecadação, é fundamental que ela seja devolvida para a sociedade como benefício. Portanto, nós somos a favor dessa medida provisória.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Não havendo mais quem queira discutir, vou encerrar a discussão. (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados.





A votação do PLV, com emenda de redação.

Votação do Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental, na forma do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados, com ajuste redacional proposto pela Relatora revisora, nos termos da emenda de redação que apresenta.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final será publicado na forma regimental. (**Parecer nº 92/2017-CDIR/PLEN-SF – Vide item 2.2.2 do sumário**)

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão da redação final.

Em votação a redação final.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O processado da proposição vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Comunicado do Senado Federal nº 5, de 2017.

Foi encaminhado à publicação o Ofício nº 496, de 2017, da Câmara dos Deputados, encaminhando novos autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2017 (proveniente da Medida Provisória 758, de 2016).

A Presidência informa que serão republicados os avulsos da matéria. (**Vide item 2.1.5 do Sumário**)

Projeto de Lei de Conversão de nº 17, item 3 da pauta, que altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós (proveniente da Medida Provisória 758, de 2016).

Parecer nº 1, de 2017, da Comissão Mista, Deputado José Reinaldo, favorável à matéria, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 5, que apresenta.

A Presidência comunica que a Câmara dos Deputados aprovou o texto da medida provisória com alterações, na forma do Projeto de Lei de Conversão 17, de 2017.

O prazo de vigência se esgotará dia 29 de maio de 2017.

Prestados os esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Não havendo quem queira discutir, passa-se à apreciação da matéria.

Em discussão o Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória e das emendas, em turno único. (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência, adequação financeira e orçamentária e pertinência temática da matéria.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, registro voto contra os pressupostos.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Senador Randolfe Rodrigues registra voto contra.



**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Também, Sr. Presidente, registro voto contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Senador Capiberibe também registra o voto contra.

Votação do Projeto de Lei...

**O SR. LINDBERGH FARIAS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Também quero registrar o voto contra, Sr. Presidente. Senador Lindbergh, voto contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O Senador Lindbergh, voto contra.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Voto contra também, Senador Eunício.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Fátima.

Votação do Projeto de Lei de Conversão, que tem preferência regimental, na forma do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Voto contra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Com o voto contra da Senadora Gleisi, da Senadora Fátima e do Senador Lindbergh.

Aprovado o projeto...

Do Senador Capiberibe e do Senador Randolfe.

**A SR<sup>a</sup> REGINA SOUSA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Meu voto contra também, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Aprovado o Projeto de Lei de Conversão.

Ficam prejudicadas a medida provisória, o projeto de lei de conversão aprovado na Comissão Mista e as emendas a eles apresentadas.

A matéria vai à sanção.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, só para registrar nosso voto...

(*Interrupção do som.*)

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... também contra o (*Fora do microfone.*) mérito do projeto de conversão.

Só para que seja registrado, também, o voto contra o mérito do projeto de conversão.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Também será registrado o voto de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Por favor, registre o meu voto contra também.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – O voto contra de V. Ex<sup>a</sup>, da Senadora Lídice, do Senador...

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... Capiberibe, da Senadora Regina Sousa.



A matéria vai à sanção presidencial.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O processado da proposição vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, pela ordem. Aqui, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, Senador Cidinho.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Só para ressaltar que a aprovação dessa MP 758 vai permitir que o Estado do Mato Grosso possa, nos próximos dias, com a autorização do Governo Federal, fazer a licitação para a construção da ferrovia denominada Ferrogrão, que liga o Município de Sinop até Miritituba, no Pará, resolvendo um grande problema que nós temos, de escoamento da nossa produção.

Então, agradeço aqui a todos os Parlamentares que votaram favoráveis e também parabenizo o Senador Flexa Ribeiro pela sua luta. Com certeza essa medida provisória vai ser tão importante para o Mato Grosso também, como para o Estado do Pará.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Medeiros. Depois, Senador Randolfe.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também na mesma linha do Senador Cidinho. Mato Grosso é um Estado que este ano, por exemplo, contribuiu com 27% da safra nacional, mas a infraestrutura é muito precária. E a aprovação dessa medida provisória com certeza vai abrir caminho para a gente ter uma infraestrutura melhor.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, aproveito o ensejo para fazer um destaque aqui sobre algo que aconteceu esta semana, principalmente hoje, que eu fiquei sabendo. Refere-se a questão muito importante e muito cara à democracia brasileira: que é o sigilo da fonte. Se nós abdicarmos de ter, eu diria, isso protegido, nós vamos estar praticamente abrindo mão de ter uma plena liberdade de imprensa. Os jornalistas precisam ter a segurança de que o Estado não está bisbilhotando e nem querendo amedrontar.

E o que fizeram com o Reinaldo Azevedo – independente das posições ideológicas, independente do que as pessoas pensem –, não justifica terem grampeado e divulgado as conversas do jornalista. Se o jornalista, eventualmente, estivesse cometendo um crime, é uma coisa. Aí falam: "Não, mas quem estava grampeada era a Andrea.". Mas qual é a relevância da fala do Reinaldo Azevedo, se ela era uma fonte dele? Qual a relevância para você divulgar a conversa do jornalista? Esse é um terreno muito perigoso.

Ontem, aqui, chegaram a falar neste plenário sobre aquele poema, No Caminho com Maiakóvski, do poeta brasileiro Eduardo. E faz muito sentido neste momento. Se vêm em um momento e levam algumas flores, e a gente deixa; daqui a pouco vêm e arrancam um galho; daqui a pouco, vai-se o jardim todo.

Então, Sr. Presidente, eu peço que este registro fique nos *Anais do Senado* para a gente lembrar que não podemos, que este Senado não pode ficar quieto, ficar inerte diante de uma ofensa às liberdades de imprensa. O Procurador Rodrigo Janot, na minha opinião, pode fazer o que quiser, menos desrespeitar cláusulas pétreas da Constituição brasileira.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, pede a palavra o Senador Tasso Jereissati.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, com a licença do Senador Randolfe, é apenas para registrar meu voto na votação anterior, em que eu não estava presente. Eu segui a orientação do meu Partido.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Ata registrará o voto de V. Ex<sup>a</sup>.

O Senador Roberto Rocha e, na sequência, o Senador Randolfe.

**O SR. ROBERTO ROCHA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para comunicar que amanhã estarei dando entrada, nesta Mesa, do requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas a partir do ano de 97.

Nós já temos 35 assinaturas, devidamente reconhecidas pela Mesa. Esse requerimento está à disposição dos Srs. Senadores que desejam dar apoio a ele. Será dada entrada, na Mesa, amanhã durante a sessão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Presidente, primeiro cumprimento o Senador Roberto Rocha pela iniciativa da comissão parlamentar de inquérito, e depois é uma questão de apelo a V. Ex<sup>a</sup>, Presidente. Peço vossa atenção.

Nós temos visivelmente o quórum reduzido após a votação dessas medidas provisórias. Neste momento, está prevista uma reunião do Bloco parlamentar da oposição. Então, pela condição notória de ausência do número para votação, de quórum, eu queria apelar a V. Ex<sup>a</sup> que a votação da Proposta de Emenda à Constituição 10, de 2013, que estabelece o fim do foro por prerrogativa de função, fosse adiada para amanhã, ou seja, na qualidade de Relator, é o apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup>, em virtude do comprometimento que já temos de quórum e como se trata de uma proposta de emenda à Constituição.

Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Eu só gostaria de chamar a atenção de V. Ex<sup>a</sup>. Eu estou apelando a V. Ex<sup>a</sup> para retirarmos de pauta a PEC 10, de 2013 – de pauta não, da votação de hoje –, e adiarmos a votação para amanhã, pelo evidente comprometimento do quórum. É o apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Mesa atende o apelo de V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Agradeço, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... dentro daquilo que nós já tínhamos, inclusive, conversado para que a gente não tenha nenhum risco em relação ao quórum.

Antes de encerrar esta sessão, eu queria pedir a atenção dos Srs. Senadores e das Sr<sup>as</sup> Senadoras para fazer um breve comentário sobre as citações que, especialmente, os Senadores Tasso Jereissati e Humberto Costa fizeram aqui da tribuna sobre os acontecimentos verificados e transmitidos ao vivo para todo o Brasil pelos canais de comunicação do Senado.

Eu faço aqui, mais uma vez, o meu apelo às Sr<sup>as</sup> Senadoras e aos Srs. Senadores, neste momento de grande dificuldade de que todos nós temos conhecimento, pois ninguém pode ignorar as dificuldades políticas que o Brasil enfrenta, neste momento e nos últimos anos – ressaltar, não apenas neste momento, mas nos últimos anos –, para que todos nós façamos aqui um momento de reflexão.

Acredito que, na história política do Brasil, a gravidade do atual momento faz com que cada um de nós tenha que se agigantar nas nossas compreensões, na nossa paciência e no nosso trabalho. Que tenhamos todos um olhar para os plenários deste Parlamento e enxergar neles a sombra de tantos homens e mulheres importantes que por aqui passaram: como Paulo Brossard, como Tancredo Neves, Afonso Arinos, Ulysses Guimarães e tantos outros que – passaria aqui o resto da noite enumerando – por aqui passaram e deram a sua contribuição nos momentos difíceis por que este Brasil já passou.

E o que peço a cada um de vocês: temos uma missão a cumprir com o Brasil, com a República, mas não a cumprimos sem respeitar as regras da convivência política.

Portanto, a Senadora Gleisi, que inclusive fez aqui um apelo para que fizéssemos uma compreensão de uma discussão com Lideranças aqui desta Casa para que a gente busque o entendimento.

Eu queria, finalizando, agradecer a todos os Senadores, a todas as Senadoras, inclusive aos Partidos de oposição que, nesta noite, tiveram um comportamento, aqui neste plenário, exemplar, inclusive discordando de matéria, mas atendendo a um apelo desta Presidência, que – repito – não é o Presidente que representa aqui...

**A SR<sup>a</sup> ANA AMÉLIA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não dá para ouvir V. Ex<sup>a</sup>.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Atendendo apelos de vários Senadores e Senadoras... Senadores, não me incomoda, eu fico feliz em ver que V. Ex<sup>as</sup> estão alegres aí no final do plenário.

Eu queria dizer que a Presidência desta Casa e desta Mesa não representa aqui, após a aprovação, após ser submetido à votação deste Plenário em voto secreto, tenha responsabilidade com o encaminhamento desta Casa e a responsabilidade pelos 80 outros Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores que fazem parte do Senado Federal.

Eu sei da responsabilidade que tenho nas costas para carregar, mas também tenho consciência de que nós devemos todos compartilhar aqui a compreensão, o entendimento. Não há regime melhor para viver em lugar nenhum do mundo do que o regime democrático. E a democracia é exatamente isto: é a divergência na busca da convergência.



Então, contem sempre comigo para que a gente possa – aqui nesta Mesa, fora desta Mesa, aí embaixo no plenário, na Presidência, no gabinete de uma Senadora, de um Senador, de uma Liderança de qualquer partido político, por maior ou por menor que seja, contará sempre, sempre com a participação desta Presidência na busca do entendimento, pensando, como disse hoje ali fora para a Imprensa do Brasil e repito aqui: eu não tenho pauta de governo. Esta pauta aqui é uma pauta do Brasil, e uma pauta feita por esta Presidência com a participação dos Líderes partidários, do maior ao menor partido nesta Casa, que tenha 10, 20, 25 Senadores ou que tenha apenas um Senador. Isso não faz para mim a menor diferença em relação ao respeito que devo dedicar ao mandato de cada um dos senhores e das senhoras.

Portanto, termino aqui esta sessão de hoje feliz. Feliz porque o partido que discordou pediu verificação de quórum, nós votamos, e a matéria foi aprovada. Em outras matérias, não foi sequer pedido verificação de quórum. A Senadora Gleisi tinha feito um requerimento de destaque; depois, o Senador Paulo Rocha, substituindo a Senadora Gleisi, retirou o requerimento de destaque. É esse o entendimento a que estarei sempre aberto, para que as discussões possam prosperar nesta Casa, nesta Mesa, neste plenário e nos plenários das comissões, onde são naturais os debates, muitas vezes, acalorados.

Quero aqui também fazer um registro ao Senador Tasso Jereissati, que disse aqui, em alto e bom som, que, mesmo diante de toda a pressão, teve a paciência de não faltar com o respeito a nenhum dos senhores Parlamentares.

Então, eu compreendo as divergências. Estou aqui para ajudar a somar em uma pauta que represente os interesses do Brasil e não a pauta de interesse do Governo. Quando houver interesse do Governo, o Líder do Governo, a base do Governo encaminhará e defenderá a matéria favoravelmente. A esta Presidência cabe pautar e respeitar a vontade da maioria deste Plenário.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, pedem a palavra a Senadora Rose e a Senadora Gleisi. E, na sequência, vou encerrar a sessão.

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Presidente, primeiro, eu queria felicitar V. Ex<sup>a</sup> pelas palavras. Ter a compreensão do papel que o Parlamento pode exercer neste momento, a despeito da gravidade dessa situação, maior ou menor que possamos considerar a cada momento, é esse o papel que V. Ex<sup>a</sup> coloca para ser desempenhado pelo Parlamento nesta hora.

Alguns não de querer, Presidente, que o Presidente da República renuncie hoje. Outros vão querer que o Presidente da República resista. Há uma divisão que tem de ser feita claramente sobre todos os fatos que aconteceram neste País. Primeiro, da responsabilidade de o Senhor Presidente da República fazer a sua defesa, explicar ao País, responder, trazer todos os fatos devidos ao Brasil. Mas V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente do Congresso Nacional, coloca aqui uma coisa bem clara: o papel que o Parlamento tem de continuar exercendo na vida nacional.

O que eu tenho a dizer a V. Ex<sup>a</sup> é que existem momentos e momentos, e este, Senador Eunício, é o mais importante deles, porque não vai obrigar o Parlamento a votar, mas vai exigir dele que continue trabalhando, trabalhando para servir ao povo brasileiro. Só isso, mais nada do que isso pode aliviar essa tormenta que está no peito de todos os brasileiros e, sobretudo, de todos os Senadores.



Eu parabeno V. Ex<sup>a</sup> por querer colocar para todos nós a sua determinação de fazer com que o Senado, com risos ou sem risos, possa estar aqui presente para cumprir a tarefa, que é a de lutar pelo Brasil.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Obrigado, Senadora Rose.

Concedo a palavra à Senadora Gleisi. Na sequência, vou ler um requerimento e dois requerimentos de viagem e vou encerrar a sessão.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu também queria cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento, por esse chamamento ao Congresso Nacional, principalmente ao Senado da República, à responsabilidade que nós temos. Mas eu queria fazer um pedido muito especial para V. Ex<sup>a</sup>: que V. Ex<sup>a</sup> pudesse intervir – intervir no bom sentido, intervir na política – junto à Comissão de Assuntos Econômicos e ao seu Presidente em relação a esse processo que nós estamos discutindo lá, que é da reforma trabalhista.

Fomos surpreendidos agora, Senador Eunício, com a publicação, com o relatório dado como lido, que nós questionamos aqui, mas com a publicação também de vista coletiva, que foi dada pelo Presidente da CAE a essa matéria; não poderia ser dada vista coletiva, até porque a matéria não iniciou a discussão. Então, nós já temos mais um imbróglio para a próxima sessão.

Se a gente quer serenar os ânimos e se a gente quer aqui ter responsabilidade, é importante que a condução das comissões também tenha essa mesma seriedade e esse compromisso. Não é possível haver esse tipo de procedimento, que fere o Regimento, que não atenta para o que a gente tem colocado na pauta da comissão, que é a discussão aprofundada da matéria.

Então, eu queria pedir a V. Ex<sup>a</sup>, por favor, uma intervenção política. Por isso, a importância de nós nos reunirmos com os Líderes para tratarmos do funcionamento desta Casa e das suas comissões.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Há requerimento sobre a mesa.

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência do PLS 7, de 2016, que altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário das operações do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Sala de sessões. Senador Lasier Martins e vários outros Líderes que assinaram a matéria **(Requerimento nº 369/2017 – Vide item 2.1.10 do sumário)**

Em votação o requerimento.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Foi lido no período de expediente? Foi lido no expediente esse requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora... Não, não foi lido no início.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Então, eu gostaria que fosse...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Sem problema, sem problema. A Mesa respeita, como eu disse aqui há poucos momentos, o Regimento.



A solicitação da Senadora Gleisi é regimental. Então, vou dar como lido e votaremos na sessão de amanhã. Esses outros já foram lidos. Senadora Gleisi, só para explicar para a senhora. Esses outros dois requerimentos já foram lidos. Então...

É o Requerimento nº 350, de 2017, da Senadora Fátima Bezerra, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para participar das reuniões do Mercosul, no período de 28 a 30 de maio de 2017, em Montevidéu, Uruguai. E comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no mesmo período.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Senadora Fátima Bezerra. Senadora Fátima Bezerra, se não aprovar com a anuência de V. Ex<sup>a</sup>, V. Ex<sup>a</sup> não vai poder viajar.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Requerimento nº 349, de 2017, do Senador Gladson Cameli, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar da 70<sup>a</sup> Assembleia Mundial da Saúde, nos dias 27 a 31 do maio do corrente ano, em Genebra, Suíça – que inveja! – e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 27 de maio a 10 de junho de 2017.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nada mais havendo a tratar na noite de hoje, está encerrada a sessão e eu concedo a palavra, como primeira oradora inscrita, à Senadora Fátima Bezerra.

Está encerrada a Ordem do Dia e agora eu concedo a palavra para a reunião de debates da Senadora Fátima Bezerra, que é a primeira oradora inscrita.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB - AL) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB - AL) – Eu queria que V. Ex<sup>a</sup>, por favor, justificando a minha ausência durante o processo de votação... Eu queria justificá-la, exatamente, na forma do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Na forma regimental, a Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Renan Calheiros, que tenho convicção de que estava nesta Casa, trabalhando em outra localidade.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Bezerra, como oradora inscrita.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Eunício, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, primeiro só aqui um registro breve: eu integro o Parlasul e, portanto, junto com outros Parlamentares aqui do Senado e da Câmara, vamos estar presentes em mais uma sessão plenária do Parlasul, na cidade de Montevidéu. Dentro do Parlasul eu faço parte da Comissão de Educação e Cultura, e lá, Senadora Gleisi, vamos tratar exatamente do seminário que nós estamos realizando em nível de Mercosul sobre o tema da educação, um tema por demais estratégico para o Brasil, para o destino do Mercosul, para a América do Sul.

Mas eu, Presidente, quero aqui, também de forma muito breve, fazer um registro do episódio na Comissão de Assuntos Econômicos e colocar aqui de maneira muito clara: a





temperatura se elevou, era natural que isso acontecesse, diante do momento grave pelo qual passa o País. Por isso mesmo é que nós da oposição considerávamos – e deixamos isso muito claro – que nós íamos usar de todos os argumentos de que nós dispúnhamos para evitar que o relatório do ilustre Senador Ferraço fosse lido, até porque o mesmo Senador Ferraço, Relator da matéria na CAE, semana passada, após a delação bomba do grupo JBS, que envolve diretamente o Presidente da República... Acusações gravíssimas de prática de suborno, de crime de responsabilidade administrativa.

É bom lembrar que um assessor do próprio Presidente, homem da sua mais estrita confiança, o Deputado Rocha Loures, inclusive está preso, acusado de ter levado naquela ocasião uma mala com R\$500 mil, fruto de uma propina acertada no valor de R\$15 milhões. Hoje, mais outro episódio envolvendo alguém de confiança, também, do próprio Presidente, que foi a prisão do Sr. Tadeu Filippi, também homem de confiança e assessor especial do Presidente.

O fato é que o Brasil está de cabeça para baixo desde quinta-feira, tanto é que as expectativas ainda continuam bastante fortes de que o próprio Presidente venha a renunciar. O Presidente hoje tem, no Congresso Nacional, mais de 14 pedidos de *impeachment*, das mais variadas instituições, dos mais variados partidos políticos, inclusive da própria Ordem dos Advogados do Brasil. Os pedidos de *impeachment* são, acima de tudo, a revelação da degradação, do ponto de vista moral, do ponto de vista político, que tomou conta do Governo Michel Temer, e expressam o desejo da maioria da população brasileira de sua saída.

Então, vejam bem, diante de um contexto tão grave como esse, que não é só uma crise de natureza política, mas uma crise de natureza institucional... Aqui já foi mencionado que nós temos um Senador da República afastado de suas funções, um Senador que, nada mais nada menos, era o Presidente de um dos partidos de oposição, à época, candidato derrotado nas últimas eleições; era o Líder da oposição, à época. Aliás, junto com o seu partido, é um grande responsável por esses momentos que o País está vivendo, porque não teve um gesto de grandeza de respeitar a soberania popular e iniciou o processo de *impeachment* contra a Presidenta Dilma, que terminou se consumando naquilo que vai passar para a história como a maior farsa política que este País já vivenciou.

De forma que queremos aqui colocar o seguinte: diante da situação que vive o País hoje, o Governo é moribundo. Um Governo que já detinha os maiores índices de rejeição da população do Brasil, depois desses últimos episódios em que não foi apenas delatado, mas foi flagrado, há gravações, depois disso tudo, deve se perguntar que condições, do ponto de vista político, há hoje nas duas Casas – seja na Câmara, seja no Senado – para dar prosseguimento a matérias dessa envergadura, como é a matéria que trata de mudanças na legislação trabalhista.

Nós sempre temos colocado, Senador Randolfe, que esse não é um projeto de lei qualquer. É um projeto de lei que visa a alterar uma legislação quase centenária, uma legislação que é, sem dúvida nenhuma, uma carta que cumpre uma função social extremamente importante, de ação protetiva, de defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil. De repente, numa canetada só, o projeto que foi aprovado na Câmara e que aqui chega, altera mais de 140 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

E o pior, Senador Paim, é que as mudanças que eles estão propondo na legislação trabalhista vêm no sentido de prejudicar a imensa maioria dos trabalhadores e trabalhadoras deste País, aqueles que são os trabalhadores que ganham um, dois salários mínimos. Infelizmente, ao trazerem para a CLT a tese de o negociado prevalecer sobre o legislado, na



prática, significa – e significa, sim; não adianta aqui eles tergiversarem... Trazer o negociado sobre o legislado significa, na prática, retirar direitos, seja da forma direta ou indireta, dos trabalhadores e trabalhadoras deste País. Isso, associado, inclusive, a outra mudança perversa na legislação trabalhista, através do projeto de lei que veio da Câmara, que é asfixiar os sindicatos, quando, através de uma ruptura, retira a sustentação financeira dos sindicatos – o chamado fim da contribuição sindical.

E, quando baseado no negociado sobre o legislado, agora vai priorizar a negociação do indivíduo com a empresa. Na prática, na prática, portanto, acabando com a função primordial, que é exatamente a negociação coletiva, onde entra a figura e o papel do sindicato. E, como consequência disso tudo, teremos praticamente o fim da Justiça do Trabalho.

Então, concedo o aparte ao Senador Paulo Paim, no sentido de dizer que nós, da Bancada da oposição, hoje, na CAE, exercemos o nosso direito de protestar; exercemos o nosso direito de lutar em defesa das causas que nós acreditamos, pelas convicções firmes que nós temos. E não existe uma causa mais nobre do que zelar pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, na hora em que, de acordo com as nossas convicções, esses direitos estão seriamente ameaçados, através desse projeto de lei que está tramitando aqui e que, repito, para nossa surpresa – porque o Relator teria suspenso em função exatamente da crise –, fomos surpreendidos com a iniciativa lá de leitura do relatório.

Concedo o aparte ao Senador Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Fátima Bezerra, eu fiz questão de fazer um aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Um tema como esse, que toca na vida de 200 milhões de brasileiros, porque quem já não está no trabalho sonha em ter um bom trabalho. Esse tema tem que ser falado todo dia neste plenário. E V. Ex<sup>a</sup> tem sido quase que uma pastora, porque traz o tema todo dia para o plenário. Eu tenho ido na mesma linha...

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sob a sua liderança competente e firme.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Porque V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, é muito feliz no discurso que faz. Foi citando ponto por ponto. Só que seriam necessárias mais horas para a senhora falar, porque são 200 mudanças. Por mais que a gente venha à tribuna, não dá para discorrer sobre tudo. É muita maldade em um projeto só. E, em todos os debates de que nós temos participado, como foi o de hoje pela manhã, quando a gente pergunta assim, olhando no olho dos painelistas, dos convidados que defendem essa reforma, se eles acreditam que essa reforma vai gerar um emprego, todos eles admitem que não. Quando a gente mostra as pesquisas que foram feitas, inclusive em outros países, como hoje pela manhã lembramos o caso da Espanha...

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eles reconhecem que, de fato, não gerou emprego. Quando a gente pergunta a quem interessa essa reforma, e nós dizemos, quando perguntamos, que na nossa ótica é somente para os empresários, eles também reconhecem, porque não se contrapõem. E V. Ex<sup>a</sup> lembrava alguns pontos, como esse do negociado sobre o legislado. Quem é que tem pressão e poder, se não vai valer a lei? A lei valia para o mais fraco, esse é o princípio mínimo do Direito. Na dúvida, *pro misero*, a lei protegia o mais fraco. Agora, não. Com a pressão do desemprego, ou você aceita a imposição, ou



you lose the job. Today, at the end of the session – because I won't enter, so I won't waste much of my time, but I will speak later and I will also ask about the separate statement of V. Ex<sup>a</sup> –, at the end there is what happened? The Reporter got it done. He got it done, only that, and closed the session. Consequently, next week, it will return to the same controversy. We want to discuss the report, we want to know the report, because no one knows it. Until the end of the session, the report was not in place anywhere.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Lugar nenhum.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E ele mesmo justificava que ele precisava ouvir os convidados de hoje. Ouviu. Então, next week, we are going to discuss the report. After, with certainty, we are going to see in the report if we want to vote on the amendments, amendment by amendment, and there are one hundred and fifty and a few amendments. We want to vote on the amendments, we want to defend the amendments, and the forum is that. After, we will have requests for a vote. Look, if we respect the Regimento, they will not vote on this matter before the recess. It is only to respect the Regimento, which I hope they will respect, in matters of fulfilling the deadlines. This debate we are continuing to do. No one started the discussion of the topic in the first commission, where I want to defend my amendments; V. Ex<sup>a</sup> will want to defend his. For this, Senator, I am more than convinced on the line of V. Ex<sup>a</sup>: the best, at this moment, is to stop with these two reforms. Let's return to a climate of equilibrium and let's discuss the political crisis that the Country is going through.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com essas denúncias da maior gravidade, calculate – I said there with other words today –, if it were in the era of the *pró-impeachment* period, there would be discussions...

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Da Presidenta Dilma.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... da Presidenta Dilma, that the people brought: "Look, let's discuss the tax reform, let's discuss the political, electoral and party reform." They would say that it was obstruction to not let the process go. At this moment, what we are wanting, which is favorable to them, we want to continue discussing the labor reform. They don't want. We want the Chamber to deepen the debate on the pension reform. It seems to me that they don't want. For this haste, desperate? The request for *impeachment* is not even accepted yet. Then, not for this fear that is created. Now, if the Tribunal decides, if he decides to resign, good. Then, we go to the next steps, with a new President elected, to discuss the reforms, which that popular vote supported, will present to the Nation. Congratulations to V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu que agradeço, Senator Paim, the important separate statement that V. Ex<sup>a</sup> makes to our pronouncement, for the representativeness that he has, for the legitimacy that he has, for how much Brazil recognizes, in his political-parliamentary trajectory, a commitment irrevocable with the fight in defense of social rights, of labor rights, of workers and workers of Brazil, let them be active, let them be workers and retired workers.



Segundo, Senador Paim, quero aqui também reforçar o que V. Ex<sup>a</sup> coloca, porque, veja bem, quando nós lá, a Bancada da oposição, enfim, lutamos fortemente, como lutamos hoje, para impedir a tramitação dessas reformas, a nossa luta não tem conotação de natureza pessoal. Ali, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, reconhecemos o papel do Senador Tasso de condutor, enquanto Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, mas a nossa posição é de natureza política. Nós estamos ali enquanto oposição, inclusive enquanto minoria que nós somos, lutando bravamente, e vamos continuar lutando, para impedir que essas reformas avancem pelo quanto nós consideramos que elas são prejudiciais aos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil.

De forma que lamentamos, sim, o que aconteceu na Comissão de Assuntos Econômicos, até porque o próprio Relator, Senador Ricardo Ferraço, havia dito a V. Ex<sup>a</sup> na semana passada, colocou no Twitter, que, diante dessa grave crise, ele estaria suspendendo a apresentação do relatório dele. Aliás, o próprio Senador que, inclusive, tem se colocado frente a essa crise política, defendendo inclusive que o partido ao qual ele pertence deixe a Base do Governo. Daí a nossa surpresa de terem mudado de opinião. E a pergunta que nós fizemos lá: mudando de opinião por quê?

A crise melhorou, quer dizer, a crise... O que foi que houve? A situação do País melhorou, está mais calma? Muito pelo contrário; se o argumento que eles usavam na semana passada era que "vamos suspender a proposta, a tramitação do projeto de lei que trata de mudanças na legislação trabalhista em nome da crise", essa crise só fez foi se agravar, Senador Paim – só fez foi se agravar! Daí por que não existe para nós outra justificativa do que aconteceu lá na CAE hoje, se não uma manobra do Governo, usando o Senado da República, usando a Base que lhe dá sustentação para fazer a leitura desse relatório e mostrar um retrato ao País, o retrato de que o Congresso Nacional está funcionando perfeitamente, um retrato de que o País está em normalidade.

E como é que este País pode estar em normalidade quando, mais uma vez aqui reafirmo, vive uma das crises mais profundas do ponto de vista de legitimidade, do ponto de vista do ambiente político, do ponto de vista institucional. Voto a dizer: são 14 pedidos de *impeachment*. Volto aqui a colocar: rejeição popular recorde. Volto aqui a colocar: tem, o Ministro Fachin...

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...que pediu abertura de inquérito contra o Presidente da República, acusado, neste momento, de prática de suborno, de atos de corrupção, de crime de responsabilidade administrativa. Quer dizer, é um Governo que todos nós sabemos como foi que entrou, por aquela porta dos fundos, fruto, infelizmente, do golpe parlamentar que aqui foi perpetrado.

Quero só mais um pouquinho, Senador Cidinho, só para terminar.

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, diante desse cenário, Senador Paim, nós julgamos que é de uma violência sem tamanho o Congresso Nacional tocar matérias como essa, como o senhor bem aqui colocou, que mexem com os sonhos, mexem com os desejos, mexem com os direitos conquistados, frutos – esses direitos – de muita luta, mas de muita luta.



Então, eu quero encerrar, Senador Paim, dizendo que nós não vamos desistir da luta de maneira nenhuma. Caravanas e mais caravanas estão chegando a Brasília – do Rio Grande do Norte são mais de 12 ônibus –, de todos os Estados do Brasil. Provavelmente, nós vamos viver aqui amanhã, em Brasília, uma das mais belas e fortes manifestações de caráter democrático...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... em defesa, primeiro, da democracia, pedindo a saída desse Presidente, porque ele não tem condições, mas exigindo a saída pela democracia, respeitando a soberania popular através da realização de eleições diretas, para que a gente possa realmente avançar na nossa luta, que é por nenhum direito a menos. E essa luta por nenhum direito a menos passa, fundamentalmente, fundamentalmente por barrar essas reformas.

Daí por que reafirmo o que o Senador Paim aqui colocou, ou seja, que este Congresso deve se debruçar neste momento é sobre essa crise política grave e buscar saídas – saídas, repito, através das diretas já, para que o País possa reencontrar o caminho com o seu povo, de pacificação ...

*(Interrupção do som.)*

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – .... e para que a gente possa realmente dar um novo rumo a este País, com um projeto de desenvolvimento nacional, com emprego, com geração de renda, com inclusão social e com respeito aos direitos sociais do povo brasileiro.

Então, amanhã, Paim, "Ocupa Brasília", que os trabalhadores e trabalhadoras de todo o País que para cá estão vindo sejam aqui recebidos com o devido respeito, porque eles estão aqui para lutar pelos seus direitos. Ao mesmo tempo, eles vêm para colocar "reformas não" e dizer que o caminho é pela democracia, o caminho é diretas já.

Muito obrigada.

*(Durante o discurso da Sr<sup>a</sup> Fátima Bezerra, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cidinho Santos, Suplente de Secretário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senadora Fátima.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Senador Wellington, pela ordem.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente de justificar e também de apresentar aqui o meu voto pela Medida Provisória 756, de acordo com o Projeto de Lei de Conversão. Estava numa audiência, mas foi uma luta que eu quero registrar aqui, principalmente de parte do nosso companheiro, ex-Prefeito da cidade Guarantã, Lutero Siqueira, que juntamente com V. Ex<sup>a</sup> esteve aqui com os prefeitos da região do Pará, o Senador Flexa Ribeiro também e tantos outros, para que chegássemos a esse dia da aprovação dessa medida provisória.



E aí o relatório suprime a ampliação do Parque Nacional do Rio Novo, na área que era da Floresta Nacional do Jamanxim. Também suprime o avanço da APA sobre a área que até então estava fora de qualquer unidade de conservação que equivale a 237 mil hectares. E sobre o trecho da BR-163 e a Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, acatou-se a emenda apresentada para transformar a Rebio em um parque nacional e uma APA. Com essa medida, Sr. Presidente, as famílias presentes em torno da rodovia deste 1970 são contempladas, diminuindo, assim, o conflito na região.

Como disse aqui o Consultor Legislativo Alexandre Guimarães, além disso a criação da APA do Jamanxim objetiva proteger os mananciais, regular o uso de recursos hídricos e promover o uso múltiplo sustentável dos recursos naturais, com ocupação territorial ordenada e regularizada e buscando soluções para os conflitos daquela região.

Por fim, a medida provisória visa a resolver os conflitos e a demanda social para regularização de ocupações existentes, desde a época da criação da Flona do Jamanxim, para a implantação de um programa efetivo de regularização de terras públicas através do Programa Terra Legal.

E aí quero aqui, mais uma vez, registrar também que todos nós da Bancada de Mato Grosso, inclusive preocupados com essa questão da regularização fundiária, apresentamos uma emenda impositiva. E esse é o grande objetivo de todos nós da Amazônia, da Região Amazônica, porque as pessoas para lá foram ocupar a Amazônia, para não entregar a Amazônia. Só no Mato Grosso são mais de 100 mil famílias que aguardam essa documentação. Aliás, 70 mil famílias que aguardam essa documentação.

Então, eu agradeço aqui e registro o meu voto favorável nesta noite.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – O.k., Senador Wellington Fagundes.

Como orador inscrito – o Senador Lindbergh Farias não se encontra, o Senador João Capiberibe não se encontra, a Senador Lúcia Vânia não se encontra – seria o Senador Paulo Paim, em permuta com a Senadora Lídice da Mata, mas ele abriu mão aqui para que a Senadora Rose de Freitas pudesse fazer uso da palavra primeiro. Depois o Senador Paulo Paim, dando sequência.

Então, com a palavra a Senadora Rose de Freitas.

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Quero agradecer, Sr. Presidente, em primeiro lugar, ao Senador Amorim, que concedeu o seu tempo para que eu pudesse fazer uso da palavra, e a gentileza, mais uma vez, isso vai entrar para a história deste Parlamento, do Senador Paim, sempre companheiro, presidindo a sessão, participando, nos animando, inclusive nesses momentos mais difíceis. Eu agradeço, Senador, sempre. Muito obrigada.

Eu queria tratar de um assunto importante, não deixando de considerar a gravidade da situação pela qual passa o Brasil, não deixando de falar que há que se obter as respostas, que há que se deslanchar esse processo sob a ótica judicial. Mas sobre a questão política também há fatos que precisam ser esclarecidos, a população precisa conhecê-los.

Também, por outro lado, Presidente Cidinho, quero dizer que esta Casa tem um papel a desempenhar neste momento. E por mais que as pessoas achem que elas detêm a resposta exata



para propor à Nação, é preciso que nós nos atenhamos, sobretudo, à questão do papel que nós constitucionalmente temos que desempenhar.

Não se trata aqui de ficar Presidente ou de tirar Presidente, trata-se de desempenharmos as nossas tarefas e funções. Se há pouco tempo, há um ano, nós fizemos aqui nesta Casa uma votação de *impeachment* porque achávamos que o País atravessava uma situação gravíssima, e através desse instituto constitucional nós mudamos a Presidência da República, não será agora que nós vamos dizer, por ser do meu Partido, por ser sucedâneo desses tristes fatos do País que eu comentei, ao senhor ou a quem quer que seja que está tudo bem.

Não está tudo bem. Pelo contrário. Nós precisamos encontrar o caminho para que a resposta ao País na economia possa se dar da mesma maneira que ela vinha sendo articulada e proposta aqui a esta Casa e ao País, com as alterações que se fizerem necessárias, com as discussões, Senador Paim, que são consideradas dentro das comissões, com as alterações que possam nascer dessa discussão democrática, mas que nós possamos dar prosseguimento à pauta que importa ao Brasil. O que tivermos que mudar vamos mudar, o que tivermos que aprovar vamos aprovar, e o que não for possível aprovar não será aprovado.

É isso que eu considero. Longe da democracia, ao lado dela, nada. É abraçado com ela, é praticando a democracia, reconhecendo o direito e a representação de todos os Senadores que aqui estão e da Câmara, que lá, no seu momento, também está no debate político de toda essa crise institucional.

Eu tive oportunidade, Presidente Paim e Presidente Cidinho, de participar hoje, com o Presidente, de um seminário internacional sobre a questão ambiental, ao lado do Ministro Herman Benjamin e do Ministro Barroso.

Eu considero importante destacar que esse debate internacional promovido pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas, com Presidente Jorge, e pela Comissão de Meio Ambiente, com o Senador Davi, foi para discutir sobre uma perspectiva mundial. Isto é que foi interessante na realização desse seminário: a proteção constitucional ao ambiente e a importância sobretudo dos aspectos práticos de implementação de direitos humanos no Estado do direito ambiental, hoje considerado o centro das decisões políticas para que nós possamos ter um futuro sustentável.

Nós sabemos, Sr. Presidente, que o direito ambiental tem tido conhecidos avanços expressivos nas últimas décadas, em muitos países, o que possibilitaria e possibilita a consolidação de um Estado de direito ambiental. Quando nós pensaríamos, eu que fui Constituinte, que nós poderíamos estar falando hoje uma linguagem que une todos no pensamento da reflexão sobre a questão ambiental? Que poderíamos estar falando aqui de direito ambiental?

Quando nós, com o Deputado Mendes Thame, constitucionalista, e o Deputado Fábio Feldmann, lá atrás, escrevemos o capítulo do meio ambiente na Constituição, enfrentamos conflitos, enfrentamos barreiras, preconceitos, mas temos importantes ações a seguir nessa trajetória de busca de um futuro justo e sustentável. Nós tivemos avanços na legislação e tivemos o reconhecimento dentro do direito ambiental, que ultrapassou inclusive a concepção, dentro dessas noções que são discutidas, do que é mais campo de direito para dizermos que hoje todo esse contexto de atitudes é para consolidar uma iniciativa concreta para um futuro melhor para todos os brasileiros.

O direito a um meio ambiente saudável é um direito fundamental, é um direito de todos, é um direito existencial, porque diz respeito às garantias mínimas que as pessoas precisam ter



sobre habitação, moradia, saneamento básico, qualidade de água e tratamento de resíduos sólidos.

Antes, ouvia-se muito em tom jocoso as pessoas dizerem que quem tratava de problema de infraestrutura, de tratamento de esgoto, de resíduos sólidos e outras coisas mais era um Parlamentar que não tinha futuro na vida política. E vê-se que hoje uma das premissas básicas é a definição do que é luta ambiental. E sobretudo, de fato hoje existe o Direito Ambiental, a fixação de leis ambientais cada vez mais claras, bem aplicadas. Eu destaco o seguinte: a definição inclusive de penas, Senador Paim, para o crime ambiental, que passava ao largo das atitudes de todos os poderes administrativos, Judiciário e Executivo. Os parâmetros que hoje são adotados para indenizações e as discussões de temas importantes não ficam esquecidos nas gavetas do Poder Judiciário.

A preservação da questão do meio ambiente vem avançando de tal maneira, a passos tão largos, no mundo que conta com a fundamental atuação dos tribunais na aplicação das leis em favor das questões ambientais. Nós tivemos no Brasil, Senador Amorim, em 2015, a tragédia que todos acompanharam e que mundialmente teve uma repercussão simplesmente trágica, também do ponto de vista de imprensa. O maior acidente de resíduos de mineração em 30 anos e que suscitou inclusive um debate, um julgamento complexo. A tragédia deixou ainda mais clara a importância de o Judiciário estar atento e comprometido com a preservação do Planeta. Estamos falando apenas do Brasil, da cidade de Mariana e do Estado do Espírito Santo.

O meio ambiente preservado é um dos direitos mais caros à humanidade. E não é de hoje que, no mundo todo, em todo o mundo, nós temos discussões e iniciativas com o objetivo de estabelecer acordos sobre esse tema, quer seja no Parlamento, quer seja no Judiciário ou no Poder Executivo. A declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, elaborada na Conferência de Estocolmo, na Suécia, em 1972, por exemplo, reconhece o direito de todo cidadão a um meio ambiente de qualidade para uma vida digna. Isso é só uma consideração supérflua que possa ser apreciada longe das leis? Absolutamente.

Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a RIO 92, 150 países, Senador Cidinho, assinaram a Convenção da Biodiversidade, com regras para o uso e a proteção da diversidade biológica.

Dez anos depois, em 2002, tivemos em Joanesburgo, na África do Sul, a RIO+10. Todos esses acontecimentos contribuíram e muito para que a discussão sobre o meio ambiente tomasse a forma que temos hoje.

Em 2012, por exemplo, novamente no Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. O senhor se lembra da importância que teve mundialmente a RIO+20.

Em setembro de 2015, em Nova York, na sede da ONU, foi realizada a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável – aí, sim, nós passamos a falar uma linguagem que se tornou universal –, na qual os países membros da ONU definiram os novos objetivos do desenvolvimento sustentável, como parte de uma nova agenda de desenvolvimento, com prazo até 2030 para ser implementada.

Nesses dois debates, entre segunda e terça-feira, que foram realizados aqui nesta Casa, com a participação do Senador Jorge Viana, do Senador Davi Alcolumbre, do Senador Flexa Ribeiro, do Senador Paulo Rocha, quero ressaltar que nós tivemos a oportunidade de ampliar essas e outras discussões.





No Dia Internacional da Biodiversidade, a reunião ouviu especialistas do mundo jurídico e da proteção ambiental de vários países para analisar a relação entre equilíbrio ambiental, direitos humanos fundamentais e o dever de cada cidadão nesse processo de proteção e desenvolvimento.

Certamente, Sr. Presidente, um ambiente saudável é necessário para o amplo usufruto dos direitos humanos, assim como o exercício dos direitos humanos é necessário para a proteção do meio ambiente. Hoje não existe um divórcio dessa questão ambiental, da questão dos direitos humanos e, muito menos, da questão da qualidade de vida do cidadão.

O Relator Especial das Nações Unidas sobre Direitos Humanos e Meio Ambiente, John Knox, destacou, inclusive, o que eu gostaria de registrar aqui: que o dano ambiental compromete seriamente os direitos humanos básicos e a qualidade de vida da população. Assim, a população tem prejudicado o acesso à água, por exemplo. E o desequilíbrio da biodiversidade traz prejuízo para todos. Não traz prejuízo apenas para alguns.

Nós concordamos com a avaliação do Ministro – eu diria, ambientalista, porque ele é militante dessa causa, que é o Ministro do Superior Tribunal de Justiça Antonio Herman Benjamin – de que a nossa Constituição deve observar a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos de maneira integrada. Defendemos ainda e compartilhamos a avaliação feita, nesta terça-feira, pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso, que esteve lá fazendo a sua discursiva, de que a questão do direito ao meio ambiente saudável deve, sim, figurar como direito fundamental.

Hoje o tratamento que é dado pela Constituição brasileira ao meio ambiente é aparentemente, essencialmente, um tratamento antropocêntrico, ou seja, coloca o homem no centro das preocupações. Este é um avanço histórico que nós registramos aqui: nós aprendemos hoje, nas falas do Ministro Barroso, no entanto, que a jurisprudência no Brasil, em casos importantes, tem incorporado uma visão mais biocêntrica da vida. Ou seja, ainda que tenhamos, Sr. Presidente, uma sinalização de um modelo essencialmente antropocêntrico, estamos avançando para o modelo em que nem tudo no universo está funcionando de acordo com os interesses dos humanos.

Portanto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, eu considero fundamental, em todas as etapas da nossa atividade política, atividade da nossa cidadania, preservar a luta do meio ambiente, colocando-o no rol do nosso interesse, do compromisso com a nossa vida, preservando a biodiversidade, freando o desmatamento, protegendo as florestas, para reduzir os efeitos nocivos das mudanças climáticas e das emissões de carbono.

É fundamental, concluindo, aplicarmos a fiscalização da proteção efetiva do meio ambiente. E, ao aplicar isso, muitas vezes, entende-se que nós temos que estar com recursos jurídicos a todo momento, quando, na verdade, esse confronto e esse impacto de posições acabam sendo judicializados, mas nem sempre terminam solucionados.

Então, é importante entendermos que o impacto da agressão ao meio ambiente pode não ser percebido agora de imediato, neste momento em que nós estamos todos preocupados com a crise econômica, mas terá seguramente consequências desastrosas que serão sentidas, com muito mais intensidade, por gerações futuras.

Eu, portanto, zelo pelo meio ambiente, luto. E fazer justiça, para mim, para as próximas gerações, Senador Paim, é assumirmos um compromisso e lutarmos pela questão ambiental.

Concedo a palavra, com muito prazer, a V. Ex<sup>a</sup>.



**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Rose de Freitas, quero cumprimentá-la pelo pronunciamento, um pronunciamento gigante, realmente gigante, está à altura de V. Ex<sup>a</sup>, porque V. Ex<sup>a</sup> traz para o plenário a defesa da vida, que é a defesa do Planeta, que é a defesa do meio ambiente. Como seria bom, Senadora Rose, que nós todos pudéssemos estar aqui discutindo temas como esse do meio ambiente, a saúde, a educação, a segurança, mas, devido à crise que está instalada – e V. Ex<sup>a</sup>, quando nos encontrávamos hoje aqui, na entrada do plenário, me perguntava como foi na comissão –, enfim, a crise vai avançando a cada momento que passa, e os grandes temas a gente acaba não discutindo. Então, o meu aparte vem nesse sentido: cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. Eu tenho a alegria de conhecê-la desde a Assembleia Nacional Constituinte. Lá estávamos sempre no mesmo bloco, eu me lembro, liderados principalmente por Covas. Covas era um grande líder da Constituinte.

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – Saudades.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quando eu digo isso, alguns dizem... Covas nos liderou, sim, na Constituinte e com muita competência, com muita competência. Lá nos conhecemos e fomos caminhando juntos – eu diria – nas mesmas trincheiras, defendendo os interesses do nosso povo e da nossa gente. Ao ver V. Ex<sup>a</sup> fazer esse pronunciamento, eu sinto saudade dos grandes pronunciamentos, como esse, para defender o meio ambiente, o ecossistema. Não tem nada mais bonito. É grandioso mesmo. Por isso, aceite aqui meus cumprimentos. Fiquei atentamente ouvindo e me lembrei dos grandes pronunciamentos que nós tivemos a alegria de ouvir no plenário ainda da Constituinte, de Ulysses Guimarães, de Jarbas Passarinho – lembra?

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – Sim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...de Lula, de Fernando Henrique, pronunciamentos realmente de estadistas, que olhavam o Brasil no seu todo. Hoje eu me lembrei desses nomes ao ouvir aqui o seu belo pronunciamento em defesa da vida, do Planeta e do meio ambiente. Parabéns.

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – É que V. Ex<sup>a</sup>, às vezes, não percebe, Senador Paim, que tem uma estatura do tamanho do sentimento que o povo brasileiro tem com o Brasil. V. Ex<sup>a</sup> pode, neste momento, não estar tratando desse tema, mas jamais se divorciou de nenhum dos temas importantes para o povo brasileiro. V. Ex<sup>a</sup> deu sempre à política o melhor de si e nunca o vi descompromissado com qualquer um desses assuntos que interessa à população brasileira. Trava uma longa batalha em relação à reforma trabalhista, travará em relação à reforma da previdência, mas, mesmo que V. Ex<sup>a</sup> não esteja tratando desse assunto agora, em qualquer momento em que o senhor está discutindo direitos e que está lutando pela razão da lógica que constrói a política que o senhor faz aqui, nesta Casa, que representou tão bem na saudosa época da Constituinte, quando nós encontrávamos esses gigantes, como o saudoso Mário Covas, que tanto nos ensinou. Particularmente, eu aprendi muito com aquele homem, aquele líder político, aquele estadista.

Eu acho fundamental que a gente aprenda a olhar os bons exemplos e os traga agora presente no nosso dia a dia, quando os valores estão tão esquecidos, quando a Pátria está tão vilipendiada, com tanto deboche. Que a gente possa ser protetor da nossa história e fazer com que ela se repita cada dia no seu gesto, na sua votação, na sua posição, na sua luta, na sua discussão e que a gente possa fazer algo próximo daquilo e do tamanho que V. Ex<sup>a</sup> faz todos os dias.



Eu agradeço muito por ter a oportunidade de conviver com V. Ex<sup>a</sup> sempre aqui nesta Casa.

Concluindo, eu acho, Sr. Presidente, que é fundamental entendermos que o impacto da agressão ao meio ambiente pode até não ser percebido agora, de imediato, mas vai ser percebido. E se nós não estivermos atentos a isso também – porque não pensem que toda essa crise que está posta também não foi uma falta de atenção nossa para com as questões nacionais – nós vamos ter, como estamos tendo agora, consequências desastrosas, que são sentidas e serão sentidas intensamente pelas futuras gerações.

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – Portanto, eu concluo dizendo que zelar pelo meio ambiente é fazer justiça com as próximas gerações. Eu, que já sou avó e tenho uma neta de seis anos, tudo o que eu fizer tentando resgatar aquilo que não conseguimos fazer antes, tenho certeza de que vai propiciar a ela um futuro melhor, vai deixar para ela, para os filhos dela e para todos um mundo melhor.

Diante do exposto, tenho certeza de que as discussões dos últimos dias vão acabar multiplicando as nossas ideias, Senador Elmano, de boas iniciativas – o bom pensamento transformador, as boas metas, os bons compromissos e, conseqüentemente, as boas conquistas.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senadora Rose de Freitas. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Dando sequência, como orador inscrito, em permuta com a Senadora Lídice da Mata, o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Cidinho Santos, Senadores e Senadoras que estão no plenário, Senador Elmano Férrer, Senador Eduardo Amorim, eu queria refletir um pouco sobre o que foi o dia de hoje aqui no Parlamento.

Foi um dia pesado, eu diria pesado devido à crise que está instalada no País. Tivemos duas audiências públicas pela manhã, participei das duas, presidi, em parte, aquela que foi na Comissão de Direitos Humanos. A Senadora Regina Sousa presidiu a outra parte, e lá nós ouvimos todas as centrais, federações, confederações, a Anamatra, o Ministério Público do Trabalho, enfim, a sociedade civil organizada; representantes dos próprios banqueiros, a quem cumprimento porque vieram para o debate; o representante do Ministro do Trabalho.

Eu diria, Sr. Presidente, sem medo de errar, que todos estão preocupados com a reforma trabalhista. Pelo que percebo, e tomo a liberdade de dizer, o próprio Ministro do Trabalho, porque eles lembram que encaminharam uma proposta com sete artigos, e o que a Câmara fez foi ampliar para mais de 100 – 117, dizem. Mas, se formos aos parágrafos e incisos, dá mais de 200 mudanças. Tanto que já é dito aos quatro ventos que, se houver uma votação, que eu espero que não aconteça, já há diálogos de que o Presidente teria que vetar uma série de artigos.

Claro que eu sou contra essa posição e explico o porquê. Se o Senado, que é a Casa revisora, já percebe que há uma série de maldades ali vindas da Câmara, como trabalho intermitente; como querer que as mulheres trabalhem em área insalubre mesmo grávidas; como horário de almoço, na tal de "livre negociação" – entre aspas – poder chegar a 30 minutos; como



anular dentro das fábricas, na rescisão de contrato, a participação de um sindicato ou até de um advogado, no momento da homologação. Enfim, são tantas mudanças, como eu digo, que nem se nós ficássemos um ano todo discutindo a reforma nós não íamos discutir ponto por ponto.

Os analistas que vêm falar e foram nas duas audiências de hoje disseram o seguinte: nós estivemos na Câmara, Senador Paim, mas lá nós discutimos sete artigos, e aqui tem mais de cem que vieram de lá e ninguém discutiu. E os Deputados – eu reafirmo isso com segurança absoluta, e tenho falado com muitos – dizem: "Olha, Paim, até acho que erramos, mas votamos naquele atropelo sem ler". Esse é o quadro que se apresenta.

Enfim, fomos para a Comissão de Economia. Lá também, num clima tumultuado, pela tensão da crise, porque, como aqui foi dito e eu repito, não tem como a gente fazer de conta que não existe uma crise, que não existe aí filmada, gravada a história de um mensalão de R\$500 mil por mês. Já está saindo aí que já sabem qual é o avião em que a mala foi carregada. Esse Deputado, de que eu não gosto nem de citar nome, como eu digo, o ataque não é pessoal, mas pela prática feita, que foi filmado pegando os R\$500 mil, e as notas numeradas, vai ser preso e vai ter que responder. Ele vai dizer a serviço de quem estava. Ele vai ter que dizer quem mandou que ele pegasse aquela mala de R\$500 mil e para quem ele deveria entregar.

Mas eu não quero entrar nesses detalhes, Sr. Presidente; quero ficar na macropolítica. E, na macropolítica, é nós reconhecermos que existe uma crise institucional de fato. O Presidente agora está denunciado, vai ter que responder no Supremo Tribunal Federal ao processo de investigação. O dia 6 já está marcado: cassa ou não cassa o Presidente.

É fato, é real, eu só estou comentando. Eu falava com alguns Senadores hoje, e eles me diziam – eu diria até, num clima de construção, de acharmos uma alternativa – que o Presidente Temer poderia sair bem dessa história. Ele poderia fazer um discurso de estadista à Nação. Eu faria isso se fosse ele. Diria: "Olha, pessoal, mediante o impasse criado, eu fui vice da Presidente Dilma, que foi afastada...". Agora, na iminência de ser cassado também o mandato, no caso do Presidente, ele poderia anunciar ao País que ele é favorável às eleições e que ele se comprometeria inclusive a ficar, nesse período, administrando, e as eleições serem antecipadas para este ano. Mediante um grande pacto nacional, dá para fazer com que as eleições aconteçam daqui a 60 dias. Por que não?

Mas só de ele fazer essa demonstração... Eu achava, na época, confesso que a Presidenta Dilma sinalizou, mas não houve esse grande entendimento, porque ambos teriam que renunciar. Agora ele não precisa de um segundo; ele pode renunciar e falar à Nação: "Vamos unir o País em cima de um projeto de nação que os candidatos haverão de apresentar". Ele abriria mão de quê? De um ano praticamente de mandato. Por que não fazer isso?

Essas reformas – trabalhista e previdenciária – que todos sabem por que sou contra, porque venho falar toda semana nas comissões e aqui também no plenário. Estou presidindo a CPI da Previdência, que está mostrando lá números. Nem eu acreditava que era tão grave a situação do desvio, do desmando, da sonegação, da roubalheira. E quem está falando lá são procuradores da Fazenda, são auditores fiscais. Eles deixam claro: o problema da nossa Previdência é de gestão, é de fiscalização, é de combate à sonegação, é de combate à corrupção. Dá para arrecadar quase o dobro do que se arrecada hoje. Mais precisamente, dá para arrecadar mais de R\$500 bilhões – R\$500 bilhões dá para arrecadar. Mas nada é feito. Isso resolveria o problema da Previdência.

E como lá foi dito e eu repito aqui, nós já temos idade mínima em lei: é 55 mulher e 60 homem – para se aposentar com a integralidade; não é para se aposentar com 50%, 70% ou



25%. É a fórmula 85/95: mulher teria que ter 30 de contribuição e o homem, 35. Mas ali tem um gatilho que diz também, Senador Elmano Férrer, que, à medida que o IBGE disser que a expectativa de vida do brasileiro aumentou, aumenta também, de dois em dois anos, o tempo de contribuição e a própria idade.

Por que não caminharmos por ali e ajustarmos? Vamos dar estrutura para que os procuradores, auditores, façam o seu trabalho.

Porque neste País há uma frase antiga: quem paga imposto, paga muito – impostos, tributos, quem paga, paga muito –; quem rouba não paga nada – porque ele sonega, ele faz de conta que recolhe, mas não repassa para a União –. Por isso é que a dívida – que eles falam tanto da dívida que os empresários têm com os trabalhadores, eles falam que tem dois milhões em ações –. E hoje eu perguntei: "Mas quanto dá esse total aí? Vocês sabem me dizer?". Aqueles que querem acabar com a reforma trabalhista: "Ah, não sabemos.". Mas eu sei e vou dizer a vocês que os 3% mais ricos devem R\$2 trilhões para a União. Então, a questão dos trabalhadores é fichinha perto da dívida acumulada dos 3% mais ricos, que entram com um processo de forma permanente e não pagam o que devem. É desse mundo que nós estamos falando.

E num momento como este, nós queremos anular tudo o que foi construído desde a Era Vargas? E falam: "Não, mas ela está antiga!". Oitenta e cinco por cento da CLT já foram modificados com o espírito de modernizar. "Não, mas há novos tempos de trabalho, agora há o teletrabalho e tal.". Aí a gente falou para os painelistas, Sr. Presidente, Elmano Ferrer: "Tudo bem, se acham que alguns pontos têm de ser atualizados, aqui na Casa há projetos. Vamos pegar esses pontos específicos que vocês estão levantando.". Propus aos painelistas que defendem a reforma trabalhista: "Vamos fazer um acordo: vamos pegar os pontos que vocês questionaram e nós vamos, aqui – porque há projetos nessa área –, fazer um debate aqui dentro, ponto por ponto. E vamos anular essa reforma trabalhista e também a previdenciária.". Eles não disseram nada. Eles riram, mas não disseram nada: nem sim, nem não. É que nem aquela história de quando estou em algum debate com o setor empresarial. Eles falam que o custo do trabalho, no Brasil, é um dos maiores do mundo. Eu digo: "Devido aos direitos do trabalhador, como 13º, férias, licença à gestante e essas coisinhas.". "Que outros países, talvez, não tenham", dizem eles. Aí eu digo: "E como é o salário nos outros países com que vocês comparam?". "É de US\$1 mil para cima, o salário mínimo.". Aí digo: "Se nós concordarmos com pequenas mudanças, como estão propondo, vocês passam o salário mínimo para US\$1 mil?". "Ah, isso não!". Aí eles dizem que não.

Então, infelizmente, há uma crueldade, eu diria, uma visão desumana. Falta uma visão humanística de se relacionar com o outro, principalmente no mundo de empregado e empregador.

E a gente pode, num momento como este, aproveitar – porque o brasileiro também cresce na crise, Sr. Presidente –. Vamos resolver essa crise política e vamos nos debruçar sobre a crise econômica e social. E a crise política, queiram ou não queiram alguns, o melhor caminho são eleições diretas.

Alguns dizem: "eleições gerais". Eu sou simpático, mas sabemos que haverá mais dificuldade aqui.



Bom, se não dá para fazer eleições gerais, vamos para as Diretas Já. Fazemos as Diretas Já. Como alguém me disse hoje, se não me engano foi a... Não sei se foi a Senadora Kátia, e estava também ali do lado a Senadora lá de Mato Grosso...

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... Simone, V. Ex<sup>a</sup> já lembrou logo da Simone. A Senadora Simone Tebet, ela me disse: "Por que não se faz, se nós podemos chegar a uma conclusão...". Foi em uma conversa informal, não estou aqui responsabilizando, estou é elogiando as duas – elogiando as duas. E na conversa surgiu eleições diretas com mandato de cinco anos. Resolveria. Eleições diretas para Presidente com mandato de cinco anos, porque ninguém perderia o mandato – sei que é difícil isso acontecer –, o Presidente anteciparia um ano e quem fosse eleito estaria, então, no cargo por cinco anos. Teríamos eleições gerais em seguida para Deputados e Senadores.

Alguém já me falou, inclusive, em uma nova Assembleia Nacional Constituinte para aprofundarmos debates de uma verdadeira reforma política, eleitoral e partidária, o Pacto Federativo, a questão da reforma tributária.

Mas a saída é por aí. Nós precisamos de um governo que tenha respaldo popular. Por isso eu tenho insistido tanto com o atual Presidente da República. Por isso eu tive cuidado hoje, lá naquele entrevero – e foi entrevero mesmo –, lá na Comissão de Economia. Olha, empurrão foi para todo o lado. Não digo que houve agressão física, mas empurrão e tensão houve para todos os lados. Microfone saltando pelo chão. E nós, os outros, não só eu naturalmente, tentando buscar uma saída que seria a melhor, no meu entendimento, seria a suspensão e marcar para um outro momento a continuação do debate, mediante os requerimentos que estavam sobre a mesa.

Mas esse não foi o entendimento. Foi reaberta a sessão e o Senador Ferraço – sem o som, isso é bom que se diga –, o Senador Tasso Jereissati disse: "Está reaberta a sessão". E o Senador Ferraço disse: "Dou por lido o meu relatório", e a sessão foi encerrada. Não houve mais nada. Está em ata isso. Não houve discussão.

Então, na próxima terça-feira, vai ter de haver a discussão do projeto. Vai começar a discussão do projeto. Tem o pedido de vista, que regimentalmente nos é assegurado. Tem o debate das emendas – e se eu não me engano são mais de 150 emendas. Cada um vai querer defender as suas emendas.

Se seguir o que manda o Regimento, de anos e anos que tenho nesta Casa, vai ficar lá na Comissão, nessa Comissão, no mínimo até o início do mês que vem. No início do mês que vem há mais duas Comissões – e foi acordo firmado e votado neste Plenário. Vai para Assuntos Sociais, onde de novo haverá toda uma discussão do relatório, das emendas, pedido de vista... Vai a fim de junho. Depois ele tem que ir para a CCJ ainda, e na CCJ também – porque lá não feita nenhuma audiência pública –, teríamos que fazer, no mínimo, a exemplo de outras comissões, duas audiências públicas, depois relatório, depois pedido de vista, discussão das emendas, aí nós vamos terminar em agosto.

A reforma da previdência, lá na Câmara, o próprio relator disse – porque lá são 3/5, são 308 –, não tem a mínima chance de votar nesse clima de guerra que está instalado no País.

Esse é o quadro real. E, por isso, alguns Senadores disseram que, no mínimo, vamos votar os requerimentos, cada um defende seus requerimentos, vamos votar as emendas, cada um defende suas emendas, mas num processo, eu diria, de equilíbrio.



E eu estou convencido, Sr. Presidente, estou convencido, mas também não tenho bola de cristal, que no dia 6...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... o Tribunal Superior Eleitoral vai afastar o Presidente. E podemos, então, se ele não fizer um gesto de grandeza até lá, caminharmos para um debate profundo em cima da perspectiva dos programas que forem apresentados pelos candidatos a Presidente. Claro que eu defendo as eleições diretas, mas há quem defenda – como aqui foi dito – as eleições indiretas. Mas, assim mesmo, teremos aí meia dúzia de candidatos, e que provavelmente não será ninguém de dentro do Parlamento.

Mediante toda essa – querendo ou não, eu uso o termo muitas vezes, Presidente Elmano Férrer – lambança criada no País, de insegurança total, tanto para os investidores externos, como para os internos, mediante tanta denúncia, onde, nas tais denúncias feitas por empresários, eles falam ali como se fossem falar de – lá no Sul tem a bergamota, a laranja, o grão de uva, como quiserem –... Falam de milhões e milhões, para lá e para cá, como se tivessem falando de grão de areia na praia. Milhões, que apontam para bilhões. E me parece que alguns não querem enfrentar esse debate.

Por isso que eu vi com bons olhos as iniciativas de alguns Senadores, que convocaram o Presidente Eunício. Presidente, tome as rédeas, chame o Colégio de Líderes, chame os mais experientes, talvez nós, pelos cabelos brancos, poderemos ajudar, eu e V. Ex<sup>a</sup>, porque, querendo ou não, os anos passam...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... e a gente acaba aprendendo com a própria vida.

Que a gente possa, pelas nossas experiências acumuladas, dar uma pequena contribuição também e caminharmos para uma solução, mas uma solução olhando para os brasileiros e brasileiras, independente da cor partidária, independente da cor de cada um, seja branco, seja negro, seja índio, independente da questão ideológica, uma visão – eu diria – ecumênica, intersindical, suprapartidária, e num olhar para todos. E aí, sim, acredito que nós podemos avançar, Sr. Presidente.

Termino, Sr. Presidente, agradecendo a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>. Hoje ainda irei a uma reunião com alguns Senadores, para conversar sobre isso que me debrucei aqui, de forma muito equilibrada e tranquila. Eu ainda acredito que é possível a gente caminhar suspendendo essas duas reformas, ir para as eleições diretas, deixando que o povo eleja, rapidamente, os novos mandatários do nosso País – seja Presidente, seja Vice – e, se assim o povo entender, eleger o próprio Congresso Nacional.

Obrigado, Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Cidinho Santos, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Elmano Férrer.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Elmano Férrer. PMDB - PI) – Agradeço as palavras de V. Ex<sup>a</sup>.

Temos mais um orador inscrito, mas não está presente. Então, nós declaramos encerrada a presente sessão.



*(Levanta-se a sessão às 20 horas e 28 minutos.)*





# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 71ª SESSÃO**

## **EXPEDIENTE**

**Discurso encaminhado à publicação**



## DISCURSOS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT. Sem apanhamento taquigráfico) – Boa tarde, Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, senhoras e senhores aqui presentes, telespectadores e Ouvintes da TV e Rádio Senado, há no momento uma discussão sobre o entendimento do governo de retirar a Secretaria da Aquicultura e Pesca (SAP) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para que o setor integre a estrutura regimental do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

Preciso registrar aqui nesta Casa que vejo essa medida com grande preocupação e acredito firmemente de que tal ação seria contrária ao interesse público e um grande retrocesso para o setor aquícola e pesqueiro nacional!

Após a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) o setor – que passou por várias provações e crises nos últimos tempos – está conseguindo se reerguer devido à gestão e administração atual do MAPA. Após meses de trabalho e dedicação, os objetivos estão finalmente sendo alcançados.

São visíveis a evolução advinda da incorporação do MPA pelo MAPA. Posso citar alguns exemplos como a economia com a redução de gastos com locação de imóveis, veículos, contratação de serviços e mão-de-obra comissionada e terceirizada; aprimoramento da gestão; efetivo acompanhamento e fiscalização de convênios e instrumentos de repasses; adesão ao programa Agro+, programa cujo o foco é a desburocratização; criação de novo sistema de Registro Geral da Atividade Pesqueira, entre outras medidas que estão sendo trabalhadas.

Senadores e Senadoras, a piscicultura brasileira movimenta cerca de R\$ 4,3 bilhões por ano, produz 640 mil toneladas de peixes cultivados e gera 1 milhão de empregos. A expectativa é de que em cinco anos o setor chegue a movimentar R\$ 7 bilhões. É a proteína animal que mais cresce no mundo.

É, sem dúvida, uma atividade que está crescendo e se profissionalizando cada vez mais. Envolve questões sanitárias, veterinárias e da cadeia do agronegócio e por isso precisa do amparo governamental de especialistas. O MAPA já abriga todas essas atividades produtivas, inclusive de proteínas animais, e é a Pasta que conhece a linguagem da piscicultura, suas necessidades, lutas e expectativas.

Dessa forma, não vejo nenhuma necessidade ou razão técnica para tirar a SAP do MAPA e passa-la para outro Ministério. Mesmo porque, essa alternância de estruturas não é produtiva para nenhuma atividade.

Sr. Presidente, quero concluir dizendo que espero sinceramente que o governo tenha o bom senso de deixar a SAP no lugar a que ela pertence, que é, sem dúvida, o MAPA para que assim o setor possa continuar a crescer e aumentar a oferta de alimentos de qualidade na mesa do brasileiro e ainda ter superávit para exportar.

Muito obrigado!

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Senadoras e Senadores, Boa Tarde!

A Lei Kandir está completando 20 anos. Antes da sua promulgação, a alíquota de ICMS que incidia sobre exportação era de 13% e foi reduzida a zero com a citada Lei! A compensação



devida pela União aos Estados, Municípios e Distrito Federal por conta da perda de receita advinda dessa desoneração permanece sem solução.

Mesmo passadas duas décadas, a situação da compensação é precária, seja da perspectiva legal, seja do ponto de vista financeiro.

Reconhecendo as distorções da Lei Kandir, a partir de 2004, a União "improvisou" um meio orçamentário, denominado Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações, o FEX, instituído por Medidas Provisórias anuais para dotações orçamentárias, que também tem por objetivo reparar as perdas dos entes federados, com a isenção do ICMS nas exportações.

No entanto, senhoras e senhores, o valor da compensação continua sendo ínfimo diante da renúncia fiscal imposta! Somados os recursos repassados com base na Lei Kandir, mais aqueles provenientes do FEX, representam pouco mais de 10% do total da perda anual da receita pós desoneração.

Outro grande problema enfrentado pelos Estados é de que o coeficiente de distribuição das compensações, são fixos desde 2003, desconsiderando a dinâmica de desenvolvimento regional e as alterações estruturais na economia brasileira.

Precisamos ainda levar em conta os atrasos do governo federal na efetivação dos repasses e o fato da União entender que o FEX é uma transferência discricionária e que pode ou não acontecer.

Sr. Presidente, todos os Estados Federados, sem nenhuma exceção, contabilizam prejuízos que estão afetando profundamente suas contas públicas. Mato Grosso, estado que represento nesta Casa, é um dos que têm maior perda e sofre sobremaneira por depender do auxílio financeiro da compensação, já que cerca de 20% desses recursos são destinados a ele.

Pois bem, com o objetivo de pôr fim a esse impasse que já dura 20 anos, nosso colega, senador Wellington Fagundes, apresentou um Projeto de Lei Complementar para alterar a Lei Kandir – que já tem parecer favorável na Comissão de Assuntos Econômicos – para alcançar dois objetivos básicos:

Primeiro é que cada ente federado seja compensado exatamente pela correspondente perda de receita causada pela desoneração das exportações e dos bens destinados ao ativo permanente.

Segundo, é unificar as duas transferências em apenas uma, devidamente amparada na Lei, sem a insegurança jurídica atual do FEX, em transferência única.

Nobres colegas, é imperativo que o Congresso Nacional regule em definitivo essa matéria – uma das mais complexas do chamado Pacto Federativo – como já determinou o Supremo Tribunal Federal em novembro do ano passado.

Não podemos mais permitir que governadores e prefeitos venham todos os anos à capital federal de pires na mão para implorar o que lhe é devido.

Para se ter uma ideia do rombo da desoneração para os Estados, mesmo que a alíquota do ICMS sobre exportações fosse de apenas 1%, e não de 13% como era, Mato Grosso teria recolhido no ano de 2014, R\$ 372 milhões a mais que a soma dos repasses do FEX e da Lei Kandir!

Entre 2010 e 2013, as exportações de Mato Grosso cresceram 87% em dólares, a inflação (IPCA) cresceu 24,6%, mas o repasse da Lei Kandir não aumentou um único centavo e ainda é pago com atraso.



Enfim, entendo que é mais do que necessária e urgente a compensação real e justa dos Estados, Municípios e Distrito Federal pelas perdas de receitas causadas com as desonerações das exportações.

Precisamos aprovar o Projeto de Lei Complementar no288, que irá fixa regras permanentes para o tema e acabar com o calote do governo federal, que não é justo, republicano ou democrático.

Muito obrigado!



## Encaminhamento de matéria



Tendo em vista a promulgação da Resolução nº 3, de 2017, que redefiniu as atribuições e as denominações da Comissão de Meio Ambiente (CMA) e da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC), o Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2015, uma vez já instruído pela CDH, vai à CTFC, em decisão terminativa.



## Encaminhamento à publicação



A Presidência envia à publicação o texto final do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2016.

A matéria será remetida à Câmara dos Deputados.







## SENADO FEDERAL

### TEXTO FINAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, DE 2016

Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil.

Parágrafo único. A Política Nacional de Leitura e Escrita será implementada pela União, por intermédio do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e com a participação da sociedade civil e de instituições privadas.

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Leitura e Escrita:

I – a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas;

II – o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, possibilitando a todos, inclusive por meio de políticas afirmativas, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir na construção de uma sociedade mais justa;

III – o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC);

IV – a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003;

V – o reconhecimento das cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia criativa.



Parágrafo único. A Política Nacional de Leitura e Escrita observará, no que couber, princípios e diretrizes de planos nacionais estruturantes, especialmente do:

I – Plano Nacional de Educação (PNE);

II – Plano Nacional de Cultura (PNC);

III – Plano Plurianual da União (PPA).

Art. 3º São objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita:

I – democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade;

II – fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais;

III – valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas;

IV – desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro, às feiras de livros, aos eventos literários e à aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público;

V – promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos;

VI – fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações;

VII – incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor;

VIII – promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas;

IX – incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao SNC;

X – incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos.

Art. 4º Para a consecução dos objetivos da Política Nacional de Leitura e Escrita será elaborado, a cada decênio, o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que estabelecerá metas e ações, nos termos de regulamento.



§ 1º O PNLL será elaborado nos 6 (seis) primeiros meses de mandato do chefe do Poder Executivo, com vigência para o decênio seguinte.

§ 2º O PNLL será elaborado em conjunto pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério da Educação de forma participativa, assegurada a manifestação do Conselho Nacional de Educação (CNE), do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e de representantes de secretarias estaduais, distritais e municipais de cultura e de educação, da sociedade civil e do setor privado.

§ 3º O PNLL deverá viabilizar a inclusão de pessoas com deficiência, observadas as condições de acessibilidade e o disposto em acordos, convenções e tratados internacionais que visem a facilitar o acesso de pessoas com deficiência a obras literárias.

Art. 5º O Prêmio Vivaleitura será concedido no âmbito da Política Nacional de Leitura e Escrita com o objetivo de estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências que promovam o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas, nos termos de regulamento.

Art. 6º Ato conjunto do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



# Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 106, DE 2017

(nº 549/2016, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao CENTRO SOCIAL EDUCACIONAL E CULTURAL DE RIO PRETO-MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)

- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1510001&filename=PDC-549-2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1510001&filename=PDC-549-2016)

**DESPACHO:** À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática,  
em decisão terminativa.



[Página da matéria](#)



Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao CENTRO SOCIAL EDUCACIONAL E CULTURAL DE RIO PRETO-MG para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria do Ministério das Comunicações nº 3.628, de 19 de agosto de 2015, que renova, por dez anos, a partir de 18 de agosto de 2013, a autorização outorgada ao Centro Social Educacional e Cultural de Rio Preto-MG para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no Município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente



O Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2017, será apreciado terminativamente pela CCT, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, “c”, do Regimento Interno.





## SENADO FEDERAL

### SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 3, DE 2017, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 556, DE 2007

Dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades detentoras de autorização para a exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária e de Radiodifusão Educativa.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DESPACHO:** Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Assuntos Econômicos.

#### DOCUMENTOS:

- [Texto do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado](#)
- [Texto aprovado pelo Senado](#)



[Página da matéria](#)

Parte integrante do Avulso do SCD nº 3 de 2017.





**SCD 3/2017  
00003**

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 4.133-C de 2012 do Senado Federal (PLS Nº 556/2007 na Casa de origem), que dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades detentoras de autorização para a exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Dispõe sobre a concessão de financiamento às entidades detentoras de autorização para a exploração de Serviço de Radiodifusão Comunitária e de Radiodifusão Educativa.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É a União autorizada a conceder, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiamento às entidades prestadoras de Serviço de Radiodifusão Comunitária e de Radiodifusão Educativa.

§ 1º O financiamento será concedido apenas para as entidades detentoras de autorização para operação dos serviços de que trata esta Lei, nos termos da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

§ 2º Os recursos objeto do financiamento serão aplicados unicamente em projetos de capacitação técnica e operacional das emissoras, podendo ser aplicados em:

I - aquisição de equipamentos e modernização de instalações e de sistemas radiantes;

II - criação e produção de programas de caráter educativo-cultural destinados a divulgar manifestações



2

culturais da comunidade e da localidade em que estão instaladas;

III - programas de bolsas para formação e aperfeiçoamento de profissionais e para prestação de consultoria técnica especializada;

IV - projetos de levantamento, cadastramento e divulgação de emissoras comunitárias e educativas, de suas programações e de seus parâmetros de operação;

V - apoio à atuação dos conselhos comunitários.

§ 3º Na operação de financiamento prevista no art. 1º desta Lei serão aplicadas as seguintes condições:

I - prazo de duração de até dez anos;

II - prazo de carência de dois anos.

Art. 2º O financiamento referido no art. 1º desta Lei bem como seus limites, condições financeiras e parâmetros técnicos serão definidos e regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 2017.

**RODRIGO MAIA**  
**Presidente**





## SENADO FEDERAL

### SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 4, DE 2017, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2012

Altera a Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012, para vedar a exigência de valor mínimo para movimentação de recursos de conta de depósitos de poupança.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DESPACHO:** Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos

#### DOCUMENTOS:

- [Texto do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado](#)
- [Texto aprovado pelo Senado](#)



[Página da matéria](#)

Parte integrante do Avulso do SCD nº 4 de 2017.



**SCD 4/2017  
00004**

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 5.011-B de 2013 do Senado Federal (PLS Nº 315/2012) na Casa de origem), que altera a Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para vedar a exigência de valor mínimo para depósito ou retirada de recursos de caderneta de poupança.

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera a Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012, para vedar a exigência de valor mínimo para movimentação de recursos de conta de depósitos de poupança.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.703, de 7 de agosto de 2012, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 3º-A:

“Art. 3º-A Ficam as instituições financeiras proibidas de exigir valor mínimo de movimentação – depósito, saque, transferência – de recursos de conta de depósitos de poupança.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos quarenta e cinco dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 2017.

**RODRIGO MAIA**  
**Presidente**



# Ofícios da Câmara dos Deputados





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 102/2017/PS-GSE

Brasília, 18 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador JOSÉ PIMENTEL  
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 3.276, de 2015, do Senado Federal (PLS nº 219, de 2014, nessa Casa), que "Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência, inclusive visual, ou com mobilidade reduzida", foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e convertido na Lei nº 13.443, de 11 de maio de 2017.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,

Deputado GIACOBO  
Primeiro-Secretário

Recebido em 18/05/17  
hora: 10:42

Comissão M. B. Varmiani  
Mila Millena Brito Ventura  
Estagiária-SLSF





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 496/2017/SGM-P

Brasília, 23 de maio de 2017.

À Sua Excelência o Senhor  
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Comunica inexatidão em texto de autógrafos.**

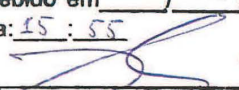
Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi verificada inexatidão no texto dos autógrafos da Medida Provisória nº 758 de 2016 (Projeto de Lei de Conversão nº 17 de 2017), que "altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós".

Em virtude da aprovação da Emenda nº 2, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, durante a Sessão Deliberativa Extraordinária de 16 de maio do corrente, cujo objeto era a supressão dos arts. 4º e 5º constantes da Medida Provisória, deve proceder-se, por decorrência lógica, a alterações na ementa e no art. 1º da proposição aprovada.

Trata-se das seguintes correções:

1. Onde se lê, na ementa do projeto:

Recebido em 23 / 05 / 2017  
hora: 15 : 55  
  
Thiago Geovani Paes Ferreira  
Matrícula: 29851 SLSF/SGM



Documento : 74252 - 2

24.579 (AGO/16)







## CÂMARA DOS DEPUTADOS

"Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós; e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco."

Leia-se:

"Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco."

2. Onde se lê, no art. 1º do projeto:

"Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as unidades de conservação discriminadas nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º Ficam alterados os limites:

I - do Parque Nacional do Jamanxim, criado pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006, localizado nos Municípios de Itaituba e Trairão, no Estado do Pará; e

II - da Área de Proteção Ambiental do Tapajós, criada pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006, localizada nos Municípios de Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão, no Estado do Pará.

§ 2º Fica criada, no Município de Trairão, no Estado do Pará, a Área de Proteção Ambiental Rio Branco."

Leia-se:

"Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as unidades de conservação discriminadas nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º Ficam alterados os limites do Parque Nacional do Jamanxim, criado pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006, localizado nos Municípios de Itaituba e Trairão, no Estado do Pará.



Documento : 74252 - 2





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

§ 2º Fica criada, no Município de Trairão, no Estado do Pará, a Área de Proteção Ambiental Rio Branco.”

Encaminho, portanto, para fins de substituição, novos autógrafos.

Atenciosamente,



**RODRIGO MAIA**

Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 74252 - 2





## SENADO FEDERAL

### \*PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2017

(Proveniente da Medida Provisória nº 758, de 2016)

Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós.

#### DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei de conversão
- Legislação citada
- Medida provisória original  
[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1519172&filename=MPV-758-2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1519172&filename=MPV-758-2016)
- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista  
<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/15f78714-692f-4d6d-91d1-1b36622cfcb6>
- PAR 1/2017  
<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/eff684d0-8533-4ec4-b052-25b097b477f8>
- Nota técnica  
<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/502e7ee4-ae1f-45ce-9144-b7a7f049c6a5>
- Sinopse de tramitação na Câmara  
[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_imp;proposicoesWeb?idProposicao=2121849&ord=1&tp=completa](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;proposicoesWeb?idProposicao=2121849&ord=1&tp=completa)

\*republicado nos termos do Ofício nº 496, de 2017, da Câmara dos Deputados, que encaminha correção de erro material nos autógrafos.



[Página da matéria](#)



Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as unidades de conservação discriminadas nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º Ficam alterados os limites do Parque Nacional do Jamanxim, criado pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006, localizado nos Municípios de Itaituba e Trairão, no Estado do Pará.

§ 2º Fica criada, no Município de Trairão, no Estado do Pará, a Área de Proteção Ambiental Rio Branco.

Art. 2º A área excluída do Parque Nacional do Jamanxim de que trata o § 2º do art. 2º do Decreto de 13 de fevereiro de 2006 compreende os polígonos discriminados pelos seguintes memoriais descritivos, com área aproximada de 862 ha (oitocentos e sessenta e dois hectares):

I - área A - inicia-se o perímetro no ponto 1A de coordenadas geográficas aproximadas (c.g.a.) 55°49'49.49"W e 5°30'4.83"S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 2A de c.g.a. 55°49'54.49"W e 5°30'25.34"S, ponto 3A de c.g.a. 55°49'55.57"W e 5°30'27.59"S, ponto 4A de c.g.a. 55°49'57.24"W e 5°30'29.43"S, ponto 5A de c.g.a. 55°50'0.87"W e 5°30'31.84"S, ponto 6A de c.g.a. 55°50'2.74"W e 5°30'33.65"S, ponto 7A de c.g.a. 55°50'3.57"W e 5°30'36.99"S, ponto 8A de c.g.a. 55°50'4.62"W e 5°30'52.36"S, ponto 9A de c.g.a. 55°50'5.18"W e 5°30'59.83"S, ponto 10A de c.g.a. 55°50'4.53"W e 5°31'2.93"S, ponto 11A de c.g.a. 55°50'4.11"W e 5°31'4.43"S,



ponto 12A de c.g.a. 55°50'3.84"W e 5°31'6.40"S, ponto 13A de c.g.a. 55°50'4.01"W e 5°31'8.38"S, ponto 14A de c.g.a. 55°50'4.37"W e 5°31'9.74"S, ponto 15A de c.g.a. 55°50'4.66"W e 5°31'10.62"S, ponto 16A de c.g.a. 55°50'4.68"W e 5°31'12.77"S, ponto 17A de c.g.a. 55°50'4.51"W e 5°31'13.55"S, ponto 18A de c.g.a. 55°50'3.84"W e 5°31'16.71"S, ponto 19A de c.g.a. 55°50'2.88"W e 5°31'20.97"S, ponto 20A de c.g.a. 55°49'57.67"W e 5°31'44.74"S, ponto 21A de c.g.a. 55°49'55.56"W e 5°31'52.45"S, ponto 22A de c.g.a. 55°49'54.51"W e 5°31'53.75"S, ponto 23A de c.g.a. 55°49'53.89"W e 5°31'54.53"S, ponto 24A de c.g.a. 55°49'57.30"W e 5°31'55.38"S, ponto 25A de c.g.a. 55°50'0.63"W e 5°31'55.83"S, ponto 26A de c.g.a. 55°50'1.91"W e 5°31'54.88"S, ponto 27A de c.g.a. 55°50'1.90"W e 5°31'54.18"S, ponto 28A de c.g.a. 55°50'2.45"W e 5°31'52.71"S, ponto 29A de c.g.a. 55°50'2.55"W e 5°31'51.53"S, ponto 30A de c.g.a. 55°50'2.30"W e 5°31'50.26"S, ponto 31A de c.g.a. 55°50'2.44"W e 5°31'48.29"S, ponto 32A de c.g.a. 55°50'2.71"W e 5°31'46.91"S, ponto 33A de c.g.a. 55°50'3.55"W e 5°31'44.83"S, ponto 34A de c.g.a. 55°50'4.15"W e 5°31'42.73"S, ponto 35A de c.g.a. 55°50'4.38"W e 5°31'39.59"S, ponto 36A de c.g.a. 55°50'5.75"W e 5°31'38.02"S, ponto 37A de c.g.a. 55°50'6.36"W e 5°31'35.35"S, ponto 38A de c.g.a. 55°50'5.35"W e 5°31'33.71"S, ponto 39A de c.g.a. 55°50'6.34"W e 5°31'30.91"S, ponto 40A de c.g.a. 55°50'7.14"W e 5°31'29.80"S, ponto 41A de c.g.a. 55°50'7.60"W e 5°31'27.77"S, ponto 42A de c.g.a. 55°50'7.09"W e 5°31'26.14"S, ponto 43A de c.g.a. 55°50'7.10"W e 5°31'24.41"S, ponto 44A de c.g.a. 55°50'8.20"W e 5°31'21.87"S,



ponto 45A de c.g.a. 55°50'8.54"W e 5°31'20.08"S, ponto 46A de c.g.a. 55°50'8.14"W e 5°31'17.17"S, ponto 47A de c.g.a. 55°50'8.44"W e 5°31'15.43"S, ponto 48A de c.g.a. 55°50'9.11"W e 5°31'14.29"S, ponto 49A de c.g.a. 55°50'9.63"W e 5°31'13.13"S, ponto 50A de c.g.a. 55°50'9.78"W e 5°31'10.64"S, ponto 51A de c.g.a. 55°50'9.19"W e 5°31'8.46"S, ponto 52A de c.g.a. 55°50'9.61"W e 5°31'6.96"S, ponto 53A de c.g.a. 55°50'9.63"W e 5°31'4.38"S, ponto 54A de c.g.a. 55°50'10.17"W e 5°31'1.85"S, ponto 55A de c.g.a. 55°50'10.42"W e 5°30'57.10"S, ponto 56A de c.g.a. 55°50'10.30"W e 5°30'54.71"S, ponto 57A de c.g.a. 55°50'9.22"W e 5°30'51.44"S, ponto 58A de c.g.a. 55°50'9.52"W e 5°30'49.28"S, ponto 59A de c.g.a. 55°50'8.63"W e 5°30'43.35"S, ponto 60A de c.g.a. 55°50'9.07"W e 5°30'40.84"S, ponto 61A de c.g.a. 55°50'8.96"W e 5°30'39.26"S, ponto 62A de c.g.a. 55°50'7.40"W e 5°30'34.46"S, ponto 63A de c.g.a. 55°50'2.99"W e 5°30'22.83"S, ponto 64A de c.g.a. 55°50'2.20"W e 5°30'20.56"S, ponto 65A de c.g.a. 55°50'1.16"W e 5°30'18.43"S, ponto 66A de c.g.a. 55°49'58.71"W e 5°30'12.58"S, ponto 67A de c.g.a. 55°49'57.01"W e 5°30'7.45"S, ponto 68A de c.g.a. 55°49'57.50"W e 5°30'4.49"S, ponto 69A de c.g.a. 55°49'58.25"W e 5°30'1.13"S, ponto 70A de c.g.a. 55°49'59.58"W e 5°29'59.72"S, ponto 71A de c.g.a. 55°50'3.14"W e 5°29'56.47"S, ponto 72A de c.g.a. 55°50'10.63"W e 5°29'50.91"S, ponto 73A de c.g.a. 55°50'13.65"W e 5°29'48.43"S, ponto 74A de c.g.a. 55°50'16.49"W e 5°29'45.02"S, ponto 75A de c.g.a. 55°50'18.79"W e 5°29'40.06"S, ponto 76A de c.g.a. 55°50'21.99"W e 5°29'29.52"S, ponto 77A de c.g.a. 55°50'25.03"W e 5°29'24.95"S, ponto 78A de c.g.a.



55°50'35.02"W	e	5°29'14.35"S,	ponto	79A	de	c.g.a.
55°50'38.74"W	e	5°29'10.59"S,	ponto	80A	de	c.g.a.
55°50'40.08"W	e	5°29'7.16"S,	ponto	81A	de	c.g.a.
55°50'41.09"W	e	5°29'2.78"S,	ponto	82A	de	c.g.a.
55°50'42.34"W	e	5°28'57.74"S,	ponto	83A	de	c.g.a.
55°50'44.68"W	e	5°28'50.80"S,	ponto	84A	de	c.g.a.
55°50'46.77"W	e	5°28'47.47"S,	ponto	85A	de	c.g.a.
55°50'49.29"W	e	5°28'42.89"S,	ponto	86A	de	c.g.a.
55°50'51.11"W	e	5°28'40.96"S,	ponto	87A	de	c.g.a.
55°50'55.15"W	e	5°28'37.74"S,	ponto	88A	de	c.g.a.
55°51'3.13"W	e	5°28'32.10"S,	ponto	89A	de	c.g.a.
55°51'4.44"W	e	5°28'31.18"S,	ponto	90A	de	c.g.a.
55°51'9.79"W	e	5°28'28.09"S,	ponto	91A	de	c.g.a.
55°51'16.01"W	e	5°28'25.65"S,	ponto	92A	de	c.g.a.
55°51'17.05"W	e	5°28'25.34"S,	ponto	93A	de	c.g.a.
55°51'35.13"W	e	5°28'19.95"S,	ponto	94A	de	c.g.a.
55°51'38.69"W	e	5°28'18.70"S,	ponto	95A	de	c.g.a.
55°51'43.59"W	e	5°28'15.60"S,	ponto	96A	de	c.g.a.
55°51'47.64"W	e	5°28'10.65"S,	ponto	97A	de	c.g.a.
55°51'49.36"W	e	5°28'7.18"S,	ponto	98A	de	c.g.a.
55°52'4.55"W	e	5°27'33.93"S,	ponto	99A	de	c.g.a.
55°52'8.43"W	e	5°27'28.33"S,	ponto	100A	de	c.g.a.
55°52'14.60"W	e	5°27'23.28"S,	ponto	101A	de	c.g.a.
55°52'27.40"W	e	5°27'15.33"S,	ponto	102A	de	c.g.a.
55°52'38.21"W	e	5°27'7.95"S,	ponto	103A	de	c.g.a.
55°52'41.51"W	e	5°27'2.41"S,	ponto	104A	de	c.g.a.
55°52'42.04"W	e	5°27'0.37"S,	ponto	105A	de	c.g.a.
55°52'41.81"W	e	5°26'48.93"S,	ponto	106A	de	c.g.a.
55°52'42.75"W	e	5°26'45.10"S,	ponto	107A	de	c.g.a.



55°52'45.78"W	e	5°26'40.82"S,	ponto	108A	de	c.g.a.
55°52'52.29"W	e	5°26'31.21"S,	ponto	109A	de	c.g.a.
55°52'56.63"W	e	5°26'22.81"S,	ponto	110A	de	c.g.a.
55°52'59.32"W	e	5°26'13.06"S,	ponto	111A	de	c.g.a.
55°53'12.95"W	e	5°24'47.45"S,	ponto	112A	de	c.g.a.
55°53'15.97"W	e	5°24'25.84"S,	ponto	113A	de	c.g.a.
55°53'16.22"W	e	5°24'21.18"S,	ponto	114A	de	c.g.a.
55°53'14.44"W	e	5°24'10.34"S,	ponto	115A	de	c.g.a.
55°53'13.92"W	e	5°24'7.64"S,	ponto	116A	de	c.g.a.
55°53'7.05"W	e	5°24'7.91"S,	ponto	117A	de	c.g.a.
55°52'57.76"W	e	5°24'6.96"S,	ponto	118A	de	c.g.a.
55°52'57.76"W	e	5°24'10.13"S,	ponto	119A	de	c.g.a.
55°52'55.09"W	e	5°24'10.87"S,	ponto	120A	de	c.g.a.
55°53'2.18"W	e	5°24'16.06"S,	ponto	121A	de	c.g.a.
55°53'6.78"W	e	5°24'17.45"S,	ponto	122A	de	c.g.a.
55°53'9.93"W	e	5°24'18.41"S,	ponto	123A	de	c.g.a.
55°53'11.69"W	e	5°24'19.97"S,	ponto	124A	de	c.g.a.
55°53'12.08"W	e	5°24'21.64"S,	ponto	125A	de	c.g.a.
55°53'11.45"W	e	5°24'25.76"S,	ponto	126A	de	c.g.a.
55°53'10.84"W	e	5°24'29.32"S,	ponto	127A	de	c.g.a.
55°52'50.87"W	e	5°26'19.85"S,	ponto	128A	de	c.g.a.
55°52'49.87"W	e	5°26'24.77"S,	ponto	129A	de	c.g.a.
55°52'48.38"W	e	5°26'28.11"S,	ponto	130A	de	c.g.a.
55°52'38.40"W	e	5°26'43.70"S,	ponto	131A	de	c.g.a.
55°52'37.18"W	e	5°26'45.74"S,	ponto	132A	de	c.g.a.
55°52'36.14"W	e	5°26'49.12"S,	ponto	133A	de	c.g.a.
55°52'36.34"W	e	5°27'1.49"S,	ponto	134A	de	c.g.a.
55°52'35.75"W	e	5°27'3.61"S,	ponto	135A	de	c.g.a.
55°52'32.38"W	e	5°27'6.44"S,	ponto	136A	de	c.g.a.



55°52'10.29"W e 5°27'21.00"S, ponto 137A de c.g.a.  
 55°52'5.46"W e 5°27'24.43"S, ponto 138A de c.g.a.  
 55°52'3.38"W e 5°27'26.99"S, ponto 139A de c.g.a.  
 55°51'41.41"W e 5°28'10.04"S, ponto 140A de c.g.a.  
 55°51'39.64"W e 5°28'12.02"S, ponto 141A de c.g.a.  
 55°51'37.17"W e 5°28'12.99"S, ponto 142A de c.g.a.  
 55°51'12.34"W e 5°28'18.15"S, ponto 143A de c.g.a.  
 55°51'7.31"W e 5°28'19.66"S, ponto 144A de c.g.a.  
 55°50'56.06"W e 5°28'25.82"S, ponto 145A de c.g.a.  
 55°50'44.38"W e 5°28'32.45"S, ponto 146A de c.g.a.  
 55°50'41.74"W e 5°28'34.97"S, ponto 147A de c.g.a.  
 55°50'40.59"W e 5°28'38.43"S, ponto 148A de c.g.a.  
 55°50'39.70"W e 5°28'51.07"S, ponto 149A de c.g.a.  
 55°50'34.84"W e 5°29'4.14"S, ponto 150A de c.g.a.  
 55°50'32.77"W e 5°29'7.84"S, ponto 151A de c.g.a.  
 55°50'25.69"W e 5°29'12.41"S, ponto 152A de c.g.a.  
 55°50'18.41"W e 5°29'16.82"S, ponto 153A de c.g.a.  
 55°50'15.45"W e 5°29'19.59"S, ponto 154A de c.g.a.  
 55°50'13.79"W e 5°29'23.29"S, ponto 155A de c.g.a.  
 55°50'12.55"W e 5°29'28.30"S, ponto 156A de c.g.a.  
 55°50'13.19"W e 5°29'34.64"S, ponto 157A de c.g.a.  
 55°50'12.54"W e 5°29'37.72"S, ponto 158A de c.g.a.  
 55°50'10.92"W e 5°29'40.51"S, ponto 159A de c.g.a.  
 55°50'10.93"W e 5°29'40.53"S, ponto 160A de c.g.a.  
 55°50'10.91"W e 5°29'40.53"S, ponto 161A de c.g.a.  
 55°50'8.73"W e 5°29'43.89"S, ponto 162A de c.g.a.  
 55°50'6.63"W e 5°29'45.98"S, ponto 163A de c.g.a.  
 55°49'58.80"W e 5°29'51.46"S, ponto 164A de c.g.a.  
 55°49'51.71"W e 5°29'58.14"S, ponto 165A de c.g.a.





55°49'49.80"W e 5°30'0.85"S, até atingir o ponto 1A, ponto inicial deste perímetro, perfazendo uma área aproximada de 334 ha (trezentos e trinta e quatro hectares); e

II - área B - inicia-se no ponto 1B de coordenadas geográficas aproximadas (c.g.a.) 55°42'31.53"W e 5°56'21.87"S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 2B de c.g.a. 55°42'28.01"W e 5°56'30.11"S, ponto 3B de c.g.a. 55°42'26.61"W e 5°56'33.61"S, ponto 4B de c.g.a. 55°42'25.20"W e 5°56'37.09"S, ponto 5B de c.g.a. 55°42'13.72"W e 5°57'5.24"S, ponto 6B de c.g.a. 55°42'9.29"W e 5°57'15.07"S, ponto 7B de c.g.a. 55°42'6.66"W e 5°57'20.87"S, ponto 8B de c.g.a. 55°42'3.50"W e 5°57'30.45"S, ponto 9B de c.g.a. 55°42'0.53"W e 5°57'37.65"S, ponto 10B de c.g.a. 55°41'58.08"W e 5°57'43.63"S, ponto 11B de c.g.a. 55°41'53.14"W e 5°57'55.50"S, ponto 12B de c.g.a. 55°41'32.55"W e 5°58'33.04"S, ponto 13B de c.g.a. 55°41'29.10"W e 5°58'39.27"S, ponto 14B de c.g.a. 55°41'26.97"W e 5°58'43.19"S, ponto 15B de c.g.a. 55°41'26.05"W e 5°58'45.02"S, ponto 16B de c.g.a. 55°41'25.34"W e 5°58'47.31"S, ponto 17B de c.g.a. 55°41'25.16"W e 5°58'50.79"S, ponto 18B de c.g.a. 55°41'26.25"W e 5°59'11.45"S, ponto 19B de c.g.a. 55°41'27.12"W e 5°59'27.62"S, ponto 20B de c.g.a. 55°41'27.48"W e 5°59'34.61"S, ponto 21B de c.g.a. 55°41'28.07"W e 5°59'41.64"S, ponto 22B de c.g.a. 55°41'28.42"W e 5°59'44.72"S, ponto 23B de c.g.a. 55°41'28.28"W e 5°59'46.62"S, ponto 24B de c.g.a. 55°41'27.49"W e 5°59'48.34"S, ponto 25B de c.g.a. 55°41'26.11"W e 5°59'50.05"S, ponto 26B de c.g.a.



55°41'22.87"W e 5°59'54.04"S, ponto 27B de c.g.a.  
 55°41'21.54"W e 5°59'56.62"S, ponto 28B de c.g.a.  
 55°41'20.96"W e 5°59'58.80"S, ponto 29B de c.g.a.  
 55°41'19.96"W e 6°0'3.54"S, ponto 30B de c.g.a.  
 55°41'20.15"W e 6°0'5.01"S, ponto 31B de c.g.a. 55°41'19.15"W  
 e 6°0'7.57"S, ponto 32B de c.g.a. 55°41'18.77"W e 6°0'9.46"S,  
 ponto 33B de c.g.a. 55°41'20.49"W e 6°0'7.67"S, ponto 34B de  
 c.g.a. 55°41'27.35"W e 6°0'1.37"S, ponto 35B de c.g.a.  
 55°41'31.06"W e 5°59'57.07"S, ponto 36B de c.g.a.  
 55°41'32.57"W e 5°59'55.29"S, ponto 37B de c.g.a.  
 55°41'32.80"W e 5°59'54.56"S, ponto 38B de c.g.a.  
 55°41'32.82"W e 5°59'53.50"S, ponto 39B de c.g.a.  
 55°41'32.95"W e 5°59'51.78"S, ponto 40B de c.g.a.  
 55°41'33.18"W e 5°59'49.22"S, ponto 41B de c.g.a.  
 55°41'33.80"W e 5°59'46.28"S, ponto 42B de c.g.a.  
 55°41'33.10"W e 5°59'41.35"S, ponto 43B de c.g.a.  
 55°41'31.28"W e 5°59'21.08"S, ponto 44B de c.g.a.  
 55°41'30.87"W e 5°59'14.28"S, ponto 45B de c.g.a.  
 55°41'30.39"W e 5°59'11.10"S, ponto 46B de c.g.a.  
 55°41'30.79"W e 5°59'11.09"S, ponto 47B de c.g.a.  
 55°41'29.90"W e 5°58'52.90"S, ponto 48B de c.g.a.  
 55°41'29.98"W e 5°58'50.90"S, ponto 49B de c.g.a.  
 55°41'31.01"W e 5°58'46.65"S, ponto 50B de c.g.a.  
 55°41'32.54"W e 5°58'43.56"S, ponto 51B de c.g.a.  
 55°41'33.41"W e 5°58'42.77"S, ponto 52B de c.g.a.  
 55°41'34.47"W e 5°58'41.19"S, ponto 53B de c.g.a.  
 55°41'35.32"W e 5°58'38.52"S, ponto 54B de c.g.a.  
 55°41'39.20"W e 5°58'31.51"S, ponto 55B de c.g.a.  
 55°41'40.01"W e 5°58'30.48"S, ponto 56B de c.g.a.



55°41'42.02"W e 5°58'27.73"S, ponto 57B de c.g.a.  
 55°41'42.95"W e 5°58'24.72"S, ponto 58B de c.g.a.  
 55°41'46.56"W e 5°58'18.19"S, ponto 59B de c.g.a.  
 55°41'50.46"W e 5°58'10.81"S, ponto 60B de c.g.a.  
 55°41'54.09"W e 5°58'3.29"S, ponto 61B de c.g.a. 55°41'55.75"W  
 e 5°58'1.08"S, ponto 62B de c.g.a. 55°41'55.99"W e  
 5°57'59.76"S, ponto 63B de c.g.a. 55°41'56.98"W e  
 5°57'56.70"S, ponto 64B de c.g.a. 55°42'14.46"W e  
 5°57'15.25"S, ponto 65B de c.g.a. 55°42'16.57"W e  
 5°57'10.97"S, ponto 66B de c.g.a. 55°42'17.82"W e 5°57'7.29"S,  
 ponto 67B de c.g.a. 55°42'46.32"W e 5°55'59.68"S, ponto 68B de  
 c.g.a. 55°42'47.32"W e 5°55'57.18" S, ponto 69B de c.g.a.  
 55°42'48.52"W e 5°55'53.02"S, ponto 70B de c.g.a.  
 55°42'49.40"W e 5°55'47.57"S, ponto 71B de c.g.a.  
 55°42'49.05"W e 5°55'44.22"S, ponto 72B de c.g.a.  
 55°42'48.81"W e 5°55'42.22"S, ponto 73B de c.g.a.  
 55°42'47.76"W e 5°55'37.64"S, ponto 74B de c.g.a.  
 55°42'45.25"W e 5°55'28.51"S, ponto 75B de c.g.a.  
 55°42'44.28"W e 5°55'24.86"S, ponto 76B de c.g.a.  
 55°42'43.38"W e 5°55'21.20"S, ponto 77B de c.g.a.  
 55°42'42.92"W e 5°55'17.79"S, ponto 78B de c.g.a.  
 55°42'42.41"W e 5°55'16.99"S, ponto 79B de c.g.a.  
 55°42'40.09"W e 5°55'4.65"S, ponto 80B de c.g.a. 55°42'38.46"W  
 e 5°54'52.20"S, ponto 81B de c.g.a. 55°42'38.47"W e  
 5°54'50.28"S, ponto 82B de c.g.a. 55°42'38.23"W e  
 5°54'49.24"S, ponto 83B de c.g.a. 55°42'38.21"W e  
 5°54'47.78"S, ponto 84B de c.g.a. 55°42'38.13"W e  
 5°54'46.34"S, ponto 85B de c.g.a. 55°42'37.95"W e  
 5°54'45.48"S, ponto 86B de c.g.a. 55°42'37.86"W e



5°54'42.41"S, ponto 87B de c.g.a. 55°42'37.78"W e  
 5°54'40.07"S, ponto 88B de c.g.a. 55°42'37.48"W e  
 5°54'38.29"S, ponto 89B de c.g.a. 55°42'37.59"W e  
 5°54'36.99"S, ponto 90B de c.g.a. 55°42'37.57"W e  
 5°54'34.28"S, ponto 91B de c.g.a. 55°42'37.26"W e  
 5°54'30.55"S, ponto 92B de c.g.a. 55°42'37.34"W e  
 5°54'25.11"S, ponto 93B de c.g.a. 55°42'37.07"W e  
 5°54'22.87"S, ponto 94B de c.g.a. 55°42'37.36"W e  
 5°54'22.29"S, ponto 95B de c.g.a. 55°42'37.31"W e  
 5°54'20.09"S, ponto 96B de c.g.a. 55°42'36.91"W e  
 5°54'16.72"S, ponto 97B de c.g.a. 55°42'36.82"W e  
 5°54'12.95"S, ponto 98B de c.g.a. 55°42'37.05"W e  
 5°54'12.08"S, ponto 99B de c.g.a. 55°42'37.30"W e 5°54'8.98"S,  
 ponto 100B de c.g.a. 55°42'37.20"W e 5°54'7.06"S, ponto 101B  
 de c.g.a. 55°42'36.73"W e 5°54'4.92"S, ponto 102B de c.g.a.  
 55°42'36.90"W e 5°53'59.64"S, ponto 103B de c.g.a.  
 55°42'37.25"W e 5°53'54.37"S, ponto 104B de c.g.a.  
 55°42'37.61"W e 5°53'50.15"S, ponto 105B de c.g.a.  
 55°42'38.11"W e 5°53'41.51"S, ponto 106B de c.g.a.  
 55°42'38.11"W e 5°53'32.86"S, ponto 107B de c.g.a.  
 55°42'38.04"W e 5°53'30.51"S, ponto 108B de c.g.a.  
 55°42'38.44"W e 5°53'30.50"S, ponto 109B de c.g.a.  
 55°42'37.84"W e 5°53'9.76"S, ponto 110B de c.g.a.  
 55°42'37.76"W e 5°53'1.18"S, ponto 111B de c.g.a.  
 55°42'38.26"W e 5°52'50.68"S, ponto 112B de c.g.a.  
 55°42'38.95"W e 5°52'40.65"S, ponto 113B de c.g.a.  
 55°42'39.56"W e 5°52'38.19"S, ponto 114B de c.g.a.  
 55°42'40.05"W e 5°52'35.29"S, ponto 115B de c.g.a.  
 55°42'40.35"W e 5°52'32.89"S, ponto 116B de c.g.a.



55°42'40.48"W e 5°52'32.35"S, ponto 117B de c.g.a.  
 55°42'40.27"W e 5°52'30.73"S, ponto 118B de c.g.a.  
 55°42'40.43"W e 5°52'28.95"S, ponto 119B de c.g.a.  
 55°42'40.72"W e 5°52'27.20"S, ponto 120B de c.g.a.  
 55°42'41.06"W e 5°52'26.81"S, ponto 121B de c.g.a.  
 55°42'41.22"W e 5°52'25.85"S, ponto 122B de c.g.a.  
 55°42'41.14"W e 5°52'24.98"S, ponto 123B de c.g.a.  
 55°42'41.57"W e 5°52'24.12"S, ponto 124B de c.g.a.  
 55°42'41.40"W e 5°52'23.22"S, ponto 125B de c.g.a.  
 55°42'49.52"W e 5°51'36.33"S, ponto 126B de c.g.a.  
 55°42'49.26"W e 5°51'35.48"S, ponto 127B de c.g.a.  
 55°42'52.17"W e 5°51'18.65"S, ponto 128B de c.g.a.  
 55°42'52.76"W e 5°51'17.42"S, ponto 129B de c.g.a.  
 55°42'52.73"W e 5°51'16.61"S, ponto 130B de c.g.a.  
 55°42'53.15"W e 5°51'15.33"S, ponto 131B de c.g.a.  
 55°42'52.95"W e 5°51'14.18"S, ponto 132B de c.g.a.  
 55°42'53.40"W e 5°51'11.58"S, ponto 133B de c.g.a.  
 55°42'55.04"W e 5°51'3.45"S, ponto 134B de c.g.a.  
 55°42'57.14"W e 5°50'55.42"S, ponto 135B de c.g.a.  
 55°42'57.70"W e 5°50'54.50"S, ponto 136B de c.g.a.  
 55°42'57.77"W e 5°50'53.90"S, ponto 137B de c.g.a.  
 55°42'58.08"W e 5°50'53.35"S, ponto 138B de c.g.a.  
 55°42'58.30"W e 5°50'52.39"S, ponto 139B de c.g.a.  
 55°42'58.35"W e 5°50'51.48"S, ponto 140B de c.g.a.  
 55°42'59.19"W e 5°50'48.96"S, ponto 141B de c.g.a.  
 55°43'0.07"W e 5°50'46.45"S, ponto 142B de c.g.a. 55°43'7.29"W  
 e 5°50'26.55"S, ponto 143B de c.g.a. 55°43'8.17"W e  
 5°50'24.86"S, ponto 144B de c.g.a. 55°43'9.28"W e  
 5°50'21.80"S, ponto 145B de c.g.a. 55°43'10.12"W e



12

5°50'19.67"S, ponto 146B de c.g.a. 55°43'10.18"W e  
 5°50'18.58"S, ponto 147B de c.g.a. 55°43'43.52"W e  
 5°48'46.66"S, ponto 148B de c.g.a. 55°43'44.16"W e  
 5°48'45.86"S, ponto 149B de c.g.a. 55°43'44.59"W e  
 5°48'43.79"S, ponto 150B de c.g.a. 55°44'7.63"W e  
 5°47'40.17"S, ponto 151B de c.g.a. 55°44'8.17"W e  
 5°47'39.58"S, ponto 152B de c.g.a. 55°44'8.17"W e  
 5°47'38.69"S, ponto 153B de c.g.a. 55°44'10.77"W e  
 5°47'31.51"S, ponto 154B de c.g.a. 55°44'11.40"W e  
 5°47'30.72"S, ponto 155B de c.g.a. 55°44'12.53"W e  
 5°47'27.91"S, ponto 156B de c.g.a. 55°44'12.75"W e  
 5°47'27.03"S, ponto 157B de c.g.a. 55°44'12.78"W e  
 5°47'25.96"S, ponto 158B de c.g.a. 55°44'13.67"W e  
 5°47'23.52"S, ponto 159B de c.g.a. 55°44'14.42"W e  
 5°47'22.79"S, ponto 160B de c.g.a. 55°44'15.26"W e  
 5°47'20.35"S, ponto 161B de c.g.a. 55°44'15.30"W e  
 5°47'19.44"S, ponto 162B de c.g.a. 55°44'15.70"W e  
 5°47'18.97"S, ponto 163B de c.g.a. 55°44'16.02"W e  
 5°47'17.93"S, ponto 164B de c.g.a. 55°44'16.19"W e  
 5°47'16.57"S, ponto 165B de c.g.a. 55°44'18.00"W e  
 5°47'11.58"S, ponto 166B de c.g.a. 55°44'19.16"W e  
 5°47'9.43"S, ponto 167B de c.g.a. 55°44'19.25"W e 5°47'8.13"S,  
 ponto 168B de c.g.a. 55°44'25.56"W e 5°46'51.61"S, ponto 169B  
 de c.g.a. 55°44'27.20"W e 5°46'47.52"S, ponto 170B de c.g.a.  
 55°44'27.91"W e 5°46'45.03"S, ponto 171B de c.g.a.  
 55°44'29.13"W e 5°46'41.33"S, ponto 172B de c.g.a.  
 55°44'30.50"W e 5°46'37.21"S, ponto 173B de c.g.a.  
 55°44'32.05"W e 5°46'32.53"S, ponto 174B de c.g.a.  
 55°44'32.62"W e 5°46'28.89"S, ponto 175B de c.g.a.



55°44'32.20"W	e	5°46'26.07"S,	ponto	176B	de	c.g.a.
55°44'31.48"W	e	5°46'23.73"S,	ponto	177B	de	c.g.a.
55°44'30.76"W	e	5°46'21.81"S,	ponto	178B	de	c.g.a.
55°44'30.89"W	e	5°46'20.36"S,	ponto	179B	de	c.g.a.
55°44'30.28"W	e	5°46'19.26"S,	ponto	180B	de	c.g.a.
55°44'29.86"W	e	5°46'18.82"S,	ponto	181B	de	c.g.a.
55°44'26.01"W	e	5°46'6.21"S,	ponto	182B	de	c.g.a.
55°44'24.92"W	e	5°46'2.47"S,	ponto	183B	de	c.g.a.
55°44'23.94"W	e	5°45'58.70"S,	ponto	184B	de	c.g.a.
55°44'24.08"W	e	5°45'57.65"S,	ponto	185B	de	c.g.a.
55°44'23.95"W	e	5°45'56.34"S,	ponto	186B	de	c.g.a.
55°44'23.35"W	e	5°45'56.09"S,	ponto	187B	de	c.g.a.
55°44'22.56"W	e	5°45'52.62"S,	ponto	188B	de	c.g.a.
55°44'22.00"W	e	5°45'49.70"S,	ponto	189B	de	c.g.a.
55°44'20.47"W	e	5°45'41.31"S,	ponto	190B	de	c.g.a.
55°44'20.35"W	e	5°45'38.07"S,	ponto	191B	de	c.g.a.
55°44'19.44"W	e	5°45'33.72"S,	ponto	192B	de	c.g.a.
55°44'18.95"W	e	5°45'29.05"S,	ponto	193B	de	c.g.a.
55°44'17.42"W	e	5°45'20.21"S,	ponto	194B	de	c.g.a.
55°44'17.07"W	e	5°45'16.16"S,	ponto	195B	de	c.g.a.
55°44'17.65"W	e	5°45'12.25"S,	ponto	196B	de	c.g.a.
55°44'18.16"W	e	5°45'10.42"S,	ponto	197B	de	c.g.a.
55°44'23.25"W	e	5°44'53.88"S,	ponto	198B	de	c.g.a.
55°44'24.63"W	e	5°44'49.95"S,	ponto	199B	de	c.g.a.
55°44'25.65"W	e	5°44'46.88"S,	ponto	200B	de	c.g.a.
55°44'26.52"W	e	5°44'43.00"S,	ponto	201B	de	c.g.a.
55°44'27.35"W	e	5°44'39.55"S,	ponto	202B	de	c.g.a.
55°44'27.72"W	e	5°44'36.17"S,	ponto	203B	de	c.g.a.
55°44'34.71"W	e	5°44'3.85"S,	ponto	204B	de	c.g.a.



55°44'37.99"W	e	5°43'50.87"S,	ponto	205B	de	c.g.a.
55°44'42.73"W	e	5°43'34.68"S,	ponto	206B	de	c.g.a.
55°44'43.61"W	e	5°43'32.04"S,	ponto	207B	de	c.g.a.
55°44'44.36"W	e	5°43'28.69"S,	ponto	208B	de	c.g.a.
55°44'45.36"W	e	5°43'25.20"S,	ponto	209B	de	c.g.a.
55°44'46.08"W	e	5°43'24.57"S,	ponto	210B	de	c.g.a.
55°44'46.93"W	e	5°43'24.13"S,	ponto	211B	de	c.g.a.
55°44'46.74"W	e	5°43'23.63"S,	ponto	212B	de	c.g.a.
55°44'48.83"W	e	5°43'20.85"S,	ponto	213B	de	c.g.a.
55°44'49.21"W	e	5°43'19.24"S,	ponto	214B	de	c.g.a.
55°44'49.29"W	e	5°43'15.24"S,	ponto	215B	de	c.g.a.
55°44'49.02"W	e	5°43'13.65"S,	ponto	216B	de	c.g.a.
55°44'49.72"W	e	5°43'12.22"S,	ponto	217B	de	c.g.a.
55°44'50.43"W	e	5°43'12.07"S,	ponto	218B	de	c.g.a.
55°44'49.93"W	e	5°43'11.49"S,	ponto	219B	de	c.g.a.
55°44'50.41"W	e	5°43'9.25"S,	ponto	220B	de	c.g.a.
55°44'50.45"W	e	5°43'8.84"S,	ponto	221B	de	c.g.a.
55°44'50.52"W	e	5°43'8.13"S,	ponto	222B	de	c.g.a.
55°44'42.98"W	e	5°43'6.29"S,	ponto	223B	de	c.g.a.
55°44'42.92"W	e	5°43'6.58"S,	ponto	224B	de	c.g.a.
55°44'22.67"W	e	5°44'35.45"S,	ponto	225B	de	c.g.a.
55°44'21.57"W	e	5°44'38.73"S,	ponto	226B	de	c.g.a.
55°44'18.19"W	e	5°44'43.71"S,	ponto	227B	de	c.g.a.
55°44'16.31"W	e	5°44'47.02"S,	ponto	228B	de	c.g.a.
55°44'15.92"W	e	5°44'48.53"S,	ponto	229B	de	c.g.a.
55°44'15.07"W	e	5°44'52.60"S,	ponto	230B	de	c.g.a.
55°44'14.15"W	e	5°44'55.50"S,	ponto	231B	de	c.g.a.
55°44'12.71"W	e	5°44'57.81"S,	ponto	232B	de	c.g.a.
55°44'10.94"W	e	5°45'2.02"S,	ponto	233B	de	c.g.a.





15

55°44'9.89"W e 5°45'6.40"S, ponto 234B de c.g.a.  
 55°44'9.07"W e 5°45'9.76"S, ponto 235B de c.g.a. 55°44'8.15"W  
 e 5°45'13.82"S, ponto 236B de c.g.a. 55°44'8.14"W e  
 5°45'16.70"S, ponto 237B de c.g.a. 55°44'14.56"W e  
 5°45'45.62"S, ponto 238B de c.g.a. 55°44'14.80"W e  
 5°45'54.80"S, ponto 239B de c.g.a. 55°44'15.42"W e  
 5°45'59.42"S, ponto 240B de c.g.a. 55°44'16.47"W e  
 5°46'4.39"S, ponto 241B de c.g.a. 55°44'20.95"W e  
 5°46'11.77"S, ponto 242B de c.g.a. 55°44'27.56"W e  
 5°46'30.36"S, ponto 243B de c.g.a. 55°44'27.56"W e  
 5°46'32.52"S, ponto 244B de c.g.a. 55°44'18.44"W e  
 5°46'56.02"S, ponto 245B de c.g.a. 55°44'17.46"W e  
 5°47'0.42"S, ponto 246B de c.g.a. 55°44'13.40"W e  
 5°47'11.97"S, ponto 247B de c.g.a. 55°44'6.62"W e  
 5°47'30.64"S, ponto 248B de c.g.a. 55°44'0.15"W e  
 5°47'48.47"S, ponto 249B de c.g.a. 55°43'43.25"W e  
 5°48'34.95"S, ponto 250B de c.g.a. 55°43'41.86"W e  
 5°48'38.67"S, ponto 251B de c.g.a. 55°43'40.14"W e  
 5°48'43.33"S, ponto 252B de c.g.a. 55°43'38.35"W e  
 5°48'48.30"S, ponto 253B de c.g.a. 55°43'35.80"W e  
 5°48'55.48"S, ponto 254B de c.g.a. 55°43'32.38"W e  
 5°49'4.83"S, ponto 255B de c.g.a. 55°43'22.15"W e  
 5°49'32.86"S, ponto 256B de c.g.a. 55°43'14.58"W e  
 5°49'53.87"S, ponto 257B de c.g.a. 55°43'11.88"W e  
 5°50'1.42"S, ponto 258B de c.g.a. 55°43'9.08"W e 5°50'9.26"S,  
 ponto 259B de c.g.a. 55°43'7.99"W e 5°50'12.32"S, ponto 260B  
 de c.g.a. 55°43'5.42"W e 5°50'19.53"S, ponto 261B de c.g.a.  
 55°42'55.00"W e 5°50'48.58"S, ponto 262B de c.g.a.  
 55°42'49.83"W e 5°51'2.96"S, ponto 263B de c.g.a.



55°42'48.77"W	e	5°51'6.70"S,	ponto	264B	de	c.g.a.
55°42'48.03"W	e	5°51'11.15"S,	ponto	265B	de	c.g.a.
55°42'47.65"W	e	5°51'13.49"S,	ponto	266B	de	c.g.a.
55°42'43.45"W	e	5°51'39.46"S,	ponto	267B	de	c.g.a.
55°42'43.44"W	e	5°51'39.46"S,	ponto	268B	de	c.g.a.
55°42'41.35"W	e	5°51'52.81"S,	ponto	269B	de	c.g.a.
55°42'40.14"W	e	5°52'0.33"S,	ponto	270B	de	c.g.a.
55°42'35.83"W	e	5°52'26.99"S,	ponto	271B	de	c.g.a.
55°42'35.17"W	e	5°52'31.14"S,	ponto	272B	de	c.g.a.
55°42'33.61"W	e	5°52'40.98"S,	ponto	273B	de	c.g.a.
55°42'33.06"W	e	5°52'45.03"S,	ponto	274B	de	c.g.a.
55°42'32.60"W	e	5°52'51.29"S,	ponto	275B	de	c.g.a.
55°42'32.43"W	e	5°53'3.15"S,	ponto	276B	de	c.g.a.
55°42'32.38"W	e	5°53'7.12"S,	ponto	277B	de	c.g.a.
55°42'32.31"W	e	5°53'10.04"S,	ponto	278B	de	c.g.a.
55°42'32.14"W	e	5°53'22.78"S,	ponto	279B	de	c.g.a.
55°42'32.22"W	e	5°53'52.84"S,	ponto	280B	de	c.g.a.
55°42'32.00"W	e	5°54'37.66"S,	ponto	281B	de	c.g.a.
55°42'32.10"W	e	5°54'52.84"S,	ponto	282B	de	c.g.a.
55°42'32.29"W	e	5°54'55.36"S,	ponto	283B	de	c.g.a.
55°42'34.69"W	e	5°55'5.43"S,	ponto	284B	de	c.g.a.
55°42'36.12"W	e	5°55'10.70"S,	ponto	285B	de	c.g.a.
55°42'40.81"W	e	5°55'28.18"S,	ponto	286B	de	c.g.a.
55°42'43.27"W	e	5°55'37.67"S,	ponto	287B	de	c.g.a.
55°42'44.18"W	e	5°55'41.28"S,	ponto	288B	de	c.g.a.
55°42'44.90"W	e	5°55'45.66"S,	ponto	289B	de	c.g.a.
55°42'45.16"W	e	5°55'49.63"S,	ponto	290B	de	c.g.a.
55°42'44.46"W	e	5°55'52.08"S,	ponto	291B	de	c.g.a.
55°42'42.85"W	e	5°55'55.05"S,	ponto	292B	de	c.g.a.



55°42'38.45"W e 5°56'3.92"S, ponto 293B de c.g.a. 55°42'34.69"W e 5°56'14.33"S, até atingir o ponto 1B, ponto inicial deste perímetro, perfazendo uma área aproximada de 528 ha (quinhentos e vinte e oito hectares).

§ 1º A área de que trata o *caput* deste artigo é destinada aos leitos e às faixas de domínio da EF-170 e da BR-163.

§ 2º Uma vez instalada a ferrovia de que trata o § 1º deste artigo, as frações das áreas discriminadas no *caput* deste artigo que não forem efetivamente utilizadas serão reintegradas ao Parque Nacional do Jamanxim por efeito desta Lei, mediante ato do Poder Executivo federal, dispensado o disposto no § 2º do art. 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 3º O disposto no art. 2º desta Lei não exime o empreendedor da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações com os órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e com os demais órgãos da administração pública federal, necessários à efetivação das obras e atividades relativas à implantação e à operação da EF-170.

Art. 4º Fica criada a Área de Proteção Ambiental Rio Branco, no Município de Trairão, no Estado do Pará, unidade de conservação de uso sustentável com o objetivo de proteger os mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e ordenar e regularizar o processo de ocupação na região, garantindo-se o uso racional dos recursos naturais, excluindo este perímetro do Parque Nacional do Jamanxim de que trata o § 2º do art. 2º do Decreto de 13 de fevereiro de 2006, compreendido o polígono discriminado pelo memorial descritivo constante do parágrafo



único deste artigo, com área aproximada de 101.270 ha (cento e um mil duzentos e setenta hectares).

Parágrafo único. Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto 01 de c.g.a. 05°29'45"S e 55°32'15"Wgr., localizado na foz de um afluente sem denominação da margem direita do Rio Aruri Grande e correspondendo ao ponto P-6 do memorial descritivo da Floresta Nacional de Altamira; deste ponto, segue a montante pela margem esquerda do referido afluente até o ponto 02 de c.g.a. 5°29'1"S e 55°33'21"Wgr., localizado em sua cabeceira; deste ponto, segue em linha reta até o ponto 03 de c.g.a. 5°28'39"S e 55°34'8"Wgr., localizado em um afluente sem denominação da margem direita do Rio Aruri Grande; deste ponto, segue a montante pela margem esquerda do referido afluente até o ponto 04 de c.g.a. 05°24'08"S e 55°31'15"Wgr., localizado em sua cabeceira e correspondendo ao ponto P-7 do memorial descritivo da Floresta Nacional de Altamira; deste ponto, segue em linha reta até o ponto 05 de c.g.a. 05°24'07"S e 55°26'30"Wgr., correspondendo ao ponto 08 do memorial descritivo da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, constante do Decreto de 8 de novembro de 2004; deste ponto, segue por linhas retas, passando pelos seguintes pontos: 06 de c.g.a. 5°24'1"S e 55°26'40"Wgr., 07 de c.g.a. 5°23'57"S e 55°26'51"Wgr., 08 de c.g.a. 5°23'58"S e 55°27'2"Wgr., 09 de c.g.a. 5°23'49"S e 55°27'11"Wgr., 10 de c.g.a. 5°23'36"S e 55°27'16"Wgr., 11 de c.g.a. 5°23'27"S e 55°27'23"Wgr., 12 de c.g.a. 5°23'24"S e 55°27'34"Wgr., 13 de c.g.a. 5°23'19"S e 55°27'44"Wgr., 14 de c.g.a. 5°23'15"S e 55°27'56"Wgr., 15 de c.g.a. 5°23'7"S e 55°28'5"Wgr., 16 de c.g.a. 5°23'1"S e 55°28'17"Wgr., 17 de c.g.a. 5°22'57"S e 55°28'27"Wgr., 18 de



c.g.a. 5°22'48"S e 55°28'34"Wgr., 19 de c.g.a. 5°22'43"S e 55°28'44"Wgr., 20 de c.g.a. 5°22'35"S e 55°28'52"Wgr., 21 de c.g.a. 5°22'23"S e 55°28'56"Wgr., 22 de c.g.a. 5°22'19"S e 55°29'8"Wgr., 23 de c.g.a. 5°22'15"S e 55°29'20"Wgr., 24 de c.g.a. 5°22'2"S e 55°29'20"Wgr., 25 de c.g.a. 5°21'52"S e 55°29'19"Wgr., 26 de c.g.a. 5°21'42"S e 55°29'14"Wgr., 27 de c.g.a. 5°21'32"S e 55°29'7"Wgr., 28 de c.g.a. 5°21'22"S e 55°29'1"Wgr., 29 de c.g.a. 5°21'9"S e 55°28'53"Wgr., 30 de c.g.a. 5°20'59"S e 55°28'47"Wgr., 31 de c.g.a. 5°20'45"S e 55°28'43"Wgr., 32 de c.g.a. 5°20'33"S e 55°28'46"Wgr., 33 de c.g.a. 5°20'28"S e 55°28'59"Wgr., 34 de c.g.a. 5°20'23"S e 55°29'10"Wgr., 35 de c.g.a. 5°20'11"S e 55°29'15"Wgr., 36 de c.g.a. 5°20'0"S e 55°29'11"Wgr., 37 de c.g.a. 5°19'46"S e 55°29'9"Wgr., 38 de c.g.a. 5°19'32"S e 55°29'7"Wgr., 39 de c.g.a. 5°19'20"S e 55°29'13"Wgr., 40 de c.g.a. 5°19'10"S e 55°29'17"Wgr., 41 de c.g.a. 5°18'58"S e 55°29'21"Wgr., 42 de c.g.a. 5°18'53"S e 55°29'31"Wgr., 43 de c.g.a. 5°18'50"S e 55°29'41"Wgr., 44 de c.g.a. 5°18'41"S e 55°29'51"Wgr., 45 de c.g.a. 5°18'22"S e 55°30'0"Wgr., 46 de c.g.a. 5°18'8"S e 55°30'8"Wgr., 47 de c.g.a. 5°17'50"S e 55°30'1"Wgr., 48 de c.g.a. 5°17'45"S e 55°30'24"Wgr., 49 de c.g.a. 5°17'44"S e 55°30'37"Wgr., 50 de c.g.a. 5°17'41"S e 55°30'56"Wgr., 51 de c.g.a. 5°17'34"S e 55°31'11"Wgr., 52 de c.g.a. 5°17'24"S e 55°31'45"Wgr., 53 de c.g.a. 5°17'17"S e 55°32'14"Wgr., 54 de c.g.a. 5°17'13"S e 55°32'27"Wgr., 55 de c.g.a. 5°17'4"S e 55°32'52"Wgr., 56 de c.g.a. 5°17'12"S e 55°33'10"Wgr., 57 de c.g.a. 5°17'21"S e 55°33'34"Wgr., 58 de c.g.a. 5°17'23"S e 55°33'57"Wgr., 59 de c.g.a. 5°17'36"S e 55°34'24"Wgr., 60 de c.g.a. 5°17'46"S e 55°34'54"Wgr., 61 de c.g.a. 5°17'48"S e



55°35'23"Wgr., 62 de c.g.a. 5°17'42"S e 55°35'56"Wgr., 63 de c.g.a. 5°17'20"S e 55°35'52"Wgr., 64 de c.g.a. 5°17'10"S e 55°36'1"Wgr., 65 de c.g.a. 5°17'0"S e 55°36'5"Wgr., 66 de c.g.a. 5°16'46"S e 55°36'8"Wgr., 67 de c.g.a. 5°16'43"S e 55°36'34"Wgr., cravado na cabeceira de um afluente do Rio Branco sem denominação; deste, segue a jusante até o ponto 68 de c.g.a. 5°11'26"S e 55°47'57"Wgr., localizado na sua Barra com o Rio Branco; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do Rio Branco até o ponto 69, de c.g.a. 5°24'5"S e 55°51'59"Wgr., localizado na sua foz no Rio Aruri Grande; deste, segue o Rio a Aruri Grande a montante até o ponto 01 onde se deu início a estes limites, perfazendo uma área de 101.270 ha (cento e um mil duzentos e setenta hectares).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,            de maio de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000 - Lei do SNUC - 9985/00

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;9985>

- parágrafo 2º do artigo 22



## CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
20/12/2016		Publicação no DOU
	06/02/2016	Emendas (6 dias após a publicação)
	26/02/2017	Prazo na CD (até 28º dia)
26/02/2017		Recebimento previsto no SF
27/02/2017	12/03/2017	Prazo no SF (42º dia)
12/03/2017		Se modificado, devolução à CD
13/03/2017	15/03/2017	Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD (43º ao 45º dia)
16/03/2017		Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de
30/03/2017		Prazo final no Congresso Nacional (60 dias)
	29/05/2017	Prazo final prorrogado





# Ofícios do Superior Tribunal de Justiça





# SENADO FEDERAL

## OFÍCIO "S" Nº 40, DE 2017

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, a indicação da Juíza DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

**AUTORIA:** Superior Tribunal de Justiça

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do ofício](#)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)



OFS 40/17

00100.065663/2017-06

*Superior Tribunal de Justiça*

Ofício n. 414 /GP

Brasília, 26 de abril de 2017.

6 11 2017

A Sua Excelência o Senhor  
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA  
Presidente do Senado Federal  
Brasília – DF

Assunto: Lista CNJ

Senhor Presidente,

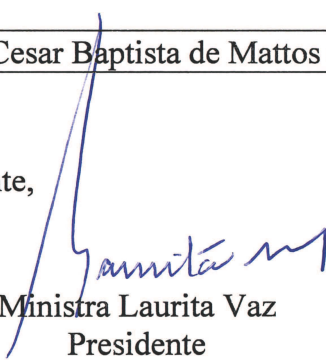
Encaminho à elevada consideração de Vossa Excelência lista com os candidatos escolhidos pelo Plenário desta Corte na sessão desta data, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CF, arts. 103-B, incisos VI e VII), no biênio 2017-2019:

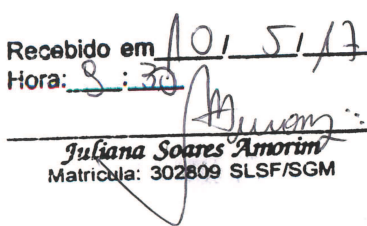
Informo, ainda, que a documentação de que trata a Resolução n. 7 de 2005 do Senado será remetida a essa Casa diretamente pelos indicados.

a) Conselho Nacional de Justiça:

1 - Juiz de Tribunal Regional Federal
• Juíza Daldice Maria Santana de Almeida (TRF da 3ª Região)
2 - Juiz Federal
• Juiz Federal Fernando Cesar Baptista de Mattos (Seção Judiciária/ES)

Respeitosamente,

  
Ministra Laurita Vaz  
Presidente

Recebido em 10/5/17  
Hora: 8:30  
  
Juliana Soares Amorim  
Matrícula: 302809 SLSF/SGM

Presidência do Senado Federal

Recebi o Original

Em: 06/05/17 Hs 9:58  
Kiviana

## CURRICULUM VITAE



## CURRICULUM VITAE

**DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA****I – INFORMAÇÕES PESSOAIS**

Filiação: Luiza Maria de Almeida e José Cardoso Santana

Data de nascimento: 26/09/1963

Nacionalidade: Brasileira

Naturalidade: Riacho de Santana – BA

CPF: 277.532.635-87

E-mail institucional: [dalmeida@trf3.jus.br](mailto:dalmeida@trf3.jus.br)

Telefone institucional: (11) 3012-1277

Telefone celular: (11) 99900-1692

**II – ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

- Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (posse em 22/12/2010)
- Juíza Federal Titular da 1ª Vara Federal de Santos (1993 a 2010)

**III – DEMAIS ATUAÇÕES PROFISSIONAIS**

- Conselheira do Conselho Nacional de Justiça (2015-2017)
- Coordenadora do Programa de Conciliação da 3ª Região (2012-2014)
- Coordenadora do Programa de Conciliação da 3ª Região (2005 a 2009)
- Juíza Federal Coordenadora Administrativa da Subseção Judiciária de Santos (4/9/1998 a 29/8/2003)
- Juíza Federal Coordenadora Administrativa da Subseção Judiciária de Bauru (11/11/1996 a 7/7/1997)
- Professora de Direito Tributário em Curso Preparatório para cargos de juiz federal e Ministério Público Federal (1994 a 2002)
- Gestora da Qualidade Total (ISO/9000) no Fórum Federal de Santos no período de 2001 a 2003





- Procuradora da Fazenda do Estado da Bahia (4/1991 a 11/1993)
- Palestrante na área de Direito Ambiental, Sistema Financeiro da Habitação e Conciliação (instrutora); no XVII Congresso Internacional CLAD "*sobre la Reforma del Estado y de La Administración Pública*" em Cartagena/Colômbia; e no "Encontro sobre Mediação e Conciliação", em Hamamatsu/Japão

#### IV - FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA

- Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (1986)

#### V – FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

- Especialização *Lato Sensu* em Direito Constitucional Aplicado pela EMAG/TRF3 (2008)
- Especialização em Direito Público pela PUC/SP (2000)
- Especialização em Direito Administrativo pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia (1992)
- Especialização em Processo Civil pela Universidade Federal da Bahia (1989)

#### VI – PREMIAÇÕES

- IV Prêmio Conciliar é Legal (CNJ) - 2013
  - ✓ categoria *Tribunal Regional Federal*, prática "Conciliação e Competência Delegada"
  - ✓ categoria *Prêmio Especial de Qualidade*
- Menção honrosa na categoria *Instrutores de Mediação e Conciliação*, com a prática "Conciliação na Justiça Federal" (2013)
- III Prêmio Conciliar é Legal (CNJ), categoria *Justiça Federal* (2012), práticas "Reclamação pré-processual: uma alternativa de prestação jurisdicional célere e econômica à solução de litígios" e "Práticas autocompositivas da CECOM/MS, instalada em campus universitário"
- Moções das Câmaras Municipais de Americana e Palmital pertinentes a procedimentos de conciliação na Competência Delegada (2013)
- IV Troféu Lydia Frederici 2004 - "Mulher Destaque na Área Jurídica como Juíza Federal Coordenadora de Santos/SP"

2



**VII – PUBLICAÇÕES**

- Artigo intitulado "TRF da 3ª Região: A Conciliação no âmbito da Justiça Federal em São Paulo e Mato Grosso do Sul", Revista Letrado, IASP, ed. 102, janeiro/fevereiro de 2013, p. 42/43
- Coordenação do Manual de Conciliação da Justiça Federal da Terceira Região, 2013:  
[http://www.trf3.jus.br/trf3r/fileadmin/docs/conciliacao/2013/Manual\\_Conciliacao\\_6.02.2014.pdf](http://www.trf3.jus.br/trf3r/fileadmin/docs/conciliacao/2013/Manual_Conciliacao_6.02.2014.pdf)
- Artigo intitulado: "A crise do Sistema Financeiro da Habitação e a Resolução Consensual dos Conflitos: Uma Política Voltada à Concretização do Direito à Moradia" (páginas 377/399 da obra "Justiça Federal: inovações nos mecanismos consensuais de solução de conflitos", coordenada por Daniela Gabbay e Bruno Takahashi, Ed. Gazeta Jurídica, 2014).
- Artigo intitulado: "O papel do Tribunal de Contas da União na institucionalização dos meios consensuais e a responsabilização pessoal do advogado público" (p. 50/61 da obra *Cadernos FGV Projetos*, Solução de Conflitos, abril/maio 2017, ano 12, n. 30, ISSN 19844883).

**VIII – APROVAÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS (SEM EXERCÍCIO)**

- Concurso de Procurador do Município de Salvador (novembro de 1988) - 4º lugar
- Concurso de Procurador Autárquico do Banco Central (novembro de 1992) - 12º lugar

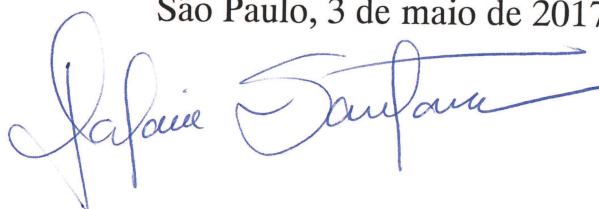


## DECLARAÇÃO

DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, brasileira, casada, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, indicada para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Artigo 383, I, b, 1 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução n. 41 de 2013, que possui os seguintes parentes que exercem atividades vinculadas à sua atividade profissional:

- 1) Herbert Cornélio Pieter de Bruyn Júnior: cônjuge, Juiz Federal da 6ª Turma Recursal de São Paulo (posse em 2/12/1996)
- 2) Maria das Graças Santana: irmã, Técnica Judiciária - Justiça Federal da 3ª Região (posse em 31/5/1999)
- 3) Maria Santana de Almeida: irmã, Técnica Judiciária - Tribunal Regional do Trabalho/10ª Região (posse em 5/7/1993)

São Paulo, 3 de maio de 2017.

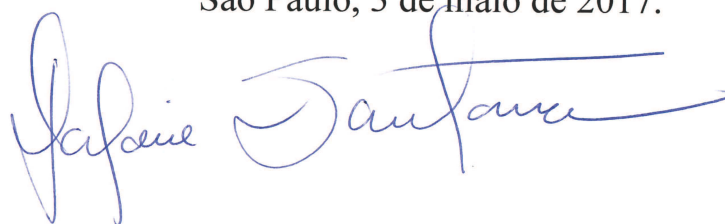




## DECLARAÇÃO

DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, brasileira, casada, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, indicada para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Artigo 383, I, b, 2 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução n. 41 de 2013, que não exerce cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

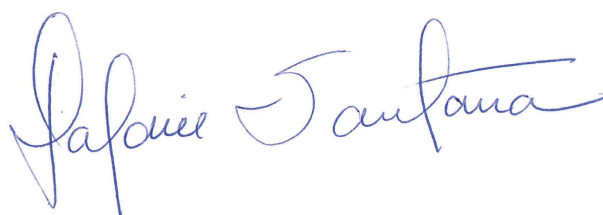
São Paulo, 3 de maio de 2017.



## DECLARAÇÃO

DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, brasileira, casada, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, indicada para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Artigo 383, I, b, 3 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução n. 41 de 2013, a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, **conforme documentação anexa.**

São Paulo, 3 de maio de 2017.





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA**  
**CPF: 277.532.635-87**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

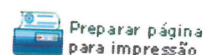
Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.  
Emitida às 12:35:00 do dia 02/05/2017 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 29/10/2017.

Código de controle da certidão: **6DD4.9966.D452.037C**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)





## Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CPF: 277.532.635-87

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa física acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do interessado. Tratando-se de CERTIDÃO emitida para pessoa física, não é pesquisado na base de dados se existe débito para pessoa jurídica da qual o interessado é sócio.

Certidão nº 17050003222-92

Data e hora da emissão 02/05/2017 12:12:56


Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)

Folha 1 de 1



 <b>PREFEITURA DE SÃO PAULO</b> Secretaria Municipal da Fazenda <b>Certidão de Débitos de Tributos Imobiliários</b>	
Certidão Número:	0000081365-2017
Número do Contribuinte:	085.632.0393-2
Nome do Contribuinte:	INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
Local do Imóvel:	R RIBEIRO DO VALE , 00152, CJ 84 , ENT R PITU 72
Cep:	04568-000
Liberação:	2/5/2017
Validade:	29/10/2017
<p>Ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de São Paulo cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão, a Secretaria Municipal da Fazenda <b>CERTIFICA</b> que a <b>situação fiscal</b> do(s) contribuinte(s) supramencionado(s) referente à quitação do Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado, é <b>REGULAR</b> até a presente data. Créditos tributários suspensos, nos termos do artigo 151 do CTN.</p>	
<p>Certidão expedida com base na Portaria SF nº004, de 05 de janeiro de 2012 e Decreto 50691, de 29 de junho de 2009.</p> <p>Certidão emitida às 10:55:49 horas do dia 2/5/2017 (hora e data de Brasília)</p> <p>Código de autenticidade: 8E6F137F</p> <p>A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <a href="http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf">http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf</a></p>	



 <b>PREFEITURA DE SÃO PAULO</b> Secretaria Municipal da Fazenda <b>Certidão de Débitos de Tributos Imobiliários</b>	
<b>Certidão Número:</b>	0000081365-2017
<b>Número do Contribuinte:</b>	085.632.0393-2
<b>Nome do Contribuinte:</b>	INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL
<b>Local do Imóvel:</b>	R RIBEIRO DO VALE , 00152, CJ 84 , ENT R PITU 72
<b>Cep:</b>	04568-000
<b>Liberação:</b>	21/5/2017





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal da Fazenda

**Certidão de Débitos de Tributos Imobiliários**

Certidão Número: 0000081342-2017  
Número do Contribuinte: 039.077.0384-7  
Nome do Contribuinte: INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL  
Local do Imóvel: R BARTOLOMEU DE GUSMAO, 00430, AP 104 E VAGA, VILA MARIANA  
Cep: 04111-021  
Liberação: 2/5/2017  
Validade: 29/10/2017

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de São Paulo cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão, a Secretaria Municipal da Fazenda **CERTIFICA** que a **situação fiscal** do(s) contribuinte(s) supramencionado(s) referente à quitação do Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Vias e Logradouros Públicos, Taxa de Combate e Sinistros e Contribuição de Melhoria incidentes sobre o imóvel acima identificado, é **REGULAR** até a presente data.

Certidão expedida com base na Portaria SF nº004, de 05 de janeiro de 2012 e Decreto 50691, de 29 de junho de 2009.

Certidão emitida às 10:50:50 horas do dia 2/5/2017 (hora e data de Brasília)

Código de autenticidade: 2430A582

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>





## Prefeitura Municipal de Barueri

Estado de São Paulo

### SECRETARIA DE FINANÇAS

Departamento Técnico de Tributos Imobiliários

### CERTIDÃO NEGATIVA

Nº 15864/2017i

Inscrição Atual.....:24453.12.25.0631.00.000.1  
Inscrição Anterior.....:24104.52.73.0631.00.000.1  
Logradouro.....:ALAMEDA GRANADA  
Nº Atual.....:631  
Nº Anterior.....:  
Complemento.....:  
Bairro.....:ALPHAVILLE CONDE II / ALPHAVILLE  
Quadra.....:06  
Lote.....:33  
Área do Terreno.....:468.91  
Área da Edificação.....:520.06

### TRIBUTOS E PERÍODOS

#### Imposto Predial e Territorial Urbano.

**CERTIFICAMOS**, de ordem da Secretaria de Finanças, a pedido da parte interessada e à vista das informações, que referente ao imóvel acima identificado, **NÃO EXISTE DÉBITO EM ABERTO** nesta Prefeitura, débito inscrito ou não em dívida ativa, referente ao(s) tributo(s) acima indicado(s) , até a presente data.

**CERTIFICAMOS**, outrossim, que fica ressalvado o direito da Fazenda Pública do Município na cobrança de débitos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação aos tributos e períodos indicados nesta certidão.

**CERTIDÃO VÁLIDA POR TRINTA DIAS.**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Barueri na Internet, no Endereço: <a href="http://www.barueri.sp.gov.br">http://www.barueri.sp.gov.br</a> <b>Certidão expedida gratuitamente.</b> Aprovado pelo Decreto nº 5635, de 25/01/2005	Informações para Verificação de Autenticidade	
	Nº de Inscrição :	<b>24453.12.25.0631.00.000.1</b>
	Código de autenticidade :	<b>831F.7151.7812.3102007-J</b>
	Data de emissão :	<b>02/05/2017</b>
	Hora de emissão :	<b>10:43:42</b>

Rua do Paço, 8 - Centro - Barueri - SP - CEP : 06401-090 - Fone: 4199-8000







SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, RECEITA E MEIO AMBIENTE  
Departamento de Receita Imobiliária - IPTU

## CERTIDÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

Certificamos, a pedido da parte interessada, que revendo os assentamentos destinados a lançamentos dos impostos imobiliários, possui área lançada no Cadastro Imobiliário Municipal conforme tabela abaixo:

Imóvel : **42915** Inscrição Cadastral : **24433.21.22.0465.00.000**  
Endereço : AL DAS AROEIRAS  
Loteamento : COMERCIAL E RESIDENCIAL GENESIS II  
Bairro : REGIAO ALPHAVILLE  
Quadra/Lote : 2/29  
Cidade : SANTANA DE PARNAIBA/SP  
CEP : 06542-180

Proprietário : GENESIS DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO LTDA.  
Endereço : AL XINGU 350 SALA 06 Andar 26  
Bairro : ALPHAVILLE INDUSTRIAL  
Cidade : BARUERI/SP  
CEP : 06455-911

Compromissário : HERBERT C PIETER DE BRUYN JUNIOR  
Endereço : AV PRESIDENTE WILSON 103 Apto. 702  
Bairro : POMPEIA  
Cidade : SANTOS/SP  
CEP : 11065-201

Exercício Financeiro / Ano	Área do Terreno	Área Construída Lançada
2017	490,00 m²	0,00 m²
2016	490,00 m²	0,00 m²
2015	490,00 m²	0,00 m²
2014	490,00 m²	0,00 m²
2013	490,00 m²	0,00 m²
2012	490,00 m²	0,00 m²

Validade desta Certidão: **30 dia(s)**

TERÇA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 2017

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site da  
Município de Santana de Parnaíba, passando as seguintes informações:

Inscrição Cadastral : **24433.21.22.0465.00.000**  
Número de Controle : **10403725693843340**  
Data da Emissão : **02/05/2017**  
Hora da Emissão : **10:47:05**



:: Secretaria Municipal da Fazenda ::

<http://servicosweb.sefaz.salvador.ba.gov.br/websitev2/Sistemas/Cert...>**PMS - Prefeitura Municipal de Salvador**

Secretaria Municipal da Fazenda

Coordenadoria de Arrecadação e Cobrança - CAC

PGMS - Coordenadoria da Dívida Ativa

**Certidão Negativa de Débitos****Inscrição Imobiliária: 461973-0****Contribuinte:** DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA**Endereço:** Avenida Luís Viana, Nº2690, , , EDIFICIO RIO NEGRO, AP 1002, PARALELA**Número da certidão: 5180351**

Certifico que o imóvel da inscrição acima está em situação regular referente a quitação do Imposto Predial Territorial Urbano, Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares, Receita composta IPTU + TL/TRSD , até a presente data, ressaltando o direito da Fazenda Municipal cobrar quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas, conforme artigo 277, § 3º, da Lei 7.186/2006.

Código de Controle da Certidão: 23DF9731631568DC5D91075E0CEE4B7C

Valida até o dia 31/07/2017 12:02:49

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda (<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>), através do código de controle da certidão acima.



## DECLARAÇÃO

DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, brasileira, casada, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, indicada para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Artigo 383, I, b, 4 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução n. 41 de 2013, que não existem ações judiciais como ré, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como procedimento administrativo-disciplinar, conforme documentação anexa.

São Paulo, 3 de maio de 2017.



Na hipótese de existirem ações judiciais, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como procedimento administrativo-disciplinar, anexar a tramitação, autuação ou documento comprobatório





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**  
**Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário**

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO** que atendendo a pedido da Excelentíssima Senhora Desembargadora Federal Daldice Santana consultei o sistema informatizado de acompanhamento processual - Siapro, pesquisando pelo nome de Sua Excelência, e constatei não haver anotação de sanção aplicada ou procedimento administrativo-disciplinar em face da magistrada. O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, 02 de maio de 2017.

Assinatura manuscrita em azul da Diretora da Subsecretaria do Órgão Especial e Plenário.

Renata Maria Gavazi Dias  
Diretora da Subsecretaria do  
Órgão Especial e Plenário







PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª. REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº 2017.0000281805

CERTIFICAMOS que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados nos sistemas SIAPRO – Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais e PJe – Processo Judicial Eletrônico, exclusivamente neste Tribunal Regional Federal da 3ª Região (Segundo Grau), com sede em São Paulo/Capital e jurisdição nos Estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, verificamos **CONSTAR**, até a presente data e hora, em nome de **DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA**, inscrito(a) no CPF/CNPJ nº **277.532.635-87**, a distribuição do(s) seguinte(s) processo(s) e/ou procedimento(s):

**1. Registro n. 0007027-72.2005.4.03.6100**

Classe / Situação: APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA / SOBRESTADO ResCJF237

Órgão Julgador / Relator: SEGUNDA TURMA / PEIXOTO JUNIOR

Tipo da Parte: APELADO(A)

Assunto: Licenças - Benefícios - Servidor Público Civil - Direito Administrativo e outras matérias do Direito Público

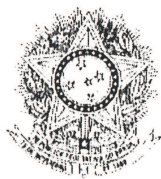
**Total de registro(s): 1**

CERTIFICAMOS, MAIS, que a pesquisa abrange todo o banco de dados do Tribunal, desde 30/03/1989, data de sua instalação. NADA MAIS. O referido é verdade e damos fé. Dada e passada nesta capital do Estado de São Paulo, aos 2 (dois) dias do mês de maio de 2017, às 12:10.

## Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente;
- b) Não estando disponíveis no Sistema Informatizado do TRF 3ª Região os dados de identificação a que se refere o parágrafo único do art. 2º da Lei n. 11.971, de 6 de julho de 2009, no caso de apontamento de registro de processo (ação penal) na presente certidão, o interessado deverá dirigir-se ao órgão em que o processo se encontra atualmente, para a complementação daqueles dados, em sendo necessário;
- c) O nome da pessoa pesquisada e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) foram inseridos na certidão pelo próprio interessado, no ato da solicitação, sendo de sua inteira responsabilidade a exatidão deles com os dados constantes na cédula de seu CPF ou CNPJ;
- d) Esta certidão somente terá validade se houver inteira correspondência entre o nome do solicitante e o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nela grafados e os dados (nome e número) impressos na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- e) Para efeito da conferência da validade desta certidão, caberá ao destinatário do documento confrontar os dados constantes na cédula do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do solicitante com aqueles impressos na certidão;
- f) A autenticidade desta certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço <http://www.trf3.jus.br>, até 60 dias contados da data de sua expedição, mesmo prazo de validade da certidão; para tal verificação foi gerado o código de segurança **45382802 134b9a31 7c0df19b 2ad96d44 10292b0d**;
- g) Esta certidão não inclui pesquisa relativa a feitos de publicidade restrita;
- h) Certidões a respeito do(s) processo(s) e/ou procedimento(s) constante(s) da presente certidão deverão ser solicitadas pessoalmente no respectivo juiz natural de 1.º ou 2.º grau, ou junto ao Tribunal Superior em que estiver.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E  
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

**Nºda Certidão 20170000970453**

**CERTIFICO**, revendo os registros\* de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA**, ou vinculado ao **CPF de número 277.532.635-87,**

**NADA CONSTA** na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base nas Ordens de Serviço nº 03/2009 DF e 04/2011 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço [www.jfsp.jus.br](http://www.jfsp.jus.br), até 60 dias da liberação, através do código de segurança: 5I68235VDLDK hLDSWW X7ENNUFU736KXQM
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.
- e) Não foram consultados eventuais inquéritos ou procedimentos equiparados e os processos sigilosos.
- f) Esta Certidão não abrange os processos em tramitação no Sistema Eletrônico PJe.

São Paulo, 02 de maio de 2017 às 12h07min.

**Núcleo de Apoio Judiciário**  
**[nuaj@trf3.jus.br](mailto:nuaj@trf3.jus.br) - (11) 3225.8666**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
POLÍCIA FEDERAL

**CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**

Nº 19393632017

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado\* em nome de **DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de JOSÉ CARDOSO SANTANA e LUIZA MARIA DE ALMEIDA, nascido(a) aos 26/06/1963, natural de RIACHO DE SANTANA/BA, Documento de identificação 2983671 SSP/SP, CPF 277.532.635-87.

**Observações:**

- 1) \*Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. “Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes”;
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 14:17 de 02/05/2017



\*19393632017\*





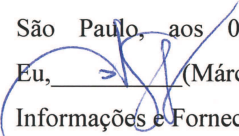
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Secretaria Judiciária  
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I  
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3117-2711

**CERTIDÃO NEGATIVA CÍVEL**

(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Márcia Normanda Cigala da Silva, Escrevente  
Técnico Judiciário do Serviço de Informações e  
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do  
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.-.-.-.-.-.

**C E R T I F I C A**, atendendo a pedido de pessoa  
interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de  
2ª Instância das Seções de Direito Privado, Direito Público, Câmara Especial e Órgão Especial de que  
dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome  
de **DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA**, inscrito(a) no CPF/MF sob nº 277.532.635-87,  
portador(a) do RG nº 2.983.671, verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste  
Tribunal. **NADA MAIS** com referência ao pedido. O referido é verdade e dá fé. -.-.-.-.-  
São Paulo, aos 02 dias do mês de maio de 2017.-.-.-.-.-  
Eu,  (Márcia Normanda Cigala da Silva), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de  
Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.-.-.-.-.-







02/05/2017

1290596

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 021290596****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS, FAMÍLIA E SUCESSÕES, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**, anteriores a 01/05/2017, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*

**DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA**, RG: 2983671, CPF: 277.532.635-87, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

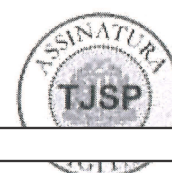
Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor(a). São apontados os feitos com situação em andamento já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 2 de maio de 2017.

**PEDIDO Nº:****1290596**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Secretaria Judiciária  
S.J. 1.1.2.1 – Seção de Informações I  
Palácio da Justiça – sala 209 - Praça da Sé, s/nº - Tel.: 3117-2711

**CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL**

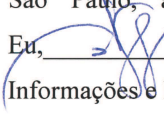
(nos termos do art. 8º, caput da Resolução CNJ nº 121/2010)

Márcia Normanda Cigala da Silva, Escrevente  
Técnico Judiciário do Serviço de Informações e  
Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do  
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.-----

**C E R T I F I C A**, atendendo a pedido de pessoa

interessada, que revendo os dados constantes no sistema informatizado de andamento processual de  
2ª Instância da Seção de Direito Criminal de que dispõe o Serviço de Informações deste Egrégio  
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em nome de **DALDICE MARIA SANTANA DE  
ALMEIDA**, portador(a) do RG nº 2.983.671 e inscrito(a) no CPF/MF sob nº 277.532.635-87,  
verificou-se que **NÃO CONSTA** processo em andamento neste Tribunal. NADA MAIS com referência  
ao pedido. O referido é verdade e dá fé.-----

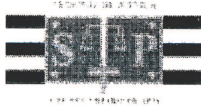
São Paulo, aos 02 dias do mês de maio de 2017.-----

Eu,  (Márcia Normanda Cigala da Silva), Escrevente Técnico Judiciário do Serviço de  
Informações e Fornecimento de Cópias de Acórdãos ao Público do Tribunal de Justiça, subscrevi.-----



04/05/2017

3947306



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 5939096****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 02/05/2017, verificou **NADA CONSTAR** contra: \*\*\*\*\*

**DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA**, RG: 2983671, CPF: 277.532.635-87, nascida em 26/09/1963, filha de JOSÉ CARDOSO SANTANA e LUIZA MARIA DE ALMEIDA, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

Esta certidão, em relação à Comarca de São Paulo, abrange inclusive os feitos constantes das fichas manuais do Foro Central, Foros Regionais e Distrital de Parelheiros e só tem validade mediante assinatura digital.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 5 de maio de 2017.

**PEDIDO Nº:****3947306**



04/05/2017

2045053

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS**

**CERTIDÃO Nº: 5929159****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal do(a) Foro de Barueri, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 02/05/2017, verificou **NADA CONSTAR** contra: \*\*\*\*\*

**DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA**, RG: 2983671, CPF: 277.532.635-87, nascido em 26/09/1963, natural de Riacho de Santana - BA, filho de **JOSÉ CARDOSO SANTANA** e **LUIZA MARIA DE ALMEIDA**, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão abrange os feitos criminais e dos Juizados Especiais Criminais cadastrados nos sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca poderá ser verificada no Comunicado SPI nº 53/2015.

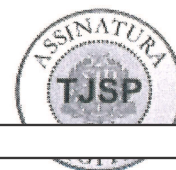
Esta certidão abrange em relação à Comarca ou Foro Distrital emitente, se o caso, os feitos constantes das fichas manuais e só tem validade mediante assinatura digital.

Considera-se **NEGATIVA** a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do artigo 8º, §2º, da Res. CNJ nº 121/10.

Esta certidão não vale para fins eleitorais.

Esta certidão é sem custas.

Barueri, 4 de maio de 2017.

**PEDIDO Nº:****2045053**



Número do Pedido  
**2550706**

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DA CAPITAL - DECRIM**

ATENÇÃO: INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO. QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO  
O preenchimento incorreto poderá resultar na impossibilidade de atendimento do pedido

NOME DALCICE MARIA SANTANA DE ALM  
EIDA  
FILHO(A) DE JOSÉ CARDO SO SANTANA  
E DE LUÍZA MARIA DE ALMEIDA  
NATURAL DE RIACHO DE SANTANA EST. BA  
DATA DE NASCIMENTO 26.09.1963 CPF 277.532.635-87  
REGISTRO GERAL Nº 2983671 ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP/BA

**ASSINALE A OPÇÃO DA CERTIDÃO (preenchimento obrigatório)**

- ☒ CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS  
☐ CERTIDÃO POSITIVA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS  
☐ CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS PARA FINS ELEITORAIS  
☐ CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS PARA CONCURSO PÚBLICO  
☐ CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS PARA FINS JUDICIAIS

**CERTIDÃO NEGATIVA**

NADA CONSTA nos fichários, contra o nome

Lilian Vitorino Rodrigues  
Escrivente Terc. Judiciário  
Matr. 369.062

Pesquisador

São Paulo,

**GRAFADO ACIMA****CERTIDÃO POSITIVA**Contra o nome pesquisado, tal como grafado acima, **CONSTA(M)** nos fichários a(s) seguinte(s) execução(ões):

ATENÇÃO: Esta certidão abrange apenas processos distribuídos nesta Vara de Execuções Criminais. Necessários complementá-la com outra certidão da Comarca Sede da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal - DEECRIM, que deverá ser obtida pela Internet no site "www.tjsp.jus.br" - "certidões"

Pesquisador \_\_\_\_\_ São Paulo, \_\_\_\_\_

**RECEBIMENTO DA CERTIDÃO (preenchimento obrigatório)**

☒ NO GUICHÊ | Fórum Ministro Mário Guimarães (Av. Abrahão Ribeiro, 313 - 1º andar)  
☒ Fórum João Mendes Júnior (Praça João Mendes s/nº 2º andar - sala 114)

Autenticação Mecânica

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**03 MAI 2017**  
 Carimbo do Órgão Arrecadador  
**SPI 3.21 - CERTIDÕES**

Mod. 0.07.812-3 - Maio/2016 - Grafi Rio

COMPROVANTE DA UNIDADE GERADORA DO SERVIÇO

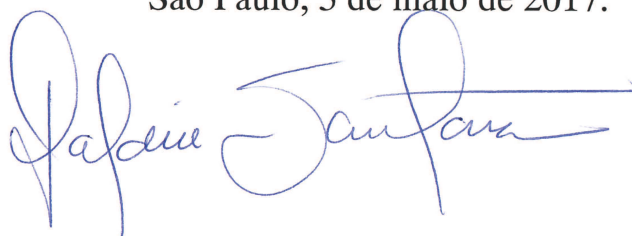


## DECLARAÇÃO

DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, brasileira, casada, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, indicada para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Artigo 383, I, b, 5 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução n. 41 de 2013, que atua/atuou nos seguintes Juízos e Tribunais nos últimos cinco anos, contados da sua indicação:

- Tribunal Regional Federal da 3ª Região (desde 22/12/2010)

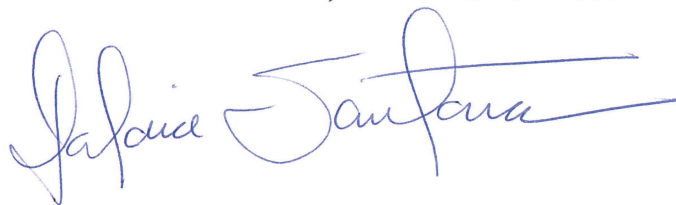
São Paulo, 3 de maio de 2017.



## DECLARAÇÃO

DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, brasileira, casada, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, indicada para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Artigo 383, I, b, 5 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução n. 41 de 2013, que não atou, nos últimos cinco anos, contados da sua indicação, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras.

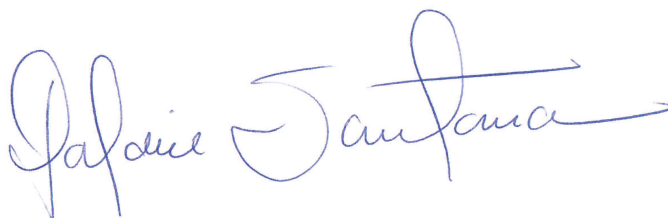
São Paulo, 3 de maio de 2017.



## DECLARAÇÃO

DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA, brasileira, casada, Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, indicada para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Artigo 5º, IV, da Resolução n. 7 de 2005, alterada pela Resolução n. 22 de 2009, ambas do Senado Federal, que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membros desses Poderes.

São Paulo, 3 de maio de 2017.





## ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

(Artigo 383, I, c do RI do Senado Federal)

**Iniciei** minha trajetória profissional na Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, onde exerci as funções de *Analista Administrativo*, de março de 1987 a abril de 1988, *Analista Financeiro*, de abril de 1988 a novembro de 1989, e *Auditora Fiscal*, de novembro de 1989 a março de 1991.

Essas funções, contudo, estavam muito distantes do meu propósito de ser juíza.

Assim, para me aproximar da carreira jurídica, submeti-me aos concursos de Procurador do Município de Salvador, em novembro de 1988, no qual obtive o 4º lugar, e de Procurador Autárquico do Banco Central, em novembro de 1992, no qual fui classificada em 12º lugar, sem, contudo, entrar em exercício nessas carreiras.

Somente em abril de 1991 comecei a atuar na área jurídica, na função de *Procuradora* da Fazenda do Estado da Bahia, onde permaneci até novembro de 1993.

Em 1993 ingressei na magistratura federal da 3ª Região, carreira na qual atuo há 24 anos. Exerci o cargo de Juiz Federal até dezembro de 2010, quando fui promovida para o cargo de Desembargador Federal do TRF3.

Como Juíza Federal, exerci a função de Coordenadora Administrativa das Subseções Judiciárias de Bauru, de 11/11/1996 a 7/7/1997, e de Santos, entre 4/9/1998 e 29/8/2003. No período em que coordenei a Subseção de Santos fui gestora da Qualidade Total, responsável pela implantação das normas e pela certificação do Fórum (ISO/9000) no período de 2001 a 2003.

Em 2004 fui convidada a integrar a Comissão Temporária para estudo de viabilização e implantação de "Projeto-Piloto de Conciliação" no

1



âmbito da 3ª Região, com abrangência sobre processos relativos ao Sistema Financeiro da Habitação.

O projeto foi bem-sucedido e os métodos consensuais de solução de conflitos, sintetizados na palavra "conciliação", passaram a ser adotados na 3ª Região com a implantação do Programa de Conciliação, do qual fui coordenadora em duas oportunidades: de 2005 a 2009 e de 2012 a 2014.

Da minha primeira gestão, ainda na função de Juíza Federal, destaco a realização de inúmeros mutirões na área do Sistema Financeiro da Habitação.

Da segunda, já no cargo de Desembargadora Federal, o Programa de Conciliação foi largamente ampliado para amoldar-se à Resolução n. 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, a qual elevou a conciliação ao *status* de política pública e estabeleceu as diretrizes para o desenvolvimento eficaz dessa política.

Durante os dois anos da minha segunda gestão foram criadas 16 Centrais de Conciliação na Seção Judiciária de São Paulo e 1 Central de Conciliação na Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul, sendo essa última a única instalada em Campus Universitário, à época uma inovação para o Judiciário Federal.

A consolidação do programa trouxe avanços também no rol de matérias que passaram a ser submetidas à conciliação; além das matérias previdenciárias e das relativas ao Sistema Financeiro da Habitação, foram incluídas também as desapropriações (destaque para as áreas do entorno do aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, e de Viracopos, em Campinas), as ações coletivas, as ações envolvendo medicamentos, as ações de indenização e as execuções dos Conselhos Profissionais.

Desse período, dois projetos merecem destaque especial: (i) a implantação da conciliação no âmbito pré-processual; (ii) a parceria firmada com o Tribunal de Justiça de São Paulo para a desenvolvimento da conciliação nos processos de competência delegada.

2



À frente do programa de conciliação, organizei cursos de capacitação para conciliadores e para instrutores em conciliação.

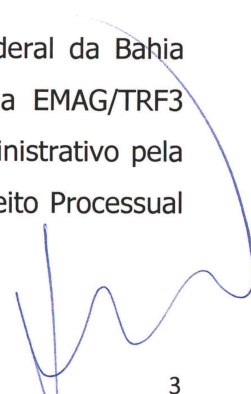
Ainda sob minha coordenação, a 3ª Região concorreu ao Prêmio *Conciliar é Legal*, promovido pelo CNJ, em duas oportunidades: em 2012, conquistamos o III Prêmio *Conciliar é Legal*, na categoria *Justiça Federal*, com as práticas “Reclamação pré-processual: uma alternativa de prestação jurisdicional célere e econômica à solução de litígios” e “Práticas autocompositivas da CECON/MS, instalada em campus universitário”; em 2013, conquistamos o IV Prêmio *Conciliar é Legal* em duas categorias: na categoria *Tribunal Regional Federal*, com a prática “Conciliação e Competência Delegada”, e na categoria *Prêmio Especial de Qualidade*. Nesse mesmo ano, a Conciliação da 3ª Região recebeu menção honrosa na categoria *Instrutores de Mediação e Conciliação*, com a prática “Conciliação na Justiça Federal”.

Pelo desenvolvimento do projeto da competência delegada, tive a honra de ser congratulada com Moções das Câmaras Municipais de Palmital – pelo “mutirão” de audiências de conciliação em processos previdenciários realizado pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC/Palmital) e pela Central de Conciliação da Justiça Federal de Ourinhos – e de Americana – pela instalação da Central de Conciliação naquela cidade.

Encerrei a gestão com a publicação do Manual de Conciliação da Justiça Federal da 3ª Região, o qual se encontra disponível para consulta na página do TRF3.

Além de todas as funções descritas, fui professora de Direito Tributário em Curso Preparatório para cargos de juiz federal e Ministério Público Federal em São Paulo, no período de 1994 a 2002.

Sou graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (1986) e pós-graduada em Direito Constitucional Aplicado pela EMAG/TRF3 (2008), em Direito Público pela PUC/SP (2000), em Direito Administrativo pela Fundação Faculdade de Direito de Salvador/BA (1992) e em Direito Processual Civil pela Universidade Federal da Bahia (1989).



3





Ao longo de minha carreira profissional escrevi artigos para periódicos, dentre os quais destaco os seguintes:

- (i) "TRF da 3ª Região: A Conciliação no âmbito da Justiça Federal em São Paulo e Mato Grosso do Sul", Revista Letrado, Instituto dos Advogados de São Paulo, ed. 102 – janeiro/fevereiro de 2013, p. 42/43;
- (ii) Coordenação do Manual da Conciliação da Justiça Federal da Terceira Região, 2013: [http://www.trf3.jus.br/trf3r/fileadmin/docs/conciliacao/2013/M anual\\_Conciliacao\\_6.02.2014.pdf](http://www.trf3.jus.br/trf3r/fileadmin/docs/conciliacao/2013/M anual_Conciliacao_6.02.2014.pdf) ;
- (iii) "A Crise do Sistema Financeiro da Habitação e a Resolução Consensual dos Conflitos: Uma Política Voltada à Concretização do Direito à Moradia" (p. 377/399 da obra "Justiça Federal: inovações nos mecanismos consensuais de solução de conflitos", coordenada por Daniela Gabbay e Bruno Takahashi, Ed. Gazeta Jurídica, 2014); (iv) "O papel do Tribunal de Contas da União na institucionalização dos meios consensuais e a responsabilização pessoal do advogado público" (p. 50/61 da obra Cadernos FGV Projetos, Solução de Conflitos, abril/maio 2017, ano 12, n. 30, ISSN 19844883).

Em 6 de maio de 2015, fui eleita, por Sessão Plenária do Superior Tribunal de Justiça, para compor o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2015-2017. Logo depois, submetido meu nome à Egrégia Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, tive a honra de vê-lo aprovado por seus eminentes integrantes e, posteriormente, pelo Plenário deste Senado.

Empossada no Conselho Nacional de Justiça em 25 de agosto de 2015, além das atribuições inerentes à atividade de julgamento dos procedimentos a ele submetidos, fui escolhida, pelo Plenário do Conselho, para integrar a Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania – da qual sou a atual Presidente – a Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas e a Comissão Permanente de Aperfeiçoamento da Justiça Militar.

4



Sob a coordenação da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania destacam-se os seguintes programas: Cooperação Judiciária, Melhores Práticas de Cidadania, Movimento Permanente pelo Direito à Saúde, Movimento Permanente pela Conciliação e Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar (Lei Maria da Penha).

Ademais, antes de assumir a Presidência da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania, fui indicada para coordenar o Movimento Permanente pela Conciliação no âmbito da Justiça Federal, programa do qual destaco a parceria interinstitucional mantida com o Conselho da Justiça Federal, resultante na regulamentação da Política Judiciária de Solução Consensual dos Conflitos de Interesses no âmbito da Justiça Federal por meio da Resolução CJF n. 398/2016, e o Movimento Permanente pelo Combate à Violência Doméstica e Familiar, programa cujas atividades de maior relevância foram a X Jornada Lei Maria da Penha, realizada em comemoração aos 10 anos de edição da Lei n. 11.340/2006, e a constituição de Grupo de Trabalho para alteração da Resolução CNJ n. 128/2011, cuja proposta deu origem à institucionalização da Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres por meio da Portaria n. 15/2017.

Na Presidência da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania apresentei dois importantes projetos: 1) Processo de trabalho e de documentação da Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos; 2) Criação de estrutura permanente para o desenvolvimento adequado da Política Judiciária Nacional instituída pela Resolução CNJ n. 125/2010. Trata-se, em linhas gerais, de projetos voltados à gestão eficiente da política e à prestação do serviço judiciário de modo contínuo e impessoal. Atualmente, as atividades da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania são realizadas cumulativamente com as atividades do próprio Gabinete do Conselheiro.

Na gestão da Comissão, entre outras atividades, organizei a 7ª edição do Prêmio *Conciliar é Legal* e a Semana Nacional de Conciliação; fomentei a constituição de Grupo de Trabalho para o monitoramento da

5



Recomendação Conjunta CNJ/AGU/MTPS n. 1/2015, que estabelece procedimentos uniformes para as ações judiciais que envolvem concessão de benefícios previdenciários por incapacidade; e estimei debates sobre questões relevantes para o acompanhamento e o aprimoramento da política.

Ainda no âmbito da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania, tenho dedicado especial atenção à qualidade da capacitação dos atores envolvidos nos processos autocompositivos.

Vinculado a isso, coordeno, ainda, o Comitê Gestor da Conciliação, instituído com o propósito de dar continuidade ao projeto de divulgação e incentivo à solução de conflitos, bem como para organizar e implantar ações direcionadas ao desenvolvimento da política.

O conhecimento técnico e a prática relacionada ao planejamento e à gestão da política pública pertinente à solução consensual de conflitos no âmbito do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, da qual fui Coordenadora, assim como a atividade gerencial desenvolvida em vários cargos e funções na Justiça Federal de primeira instância - em especial no Programa de Qualidade Total (ISO 9000) do Fórum Federal de Santos, quando fui sua Diretora - e no referido Tribunal, ao longo da minha vida profissional, somados à experiência adquirida ao longo do mandato exercido no Conselho Nacional de Justiça, capacitam-me para o exercício do mandato de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, no biênio 2017-2019, para o qual fui eleita no dia 26 de abril deste ano, consoante o Edital n. 5, publicado no Diário Eletrônico de 28/4/2017, edição n. 2191.

São Paulo, 3 de maio de 2017.

  
DALDICE MARIA SANTANA DE ALMEIDA







# SENADO FEDERAL

## OFÍCIO "S" Nº 41, DE 2017

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, incisos VI e VII, da Constituição Federal, a indicação do Juiz Federal FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS, para compor o Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

**AUTORIA:** Superior Tribunal de Justiça

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)



OFS 41/17

00100.065663/2017-06



# Superior Tribunal de Justiça

Ofício n. 414 /GP

Brasília, 26 de abril de 2017.

C 1111 2017

A Sua Excelência o Senhor  
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA  
Presidente do Senado Federal  
Brasília – DF

Assunto: Lista CNJ

Senhor Presidente,

Encaminho à elevada consideração de Vossa Excelência lista com os candidatos escolhidos pelo Plenário desta Corte na sessão desta data, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CF, arts. 103-B, incisos VI e VII), no biênio 2017-2019:

Informo, ainda, que a documentação de que trata a Resolução n. 7 de 2005 do Senado será remetida a essa Casa diretamente pelos indicados.

a) Conselho Nacional de Justiça:

1 - Juiz de Tribunal Regional Federal
• Juíza Daldice Maria Santana de Almeida (TRF da 3ª Região)
2 - Juiz Federal
• Juiz Federal Fernando Cesar Baptista de Mattos (Seção Judiciária/ES)

Respeitosamente,

*Laurita Vaz*  
Ministra Laurita Vaz  
Presidente

Recebido em 10/05/17  
Hora: 8:30  
*Juliana Soares Amorim*  
Matrícula: 302809 SLSF/SGM

Presidência do Senado Federal

Recebi o Original

Em: 08/05/17 Hs 9:52  
*Juliana*





*Curriculum Vitae***FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS**

Nome Fernando Cesar Baptista de Mattos.

**1. Qualificação:**

CPF 07144780751  
Sexo Masculino  
Data de nascimento 27.12.1973.  
Nacionalidade Brasileira  
Naturalidade São Paulo – SP.  
Filiação Luiza Thereza Baptista de Mattos  
Norton Esteves Pereira de Mattos

**2. Contato:**

E-mail fmattos@jfes.jus.br  
Telefones (027) 3183-5260/ (027) 99272-8111

**3. Atuação profissional atual:**

Juiz Federal Titular da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória – ES (2005 até hoje).  
Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito de Vitória – FDV.  
Membro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (biênio 2015/2017).

**4. Atuação profissional anterior:****4.1. Justiça Federal da 2ª Região:**

Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo (biênios 2011/2013 e 2013/2015)  
Juiz Federal Titular da 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes (2004/2005).  
Juiz Federal Substituto perante a 1ª, 3ª, 10ª, 17ª, 24ª Varas Federais Cíveis da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro, Vara Federal da Subseção de Resende e 1ª e 2ª Vara Federais da Subseção Judiciária de Petrópolis (2000/2004).  
Juiz Federal convocado para prestar auxílio ao TRF da 2ª Região (dezembro de 2010 a abril de 2011).  
Juiz Federal convocado para compor quórum do TRF da 2ª Região (julho de 2011).  
Juiz Federal designado para prestar auxílio à Turma Recursal da Seção Judiciária do Espírito Santo (julho a dezembro de 2010).



*Curriculum Vitae***FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS****4.2. Conselho da Justiça Federal.**

Assento no plenário, com direito a voz (Lei 11.798/08).

Membro da Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais (junho de 2008 a junho de 2010).

Membro do Conselho das Escolas da Magistratura Federal (junho de 2008 a junho de 2010).

**4.3. Conselho Nacional de Justiça.**

Membro do CNJ na vaga destinada aos juízes federais de primeiro grau (biênio 2015-2017), período em que integrou as seguintes Comissões: (a) Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas; (b) Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania; (c) Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento; (d) Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura; (e) Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar. Designado também para (a) compor o grupo de trabalho instituído para o desenvolvimento de estudos sobre o alcance das modificações constantes do novo Código de Processo Civil, (b) representar o CNJ perante a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), (c) a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP), (d) presidir o Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário e (e) integrar o Comitê Gestor da Conciliação.

Juiz Federal auxiliar do Conselho Nacional de Justiça, no período da presidência do Ministro Ayres Britto, quando exerceu ainda as funções de Secretário-Geral Adjunto e de Coordenador do Comitê do Fórum Nacional da Saúde.

**4.4. Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo.**

Membro suplente, na classe dos Juizes Federais, do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo (2011/2015)

**4.5. Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.**

Procurador da Fazenda Nacional, no período de maio de 1998 a dezembro de 1999, tendo exercido suas funções na cidade de São Paulo.

**4.6. Comissão de Valores Mobiliários.**

*Curriculum Vitae***FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS**

Advogado da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, no período de dezembro de 1997 a maio de 1998.

**4.7. Gabinete Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro.**

Assistente e, posteriormente, assessor jurídico lotado na Assessoria de Assuntos Legislativos da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos do Gabinete Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no período de março de 1995 a dezembro de 1997.

**5. Formação acadêmica.**

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ (1992 a 1996).

Mestre em Direito Público pela Faculdade de Direito da UERJ (2003).

Colégio de São Bento (1981/1991).

**6. Aprovações em concursos públicos.**

Concurso Público de provas para provimento do cargo de advogado da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (1997).

Concurso Público de provas e de títulos para provimento do cargo de procurador da fazenda nacional de 2ª categoria (1998).

Concurso público de provas e de títulos para provimento do cargo de juiz federal substituto da 2ª Região (VI Concurso – 1999).

**7. Associações de classe.**

Diretor Coordenador de Comissões da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE (biênio 2004-2006).

Vice-Presidente da 2ª Região da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE (biênio 2006-2008).

Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE (biênio 2008-2010).

**8. Publicações:**

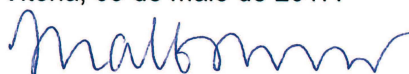
MATTOS, F. C. B. ; Mattos, Eloá Alves Ferreira de . Os sujeitos da obrigação tributária. In: Gomes, Marcus Lívio e Antonelli, Leonardo Pietro. (Org.). Curso de Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Quartier Latin, 2005, v. 1, p. -.



*Curriculum Vitae***FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS**

MATTOS, F. C. B. . - A Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores, Créditos e Direitos de Natureza Financeira CPMF, e EC nº 42/03 e a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: Rosa, Eugênio. (Org.). A Reforma Tributária da Emenda Constitucional nº42/2003 Aspectos Polêmicos e Controvertidos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, v. , p. -.

Vitória, 09 de maio de 2017.



**FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS**





## DECLARAÇÃO

FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS, brasileiro, divorciado, Juiz Federal, indicado para o cargo de membro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Art. 383, I, b, 1 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução n. 41 de 2013, que:

☐ não possui parentes consanguíneos ou afins, vinculados à estrutura do Poder Judiciário.

☒ os seguintes parentes que exercem ou exerceram atividades vinculadas a sua atividade profissional:

1. Luiz Norton Baptista de Mattos – Juiz Federal Titular da 7ª Vara Federal da Subseção Judiciária do Rio de Janeiro – 1997 até hoje.

Brasília, de de .

  
FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS




## DECLARAÇÃO

FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS, brasileiro, divorciado, Juiz Federal, indicado para o cargo de membro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Art. 383, I, b, 2 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução n. 41 de 2013, que:

- ☒ não exerce cargo ou atividade como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não-governamentais.
- ☐ que participa/ participou como sócio/gerente/proprietário da
- NOME DA EMPRESA, CITAR PERÍODOS.

Brasília, de de .



FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS



## DECLARAÇÃO

FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS, brasileiro, divorciado, Juiz Federal, indicado para o cargo de membro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Art. 383, I, b, 3 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução n. 41 de 2013, a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, **conforme documentação anexa.**

Brasília, de de .



FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS

Conforme o §2º do inciso II do art. 1º do Ato nº 1-2007 da CCJ, esta declaração deverá ser acompanhada de documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.



**Prefeitura Municipal de Vitória**

Secretaria de Fazenda

**Certidão Negativa de Débitos**

Emissão : 09/05/2017 - 17:59h

CPF.....: **07144780751**RAZÃO SOCIAL/NOME: **FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS****OBSERVAÇÕES**

Documento válido até o dia 08/07/2017 e abrange apenas a pessoa física ou jurídica identificada. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar dívidas conhecidas e as apuradas após a emissão deste documento.

De acordo com a Portaria 19/2001 de 22/09/2001 da Secretaria de Fazenda de Vitória - ES , a emissão deste documento **NÃO PODERÁ SER COBRADA**.

Emitido em **09/05/2017 às 18:00** pelo **AGENTE INTERNET**

Para validar este documento, favor acessar o seguinte endereço:

**<http://www.vitoria.es.gov.br>**, "Serviços", opção "Autenticidade de documentos/ Certidão de Débitos".

Entre com a chave:

**865f4811-0e2f-4880-9068-4a843cfe82e2**

Ou realize a busca pela Inscrição Fiscal, CNPJ ou CPF.





[http://internet.sefaz.es.gov.br/agenciavirtual/area\\_publica/cnd/impre...](http://internet.sefaz.es.gov.br/agenciavirtual/area_publica/cnd/impre...)



Estado do Espírito Santo  
Secretaria de Estado da Fazenda

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão Nº 2017240351

Identificação do Requerente: CPF Nº 071.447.807-51

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Física acima especificado, ficando ressalvada à; Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **09/05/2017**, válida até **07/08/2017**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **[www.sefaz.es.gov.br](http://www.sefaz.es.gov.br)** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 09 de Maio de 2017.

Autenticação eletrônica: **0E3E2.9A0D.0FD3F**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS**  
**CPF: 071.447.807-51**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

Emitida às 18:59:03 do dia 09/05/2017 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/11/2017.

Código de controle da certidão: **9058.E690.1CFD.6AA5**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

### **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS

CPF: 071.447.807-51

Certidão nº: 128563836/2017

Expedição: 09/05/2017, às 18:04:47

Validade: 04/11/2017 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS**, inscrito(a) no CPF sob o nº **071.447.807-51**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

#### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)





2017-5-9

Emissão de Certidão Negativa



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

R. Des. Homero Mafra, 60 Enseada do Suá, Vitória - ES | CEP: 29.050-275 | Tel: (27) 3334-2000.

**CERTIDÃO NEGATIVA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA  
NATUREZA DE EXECUÇÕES FISCAIS****Dados da Certidão****Nome:** FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS**Data de Nascimento:** - NÃO INFORMADO -**CPF:** 071.447.807-51**Nome do Pai:** - NÃO INFORMADO -**Nome da Mãe:** - NÃO INFORMADO -**Data de Expedição:** 09/05/2017 18:06:44**Validade:** 30 DIAS**Nº da Certidão:** \* 2015771450 \***Estado Civil:** - NÃO INFORMADO -**Nacionalidade:** - NÃO INFORMADA -**RG com órgão expedidor:** - NÃO INFORMADO -**Título de Eleitor:** - NÃO INFORMADA -**Carteira Profissional:** - NÃO INFORMADO -**Profissão:** - NÃO INFORMADA -**-- ENDEREÇO --****Município:** - NÃO INFORMADO -**Bairro:** - NÃO INFORMADO -**Logradouro:** - NÃO INFORMADO -**Número:** - NÃO INFORMADO -**Complemento:** - NÃO INFORMADO -**CEP:** - NÃO INFORMADO -**-- CONTATO --****Email:** - NÃO INFORMADO -**Telefone Fixo:** - NÃO INFORMADO -**Telefone Celular:** - NÃO INFORMADO -

**CERTIFICA** que, consultando a base de dados do Sistema de Gerenciamento de Processos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (E-Jud, SIEP, PROJUDI e PJe) até a presente data e hora, **NADA CONSTA** contra o solicitante.

**Observações**

- Certidão expedida gratuitamente através da Internet;
- Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- O prazo de validade desta certidão é de 30 (trinta) dias, contados da data da expedição, conforme disposto no art. 352 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - [www.tjes.jus.br](http://www.tjes.jus.br) -, utilizando o número da certidão acima identificado;
- Em relação as comarcas da entrância especial (Vitória/Vila Velha/Cariacica/Serra/Viana), as ações de: execução fiscal estadual, falência e recuperação judicial, e auditoria militar, tramitam, apenas, no juízo de Vitória;
- As ações de natureza cível abrangem inclusive aquelas que tramitam nas varas de Órfãos e Sucessões (Tutela, Curatela, Interdição,...), Execução Fiscal e Execução Patrimonial (observado o item e);
- As ações de natureza criminal abrangem, dentre outras: as de execução penal e de auditoria militar e de juizados especiais criminais;
- As matérias atinentes as varas de família e infância e juventude são objeto de certidão específica;
- A base de dados do sistema de gerenciamento processual (E-Jud, SIEP, PROJUDI, PJe e Segunda Instância) contém o registro de todos os processos distribuídos no Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, exceto os processos eletrônicos registrados no E-Procees, em funcionamento nos juizados especiais cíveis da comarca de Vila Velha.



2017-5-9

Certidões Internet



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO**  
**AÇÕES E EXECUÇÕES**  
**CÍVEIS, CRIMINAIS, EXECUÇÕES FISCAIS E JUIZADOS ESPECIAIS**

Nº da Certidão 2017.00049548

**CERTIFICAMOS** que, em pesquisa nos registros eletrônicos armazenados no Sistema de Acompanhamento e Informações Processuais, a partir de 25/04/1967, até a presente data, exclusivamente na Seção Judiciária do Espírito Santo, com sede na Cidade de Vitória, **que contra:**

**FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS**, ou vinculado ao **CPF: 071.447.807-51**,

**NADA CONSTA**, na Seção Judiciária do Espírito Santo.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente pela Internet, com base na Resolução nº TRF2-RSP-2014/00033, de 30/12/2014;
- b) A informação do Nº do CPF/CNPJ acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Espírito Santo (<http://www.jfes.jus.br>);
- d) A autenticidade poderá ser efetivada, no máximo, em até 90 (noventa) dias após a expedição.
- e) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que seu titular ou seu eventual espólio figure como parte.

Vitória - ES - 09/05/2017 , às 18:08.

**Núcleo de Distribuição**

Página Inicial | Retornar à Impressão de Certidão | Imprimir



## DECLARAÇÃO

FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS, brasileiro, divorciado, Juiz Federal, indicado para o cargo de membro do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Art. 383, I, b, 4 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução n. 41 de 2013, que:

- ☒ não existem ações judiciais, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como procedimento administrativo-disciplinar.
- ☐ existem ações judiciais, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como procedimento administrativo-disciplinar, **conforme documentação anexa:**

Brasília, de de .



FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS

Na hipótese de existirem ações judiciais, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como procedimento administrativo-disciplinar, anexar a tramitação, autuação ou documento



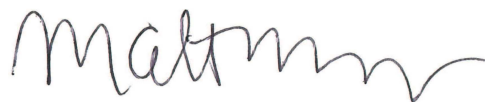
## DECLARAÇÃO

**FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS**, brasileiro, divorciado, Juiz Federal, Indicado para o cargo de membro do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Artigo 383, I, b, 5 do Regimento Interno do Senado Federal, alterado pela Resolução nº 41, de 2013, que atua/atuou nos seguintes Juízo e Tribunais:

**1ª VARA FEDERAL DE EXECUÇÃO FISCAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA/ES.**

Desde 2005 até hoje.

Vitória, 10 de maio de 2017.





## ARGUMENTAÇÃO ESCRITA

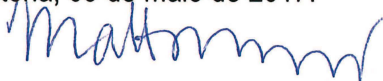
Iniciei minha trajetória profissional em março de 1995 como assistente jurídico na Subsecretaria de Assuntos Jurídico do Gabinete Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, na área responsável pelo acompanhamento do processo legislativo. Em dezembro de 1997, fui aprovado em concurso para advogado (hoje procurador) da Comissão de Valores Mobiliários, cargo exercido até maio de 1998, quando tomei posse como procurador da fazenda nacional, após aprovação em concurso público de provas e de títulos. Em janeiro de 2000, ingressei na magistratura federal da 2ª região, atuando em diversas varas federais da capital e do interior. No ano de 2001 iniciei o mestrado em Direito Público na Faculdade de Direito da UERJ, concluído em 2003, com aprovação. No mês de outubro de 2004, fui promovido a Juiz Federal Titular da 2ª Vara Federal de Campos dos Goytacazes e, a pedido, removido, em março de 2004, para a hoje 1ª Vara Federal de Execução Fiscal, onde exerço a jurisdição até o momento. Após integrar duas Diretorias da AJUFE (2004/2006 e 2006/2008) fui eleito presidente da entidade (biênio 2008/2010), período em que tive assento com direito a voz no Conselho da Justiça Federal, integrando, ainda, a Comissão Permanente dos Juizados Especiais Federais o Conselho das Escolas da Magistratura Federal. Retornando em junho de 2010 à Justiça Federal do Espírito Santo, auxiliei a Turma Recursal dos Juizados Especiais desta seccional, sendo ainda convocado pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região para auxiliar o gabinete do Desembargador José Neves Neto (dezembro de 2010 a abril de 2011). No mês de abril de 2011, fui designado Diretor do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo (DIRFO – ES) e membro suplente do TRE capixaba. No ano de 2012 fui convocado para prestar auxílio ao Conselho Nacional de Justiça (presidência do Ministro Ayres Britto), quando exerci ainda as funções de Secretário-Geral Adjunto e de Coordenador do Comitê do Fórum Nacional da Saúde. Por fim, no final de 2012, retornei novamente ao Espírito Santo, sendo reconduzido pelo TRF da 2ª Região, para um novo mandato no TRE/ES e na DIRFO/ES, este último concluído no dia 07 de abril passado. Retomando a atividade acadêmica, em 2013, fui contratado como professor de direito administrativo da Faculdade de Direito de Vitória. Em seguida, no ano de 2015 fui indicado pelo Superior Tribunal de Justiça para compor o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada aos juízes federais de primeiro grau. Após sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aprovação pelo Plenário do Senado Federal, fui nomeado pela Presidência da República, tomado posse e entrado em exercício. No Conselho Nacional de Justiça integrei as Comissões: (a) Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas; (b) Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania; (c) Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento; (d) Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura; (e) Comissão





Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar. Fui, ainda, designado para (a) compor o grupo de trabalho instituído para o desenvolvimento de estudos sobre o alcance das modificações constantes do novo Código de Processo Civil, (b) representar o CNJ perante a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), (c) a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP), (d) presidir o Comitê Gestor do Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário e (e) integrar o Comitê Gestor da Conciliação.

Vitória, 09 de maio de 2017.



**FERNANDO CESAR BAPTISTA DE MATTOS**





## SENADO FEDERAL

### OFÍCIO "S" Nº 42, DE 2017

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Juiz LUCIANO NUNES MAIA FREIRE, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP.

**AUTORIA:** Superior Tribunal de Justiça

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do ofício](#)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)



50.03.01.01

00100-072905/2017-18  
mud

OFS 42/17

*Superior Tribunal de Justiça*

Ofício n. 440 /GP

Brasília, 11 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA  
Presidente do Senado Federal  
Brasília – DF

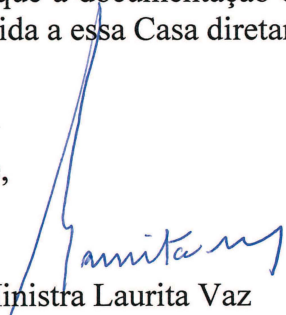
Assunto: Vaga do CNMP

Senhor Presidente,

Encaminho à elevada consideração de Vossa Excelência o nome do candidato escolhido pelo Plenário desta Corte na sessão do dia 10 último, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CF, arts. 130-A, inciso IV), no biênio 2017-2019: Juiz Luciano Nunes Maia Freire, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Informo, ainda, que a documentação de que trata a Resolução n. 7 de 2005 do Senado será remetida a essa Casa diretamente pelo indicado.

Respeitosamente,

  
Ministra Laurita Vaz  
Presidente

# *CURRICULUM VITAE*

LUCIANO NUNES MAIA FREIRE

Magistrado indicado ao CNMP pelo STJ

MAIO DE 2017



**1. DADOS PESSOAIS:**

Nome: LUCIANO NUNES MAIA FREIRE

Filiação: Mônica Maria Nunes Maia e Edgar Rabelo Freire

Nascimento: 18/06/1982

Naturalidade: Fortaleza/Ceará

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Magistrado

Estado Civil: Casado

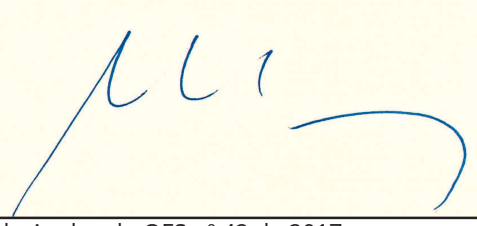
Cônjuge: Roberta Ponte Marques Maia, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

**2. FORMAÇÃO ACADÊMICA:****2.1. Graduação, Pós-Graduação e Extensão Universitária:**

-Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR (Turma 2004.2);

-Pós-Graduado *lato sensu* em Direito Processual pela Universidade da Amazônia – UNAMA – Belém/Pará (2008);

-Curso de Extensão Universitária em Integração de Competências no Desempenho da Atividade Judiciária com Usuários e Dependentes de





Drogas, pela Universidade de São Paulo – USP, com carga horária de 120h (2013);

-Curso de Extensão Universitária em Direito Penal, promovido pelo Centro de Treinamento Integrado do Fórum Clóvis Beviláqua, com carga horária de 150h, Fortaleza/CE (2004);

-Curso de Extensão Universitária em Processo Civil, pela Fundação Escola Superior de Advocacia do Ceará - FESAC, com carga horária de 129h, Fortaleza/CE (2004).

## **2.2. Cursos complementares promovidos/credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM:**

-Curso "GESTÃO CARTORÁRIA", promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS – ENFAM, concluído em 16/12/2014 (carga horária: 40h);

-Curso "VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM ÊNFASE NO ABUSO SEXUAL", promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS – ENFAM, concluído em 17/03/2014 (carga horária: 40h);

-Curso "ASPECTOS PRÁTICOS E RELEVANTES DO DIREITO PREVINDENCIÁRIO", promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS – ENFAM, concluído em 17/03/2014 (carga horária: 40h);

2



-Curso "TEORIA E PRÁTICA – TRIBUNAL DO JÚRI", promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS – ENFAM, concluído em 08/12/2013 (carga horária: 40h);

-Curso "TEORIA E PRÁTICA – EXECUÇÃO PENAL", promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS – ENFAM, concluído em 03/12/2013 (carga horária: 40h);

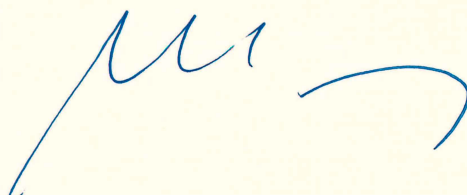
-Curso "O JUIZ E O SERVIÇO EXTRAJUDICIAL", promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS – ENFAM, concluído em 13/11/2013 (carga horária: 60h);

-Curso "PROCESSO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA", promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS – ENFAM, concluído em 13/07/2013 (carga horária: 40h);

-Curso "FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES EM MEDIAÇÃO E TÉCNICAS AUTOCOMPOSITIVAS", promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS – ENFAM, concluído em 02/08/2013 (carga horária: 30h);

-Curso "APERFEIÇOAMENTO PARA MAGISTRADOS EM DIREITO ELEITORAL", promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS – ENFAM, concluído em 27/04/2012 (carga horária: 20h);

-Curso "ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA", promovido pela ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS – ENFAM, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, concluído em 05/12/2011 (carga horária: 20h);



3





-Curso "A FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO", promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC, em parceria com o *Instituto Jurisdictio*, concluído em 30/09/2011 (carga horária: 20h);

-Curso "SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL E EXECUÇÃO PENAL BRASILEIRO: PERSPECTIVAS RELEGITIMADORAS", promovido pela Escola da Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC, concluído em 22/03/2011;

-Curso "TÉCNICA DE SENTENÇA CÍVEL E CRIMINAL", promovido pela Escola da Magistratura do Distrito Federal e Associação dos Magistrados do Distrito Federal, concluído em 07/12/2007 (carga horária: 40h).

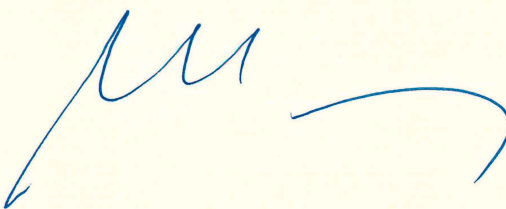
### 2.3. Publicações Jurídicas e Seminários:

-Das medidas cautelares inominadas para atribuir efeito suspensivo a recurso especial e extraordinário, trabalho publicado no III Encontro de Iniciação à Docência da Universidade de Fortaleza, 2003;

-Publicação de decisão na obra: *Liminares: coletânea de decisões nas áreas cível e criminal*. Fortaleza: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 2012. (Série Direito Vivo - Volume 1);

-Publicação de sentenças na obra: *Sentenças: coletânea de decisões cíveis e criminais*. Fortaleza: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, 2014. (Série Direito Vivo - Volume 2);

-VI CICLO DE DEBATES – ELEIÇÕES 2012, realizado pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará - TRE/CE, concluído em 18/06/2012 (carga horária: 10h);



4



-I Encontro de Magistrados da Justiça Eleitoral do Ceará, organizado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – TRE/CE, em 02/12/2011 (carga horária: 05h);

-III Encontro da Magistratura Cearense – Direitos Humanos, Democracia e Justiça, na cidade de Fortaleza/CE (2011).

### **3. ATIVIDADES PROFISSIONAIS:**

#### **3.1. Atuação Profissional Presente:**

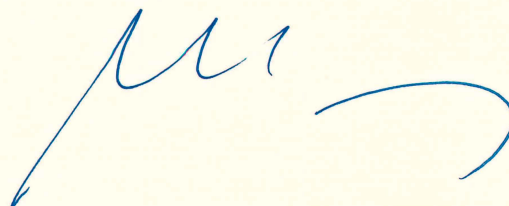
-Juiz de Direito de Entrância Final do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Titular do 23º Juizado Auxiliar da Capital, atualmente em exercício na 1ª Vara Privativa de Crimes de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza, desde fevereiro de 2017;

-Membro do Núcleo Permanente de Juízes Criminais e Grupo de Descongestionamento do Interior, indicado pela atual gestão da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (a partir de fevereiro de 2017);

-Membro do Núcleo Permanente de Juízes da Área Criminal da Comarca de Fortaleza, indicado pela atual gestão da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (a partir de maio de 2017).

#### **3.2. Atuação como Magistrado na Comarca de Fortaleza:**

-Juiz da 1ª e 2ª Varas Privativas dos Crimes do Tribunal do Júri da Comarca de Fortaleza (janeiro/fevereiro de 2016);



5



-Juiz da Infância e Juventude da Comarca de Fortaleza, do “Projeto Justiça Já” (março a agosto de 2016);

-Juiz da 38ª Vara Cível de Fortaleza (de setembro de 2016 a janeiro de 2017);

-Juiz da 35ª Vara Cível de Fortaleza (novembro de 2016);

-Atuação, sem prejuízo das funções e em caráter cumulativo, em mutirão de audiências da Vara de Custódia da Comarca de Fortaleza (2016);

-Juiz da 1ª Vara Privativa de Crimes de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza (de fevereiro de 2017 até a presente data).

### 3.3. Atuação como Magistrado em Comarcas do Interior:

-Juiz Substituto de Entrância Inicial, assumindo inicialmente as funções na Comarca de Varjota, no mês de setembro do ano de 2009, tendo permanecido até o mês de dezembro do mesmo ano;

-Juiz Titular de Entrância Inicial da Comarca de Reriutaba, de janeiro de 2010 a novembro de 2011;

-Promovido, pelo critério de merecimento, para o cargo de Juiz de Direito Auxiliar da 9ª Zona Judiciária do Estado do Ceará, de Entrância Intermediária, sediada na Comarca de Crateús, havendo atuado de novembro de 2011 a fevereiro de 2012;

-Removido, a pedido, pelo critério de merecimento, para o cargo de Juiz de Direito Titular da 3ª Vara da Comarca de Tauá, de Entrância Intermediária, atuando de fevereiro de 2012 a agosto de 2015;

6

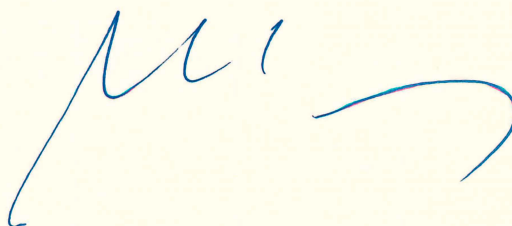




-Removido, a pedido, pelo critério de merecimento, para o cargo de Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Aracati, de Entrância Intermediária, atuando, como titular da unidade, de setembro a novembro de 2015, tendo sido promovido, posteriormente, pelo critério de merecimento, para o cargo de Juiz de Direito Auxiliar da Comarca de Fortaleza (Entrância Final), havendo assumido a jurisdição da Comarca da Capital em dezembro de 2015.

**3.4. Atuação, em respondência jurisdicional cumulativa com a titularidade, em Comarcas do Interior do Estado:**

-Respondência, cumulativamente com a titularidade, pelas seguintes Comarcas: Vara Única da Comarca de Tamboril; 1ª e 2ª Vara da Comarca de Nova Russas; Vara Única da Comarca de Poranga; Vara Única da Comarca de Quiterianópolis; 1ª, 2ª e 3ª Varas da Comarca de Crateús; Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Crateús; 1ª e 2ª Varas da Comarca de Tauá; Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Tauá; Vara Única da Comarca de Independência; Vara Única da Comarca de Novo Oriente; Vara Única da Comarca de Aiuaba; 1ª e 2ª Vara da Comarca de Boa Viagem; Vara Única da Comarca de Ipueiras; Vara Única da Comarca de Hidrolândia; Vara Única da Comarca de Monsenhor Tabosa, 1ª e 2ª Varas da Comarca de Cascavel; Vara de Família da Comarca de Caucaia; 3ª Vara Criminal da Comarca de Caucaia; Vara Única da Comarca de Pentecoste e vinculadas de General Sampaio e Apuiarés.



7



### **3.5. Atuação em Grupos Jurisdicionais instituídos pela Presidência do Tribunal de Justiça:**

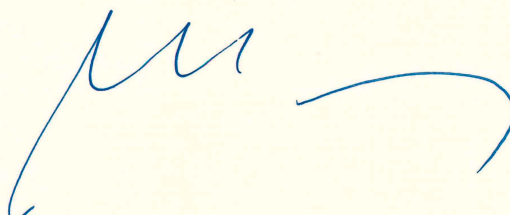
-Atuação, em acúmulo de funções judicantes, no Grupo de Auxílio para Cumprimento da Meta nº 18, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, instituído pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, havendo recebido voto de louvor do Órgão Especial e da Quarta Câmara Cível, daquela Corte, pela excelência e efetividade na prestação jurisdicional realizada no julgamento das ações de improbidade administrativa (2013/2014);

-Desempenho da jurisdição, igualmente sem prejuízo das funções, no Grupo de Auxílio para Cumprimento da Meta nº 04, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, instituído pela Presidência do Tribunal de Justiça, cujo objetivo fora o julgamento de ações de improbidade administrativa e de crimes contra a Administração Pública, tendo recebido os mesmos encômios daquele Solalício (2015/2016);

-Participação em mutirões jurisdicionais promovidos pela Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) em Comarcas do Interior do Estado: Crateús, Senador Pompeu e Acopiara (2015/2016).

### **3.6. Desempenho das funções na Justiça Eleitoral:**

- Juiz Auxiliar da Presidência do egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – TRE/CE, havendo recebido elogio público da Presidência daquela Corte, em sessão plenária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, pela dedicação, profissionalismo, zelo e excelência no exercício das funções de



8



assessoramento, inclusive, com deliberação de registro em assentamentos funcionais (2013);

-Juiz Eleitoral das seguintes Zonas Eleitorais do Interior do Ceará: 19ª, 20ª, 39ª, 40ª, 50ª, 63ª, 79ª, 89ª, 99ª e 101ª;

-Juiz Presidente de Junta Eleitoral das seguintes eleições: I) ano de 2010 (Municípios de Reriutaba e Varjota); II) ano de 2012 (Municípios de Mulungu e Aratuba); III) ano de 2014 (Município de Tauá); e IV) ano de 2016 (Municípios de Pentecoste, General Sampaio e Apuiarés).

### 3.7. Outras atuações profissionais:

-Professor Universitário da Disciplina Teoria Geral do Processo, da Faculdade de Direito do Vale do Jaguaribe (FVJ), em Aracati/CE (2015);

-Advogado militante, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Ceará (OAB/CE), de abril de 2005 a agosto de 2009, tendo atuado principalmente na Justiça Federal e Estadual;

-Professor de curso preparatório para concursos públicos, da Rede de Ensino Tony, havendo lecionado a disciplina Direito Constitucional (2006);

-Monitor Bolsista de Direito Constitucional do Programa de Monitoria Institucional da Universidade de Fortaleza (2003/2004);

-Estagiário do Departamento Jurídico da Caixa Econômica Federal, na cidade de Fortaleza/CE (2003).





**4. Outras informações revelantes:**

-Agraciado com a medalha HONRA AO MÉRITO JURISDICIONAL, pela singular produtividade nos julgamentos e pela excelência na prestação jurisdicional, honraria outorgada pela douta Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (2016);

-Juiz de Cooperação Judiciária da Justiça Eleitoral do Estado do Ceará, indicado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – TRE/CE (2013);

-Cidadão honorário dos municípios de Tauá e Varjota, ambos do Estado do Ceará.

Brasília-DF, 17 de maio de 2017.



**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**

Magistrado indicado ao CNMP pelo STJ





## DECLARAÇÃO

**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**, brasileiro, casado, Juiz de Direito de Entrância Final do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, indicado para o cargo de CONSELHEIRO DO CNMP, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo Art. 5º, IV, da Resolução n. 7/05, que:

- Não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.

Brasília, 17 de maio de 2017.

  
**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**  
**JUIZ DE DIREITO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP**



## DECLARAÇÃO

**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**, brasileiro, casado, Juiz de Direito de Entrância Final do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, indicado para o cargo de CONSELHEIRO DO CNMP, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 1 do Regimento Interno e pelo art. 5º, I, da RSF 7/05, que:

- Possui os seguintes parentes vinculados à sua atividade profissional:

1. Roberta Ponte Marques Maia, esposa, Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Ceará, desde 2009;
2. Napoleão Nunes Maia Filho, parente em terceiro grau na linha colateral, Ministro do STJ, desde 2007;

- Observação: como sou Magistrado de Carreira, aprovado em concurso público de provas e títulos, portanto, ocupante de cargo de provimento efetivo, enquadro-me na exceção do disposto na redação final do inciso II, do art. 5º, da referida resolução senatorial, de sorte que os aludidos parentescos não geram qualquer impedimento à indicação e ao exercício da função de Conselheiro do CNMP.

Brasília, 17 de maio de 2017.

  
**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**  
**JUIZ DE DIREITO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP**

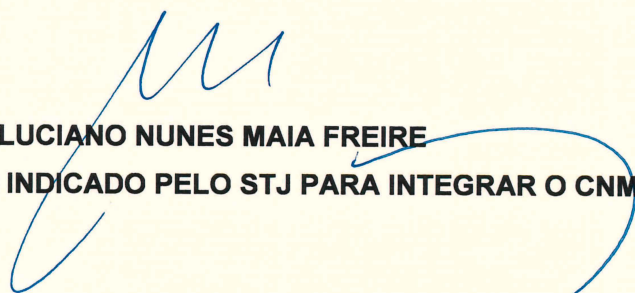


## DECLARAÇÃO

**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**, brasileiro, casado, Juiz de Direito de Entrância Final do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, indicado para o cargo de CONSELHEIRO DO CNMP, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 2 do Regimento Interno, que:

- Não participou, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Brasília, 17 de maio de 2017.

  
**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**  
**JUIZ DE DIREITO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP**



## DECLARAÇÃO

**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**, brasileiro, casado, Juiz de Direito de Entrância Final do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, indicado para o cargo de CONSELHEIRO DO CNMP, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 3 do Regimento Interno, a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, conforme documentação anexa.

Brasília, 17 de maio de 2017.

  
**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**  
**JUIZ DE DIREITO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP**







**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**  
**CPF: 928.275.433-20**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.  
Emitida às 15:32:00 do dia 17/05/2017 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 13/11/2017.

Código de controle da certidão: **F4AD.CF72.DB78.F8E7**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Procuradoria Geral do Estado**

**Certidão Negativa de Débitos Estaduais  
Nº 201702606443**

**Emitida para os efeitos da Instrução Normativa Nº 13 de 02/03/2001**

<b>IDENTIFICAÇÃO DO(A) REQUERENTE</b>
<b>Inscrição Estadual:</b> *****
<b>CNPJ / CPF:</b> 928275433-20
<b>RAZÃO SOCIAL:</b> *****

**Ressalvado o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para fins de direito, que revendo os registros do Cadastro de Inadimplentes da Fazenda Pública Estadual - CADINE, verificou-se nada existir em nome do(a) requerente acima identificado(a) até a presente data e horário, e, para constar, foi emitida esta certidão.**

**EMITIDA VIA INTERNET EM 17/05/17 ÀS 15:35:40  
VÁLIDA ATÉ 16/07/2017**

**A autenticidade deste documento deverá ser comprovada via Internet, no endereço [www.sefaz.ce.gov.br](http://www.sefaz.ce.gov.br)**



**Prefeitura de  
Fortaleza****SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS - SEFIN****CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS****Certidão Nº 2017/125985****CPF/CNPJ: 928.275.433-20****Contribuinte: LUCIANO NUNES MAIA FREIRE****Endereço: Av RUI BARBOSA 475 1902****MEIRELES****Tipo de Imóvel: Residencial****Inscrição ISS: \*\*\*\*\*****Inscrição IPTU: 727858-6****Localização Cartográfica: 09 0053 0171 0038****Testada Principal (m): 60,00****Área do Terreno (m²): 3737,71****Área Privativa (m²): 231,96****Área Comum (m²): 182,06**

Certificamos, para os devidos fins, que **o(a) requerente** acima qualificado(a) está **quite com os tributos municipais até a presente data**, ressalvado porém, à Secretaria de Finanças, caso se constatar futuramente a legitimidade de qualquer tributo que venha a gravar **a pessoa ou o imóvel**, o direito de cobrar o débito na forma da legislação em vigor.

Fortaleza, **17 de maio de 2017 ( 15:41:51 )**

Certidão expedida gratuitamente com base nos artigos 534 a 563 do Regulamento do Código Tributário Municipal, aprovado pelo Decreto nº 13.716/2015.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no site da SEFIN ([www.sefin.fortaleza.ce.gov.br](http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br)).

Validade: **90 dias**.

**CERTIDÃO EMITIDA VIA INTERNET**  
**<http://www.sefin.fortaleza.ce.gov.br>**





## DECLARAÇÃO

**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**, brasileiro, casado, Juiz de Direito de Entrância Final do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, indicado para o cargo de CONSELHEIRO DO CNMP, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 4 do Regimento Interno e art. 5º, III, da Resolução n. 7/05, que:

- Não existem ações judiciais, seja como autor ou réu, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como procedimento administrativo-disciplinar.

Brasília, 17 de maio de 2017.

  
**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**  
**JUIZ DE DIREITO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP**



# DECLARAÇÃO

**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**, brasileiro, casado, Juiz de Direito de Entrância Final do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, indicado para o cargo de CONSELHEIRO DO CNMP, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 5 do Regimento Interno, que:

Atuou nos seguintes juízos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará:

1ª, 2ª e 3ª Varas da Comarca de Crateús;

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Crateús;

1ª, 2ª e 3ª Varas da Comarca de Tauá;

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Tauá;

1ª e 2ª Varas da Comarca de Boa Viagem;

1ª e 2ª Varas da Comarca de Nova Russas;

Vara Única da Comarca de Ipueiras;

Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Aracati;

1ª e 2ª Varas da Comarca de Cascavel;

Vara de Família da Comarca de Caucaia;

Vara de Tráfico de Drogas da Comarca de Caucaia;

Vara Única da Comarca de Pentecoste;

1ª e 2ª Varas do Tribunal do Júri da Comarca de Fortaleza;

Vara de Audiência de Custódia da Comarca de Fortaleza;

5ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Fortaleza, do Projeto “Justiça Já”;

38ª e 35ª Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza;

1ª Vara de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza.

Brasília, 17 de maio de 2017.

**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**

**JUIZ DE DIREITO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP**



## DECLARAÇÃO

**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**, brasileiro, casado, Juiz de Direito de Entrância Final do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, indicado para o cargo de CONSELHEIRO DO CNMP, declara, perante o Senado Federal, para os fins determinados pelo art. 383, I, b, 5 do Regimento Interno, que:

- Não atuou, nos últimos 5 (cinco) anos, em conselhos de administração de empresas estatais ou cargos de direção de agências reguladoras.

Brasília, 17 de maio de 2017.

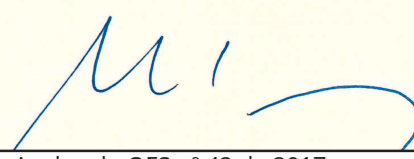
  
**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**  
**JUIZ DE DIREITO INDICADO PELO STJ PARA INTEGRAR O CNMP**



Excelentíssimo Senhor Senador Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal:

*Exposição sucinta no sentido de que o Magistrado signatário é possuidor de experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro do CNMP, em conformidade com o que preconiza o disposto no art. 383, inciso I, alínea "c", do Regimento Interno, do Senado Federal.*

**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**, Juiz de Direito de Entrância Final do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, **indicado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça para a função de Conselheiro do CNMP** – Conselho Nacional do Ministério Público, nos termos do art. 130-A, da Constituição da República, em sessão do Pleno ocorrida no dia 10 de maio de 2017, com o devido respeito e acatamento, tenho a honra de apresentar aos excelentíssimos senhores Senadores da República, **argumentação escrita, de forma sucinta, no sentido de que este signatário é possuidor de experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para**





**o exercício do cargo de Conselheiro do CNMP, em conformidade com o que preconiza o disposto no art. 383, inciso I, alínea “c”, do Regimento Interno dessa Augusta Casa Legislativa:**

1. Iniciei os primeiros passos da vida forense no ano de 2003, atuando como estagiário do Departamento Jurídico da Caixa Econômica Federal, na Cidade de Fortaleza/CE, atividade exercida cumulativamente com a função de Monitor Bolsista de Direito Constitucional do Programa de Monitoria Institucional da Universidade de Fortaleza, ambas as funções desempenhadas mediante prévia aprovação em seleção pública.
2. No mês de dezembro do ano de 2004, bacharelei-me em Direito pela Universidade de Fortaleza e, logo em seguida, no mês de abril de 2005, prestei exame de ordem e obtive inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Ceará, passando a atuar ativamente na advocacia a partir de então, em escritório próprio na Cidade de Fortaleza/CE, notadamente em demandas na Justiça Federal e Estadual, até o ingresso na Magistratura, no mês de setembro de 2009, totalizando, portanto, 04 (quatro) anos e 05 (cinco) meses de ininterrupta advocacia.
3. A prática forense diária fez-me logo descobrir a verdadeira vocação pela magistratura e, após obter aprovação em concurso público de

2



provas e títulos, realizando sonho gerado nos primeiros dias de bancos acadêmicos, fui nomeado e empossado Juiz Substituto de Entrância Inicial do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assumindo as funções em setembro de 2009, encontrando-me atualmente no final da carreira da Justiça de Primeiro Grau (Entrância Final), como Juiz Titular do 23º Juizado Auxiliar da Comarca da Capital, em atuação atualmente na área criminal: 1ª Vara Privativa de Tráfico de Drogas.

4. No exercício da Magistratura, tive a honra de atuar em várias comarcas do interior (*Reriutaba, Varjota, Nova Russas, Crateús, Ipueiras, Boa Viagem, Tauá, Independência, Novo Oriente, Aiuaba, Tamboril, Aracati, Cascavel, Caucaia e Pentecoste*), conhecendo muito bem a realidade das pessoas mais humildes e os hábitos do trabalhador sertanejo, realizando inúmeras audiências de instrução bem como julgando as mais diversas ações, dentre as quais se destacam os feitos de natureza criminal, cível, previdenciária, família e sucessões, atos de improbidade administrativa e ressarcimento ao erário. Na Comarca de Fortaleza, destaco o exercício da judicatura nas seguintes unidades judiciárias: Juiz da 1ª e 2ª Varas Privativas dos Crimes do Tribunal do Júri da Comarca de Fortaleza; Juiz da Infância e Juventude da Comarca de Fortaleza, responsável pelo “Projeto Justiça Já”; Juiz da 38ª Vara Cível de Fortaleza; Juiz da 35ª Vara Cível de Fortaleza; Vara de Audiência de Custódia da Comarca de Fortaleza; e atualmente Juiz da 1ª Vara Privativa de Crimes de Tráfico de Drogas.



5. Na maioria das Comarcas do interior em que atuei, mesmo em cumulação de funções, foi possível presidir diversas seções de julgamento do Tribunal Popular do Júri, de acusados por crimes dolosos contra a vida, ações penais pelas quais os familiares das vítimas diariamente clamam por efetiva justiça.

6. Impende destacar a atuação deste signatário, em acúmulo de funções judicantes, no Grupo de Auxílio para Cumprimento da Meta nº 18, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, instituído pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, havendo recebido voto de louvor do Órgão Especial e da Quarta Câmara Cível, daquela Corte, pela excelência e efetividade na prestação jurisdicional realizada no julgamento das ações de improbidade administrativa (2013/2014); e desempenho da jurisdição, igualmente sem prejuízo das funções, no Grupo de Auxílio para Cumprimento da Meta nº 04, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, instituído pela Presidência do Tribunal de Justiça, cujo objetivo fora o julgamento de ações de improbidade administrativa e de crimes contra a Administração Pública (2015/2016), recebendo os mesmos encômios daquele Sodalício.

7. Participação em mutirões jurisdicionais promovidos pela Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) nas Comarcas de Crateús, Senador Pompeu e Acopiara (2015/2016), localizadas no alto sertão cearense.

4





8. Na seara eleitoral, exerci a função de Juiz Auxiliar da Presidência do egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – TRE/CE, havendo recebido elogio público da Presidência daquela Corte, em sessão plenária do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, pela dedicação, profissionalismo, zelo e excelência no exercício das funções de assessoramento, inclusive, com deliberação de registro em assentamentos funcionais (2013).

9. Cumpre também enfatizar a experiência deste Magistrado no exercício da jurisdição eleitoral, havendo atuado como Juiz Eleitoral de 10 (dez) Zonas Eleitorais do interior do Estado do Ceará (19ª, 20ª, 39ª, 40ª, 50ª, 63ª, 79ª, 89ª, 99ª e 101ª), assim como na função de Juiz Presidente de Junta Eleitoral, nas quatro últimas eleições ocorridas no País: I) ano de 2010 (Municípios de Reriutaba e Varjota); II) ano de 2012 (Municípios de Mulungu e Aratuba); III) ano de 2014 (Município de Tauá); e IV) ano de 2016 (Municípios de Pentecoste, General Sampaio e Apuiarés).

10. No campo acadêmico, registro, em síntese, o magistério universitário da Disciplina Teoria Geral do Processo, na Faculdade de Direito do Vale do Jaguaribe (FVJ), em Aracati/CE, a conclusão de Pós-Graduação em Direito Processual, assim como de diversos cursos de extensão universitária, dentre os quais destaco Curso de Extensão Universitária em Integração de Competências no Desempenho da Atividade Judiciária com Usuários e Dependentes de Drogas, pela Universidade de São Paulo – USP, como também

5



vários cursos promovidos/credenciados pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

11. O desempenho da jurisdição deste Magistrado resultou na recente outorga da medalha HONRA AO MÉRITO JURISDICIONAL, pela singular produtividade nos julgamentos e pela excelência na prestação jurisdicional, honraria concedida pela douta Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (2016).

12. Diante desse breve relato, com a devida vênia e costumeiro respeito, entende este Magistrado que satisfaz os requisitos constitucionais, porquanto é plenamente possuidor de experiência profissional, em razão do efetivo desempenho de quase 08 (oito) anos de Magistratura e de mais de 04 (quatro) anos de advocacia, totalizando, portanto, mais de 12 (doze) anos de carreira jurídica, além da formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Conselheiro Nacional do CNMP, cuja indicação se deu pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça.

Brasília/DF, 17 de maio de 2017.

Respeitosamente,

  
**LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**

Magistrado indicado ao CNMP pelo STJ





**SENADO FEDERAL**  
Presidência

00100.073324/2017-55

50.03.01.07

MEMO. Nº 427 /2017-PRESID-CG.

Brasília, 12 de MAIO de 2017.

A Sua Senhoria o Senhor  
**LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO**  
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

00100.072905/2017-18

Referência: Documento nº 00100.07295/2017-18.

Senhor Secretário-Geral,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Senhoria encaminho, para providências necessárias, o Ofício nº 440/GP, no qual a Ministra **LAURITA VAZ**, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, encaminha o nome do Juiz **LUCIANO NUNES MAIA FREIRE**, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público.

Atenciosamente,

  
**JUSSANAN PORTELA DOS SANTOS**  
Chefe de Gabinete

Recebido em 12/5/17  
Hora: 15:04  
Marcelo Gomes de Souza  
Matrícula: 266540 SLSF/SGM



# Projeto de Decreto Legislativo





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 107, DE 2017

Susta a Sistemática para Desinvestimentos de Ativos e Empresas do Sistema Petrobras da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

**AUTORIA:** Senador Lindbergh Farias

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)





**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2017**

(Do Sr. LINDBERGH FARIAS)

Susta a Sistemática para  
Desinvestimentos de Ativos e Empresas do  
Sistema Petrobras da Petróleo Brasileiro S.A.  
– Petrobras.



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustada a Sistemática para Desinvestimentos de Ativos e Empresas do Sistema Petrobras da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Sistemática para Desinvestimentos de Ativos e Empresas do Sistema Petrobras da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras tem sido utilizada para vendas de ativos caracterizadas por indícios significativos de falta de transparência e de adequação a normas de desestatização de empresas estatais. Essa Sistemática tem como base o Decreto nº 2.745/1998, que regulamentou o art. 67 da Lei nº 9.478/1997.

Nos termos do Acórdão nº 3166/2016 do Tribunal de Contas da União, há vício de legalidade material ante à ilegitimidade de o Decreto nº 2.745/1998 tratar de alienações, pois o art. 67 da Lei nº 9.478/1997 trata de procedimento licitatório simplificado para a aquisição de bens e serviços, não para as alienações.



Importa ressaltar, ainda, que o art. 67 da Lei nº 9.478/1997 já foi revogado pela Lei nº 13.303/2016, a qual regulamentou o § 1º do art. 173 da Constituição Federal, que determinou a criação por lei do estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços.

Entende-se, então, que a Sistemática para Desinvestimentos de Ativos e Empresas do Sistema Petrobras extrapola o poder regulamentar e os limites de delegação legislativa.

Transcreve-se, a seguir, o mencionado dispositivo constitucional:

*Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.*

*§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

*(...)*

*III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

O dever de licitar é princípio fundamental para a Administração Pública Direta e Indireta, de acordo com o art. 37 da Constituição. Não obstante essa determinação do legislador constituinte originário, a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, modificou a Carta Magna para diferenciar as normas gerais de licitação. O art. 173, § 1º, III, citado evidencia que disporá sobre licitações o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. O art. 22, XXVII, estabelece a competência



SF/17596.67507-45





privativa da União para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação no caso do art. 173, § 1º, III:

*Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:*

*(...)*

*XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)*

Entende-se que, nos termos do art. 173, § 1º, III, a União deve legislar privativamente sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. Dessa forma, uma única lei deve ser editada, não podendo outras leis especiais tratar da licitação e contratação para empresas específicas.

Adicionalmente, deve-se notar que nenhuma lei, de acordo com o comando constitucional, poderá delegar a essas entidades a possibilidade de estabelecer seus procedimentos licitatórios por meio de normas regulamentares ou regimentos internos. O disposto no art. 37, XXI, e no art. 173, § 1º, III, impõe que se reserva à lei, *stricto sensu*, o disciplinamento dos procedimentos licitatórios efetuados pela Administração Pública. Apenas o estatuto jurídico dessas empresas estatais pode dispor sobre normas de licitação e contratos de acordo com a Constituição, mesmo havendo eventual autorização legal diversa.

A criação, na prática, de regulamento sobre licitações na forma da Sistemática para Desinvestimentos de Ativos e Empresas do Sistema Petrobras ultrapassa o poder regulamentar e os limites de delegação legislativa. A utilização dessa Sistemática por parte de sociedade de economia mista e integrante da Administração Indireta ofende o princípio da legalidade, ao gerar inovações primárias na ordem jurídica, bem como ataca princípios fundamentais da Administração Pública, como a publicidade, a moralidade e a impessoalidade, previstos no art. 37, *caput*. Por exemplo, como notou o Tribunal de Contas da



SF/17596.67507-45



4

União no Acórdão nº 442/2017, a previsão, mesmo que em casos excepcionais, do uso do sigilo não encontra, em tese, possibilidade de aplicação, em decorrência de seu confronto com o princípio constitucional da publicidade.

A forma como estão sendo conduzidas as vendas de ativos no Sistema Petrobras exorbita do poder regulamentar e dos limites de delegação legislativa e não se coaduna com os preceitos fundamentais do nosso ordenamento jurídico. A Sistemática para Desinvestimentos de Ativos e Empresas do Sistema Petrobras configura, na prática, regulamento sobre licitações sem amparo constitucional. Diante do exposto, solicito aos nobres pares o apoio necessário para sustar a referida Sistemática.

Sala das Sessões, em        de        de 2017.

Senador **LINDBERGH FARIAS**



SF/17596.67507-45



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 37

- parágrafo 1º do artigo 173

- Decreto nº 2.745, de 24 de Agosto de 1998 - DEC-2745-1998-08-24 - 2745/98

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1998;2745>

- Emenda Constitucional nº 19, de 1998 - Reforma Administrativa (1998) - 19/98

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:1998;19>

- Lei nº 9.478, de 6 de Agosto de 1997 - Lei do Petróleo - 9478/97

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9478>

- artigo 67

- Lei nº 13.303, de 30 de Junho de 2016 - Lei de Responsabilidade das Estatais - 13303/16

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2016;13303>



# Projeto de Lei do Senado





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 156, DE 2017

Altera a redação da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências, para incluir as agroindústrias como beneficiárias da liquidação e da renegociação de dívidas de crédito rural de que trata.

**AUTORIA:** Senadora Kátia Abreu

**DESPACHO:** Às Comissões de Agricultura e Reforma Agrária; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)





## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera a redação da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, que *autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural; altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e dá outras providências*, para incluir as agroindústrias como beneficiárias da liquidação e da renegociação de dívidas de crédito rural de que trata.

**Art.1º** A Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º** Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 29 de dezembro de 2017, das operações de crédito rural referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário ou de uma mesma agroindústria, contratadas até 31 de dezembro de 2011 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ou o Banco da Amazônia S.A., com recursos oriundos, respectivamente, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE ou do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, ou com recursos mistos dos referidos Fundos com outras fontes, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE ou da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, observadas ainda as seguintes condições:

I - operações com valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário ou de uma mesma agroindústria:

II - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário ou de uma mesma agroindústria:



2

III - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário ou de uma mesma agroindústria:

IV - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário ou de uma mesma agroindústria:

V - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário ou de uma mesma agroindústria:

§ 3º .....

II - por mutuários ou por agroindústrias que tenham comprovadamente cometido desvio de finalidade de crédito, exceto se a irregularidade tenha sido sanada previamente à liquidação ou à renegociação da dívida.

.....” (NR)

“Art. 2º .....

VI - .....

b) 3% (três por cento) para mutuários classificados como médios produtores rurais e agroindústrias; e

§ 4º .....

II - por mutuários ou por agroindústria que tenham comprovadamente cometido desvio de finalidade de crédito, exceto se a irregularidade tenha sido sanada previamente à liquidação ou à renegociação da dívida.

.....” (NR)

“Art. 3º Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 29 de dezembro de 2017, das operações de crédito rural referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário ou de uma mesma agroindústria, contratadas até 31 de dezembro de 2011 com bancos oficiais federais, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene, exceto as contratadas

SF/17209.67595-03





3

com recursos oriundos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, observadas as seguintes condições:

I - operações com valor originalmente contratado de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário ou de uma mesma agroindústria:

II - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário ou de uma mesma agroindústria:

III - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário ou de uma mesma agroindústria:

IV - operações com valor originalmente contratado acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e até R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário ou de uma mesma agroindústria:

§ 3º .....

III - contratadas por mutuários ou por agroindústrias que tenham comprovadamente cometido desvio de finalidade de crédito, exceto se tal irregularidade tenha sido sanada previamente à liquidação ou à renegociação da dívida.

.....” (NR)

“**Art. 8º** Caso a atualização prevista nos arts. 1º a 3º desta Lei resulte em saldo credor ou igual a zero, a operação será considerada liquidada, ficando vedada a devolução de valores pagos ou a utilização desse montante na amortização de outra dívida do mutuário ou de agroindústria.

.....” (NR)

“**Art. 11.** Para fins de enquadramento nas disposições de que tratam os arts. 1º a 3º desta Lei, os saldos devedores das operações de crédito rural contratadas com cooperativas, associações, condomínios de produtores rurais, inclusive as na modalidade grupal ou coletiva, e agroindústrias serão apurados:

II - pelo resultado da divisão do valor originalmente contratado pelo número de mutuários ou de agroindústrias constantes da cédula de crédito, no caso de crédito rural grupal ou coletivo;



4

.....” (NR)

“**Art. 13.** Ficam a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS autorizados a adotar os procedimentos previstos no art. 1º desta Lei para a liquidação das dívidas vencidas de responsabilidade de pessoas físicas ou de agroindústrias, relativas a vendas de lotes para titulação e ao uso da infraestrutura de irrigação de uso comum nos perímetros públicos de irrigação.

.....” (NR)

“**Art. 16.** Fica o Poder Executivo autorizado a repactuar as dívidas das cooperativas de produção agropecuária e de agroindústrias com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, contratadas até 31 de dezembro de 2010, observadas as seguintes condições:

.....” (NR)

#### “ANEXO I

.....

Valor originalmente contratado em uma ou mais operações do mesmo mutuário ou de uma mesma agroindústria

.....” (NR)

#### “ANEXO II

.....

Valor originalmente contratado em uma ou mais operações do mesmo mutuário ou de uma mesma agroindústria

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Em linhas gerais, a Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, autorizou a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural contraídas até 2011 por produtores rurais das regiões Norte, Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo.

Não há dúvidas de que as regiões abrangidas sofreram com drásticas intempéries nos últimos anos, como no caso da Região Nordeste, que ainda amarga perdas em face de uma das secas mais severas em mais de um século, segundo dados oficiais do Governo Federal.



5

Nesse contexto, a possibilidade de repactuação de dívidas rurais representa um mecanismo eficiente para recuperar a capacidade de pagamento dos empréstimos rurais e mesmo garantir a dignidade desses cidadãos, que, sem terem dado razão ou cometido qualquer erro, sofreram dizimações de seus rebanhos e perda avassaladora de suas colheitas.

Nesta oportunidade, trazemos à baila a discussão de que as agroindústrias das regiões contempladas pela Lei nº 13.340, de 2016, sofreram as mesmas intempéries climáticas pelos produtores rurais e, igualmente, perderam significativa capacidade produtiva, patrimônio e condições de investimento.

As agroindústrias sempre estiveram intimamente ligadas ao agronegócio brasileiro, por atuarem nas atividades relacionadas à transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura, em todos os elos da cadeia produtiva.

Assim, por uma questão de isonomia, propomos o presente projeto de lei com o fito de incluir as agroindústrias como beneficiárias da liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural da Lei nº 13.340, de 2016.

Esclarecemos, por oportuno, que as condições a serem praticadas pelas agroindústrias serão exatamente iguais à das renegociações das dívidas rurais já em curso em toda a região Norte e Nordeste, o que não traz qualquer benefício adicional para essas instituições.

Ante o exposto, para um tratamento equânime às agroindústrias, rogamos o apoio dos ilustres Senadores para a aprovação da presente Proposição.

Sala das Sessões,

Senadora KÁTIA ABREU



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.177, de 12 de Janeiro de 2001 - LEI-10177-2001-01-12 - 10177/01

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2001;10177>

- Lei nº 13.340, de 28 de Setembro de 2016 - LEI-13340-2016-09-28 - 13340/16

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2016;13340>



# Projetos de Resolução





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 18, DE 2017

Acrescenta o § 4º ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal para dispensar a arguição do indicado em caso de recondução a cargo referido no inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

**AUTORIA:** Senador Eduardo Amorim

**DESPACHO:** Ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis para recebimento emendas



[Página da matéria](#)



## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2017

Acrescenta o § 4º ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal para dispensar a arguição do indicado em caso de recondução a cargo referido no inciso III do art. 52 da Constituição Federal.



O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** O art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do § 4º, com a seguinte redação:

“**Art. 383.** .....

.....

§ 4º Quando se tratar de recondução a cargo mencionado no inciso III do art. 52 da Constituição Federal, não serão exigidas a arguição pública e interpelação do indicado previstas nas alíneas “c” a “f” do inciso II deste artigo, salvo se houver recurso de um décimo da composição do Senado Federal.” (NR)

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Tem o presente projeto de resolução, que ora submetemos à apreciação dos nossos Pares, o objetivo de, quando se tratar de recondução, prever a dispensa da arguição do indicado a cargo mencionado no inciso III do art. 52 da Lei Maior, que é feita pela comissão permanente do Senado Federal que tiver essa atribuição conferida pelo seu Regimento Interno.







O mencionado inciso III do art. 52 da Carta Política relaciona, em suas alíneas “a” a “f”, os cargos que devem ser preenchidos mediante indicação, na forma prevista pela Constituição Federal, seja pelo Presidente da República, seja pelos Poderes Judiciário e Legislativo, devendo o candidato ser submetido à aprovação prévia do Senado Federal, *por voto secreto, após arguição pública*.

A recondução, obviamente, não se aplica aos cargos vitalícios de magistrados, sendo admissível pela Lei Maior apenas quando se tratar de investidura a termo, ou seja, de mandato com duração definida, sendo de dois anos para os cargos de conselheiro dos conselhos nacionais da Justiça e do Ministério Público, de diretor de agência reguladora e do Procurador-Geral da República, sendo exceção a essa regra, a indicação do presidente e diretores do banco central que não têm mandato fixado.

Ressaltamos, entretanto, que não propomos a vedação de arguição quando se tratar de recondução, pois contemplamos a sua realização se, ao menos, nove Senadores, um décimo da composição do Senado Federal, a requererem.

Nada impede que fato superveniente que envolva a conduta do indicado, seja no exercício do cargo ou na sua vida civil, venha a determinar a realização de arguição do candidato ao cargo para verificar se há óbice à sua recondução ao cargo.

Entendemos que, no caso de recondução, o candidato ao cargo já obteve do Senado Federal a aprovação para ocupar o mesmo cargo, mediante a comprovação de suas qualificações profissionais, técnicas e morais, demonstradas mediante a documentação apresentada e a arguição a que foi submetido por ocasião da sua primeira indicação.

Assim, se a arguição já ocorreu na primeira indicação, restará afastada a alegação de não observância da norma constitucional relativa à aprovação de indicações de autoridades de que trata o referido inciso III do art. 52 do Estatuto Político. Não ficará, assim, nesse caso, subtraída do Senado Federal a sua competência prevista constitucionalmente.



Acreditamos que, desse modo, possamos contribuir para a economia processual no exame pelo Senado Federal da indicação de autoridades, aperfeiçoando, desse modo, a norma regimental atinente ao assunto.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO AMORIM



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso III do artigo 52

- Resolução do Senado Federal nº 93, de 27 de novembro de 1970 - REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL - 93/70

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:1970;93>

- artigo 383





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 19, DE 2017

Altera a Resolução do Senado Federal nº 7, de 2017, para flexibilizar o cronograma de liberação e a contrapartida dos recursos de que trata a autorização de contratação de crédito externo entre o Município de Manaus, Estado do Amazonas, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

**AUTORIA:** Senador Eduardo Braga

**DESPACHO:** À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)

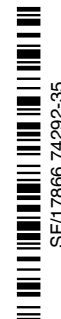




**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador Eduardo Braga**

## **PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2017**

Altera a Resolução do Senado Federal nº 7, de 2017, para flexibilizar o cronograma de liberação e a contrapartida dos recursos de que trata a autorização de contratação de crédito externo entre o Município de Manaus, Estado do Amazonas, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).



O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** Revogam-se os incisos VII e VIII do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2017.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Município de Manaus, Estado do Amazonas, foi autorizado pelo Senado Federal, a celebrar operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de até USD 52,000,000.00 (cinquenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Expansão e Melhoria Educacional da Rede Pública Municipal de Manaus – PROEMEM, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 07, de 18 de maio de 2017.

Ocorre que a referida resolução, em seu art. 2º, incisos VII e VIII, estabelece um cronograma de liberação de recursos e o montante de contrapartida a ser oferecida pela União, sendo que tais dispositivos poderão ensejar embaraços à execução do Projeto, que muitas vezes sofre alterações em decorrência de situações supervenientes e, portanto, acaba não sendo executado exatamente nos termos definidos pela Resolução nº 7, de 2017.





**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete do Senador Eduardo Braga**

Desta forma, com o intuito de evitar atrasos na execução do projeto, pois as eventuais alterações deveriam ser submetidas à deliberação do Senado Federal à medida que fossem ocorrendo, é preferível conferir uma maior flexibilidade ao cronograma de liberação e contrapartida, como proposto neste Projeto.

Salientamos que tal situação já ocorreu em outras autorizações de empréstimos concedidas pelo Senado Federal, de forma que acreditamos ser a presente proposta digna de aprovação por parte dos nobres integrantes desta Casa.



Sala das Sessões,        maio de 2017

Senador **EDUARDO BRAGA**  
**PMDB/AM**



# LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:resolucao:2017;7](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2017;7)

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2017;7>

- inciso VII do artigo 2º

- inciso VIII do artigo 2º





# Requerimentos





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 364, DE 2017

Requer a inclusão do nome do ex-Senador Orestes Quercia na coleção "Grandes Vultos que Honraram o Senado".

**AUTORIA:** Senador Airton Sandoval

**DESPACHO:** À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº , DE 2017**

**Excelentíssimo Senhores Membros da  
Comissão Diretora,**



Requeiro, nos termos do **artigo 1º da Resolução do Senado Federal nº 84, de 1996**, autorização para publicação do perfil parlamentar do ex-Senador ORESTES QUÉRCIA, na coleção intitulada “Grandes Vultos que Honraram o Senado”, como homenagem e agradecimento do Senado Federal pelo esforço dispensado em favor da Democracia e, particularmente do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 2017.

**Senador AIRTON SANDOVAL**  
PMDB-SP





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 365, DE 2017

Requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações em homenagem aos 81 anos do Serviço Social no Brasil.

**AUTORIA:** Senadora Lídice da Mata

**DESPACHO:** Encaminhe-se



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº , DE 2017**

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações em homenagem aos 81 anos do Serviço Social no Brasil, bem como seja encaminhado o referido voto à Federação Nacional dos Assistentes Sociais, ao Conselho Federal de Serviço Social, ao Conselho Regional de Serviço Social – 5ª Região, ao Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado da Bahia e ao Sr. Hugo Francisco da Silva Melo.

**JUSTIFICAÇÃO**

Em 15 de maio deste ano, o Serviço Social completou 81 anos de atividades no Brasil. Mas foi somente em 1962, também num 15 de maio, que se passou a comemorar o Dia do Assistente Social, pelo Decreto 994, que regulamentou a profissão. Naquela oportunidade, também foram criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Assistência Social, hoje conhecidos como Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social.



Dada à importância dessa atividade, registro esta Moção de Congratulações, ao passo que cumprimento e homenagem todos os profissionais da área. Afinal, são eles capazes de desenvolver, diariamente, ações e iniciativas para combater a desigualdade social e a violação de direitos. Uma profissão que busca uma sociedade justa e igualitária.

Atualmente, são mais de 135 mil profissionais de Serviço Social em todo o País, que realizam e promovem estudos, pesquisas sociais e trabalhos para propor medidas e políticas públicas em atenção às pessoas. É este profissional quem colabora no planejamento, elaboração e execução de programas sociais, prestando assessoria e consultoria às instituições públicas e privadas e também aos movimentos sociais.

Em nome de todos os profissionais do Serviço Social da Bahia, saúdo os filiados e membros das diretorias de algumas importantes entidades como a Federação Nacional dos Assistentes Sociais, presidida por Margareth Alves Dallaruvera; o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que tem na presidência Maurílio Castro de Matos e na segunda tesouraria a baiana Nazarela Rêgo Guimarães; o Conselho Regional de Serviço Social 5ª Região Bahia (CRESS-BA), presidido por Heleni Duarte Dantas de Ávila; e o Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado da Bahia (SASB), que tem como presidente Marleide Santos.



SF/17318.25354-04



Também saúde o assistente social Hugo de Rene, do município baiano de Riachão do Jacuípe, por sua atuação profissional e defesa dos interesses da categoria, ele que também integra os quadros do PSB da Bahia. Parabéns a todos os profissionais de Serviço Social da Bahia e do Brasil!



Sala das Sessões,

**LÍDICE DA MATA**  
Senadora







# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 366, DE 2017

Requer, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações à Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim pela realização do Tributo Biografia Musical Guilherme de Mello, para a celebração dos 150 anos de nascimento do primeiro historiador da Música no Brasil.

**AUTORIA:** Senadora Lídice da Mata

**DESPACHO:** Encaminhe-se



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº , DE 2017**

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações à Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim pela realização do Tributo Biografia Musical Guilherme de Mello, para a celebração dos 150 anos de nascimento do primeiro historiador da Música no Brasil, bem como seja encaminhado o referido voto à Casa Pio e Colégio dos Órfãos de São Joaquim e à Associação Amigos do Coral Renascer.



SF/17255.76557-48

**JUSTIFICAÇÃO**

Tenho a grata satisfação de apresentar esta Moção de Congratulações à Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim pelas comemorações dos 150 anos de nascimento de Guilherme Theodoro Pereira de Mello, autor da primeira história da Música no País, intitulada “A música no Brasil: desde os tempos coloniais até o primeiro decênio da República”, publicada em Salvador, no ano de 1908.



Nascido em 1867, Guilherme era filho primogênito de Pedro Theodoro Pereira de Mello e Helena Francisca Pereira de Mello. Ficou órfão de pai com apenas nove anos de idade, sendo acolhido na Casa Pia e Colégio de São Joaquim, instituição educacional e religiosa fundada em 1799, na qual permaneceu até 1883, quando concluiu os estudos em Primeiras Letras, Latim, Humanidades e Música.

Talentoso e bem preparado profissional, retornou à Casa Pia em 1892 na condição de Mestre de Banda, substituindo seu saudoso mestre Elisiário de Andrade. Depois, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1928, ingressando no Instituto Nacional de Música da Universidade do Brasil como bibliotecário, sendo efetivado em 1929.

Para a celebração dos 150 anos de nascimento do primeiro historiador da Música no Brasil, o “Tributo Biografia Musical Guilherme de Mello”, realizado por meio do Projeto Memória Musical da Bahia, coordenado pelo professor Marcos Santana, lançará, no próximo dia 23 de maio, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, o “Ano Guilherme de Mello”, mediante a realização de mesa redonda com a participação de estudiosos, professores, escritores e pesquisadores do tema.

Esse evento apoia-se em conquistas culturais, educacionais e artísticas mais recentes, como o retorno do ensino obrigatório de Música nas escolas brasileiras (2012) e a concessão do título de Cidade da Música a Salvador pela Unesco (2016).



No Brasil, as Histórias da Música Brasileira foram poucas e quase não se fala sobre seus autores. Por isso é importante catalogar quais se tornaram relevantes na historiografia existente.

Sem dúvida, a obra inaugural de Guilherme de Mello é uma valiosa contribuição para o conhecimento de parte do patrimônio musical brasileiro. Desde quando foi publicada em 1908 até o presente momento, tem sido referência para outras obras, trabalhos acadêmicos e fonte obrigatória para estudiosos e pesquisadores.

Guilherme de Mello faleceu em 4 de maio de 1932, no Rio de Janeiro, encerrando uma vida inteiramente dedicada à Música. Seu nome foi colocado pelo maestro e compositor Heitor Villa Lobos como Patrono da Cadeira 31 da Academia Brasileira de Música.

Associo-me, portanto, à meritória iniciativa da Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim pela homenagem ao seu admirável ex-aluno, cuja trajetória profissional foi marcada pelo empreendedorismo educacional e pedagógico musical.

Sala das Sessões,

**LÍDICE DA MATA**  
Senadora



SF/17255.76557-48





## SENADO FEDERAL

### REQUERIMENTO Nº 368, DE 2017

Requer, nos termos regimentais, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), pela efeméride que marca a passagem de seus 117 anos de atividades, a serem comemorados na semana de 29 a 31 de maio do corrente.

**AUTORIA:** Senadora Vanessa Grazziotin

**DESPACHO:** Encaminhe-se



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº ,DE 2017**

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), pela efeméride que marca a passagem de seus 117 anos de atividades, a serem comemorados na semana de 29 a 31 de maio do corrente ano.

Requeiro, ainda, que este Voto de Aplauso seja cientificada a presidente da Fundação, Sra. Nísia Trindade Lima, com o envio do presente documento à sede da entidade, localizada no endereço sito à: Av. Brasil, 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21040-900.

**JUSTIFICAÇÃO**

Na semana de 29 a 31 de maio, a Fundação Oswaldo Cruz, instituição de pesquisa e desenvolvimento em ciências biológicas, vinculada ao Ministério da Saúde, estará comemorando 117 anos de atividade e, além das festividades, a comemoração realizará um encontro com o tema “Ano Oswaldo Cruz: perspectiva nacional e a Fiocruz do Futuro”, no qual serão discutidos os novos caminhos da entidade, nos campos da saúde, ciência, tecnologia e inovação.



SF/17536.54204-40



A Fiocruz foi criada em 1900, pelo renomado sanitarista Oswaldo Cruz e é, atualmente, a mais importante instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, sendo referência em pesquisas na área da saúde pública.

O objetivo inicial era o de fabricar soros e vacinas contra a peste, mas posteriormente evoluiu para a pesquisa e o tratamento das doenças tropicais. Seu trabalho não se limitou ao Rio de Janeiro nem à pesquisa e produção de vacinas, ampliando-se para campanhas de promoção de saneamento e principalmente a pesquisa e produção científica na área da saúde, tendo participação decisiva em todo o processo de desenvolvimento do conceito de saúde pública no Brasil. Em 1920, por exemplo, o Instituto também foi peça chave para a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública.

Além do desenvolvimento de novas tecnologias para a fabricação em larga escala, ainda no século passado, das vacinas contra a febre amarela e a varíola, a Fiocruz, por meio de seus pesquisadores, foi responsável por outras importantes contribuições, como a descoberta da vacina contra o carbúnculo do gado, ou peste da manqueira, a descrição completa do fungo responsável pela paracoccidiomicose, mais conhecida por mal de Lutz, a descrição do ciclo do *Schistosoma mansoni* (Esquistossomose) e o isolamento do vírus da Síndrome da imunodeficiência Humana Adquirida, em circulação no Brasil.

As últimas décadas foram de grandes avanços científicos para a Fundação, com realizações como, a decifração do genoma do BCG, bactéria usada na vacina contra tuberculose; o desenvolvimento do sal híbrido Mefas, que permite o combate à malária com menos efeitos colaterais; identificação do gene de impermeabilização dos ovos do





mosquito transmissor da malária, o que é útil tanto para o controle desta quanto da dengue; criação da vacina contra a fasciolose, avanços na criação de uma vacina contra a esquistossomose e ainda desenvolvimento de um método que permite a confirmação do diagnóstico do HIV em cerca 20 minutos. Além disso, houve uma expansão na estrutura da entidade, que ganhou mais escritórios, como o de Mato Grosso do Sul e o de Moçambique, na África.



Dessa forma, para homenagear esta instituição centenária e de importância imensurável para a pesquisa científica na América Latina e para a manutenção da saúde do povo brasileiro, requeiro este Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, em      de maio de 2017

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN  
PCdoB/Amazonas





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

## REQUERIMENTO Nº 369, DE 2017

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso II, c/c art. 338, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o **PLS nº 7, de 2016**, que *“Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, a fim de vedar o sigilo bancário nas operações do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social”*.

Sala das Sessões,

Senador Lasier Martins  
(PSD-RS)

*PO M. ANZO*  
*Senador Lasier Martins*  
*PSD-RS*  
*VARGAS*  
*PELOSO CHAVES*  
*SENEDITO*  
*ABRIL*  
*ROMERO*  
*OMAR ARAÚJO*  
*PAULO BAREN*  
*JORGE*  
*RENAN*  
*RANDOLFE*

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Tancredo Neves – Gabinete 50  
CEP 70165-900 – Brasília DF



SF/17795.68206-91

Página: 1/1 15/05/2017 10:23:23

3faa5beb737969664b158323fca6dc62c0406b54



## DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

### **Projeto de Lei de Conversão nº 4/2017**





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 367, DE 2017

Requer, nos termos do art. 312, inciso II, e parágrafo único, RISF, destaque de bancada para votação em separado da Emenda nº 6 apresentada à MPV 756/2016 - PLV 4/2017.

**AUTORIA:** Senadora Gleisi Hoffmann



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO nº / 2016  
**PLV 04, de 2017 (proveniente da MP 756, de 2016)**

Requeiro, nos termos do art. 312, inciso II, e parágrafo único, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, o destaque de bancada para votação em separado da emenda nº006/2017 de autoria do Senador Dalirio Beber (PSDB – SC), apresentada a Medida Provisória 756, de 2016 que “Altera os limites do Parque Nacional do Rio Novo, da Floresta Nacional do Jamanxim, do Parque Nacional de São Joaquim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim”.

Sala das sessões, 23 de maio de 2017.

Senadora GLEISI HOFFMMAN  
Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores



**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2017**  
(Proveniente da Medida Provisória nº 756, de 2016)

Altera os limites da Floresta Nacional do Jamanxim; cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim; altera os limites do Parque Nacional de São Joaquim, assim como seu nome para Parque Nacional da Serra Catarinense; e revoga o Decreto não numerado, de 13 de fevereiro de 2006, o Decreto nº 50.922, de 6 de julho de 1961, e a Lei nº 13.273, de 15 de abril de 2016.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam alterados os limites da Floresta Nacional do Jamanxim, criada pelo Decreto não numerado, de 13 de fevereiro de 2006, localizada no Município de Novo Progresso, no Estado do Pará, com o objetivo de promover o manejo de uso múltiplo e de forma sustentável dos recursos naturais renováveis, a manutenção e proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, a educação florestal e ambiental, a manutenção de amostras do fragmento do ecossistema e o apoio ao desenvolvimento de métodos de exploração sustentável dos recursos naturais, bem como permitir a realização de atividades minerárias.

Parágrafo único. O novo Plano de Manejo da Floresta Nacional do Jamanxim será discutido em audiências públicas para formação de novo conselho consultivo e será elaborado com a participação da comunidade e de entidades representativas do



Município de Novo Progresso, no Estado do Pará, em até cento e oitenta dias após a entrada em vigor desta Lei.

Art. 2º Fica criada a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim, no Município de Novo Progresso, no Estado do Pará, com o objetivo de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação dos detentores de posse de boa-fé e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, garantindo as atividades em agricultura e pecuária, piscicultura, extrativismo vegetal e exploração mineral, compatível com a legislação ambiental.

§ 1º O Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Jamanxim será discutido em audiências públicas para formação de conselho consultivo e será elaborado com a participação da comunidade e de entidades representativas do Município de Novo Progresso, no Estado do Pará, em até cento e oitenta dias após a entrada em vigor desta Lei.

§ 2º A Área de Proteção Ambiental do Jamanxim será administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Art. 3º Ficam alterados os limites do Parque Nacional de São Joaquim, criado pelo Decreto nº 50.922, de 6 de julho de 1961, alterado pela Lei nº 13.273, de 15 de abril de 2016, localizado nos Municípios de Bom Jardim da Serra, Grão Pará, Orleans e Urubici, no Estado de Santa Catarina, assim como passa a ser denominado Parque Nacional da Serra Catarinense.

Parágrafo único. Os limites do Parque Nacional da Serra Catarinense são definidos no § 1º do art. 6º desta Lei.





Art. 4º A Floresta Nacional do Jamanxim passa a ter o polígono conforme descrito no § 1º deste artigo, localizado no Município de Novo Progresso, no Estado do Pará, elaborado a partir das cartas topográficas MI 194, em escala 1:250.000, e MI 1331 e 1409, em escala 1:100.000, editadas pela Diretoria de Serviço Geográfico do Comando do Exército, e pelas cartas topográficas MI 1171, 1250, 1251, 1330, em escala 1:100.000, editadas pela Diretoria de Geodésia e Cartografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, todas no *Datum* SAD 69, transformadas digitalmente para o *Datum* SIRGAS 2000.

§ 1º Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice PONTO 1, de coordenadas geográficas aproximadas (c.g.a.) 55°44'41.882275"W e 06°21'6.743559"S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: PONTO 2, de c.g.a. 55°40'43.926546"W e 06°38'51.606490"S; PONTO 3, de c.g.a. 55°35'22.247321"W e 06°54'50.042885"S; PONTO 4, de c.g.a. 55°38'16.340076"W e 06°56'51.514308"S; PONTO 5, de c.g.a. 55°38'7.892335"W e 06°57'31.418616"S; PONTO 6, de c.g.a. 55°36'24.429849"W e 06°58'17.700049"S; PONTO 7, de c.g.a. 55°39'30.746249"W e 07°00'18.026507"S; PONTO 8, de c.g.a. 55°44'52.654697"W e 06°45'0.206417"S; PONTO 9, de c.g.a. 55°46'46.898206"W e 06°45'15.311862"S; PONTO 10, de c.g.a. 55°48'25.193937"W e 06°42'27.355880"S; PONTO 11, de c.g.a. 55°51'17.761404"W e 06°43'4.112610"S; PONTO 12, de c.g.a. 55°49'53.514889"W e 06°47'58.743471"S; PONTO 13, de c.g.a. 55°51'0.254779"W e 06°48'22.608760"S; PONTO 14, de c.g.a. 55°50'55.201263"W e 06°53'14.103286"S; PONTO 15, de c.g.a. 55°45'33.857193"W e 06°51'47.139325"S; PONTO 16, de c.g.a. 55°44'2.019715"W e 06°59'4.296212"S; PONTO 17, de c.g.a.



55°48'23.779417"W e 07°00'48.317247"S; PONTO 18, de c.g.a.  
 55°53'36.453858"W e 06°57'42.798327"S; PONTO 19, de c.g.a.  
 55°53'36.456081"W e 07°02'57.663659"S; PONTO 20, de c.g.a.  
 55°52'51.746028"W e 07°02'57.663654"S; PONTO 21, de c.g.a.  
 55°52'51.743304"W e 07°09'45.608106"S; PONTO 22, de c.g.a.  
 56°00'21.659442"W e 07°12'0.400640"S; PONTO 23, de c.g.a.  
 56°02'7.185413"W e 07°07'20.915967"S; PONTO 24, de c.g.a.  
 56°03'17.834545"W e 07°07'48.945392"S; PONTO 25, de c.g.a.  
 56°01'37.392648"W e 07°12'58.187498"S; PONTO 26, de c.g.a.  
 56°02'31.825914"W e 07°13'11.376998"S; PONTO 27, de c.g.a.  
 56°02'1.005571"W e 07°14'59.658175"S; PONTO 28, de c.g.a.  
 55°50'11.509879"W e 07°11'57.897603"S; PONTO 29, de c.g.a.  
 55°38'4.675952"W e 07°10'4.517636"S; PONTO 30, de c.g.a.  
 55°37'36.988744"W e 07°12'25.926212"S; PONTO 31, de c.g.a.  
 55°35'15.444403"W e 07°12'1.564449"S; PONTO 32, de c.g.a.  
 55°34'37.740170"W e 07°15'51.564870"S; PONTO 33, de c.g.a.  
 55°45'23.293728"W e 07°18'34.006338"S, localizado à margem  
 direita do Rio Claro; deste, segue a montante pela margem  
 direita do Rio Claro até o PONTO 34, de c.g.a.  
 55°46'26.568055"W e 07°21'40.709050"S, localizado à margem  
 direita do Rio Claro; deste, segue por linhas retas passando  
 pelos pontos: PONTO 35, de c.g.a. 55°43'44.000905"W e  
 07°21'42.362951"S; PONTO 36, de c.g.a. 55°43'12.277078"W e  
 07°25'31.433211"S; PONTO 37, de c.g.a. 55°47'59.721917"W e  
 07°28'21.303077"S; PONTO 38, de c.g.a. 55°48'42.584053"W e  
 07°27'21.410097"S; PONTO 39, de c.g.a. 55°49'33.619393"W e  
 07°27'49.292771"S; PONTO 40, de c.g.a. 55°48'58.502741"W e  
 07°28'56.305753"S; PONTO 41, de c.g.a. 55°50'4.128663"W e  
 07°29'35.953576"S; PONTO 42, de c.g.a. 55°49'56.328655"W e



07°31'29.368491"S; PONTO 43, de c.g.a. 55°48'11.255782"W e  
 07°31'39.297836"S; PONTO 44, de c.g.a. 55°47'30.941001"W e  
 07°35'10.782224"S; PONTO 45, de c.g.a. 55°49'41.629345"W e  
 07°39'9.028817"S; PONTO 46, de c.g.a. 55°50'2.987007"W e  
 07°48'41.583288"S; PONTO 47, de c.g.a. 55°44'28.000900"W e  
 07°51'3.618957"S; PONTO 48, de c.g.a. 55°44'11.609412"W e  
 07°50'10.793659"S; PONTO 49, de c.g.a. 55°48'54.258207"W e  
 07°48'8.253133"S; PONTO 50, de c.g.a. 55°48'50.057776"W e  
 07°40'29.025439"S; PONTO 51, de c.g.a. 55°46'48.867785"W e  
 07°40'15.952253"S; PONTO 52, de c.g.a. 55°47'11.239268"W e  
 07°38'22.442174"S; PONTO 53, de c.g.a. 55°45'57.949748"W e  
 07°36'6.244553"S; PONTO 54, de c.g.a. 55°43'15.003145"W e  
 07°36'1.367227"S; PONTO 55, de c.g.a. 55°42'45.709414"W e  
 07°37'53.168878"S; PONTO 56, de c.g.a. 55°41'15.263109"W e  
 07°37'33.407148"S; PONTO 57, de c.g.a. 55°40'9.796190"W e  
 07°35'39.028189"S; PONTO 58, de c.g.a. 55°40'44.359513"W e  
 07°34'6.579901"S; PONTO 59, de c.g.a. 55°44'40.142232"W e  
 07°33'56.100277"S; PONTO 60, de c.g.a. 55°46'7.831209"W e  
 07°30'29.045663"S; PONTO 61, de c.g.a. 55°41'38.899750"W e  
 07°27'37.356641"S; PONTO 62, de c.g.a. 55°38'39.067540"W e  
 07°24'45.247814"S; PONTO 63, de c.g.a. 55°38'2.367153"W e  
 07°24'41.963936"S; PONTO 64, de c.g.a. 55°38'2.362468"W e  
 07°32'34.421350"S; PONTO 65, de c.g.a. 55°35'24.142430"W e  
 07°32'33.920798"S; PONTO 66, de c.g.a. 55°35'24.136064"W e  
 07°37'28.719475"S; PONTO 67, de c.g.a. 55°38'15.044404"W e  
 07°35'53.768244"S; PONTO 68, de c.g.a. 55°39'16.294502"W e  
 07°39'54.983157"S; PONTO 69, de c.g.a. 55°40'23.894986"W e  
 07°39'25.455950"S; PONTO 70, de c.g.a. 55°41'17.100360"W e  
 07°40'37.110015"S; PONTO 71, de c.g.a. 55°38'27.184480"W e



07°42'18.519484"S, localizado à margem esquerda do Igarapé do Engano; deste, segue Igarapé do Engano a montante pela margem esquerda até o PONTO 72, de c.g.a. 55°39'37.001905"W e 07°43'47.807862"S, deste segue em linhas retas passando pelos pontos: PONTO 73, de c.g.a. 55°37'38.155855"W e 07°44'40.850415"S; PONTO 74, de c.g.a. 55°36'10.607623"W e 07°48'0.923467"S; PONTO 75, de c.g.a. 55°36'10.607397"W e 07°48'47.180412"S; PONTO 76, de c.g.a. 55°36'31.166181"W e 07°49'51.426126"S; PONTO 77, de c.g.a. 55°34'58.003179"W e 07°50'50.423444"S; PONTO 78, de c.g.a. 55°31'30.809577"W e 07°51'30.733022"S; PONTO 79, de c.g.a. 55°31'9.347039"W e 07°57'24.103755"S; PONTO 80, de c.g.a. 55°39'47.593172"W e 07°57'20.569071"S; PONTO 81, de c.g.a. 55°39'46.959792"W e 08°00'35.385304"S; PONTO 82, de c.g.a. 55°37'16.926310"W e 08°01'53.194232"S; PONTO 83, de c.g.a. 55°36'59.540427"W e 08°02'48.675242"S; PONTO 84, de c.g.a. 55°38'13.945586"W e 08°07'31.004278"S; PONTO 85, de c.g.a. 55°45'40.408635"W e 08°04'6.292319"S; PONTO 86, de c.g.a. 55°46'14.862990"W e 08°04'47.901283"S; PONTO 87, de c.g.a. 55°39'47.858006"W e 08°08'22.104030"S; PONTO 88, de c.g.a. 55°41'30.238289"W e 08°22'19.946437"S, localizado à margem direita de um igarapé sem denominação correspondendo ao limite do Campo de Provas das Forças Armadas Brigadeiro Velloso, segundo memorial descritivo constante do Decreto não numerado, de 19 de agosto de 1997; deste, segue até o PONTO 89, de c.g.a. 55°50'10.47092"W e 08°16'35.92197"S, localizado em um afluente sem denominação da margem direita do Rio Mutuacá, correspondendo ao limite do Campo de Provas das Forças Armadas Brigadeiro Velloso, segundo memorial descritivo constante do



Decreto não numerado, de 19 de agosto de 1997; deste, segue a jusante pela margem esquerda do referido afluente até o PONTO 90, de c.g.a. 55°44'37.46869"W e 07°58'01.92022"S, localizado na confluência do referido afluente com o Rio Mutuacá; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do Rio Mutuacá até o PONTO 91, de c.g.a. 55°43'12.81832"W e 07°55'31.32356"S, localizado na foz de um afluente sem denominação da margem esquerda do referido rio; deste, segue a montante pela margem direita do afluente sem denominação até sua cabeceira, no PONTO 92, de c.g.a. 55°46'15.46880"W e 07°55'34.91971"S; deste, segue em linha reta até o PONTO 93, de c.g.a. 55°46'16.81894"W e 07°54'39.32307"S, localizado na cabeceira de um afluente sem denominação da margem direita do Igarapé do Engano; deste, segue a jusante pela margem esquerda do referido afluente até o PONTO 94, de c.g.a. 55°51'43.81986"W e 07°54'09.32282"S, localizado na confluência do referido afluente com o Igarapé do Engano; deste, segue a montante pela margem esquerda do Igarapé do Engano até o PONTO 95, de c.g.a. 55°55'54.84190"W e 07°54'11.35475"S, localizado na foz de afluente sem denominação da margem esquerda do Igarapé do Engano; deste, segue a montante pela margem direita do referido afluente até o PONTO 96, de c.g.a. 55°57'06.82023"W e 07°50'42.3223"S, localizado na foz de um afluente sem denominação da margem esquerda do afluente do Igarapé do Engano; deste, segue a montante pela margem direita do último afluente até o PONTO 97, de c.g.a. 55°56'46.84163"W e 07°50'46.354"S, localizado em uma de suas cabeceiras; deste, segue em linha reta até o PONTO 98, de c.g.a. 55°59'25.99347"W e 07°42'48.81159"S, localizado na cabeceira do Rio Claro; deste, segue a jusante pela margem



esquerda do Rio Claro até o PONTO 99, de c.g.a. 56°01'46.27775"W e 07°44'54.79611"S, localizado na foz de um afluente sem denominação da margem esquerda do Rio Claro; deste, segue a montante pela margem direita do referido afluente até o PONTO 100, de c.g.a. 56°03'01.82078"W e 07°44'23.32057"S, localizado em uma de suas cabeceiras; deste, segue em linha reta até o PONTO 101, de c.g.a. 56°4'37.84284"W e 07°46'52.35294"S, localizado à margem esquerda de um afluente sem denominação da margem direita do Rio Inambé; deste, segue a montante pela margem esquerda do referido afluente até o PONTO 102, de c.g.a. 56°04'43.99471"W e 07°46'23.81161"S, localizado em uma de suas cabeceiras; deste, segue em linha reta até o PONTO 103, de c.g.a. 56°08'39.27867"W e 07°42'39.79530"S, localizado na cabeceira de um afluente sem denominação da margem direita do Rio Inambé; deste, segue a jusante pela margem esquerda do referido afluente até o PONTO 104, de c.g.a. 56°13'49.93712"W e 07°23'58.39460"S, localizado na sua confluência com o Rio Inambé; deste, segue a jusante pela margem esquerda do Rio Inambé até o PONTO 105, de c.g.a. 56°13'56.78742"W e 07°10'49.47570"S, localizado na confluência do Rio Inambé com o Rio Novo; deste, segue a jusante pela margem direita do Rio Novo até o PONTO 106, de c.g.a. 55°46'04.45308"W e 06°21'02.32445"S, localizado à margem direita do Rio Novo; deste, segue para o PONTO 01, ponto inicial da descrição deste perímetro, com área aproximada de 814.682 ha (oitocentos e quatorze mil seiscentos e oitenta e dois hectares).

§ 2º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo ICMBio os imóveis rurais privados



existentes nos limites descritos no § 1º deste artigo, nos termos da alínea *k* do *caput* do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 3º O ICMBio fica autorizado a promover e a executar as desapropriações de que trata o § 2º deste artigo e poderá invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 5º A Área de Proteção Ambiental do Jamanxim é criada com o polígono conforme descrito no § 1º deste artigo, localizado no Município de Novo Progresso, no Estado do Pará, elaborado a partir das cartas topográficas MI 194, em escala 1:250.000, editadas pela Diretoria de Serviço Geográfico do Comando do Exército, e pelas cartas topográficas MI 1171, 1172, 1250, 1251, em escala 1:100.000, editadas pela Diretoria de Geodésia e Cartografia do IBGE, todas no *Datum* SAD 69, transformadas digitalmente para o *Datum* SIRGAS 2000.

§ 1º Inicia-se o perímetro no vértice PONTO 1, localizado à margem esquerda do Rio Jamanxim, de c.g.a. 55°41'12.176963"W e 06°21'17.949625"S; deste, segue a montante pela margem esquerda do Rio Jamanxim até o PONTO 2, de c.g.a. 55°31'23.332013"W e 06°55'40.383701"S, localizado na confluência com um afluente sem denominação; deste, segue afluente sem denominação a montante pela sua margem esquerda até o PONTO 3, de c.g.a. 55°37'36.396360"W e 06°57'18.605444"S, localizado em sua nascente; deste, segue em linha reta até o PONTO 4, de c.g.a. 55°36'39.674707"W e 06°57'51.048240"S, localizado na nascente de um igarapé sem denominação; deste, segue a jusante pela sua margem direita até o PONTO 5, de





c.g.a. 55°35'14.879776"W e 06°59'50.950835"S, localizado na sua confluência com o Rio Claro; deste, segue a montante pela margem esquerda do Rio Claro até o PONTO 6, de c.g.a. 55°35'31.753475"W e 07°00'21.864359"S, localizado na sua confluência com um afluente sem denominação; deste, segue a montante pela margem esquerda do afluente sem denominação até o PONTO 7, de c.g.a. 55°34'28.449767"W e 07°01'4.367005"S, localizado junto a sua nascente; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: PONTO 8, de c.g.a. 55°34'3.718668"W e 07°01'22.184209"S; PONTO 9, de c.g.a. 55°34'36.546678"W e 07°02'46.206018"S; PONTO 10, de c.g.a. 55°34'52.783970"W e 07°03'36.798026"S, localizado junto à confluência de dois igarapés sem denominação; deste, segue a montante pela margem esquerda até sua confluência com outro igarapé sem denominação até o PONTO 11, de c.g.a. 55°34'50.416772"W e 07°04'24.217861"S; deste, segue por uma linha reta até o PONTO 12, de c.g.a. 55°35'48.837704"W e 07°05'47.705258"S, localizado na confluência de dois igarapés sem denominação; deste, segue a jusante pela sua margem esquerda até sua confluência com outro igarapé sem denominação até o PONTO 13, de c.g.a. 55°36'29.093978"W e 07°06'19.145285"S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: PONTO 14, de c.g.a. 55°37'53.725396"W e 07°06'28.930025"S; PONTO 15, de c.g.a. 55°38'39.302319"W e 07°05'7.649760"S, localizado na confluência do Igarapé da Feitoria e afluente sem denominação; deste, segue a montante pela margem esquerda do afluente sem denominação até o PONTO 16, de c.g.a. 55°40'38.019841"W e 07°06'53.072288"S, localizado na sua confluência com um afluente sem denominação; deste, segue por linhas retas



passando pelos pontos: PONTO 17, de c.g.a. 55°42'30.881419"W e 07°07'9.220217"S; PONTO 18, de c.g.a. 55°48'18.729389"W e 07°08'19.930215"S, localizado à margem direita do Igarapé Dois Irmãos; deste, segue a montante pela margem direita do Igarapé Dois Irmãos até sua confluência com um afluente sem denominação até o PONTO 19, de c.g.a. 55°50'1.702184"W e 07°09'45.849312"S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: PONTO 20, de c.g.a. 55°47'8.011748"W e 07°09'44.898479"S; PONTO 21, de c.g.a. 55°38'28.090240"W e 07°08'23.036685"S; PONTO 22, de c.g.a. 55°35'42.724814"W e 07°07'21.929856"S; PONTO 23, de c.g.a. 55°33'27.723188"W e 07°22'30.929678"S; PONTO 24, de c.g.a. 55°32'1.722661"W e 07°23'46.929752"S; PONTO 25, de c.g.a. 55°31'40.722355"W e 07°28'38.929769"S; PONTO 26, de c.g.a. 55°34'1.723164"W e 07°31'29.929798"S; PONTO 27, de c.g.a. 55°34'26.723250"W e 07°33'13.929811"S, localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; deste, segue a jusante pela margem direita do igarapé sem denominação até o PONTO 28, de c.g.a. 55°30'4.376090"W e 07°36'57.263004"S, localizado à margem direita do Rio Mutum-acá; deste, segue a jusante pela margem direita do Rio Mutum-acá até sua confluência com um afluente sem denominação até o PONTO 29, de c.g.a. 55°27'30.888775"W e 07°37'11.711876"S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: PONTO 30, de c.g.a. 55°27'20.720063"W e 07°41'58.929482"S; PONTO 31, de c.g.a. 55°31'2.230427"W e 07°51'38.224272"S; PONTO 32, de c.g.a. 55°30'54.720791"W e 07°56'36.929686"S; PONTO 33, de c.g.a. 55°26'7.718334"W e 08°01'40.929400"S; PONTO 34, de c.g.a. 55°21'58.210730"W e 08°09'0.218615"S, localizado na confluência do Rio Jamanxim com um afluente sem denominação;



deste, segue a montante pela margem esquerda do Rio Jamanxim até o PONTO 35, de c.g.a. 55°19'48.944575"W e 08°36'53.373917"S, localizado na confluência de um afluente sem denominação e correspondendo ao limite do Campo de Provas das Forças Armadas Brigadeiro Velloso, segundo memorial descritivo constante do Decreto não numerado, de 19 de agosto de 1997; deste, segue por uma linha reta confrontando com o Campo de Provas das Forças Armadas Brigadeiro Velloso até o PONTO 36, de c.g.a. 55°41'30.238289"W e 08°22'19.946437"S, localizado próximo à margem esquerda de um igarapé sem denominação; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: PONTO 37, de c.g.a. 55°39'47.858006"W e 08°08'22.104030"S; PONTO 38, de c.g.a. 55°46'14.862990"W e 08°04'47.901283"S; PONTO 39, de c.g.a. 55°45'40.408635"W e 08°04'6.292319"S; PONTO 40, de c.g.a. 55°38'13.945586"W e 08°07'31.004278"S, localizado junto à margem esquerda de um igarapé sem denominação; deste, segue a jusante pela margem esquerda do igarapé sem denominação até o PONTO 41, de c.g.a. 55°36'59.540427"W e 08°02'48.675242"S, localizado à margem esquerda do igarapé sem denominação; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: PONTO 42, de c.g.a. 55°37'16.926310"W e 08°01'53.194232"S; PONTO 43, de c.g.a. 55°39'46.959792"W e 08°00'35.385304"S; PONTO 44, de c.g.a. 55°39'47.927339"W e 07°57'20.337701"S; PONTO 45, de c.g.a. 55°31'9.347039"W e 07°57'24.103755"S; PONTO 46, de c.g.a. 55°31'30.809577"W e 07°51'30.733022"S; PONTO 47, de c.g.a. 55°34'58.003179"W e 07°50'50.423444"S; PONTO 48, de c.g.a. 55°36'31.166181"W e 07°49'51.426126"S; PONTO 49, de c.g.a. 55°36'10.607397"W e 07°48'47.180412"S; PONTO 50, de c.g.a.



55°36'10.607623"W e 07°48'0.923467"S; PONTO 51, de c.g.a. 55°37'38.155855"W e 07°44'40.850415"S; PONTO 52, de c.g.a. 55°39'37.001905"W e 07°43'47.807862"S, localizado à margem esquerda do Rio Engano; deste, segue Rio Engano a jusante pela sua margem esquerda até sua confluência com um afluente sem denominação até o PONTO 53, de c.g.a. 55°38'27.184480"W e 07°42'18.519484"S, localizado junto à margem esquerda do Rio Engano, próximo a sua confluência com um afluente sem denominação; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: PONTO 54, de c.g.a. 55°41'17.100360"W e 07°40'37.110015"S; PONTO 55, de c.g.a. 55°40'23.894986"W e 07°39'25.455950"S; PONTO 56, de c.g.a. 55°39'16.294502"W e 07°39'54.983157"S; PONTO 57, de c.g.a. 55°38'15.044404"W e 07°35'53.768244"S; PONTO 58, de c.g.a. 55°35'24.136064"W e 07°37'28.719475"S; PONTO 59, de c.g.a. 55°35'24.142430"W e 07°32'33.920798"S; PONTO 60, de c.g.a. 55°38'2.362468"W e 07°32'34.421350"S; PONTO 61, de c.g.a. 55°38'2.367153"W e 07°24'41.963936"S; PONTO 62, de c.g.a. 55°38'39.067540"W e 07°24'45.247814"S; PONTO 63, de c.g.a. 55°41'38.899750"W e 07°27'37.356641"S; PONTO 64, de c.g.a. 55°46'7.831209"W e 07°30'29.045663"S; PONTO 65, de c.g.a. 55°44'40.142232"W e 07°33'56.100277"S; PONTO 66, de c.g.a. 55°40'44.359511"W e 07°34'06.579912"S; PONTO 67, de c.g.a. 55°40'9.796190"W e 07°35'39.028189"S; PONTO 68, de c.g.a. 55°41'15.263109"W e 07°37'33.407148"S; PONTO 69, de c.g.a. 55°42'45.709414"W e 07°37'53.168878"S; PONTO 70, de c.g.a. 55°43'15.003145"W e 07°36'1.367227"S; PONTO 71, de c.g.a. 55°45'57.949748"W e 07°36'6.244553"S; PONTO 72, de c.g.a. 55°47'11.239268"W e 07°38'22.442174"S; PONTO 73, de c.g.a. 55°46'48.867785"W e



07°40'15.952253"S; PONTO 74, de c.g.a. 55°48'50.057776"W e  
 07°40'29.025439"S; PONTO 75, de c.g.a. 55°48'54.258207"W e  
 07°48'8.253133"S; PONTO 76, de c.g.a. 55°44'11.609412"W e  
 07°50'10.793659"S; PONTO 77, de c.g.a. 55°44'28.000900"W e  
 07°51'3.618957"S; PONTO 78, de c.g.a. 55°50'2.987007"W e  
 07°48'41.583288"S; PONTO 79, de c.g.a. 55°49'41.629345"W e  
 07°39'9.028817"S; PONTO 80, de c.g.a. 55°47'30.941001"W e  
 07°35'10.782224"S; PONTO 81, de c.g.a. 55°48'11.255782"W e  
 07°31'39.297836"S; PONTO 82, de c.g.a. 55°49'56.328655"W e  
 07°31'29.368491"S; PONTO 83, de c.g.a. 55°50'4.128663"W e  
 07°29'35.953576"S; PONTO 84, de c.g.a. 55°48'58.502741"W e  
 07°28'56.305753"S; PONTO 85, de c.g.a. 55°49'33.619393"W e  
 07°27'49.292771"S; PONTO 86, de c.g.a. 55°48'42.584053"W e  
 07°27'21.410097"S; PONTO 87, de c.g.a. 55°47'59.721917"W e  
 07°28'21.303077"S; PONTO 88, de c.g.a. 55°43'12.277078"W e  
 07°25'31.433211"S; PONTO 89, de c.g.a. 55°43'44.000905"W e  
 07°21'42.362951"S; PONTO 90, de c.g.a. 55°46'26.568055"W e  
 07°21'40.709050"S, localizado à margem direita do Rio Claro;  
 deste, segue a jusante pela margem direita do Rio Claro até o  
 PONTO 91, de c.g.a. 55°45'23.293728"W e 07°18'34.006338"S,  
 localizado à margem direita do Rio Claro; deste, segue por  
 linhas retas passando pelos pontos: PONTO 92, de c.g.a.  
 55°34'37.740170"W e 07°15'51.564870"S; PONTO 93, de c.g.a.  
 55°35'15.444403"W e 07°12'1.564449"S; PONTO 94, de c.g.a.  
 55°37'36.988744"W e 07°12'25.926212"S; PONTO 95, de c.g.a.  
 55°38'4.675952"W e 07°10'4.517636"S; PONTO 96, de c.g.a.  
 55°50'11.509879"W e 07°11'57.897603"S; PONTO 97, de c.g.a.  
 56°02'1.005571"W e 07°14'59.658175"S; PONTO 98, de c.g.a.  
 56°02'31.825914"W e 07°13'11.376998"S; PONTO 99, de c.g.a.



56°01'37.392648"W e 07°12'58.187498"S; PONTO 100, de c.g.a.  
 56°03'17.834545"W e 07°07'48.945392"S; PONTO 101, de c.g.a.  
 56°02'7.185413"W e 07°07'20.915967"S; PONTO 102, de c.g.a.  
 56°00'21.659442"W e 07°12'0.400640"S; PONTO 103, de c.g.a.  
 55°52'51.743304"W e 07°09'45.608106"S; PONTO 104, de c.g.a.  
 55°52'51.746028"W e 07°02'57.663654"S; PONTO 105, de c.g.a.  
 55°53'36.456081"W e 07°02'57.663659"S; PONTO 106, de c.g.a.  
 55°53'36.453858"W e 06°57'42.798327"S; PONTO 107, de c.g.a.  
 55°48'23.779417"W e 07°00'48.317247"S; PONTO 108, de c.g.a.  
 55°44'2.019715"W e 06°59'4.296212"S; PONTO 109, de c.g.a.  
 55°45'33.857193"W e 06°51'47.139325"S; PONTO 110, de c.g.a.  
 55°50'55.201690"W e 06°53'14.103289"S; PONTO 111, de c.g.a.  
 55°51'0.254779"W e 06°48'22.608760"S; PONTO 112, de c.g.a.  
 55°49'53.514889"W e 06°47'58.743471"S; PONTO 113, de c.g.a.  
 55°51'17.761404"W e 06°43'4.112610"S; PONTO 114, de c.g.a.  
 55°48'25.193937"W e 06°42'27.355880"S; PONTO 115, de c.g.a.  
 55°46'46.898206"W e 06°45'15.311862"S; PONTO 116, de c.g.a.  
 55°44'52.654697"W e 06°45'0.206417"S; PONTO 117, de c.g.a.  
 55°39'30.746249"W e 07°00'18.026507"S; PONTO 118, de c.g.a.  
 55°36'24.429849"W e 06°58'17.700049"S; PONTO 119, de c.g.a.  
 55°38'7.892335"W e 06°57'31.418616"S; PONTO 120, de c.g.a.  
 55°38'16.340076"W e 06°56'51.514308"S; PONTO 121, de c.g.a.  
 55°35'22.247321"W e 06°54'50.042885"S; PONTO 122, de c.g.a.  
 55°40'43.926546"W e 06°38'51.606490"S; PONTO 123, de c.g.a.  
 55°44'41.882275"W e 06°21'6.743559"S; deste, segue ao PONTO 1,  
 ponto inicial da descrição deste perímetro, com área aproximada  
 de 486.438 ha (quatrocentos e oitenta e seis mil quatrocentos  
 e trinta e oito hectares).



§ 2º As áreas de posse incidentes na Área de Proteção Ambiental do Jamanxim poderão ser regularizadas em conformidade com a legislação fundiária, respeitando-se a fração mínima de parcelamento e o limite de módulos fiscais.

Art. 6º O Parque Nacional da Serra Catarinense tem os limites alterados conforme o polígono descrito no § 1º deste artigo, elaborado a partir das cartas topográficas digitais, em escala 1:10.000, elaboradas para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), nos anos de 2003 e 2004, tendo como o *Datum* SAD 69, projeção UTM, fuso 22, e confrontado com levantamento aerofotogramétrico disponibilizado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável do Governo do Estado de Santa Catarina.

§ 1º Inicia-se a descrição deste perímetro partindo do PONTO 1, de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.) E 646173 e N 6893602, segue por linha reta até o PONTO 2 de c.p.a. E 645816 N 6893463; deste, segue em linha reta até o PONTO 3 de c.p.a. E 645568 N 6893407; deste, segue em linha reta até o PONTO 4 de c.p.a. E 645533 N 6893415; deste, segue em linha reta até o PONTO 5 de c.p.a. E 645528 N 6893468; deste, segue em linha reta até o PONTO 6 de c.p.a. E 645509 N 6893503; deste, segue em linha reta até o PONTO 7 de c.p.a. E 645488 N 6893574; deste, segue em linha reta até o PONTO 8 de c.p.a. E 645468 N 6893634; deste, segue em linha reta até o PONTO 9 de c.p.a. E 645454 N 6893679; deste, segue em linha reta até o PONTO 10 de c.p.a. E 645417 N 6893736; deste, segue em linha reta até o PONTO 11 de c.p.a. E 645358 N 6893722; deste, segue em linha reta até o PONTO 12 de c.p.a. E 644568 N 6893534; deste, segue em linha reta até o PONTO 13 de c.p.a. E 644349 N 6893474; deste, segue em linha reta até o PONTO 14 de c.p.a. E 644395 N 6892996; deste, segue em linha reta até o PONTO 15 de c.p.a. E 644395





N 6892994; deste, segue em linha reta até o PONTO 16 de c.p.a. E 644147  
N 6892873; deste, segue em linha reta até o PONTO 17 de c.p.a. E 644108  
N 6892853; deste, segue em linha reta até o PONTO 18 de c.p.a. E 644113  
N 6892851; deste, segue em linha reta até o PONTO 19 de c.p.a. E 644028  
N 6892800; deste, segue em linha reta até o PONTO 20 de c.p.a. E 643906  
N 6892761; deste, segue em linha reta até o PONTO 21 de c.p.a. E 643816  
N 6892732; deste, segue em linha reta até o PONTO 22 de c.p.a. E 643358  
N 6892645; deste, segue em linha reta até o PONTO 23 de c.p.a. E 643164  
N 6892600; deste, segue em linha reta até o PONTO 24 de c.p.a. E 643129  
N 6892598; deste, segue em linha reta até o PONTO 25 de c.p.a. E 642550  
N 6892464; deste, segue em linha reta até o PONTO 26 de c.p.a. E 642177  
N 6891984; deste, segue em linha reta até o PONTO 27 de c.p.a. E 641761  
N 6892530; deste, segue em linha reta até o PONTO 28 de c.p.a. E 641100  
N 6892325; deste, segue em linha reta até o PONTO 29 de c.p.a. E 641098  
N 6892324; deste, segue em linha reta até o PONTO 30 de c.p.a. E 641089  
N 6892319; deste, segue em linha reta até o PONTO 31 de c.p.a. E 641079  
N 6892313; deste, segue em linha reta até o PONTO 32 de c.p.a. E 641070  
N 6892307; deste, segue em linha reta até o PONTO 33 de c.p.a. E 641060  
N 6892302; deste, segue em linha reta até o PONTO 34 de c.p.a. E 641051  
N 6892296; deste, segue em linha reta até o PONTO 35 de c.p.a. E 641042  
N 6892290; deste, segue em linha reta até o PONTO 36 de c.p.a. E 641034  
N 6892283; deste, segue em linha reta até o PONTO 37 de c.p.a. E 641025  
N 6892276; deste, segue em linha reta até o PONTO 38 de c.p.a. E 641017  
N 6892270; deste, segue em linha reta até o PONTO 39 de c.p.a. E 641008  
N 6892263; deste, segue em linha reta até o PONTO 40 de c.p.a. E 641000  
N 6892257; deste, segue em linha reta até o PONTO 41 de c.p.a. E 640990  
N 6892248; deste, segue em linha reta até o PONTO 42 de c.p.a. E 640982  
N 6892239; deste, segue em linha reta até o PONTO 43 de c.p.a. E 640976  
N 6892232; deste, segue em linha reta até o PONTO 44 de c.p.a. E 640970



N 6892222; deste, segue em linha reta até o PONTO 45 de c.p.a. E 640964  
N 6892214; deste, segue em linha reta até o PONTO 46 de c.p.a. E 640958  
N 6892205; deste, segue em linha reta até o PONTO 47 de c.p.a. E 640953  
N 6892197; deste, segue em linha reta até o PONTO 48 de c.p.a. E 640946  
N 6892188; deste, segue em linha reta até o PONTO 49 de c.p.a. E 640939  
N 6892180; deste, segue em linha reta até o PONTO 50 de c.p.a. E 640930  
N 6892174; deste, segue em linha reta até o PONTO 51 de c.p.a. E 640921  
N 6892170; deste, segue em linha reta até o PONTO 52 de c.p.a. E 640911  
N 6892165; deste, segue em linha reta até o PONTO 53 de c.p.a. E 640901  
N 6892161; deste, segue em linha reta até o PONTO 54 de c.p.a. E 640892  
N 6892157; deste, segue em linha reta até o PONTO 55 de c.p.a. E 640880  
N 6892154; deste, segue em linha reta até o PONTO 56 de c.p.a. E 640870  
N 6892150; deste, segue em linha reta até o PONTO 57 de c.p.a. E 640860  
N 6892147; deste, segue em linha reta até o PONTO 58 de c.p.a. E 640850  
N 6892144; deste, segue em linha reta até o PONTO 59 de c.p.a. E 640838  
N 6892142; deste, segue em linha reta até o PONTO 60 de c.p.a. E 640827  
N 6892142; deste, segue em linha reta até o PONTO 61 de c.p.a. E 640817  
N 6892142; deste, segue em linha reta até o PONTO 62 de c.p.a. E 640806  
N 6892143; deste, segue em linha reta até o PONTO 63 de c.p.a. E 640795  
N 6892142; deste, segue em linha reta até o PONTO 64 de c.p.a. E 640784  
N 6892140; deste, segue em linha reta até o PONTO 65 de c.p.a. E 640775  
N 6892136; deste, segue em linha reta até o PONTO 66 de c.p.a. E 640766  
N 6892130; deste, segue em linha reta até o PONTO 67 de c.p.a. E 640756  
N 6892125; deste, segue em linha reta até o PONTO 68 de c.p.a. E 640746  
N 6892121; deste, segue em linha reta até o PONTO 69 de c.p.a. E 640735  
N 6892118; deste, segue em linha reta até o PONTO 70 de c.p.a. E 640724  
N 6892117; deste, segue em linha reta até o PONTO 71 de c.p.a. E 640714  
N 6892114; deste, segue em linha reta até o PONTO 72 de c.p.a. E 640704  
N 6892112; deste, segue em linha reta até o PONTO 73 de c.p.a. E 640693



N 6892112; deste, segue em linha reta até o PONTO 74 de c.p.a. E 640683  
N 6892112; deste, segue em linha reta até o PONTO 75 de c.p.a. E 640673  
N 6892115; deste, segue em linha reta até o PONTO 76 de c.p.a. E 640664  
N 6892120; deste, segue em linha reta até o PONTO 77 de c.p.a. E 640655  
N 6892126; deste, segue em linha reta até o PONTO 78 de c.p.a. E 640646  
N 6892131; deste, segue em linha reta até o PONTO 79 de c.p.a. E 640636  
N 6892135; deste, segue em linha reta até o PONTO 80 de c.p.a. E 640625  
N 6892139; deste, segue em linha reta até o PONTO 81 de c.p.a. E 640616  
N 6892143; deste, segue em linha reta até o PONTO 82 de c.p.a. E 640607  
N 6892146; deste, segue em linha reta até o PONTO 83 de c.p.a. E 640597  
N 6892149; deste, segue em linha reta até o PONTO 84 de c.p.a. E 640587  
N 6892150; deste, segue em linha reta até o PONTO 85 de c.p.a. E 640576  
N 6892151; deste, segue em linha reta até o PONTO 86 de c.p.a. E 640565  
N 6892151; deste, segue em linha reta até o PONTO 87 de c.p.a. E 640555  
N 6892151; deste, segue em linha reta até o PONTO 88 de c.p.a. E 640544  
N 6892149; deste, segue em linha reta até o PONTO 89 de c.p.a. E 640534  
N 6892145; deste, segue em linha reta até o PONTO 90 de c.p.a. E 640525  
N 6892141; deste, segue em linha reta até o PONTO 91 de c.p.a. E 640515  
N 6892137; deste, segue em linha reta até o PONTO 92 de c.p.a. E 640505  
N 6892134; deste, segue em linha reta até o PONTO 93 de c.p.a. E 640496  
N 6892131; deste, segue em linha reta até o PONTO 94 de c.p.a. E 640486  
N 6892127; deste, segue em linha reta até o PONTO 95 de c.p.a. E 640475  
N 6892123; deste, segue em linha reta até o PONTO 96 de c.p.a. E 640470  
N 6892116; deste, segue em linha reta até o PONTO 97 de c.p.a. E 640460  
N 6892109; deste, segue em linha reta até o PONTO 98 de c.p.a. E 640447  
N 6892107; deste, segue em linha reta até o PONTO 99 de c.p.a. E 640435  
N 6892099; deste, segue em linha reta até o PONTO 100 de c.p.a. E 640422  
N 6892091; deste, segue em linha reta até o PONTO 101 de c.p.a. E 640408  
N 6892082; deste, segue em linha reta até o PONTO 102 de c.p.a. E 640403



N 6892071; deste, segue em linha reta até o PONTO 103 de c.p.a. E 640393  
N 6892061; deste, segue em linha reta até o PONTO 104 de c.p.a. E 640377  
N 6892056; deste, segue em linha reta até o PONTO 105 de c.p.a. E 640363  
N 6892049; deste, segue em linha reta até o PONTO 106 de c.p.a. E 640346  
N 6892043; deste, segue em linha reta até o PONTO 107 de c.p.a. E 640333  
N 6892036; deste, segue em linha reta até o PONTO 108 de c.p.a. E 640324  
N 6892026; deste, segue em linha reta até o PONTO 109 de c.p.a. E 640319  
N 6892009; deste, segue em linha reta até o PONTO 110 de c.p.a. E 640315  
N 6891995; deste, segue em linha reta até o PONTO 111 de c.p.a. E 640309  
N 6891986; deste, segue em linha reta até o PONTO 112 de c.p.a. E 640312  
N 6891976; deste, segue em linha reta até o PONTO 113 de c.p.a. E 640319  
N 6891969; deste, segue em linha reta até o PONTO 114 de c.p.a. E 640324  
N 6891961; deste, segue em linha reta até o PONTO 115 de c.p.a. E 640322  
N 6891950; deste, segue em linha reta até o PONTO 116 de c.p.a. E 640316  
N 6891942; deste, segue em linha reta até o PONTO 117 de c.p.a. E 640312  
N 6891937; deste, segue em linha reta até o PONTO 118 de c.p.a. E 640302  
N 6891929; deste, segue em linha reta até o PONTO 119 de c.p.a. E 640296  
N 6891920; deste, segue em linha reta até o PONTO 120 de c.p.a. E 640288  
N 6891910; deste, segue em linha reta até o PONTO 121 de c.p.a. E 640280  
N 6891902; deste, segue em linha reta até o PONTO 122 de c.p.a. E 640272  
N 6891895; deste, segue em linha reta até o PONTO 123 de c.p.a. E 640262  
N 6891889; deste, segue em linha reta até o PONTO 124 de c.p.a. E 640253  
N 6891883; deste, segue em linha reta até o PONTO 125 de c.p.a. E 640243  
N 6891876; deste, segue em linha reta até o PONTO 126 de c.p.a. E 640234  
N 6891869; deste, segue em linha reta até o PONTO 127 de c.p.a. E 640225  
N 6891860; deste, segue em linha reta até o PONTO 128 de c.p.a. E 640215  
N 6891848; deste, segue em linha reta até o PONTO 129 de c.p.a. E 640207  
N 6891838; deste, segue em linha reta até o PONTO 130 de c.p.a. E 640200  
N 6891828; deste, segue em linha reta até o PONTO 131 de c.p.a. E 640194



N 6891818; deste, segue em linha reta até o PONTO 132 de c.p.a. E 640188  
N 6891810; deste, segue em linha reta até o PONTO 133 de c.p.a. E 640180  
N 6891804; deste, segue em linha reta até o PONTO 134 de c.p.a. E 640172  
N 6891798; deste, segue em linha reta até o PONTO 135 de c.p.a. E 640161  
N 6891790; deste, segue em linha reta até o PONTO 136 de c.p.a. E 640153  
N 6891785; deste, segue em linha reta até o PONTO 137 de c.p.a. E 640144  
N 6891780; deste, segue em linha reta até o PONTO 138 de c.p.a. E 640135  
N 6891774; deste, segue em linha reta até o PONTO 139 de c.p.a. E 640125  
N 6891768; deste, segue em linha reta até o PONTO 140 de c.p.a. E 640116  
N 6891761; deste, segue em linha reta até o PONTO 141 de c.p.a. E 640108  
N 6891755; deste, segue em linha reta até o PONTO 142 de c.p.a. E 640099  
N 6891748; deste, segue em linha reta até o PONTO 143 de c.p.a. E 640090  
N 6891741; deste, segue em linha reta até o PONTO 144 de c.p.a. E 640081  
N 6891735; deste, segue em linha reta até o PONTO 145 de c.p.a. E 640074  
N 6891727; deste, segue em linha reta até o PONTO 146 de c.p.a. E 640068  
N 6891718; deste, segue em linha reta até o PONTO 147 de c.p.a. E 640063  
N 6891708; deste, segue em linha reta até o PONTO 148 de c.p.a. E 640057  
N 6891698; deste, segue em linha reta até o PONTO 149 de c.p.a. E 640051  
N 6891688; deste, segue em linha reta até o PONTO 150 de c.p.a. E 640041  
N 6891689; deste, segue em linha reta até o PONTO 151 de c.p.a. E 640029  
N 6891692; deste, segue em linha reta até o PONTO 152 de c.p.a. E 640017  
N 6891692; deste, segue em linha reta até o PONTO 153 de c.p.a. E 640013  
N 6891692; deste, segue em linha reta até o PONTO 154 de c.p.a. E 640009  
N 6891692; deste, segue em linha reta até o PONTO 155 de c.p.a. E 640005  
N 6891692; deste, segue em linha reta até o PONTO 156 de c.p.a. E 639993  
N 6891691; deste, segue em linha reta até o PONTO 157 de c.p.a. E 639982  
N 6891691; deste, segue em linha reta até o PONTO 158 de c.p.a. E 639969  
N 6891691; deste, segue em linha reta até o PONTO 159 de c.p.a. E 639957  
N 6891694; deste, segue em linha reta até o PONTO 160 de c.p.a. E 639946



N 6891695; deste, segue em linha reta até o PONTO 161 de c.p.a. E 639930  
N 6891696; deste, segue em linha reta até o PONTO 162 de c.p.a. E 639919  
N 6891696; deste, segue em linha reta até o PONTO 163 de c.p.a. E 639908  
N 6891696; deste, segue em linha reta até o PONTO 164 de c.p.a. E 639897  
N 6891696; deste, segue em linha reta até o PONTO 165 de c.p.a. E 639887  
N 6891696; deste, segue em linha reta até o PONTO 166 de c.p.a. E 639879  
N 6891697; deste, segue em linha reta até o PONTO 167 de c.p.a. E 639868  
N 6891699; deste, segue em linha reta até o PONTO 168 de c.p.a. E 639857  
N 6891701; deste, segue em linha reta até o PONTO 169 de c.p.a. E 639847  
N 6891703; deste, segue em linha reta até o PONTO 170 de c.p.a. E 639837  
N 6891704; deste, segue em linha reta até o PONTO 171 de c.p.a. E 639828  
N 6891710; deste, segue em linha reta até o PONTO 172 de c.p.a. E 639820  
N 6891716; deste, segue em linha reta até o PONTO 173 de c.p.a. E 639811  
N 6891722; deste, segue em linha reta até o PONTO 174 de c.p.a. E 639800  
N 6891727; deste, segue em linha reta até o PONTO 175 de c.p.a. E 639789  
N 6891728; deste, segue em linha reta até o PONTO 176 de c.p.a. E 639779  
N 6891730; deste, segue em linha reta até o PONTO 177 de c.p.a. E 639767  
N 6891732; deste, segue em linha reta até o PONTO 178 de c.p.a. E 639756  
N 6891733; deste, segue em linha reta até o PONTO 179 de c.p.a. E 639745  
N 6891734; deste, segue em linha reta até o PONTO 180 de c.p.a. E 639733  
N 6891735; deste, segue em linha reta até o PONTO 181 de c.p.a. E 639723  
N 6891737; deste, segue em linha reta até o PONTO 182 de c.p.a. E 639711  
N 6891740; deste, segue em linha reta até o PONTO 183 de c.p.a. E 639700  
N 6891744; deste, segue em linha reta até o PONTO 184 de c.p.a. E 639691  
N 6891747; deste, segue em linha reta até o PONTO 185 de c.p.a. E 639681  
N 6891751; deste, segue em linha reta até o PONTO 186 de c.p.a. E 639671  
N 6891754; deste, segue em linha reta até o PONTO 187 de c.p.a. E 639661  
N 6891757; deste, segue em linha reta até o PONTO 188 de c.p.a. E 639649  
N 6891761; deste, segue em linha reta até o PONTO 189 de c.p.a. E 639639



N 6891765; deste, segue em linha reta até o PONTO 190 de c.p.a. E 639629  
N 6891770; deste, segue em linha reta até o PONTO 191 de c.p.a. E 639618  
N 6891774; deste, segue em linha reta até o PONTO 192 de c.p.a. E 639607  
N 6891776; deste, segue em linha reta até o PONTO 193 de c.p.a. E 639596  
N 6891779; deste, segue em linha reta até o PONTO 194 de c.p.a. E 639585  
N 6891782; deste, segue em linha reta até o PONTO 195 de c.p.a. E 639574  
N 6891783; deste, segue em linha reta até o PONTO 196 de c.p.a. E 639564  
N 6891785; deste, segue em linha reta até o PONTO 197 de c.p.a. E 639554  
N 6891786; deste, segue em linha reta até o PONTO 198 de c.p.a. E 639544  
N 6891789; deste, segue em linha reta até o PONTO 199 de c.p.a. E 639532  
N 6891791; deste, segue em linha reta até o PONTO 200 de c.p.a. E 639520  
N 6891792; deste, segue em linha reta até o PONTO 201 de c.p.a. E 639501  
N 6891792; deste, segue em linha reta até o PONTO 202 de c.p.a. E 639459  
N 6891791; deste, segue em linha reta até o PONTO 203 de c.p.a. E 639449  
N 6891791; deste, segue em linha reta até o PONTO 204 de c.p.a. E 639439  
N 6891791; deste, segue em linha reta até o PONTO 205 de c.p.a. E 639428  
N 6891789; deste, segue em linha reta até o PONTO 206 de c.p.a. E 639417  
N 6891786; deste, segue em linha reta até o PONTO 207 de c.p.a. E 639396  
N 6891782; deste, segue em linha reta até o PONTO 208 de c.p.a. E 639385  
N 6891779; deste, segue em linha reta até o PONTO 209 de c.p.a. E 639365  
N 6891773; deste, segue em linha reta até o PONTO 210 de c.p.a. E 639355  
N 6891770; deste, segue em linha reta até o PONTO 211 de c.p.a. E 639345  
N 6891765; deste, segue em linha reta até o PONTO 212 de c.p.a. E 639335  
N 6891761; deste, segue em linha reta até o PONTO 213 de c.p.a. E 639326  
N 6891757; deste, segue em linha reta até o PONTO 214 de c.p.a. E 639314  
N 6891755; deste, segue em linha reta até o PONTO 215 de c.p.a. E 639294  
N 6891754; deste, segue em linha reta até o PONTO 216 de c.p.a. E 639273  
N 6891754; deste, segue em linha reta até o PONTO 217 de c.p.a. E 639262  
N 6891754; deste, segue em linha reta até o PONTO 218 de c.p.a. E 639252





N 6891754; deste, segue em linha reta até o PONTO 219 de c.p.a. E 639251  
N 6891754; deste, segue em linha reta até o PONTO 220 de c.p.a. E 639135  
N 6891717; deste, segue em linha reta até o PONTO 221 de c.p.a. E 639127  
N 6891711; deste, segue em linha reta até o PONTO 222 de c.p.a. E 639117  
N 6891708; deste, segue em linha reta até o PONTO 223 de c.p.a. E 639107  
N 6891706; deste, segue em linha reta até o PONTO 224 de c.p.a. E 639096  
N 6891705; deste, segue em linha reta até o PONTO 225 de c.p.a. E 639060  
N 6891694; deste, segue em linha reta até o PONTO 226 de c.p.a. E 639055  
N 6891692; deste, segue em linha reta até o PONTO 227 de c.p.a. E 639045  
N 6891689; deste, segue em linha reta até o PONTO 228 de c.p.a. E 639044  
N 6891689; deste, segue em linha reta até o PONTO 229 de c.p.a. E 639023  
N 6891683; deste, segue em linha reta até o PONTO 230 de c.p.a. E 638797  
N 6891979; deste, segue em linha reta até o PONTO 231 de c.p.a. E 638442  
N 6891993; deste, segue em linha reta até o PONTO 232 de c.p.a. E 638289  
N 6892112; deste, segue em linha reta até o PONTO 233 de c.p.a. E 638168  
N 6892096; deste, segue em linha reta até o PONTO 234 de c.p.a. E 638123  
N 6892088; deste, segue em linha reta até o PONTO 235 de c.p.a. E 638086  
N 6892086; deste, segue em linha reta até o PONTO 236 de c.p.a. E 637988  
N 6892073; deste, segue em linha reta até o PONTO 237 de c.p.a. E 637573  
N 6892111; deste, segue em linha reta até o PONTO 238 de c.p.a. E 637494  
N 6891928; deste, segue em linha reta até o PONTO 239 de c.p.a. E 637479  
N 6891904; deste, segue em linha reta até o PONTO 240 de c.p.a. E 637470  
N 6891896; deste, segue em linha reta até o PONTO 241 de c.p.a. E 637461  
N 6891893; deste, segue em linha reta até o PONTO 242 de c.p.a. E 637451  
N 6891888; deste, segue em linha reta até o PONTO 243 de c.p.a. E 637443  
N 6891882; deste, segue em linha reta até o PONTO 244 de c.p.a. E 637435  
N 6891874; deste, segue em linha reta até o PONTO 245 de c.p.a. E 637429  
N 6891865; deste, segue em linha reta até o PONTO 246 de c.p.a. E 637424  
N 6891856; deste, segue em linha reta até o PONTO 247 de c.p.a. E 637416



N 6891845; deste, segue em linha reta até o PONTO 248 de c.p.a. E 637410  
N 6891835; deste, segue em linha reta até o PONTO 249 de c.p.a. E 637404  
N 6891826; deste, segue em linha reta até o PONTO 250 de c.p.a. E 637399  
N 6891817; deste, segue em linha reta até o PONTO 251 de c.p.a. E 637393  
N 6891807; deste, segue em linha reta até o PONTO 252 de c.p.a. E 637388  
N 6891797; deste, segue em linha reta até o PONTO 253 de c.p.a. E 637384  
N 6891787; deste, segue em linha reta até o PONTO 254 de c.p.a. E 637383  
N 6891776; deste, segue em linha reta até o PONTO 255 de c.p.a. E 637381  
N 6891764; deste, segue em linha reta até o PONTO 256 de c.p.a. E 637378  
N 6891754; deste, segue em linha reta até o PONTO 257 de c.p.a. E 637378  
N 6891743; deste, segue em linha reta até o PONTO 258 de c.p.a. E 637377  
N 6891732; deste, segue em linha reta até o PONTO 259 de c.p.a. E 637376  
N 6891721; deste, segue em linha reta até o PONTO 260 de c.p.a. E 637373  
N 6891710; deste, segue em linha reta até o PONTO 261 de c.p.a. E 637369  
N 6891699; deste, segue em linha reta até o PONTO 262 de c.p.a. E 637366  
N 6891687; deste, segue em linha reta até o PONTO 263 de c.p.a. E 637365  
N 6891677; deste, segue em linha reta até o PONTO 264 de c.p.a. E 637365  
N 6891666; deste, segue em linha reta até o PONTO 265 de c.p.a. E 637365  
N 6891656; deste, segue em linha reta até o PONTO 266 de c.p.a. E 637360  
N 6891646; deste, segue em linha reta até o PONTO 267 de c.p.a. E 637355  
N 6891636; deste, segue em linha reta até o PONTO 268 de c.p.a. E 637351  
N 6891626; deste, segue em linha reta até o PONTO 269 de c.p.a. E 637349  
N 6891615; deste, segue em linha reta até o PONTO 270 de c.p.a. E 637348  
N 6891603; deste, segue em linha reta até o PONTO 271 de c.p.a. E 637346  
N 6891593; deste, segue em linha reta até o PONTO 272 de c.p.a. E 637344  
N 6891581; deste, segue em linha reta até o PONTO 273 de c.p.a. E 637342  
N 6891567; deste, segue em linha reta até o PONTO 274 de c.p.a. E 637340  
N 6891556; deste, segue em linha reta até o PONTO 275 de c.p.a. E 637337  
N 6891545; deste, segue em linha reta até o PONTO 276 de c.p.a. E 637336



N 6891534; deste, segue em linha reta até o PONTO 277 de c.p.a. E 637336  
N 6891524; deste, segue em linha reta até o PONTO 278 de c.p.a. E 637334  
N 6891514; deste, segue em linha reta até o PONTO 279 de c.p.a. E 637333  
N 6891504; deste, segue em linha reta até o PONTO 280 de c.p.a. E 637330  
N 6891493; deste, segue em linha reta até o PONTO 281 de c.p.a. E 637327  
N 6891479; deste, segue em linha reta até o PONTO 282 de c.p.a. E 637324  
N 6891465; deste, segue em linha reta até o PONTO 283 de c.p.a. E 637320  
N 6891454; deste, segue em linha reta até o PONTO 284 de c.p.a. E 637315  
N 6891441; deste, segue em linha reta até o PONTO 285 de c.p.a. E 637311  
N 6891429; deste, segue em linha reta até o PONTO 286 de c.p.a. E 637308  
N 6891418; deste, segue em linha reta até o PONTO 287 de c.p.a. E 637305  
N 6891408; deste, segue em linha reta até o PONTO 288 de c.p.a. E 637301  
N 6891398; deste, segue em linha reta até o PONTO 289 de c.p.a. E 637298  
N 6891391; deste, segue em linha reta até o PONTO 290 de c.p.a. E 637296  
N 6891386; deste, segue em linha reta até o PONTO 291 de c.p.a. E 637291  
N 6891377; deste, segue em linha reta até o PONTO 292 de c.p.a. E 637288  
N 6891371; deste, segue em linha reta até o PONTO 293 de c.p.a. E 637286  
N 6891367; deste, segue em linha reta até o PONTO 294 de c.p.a. E 637281  
N 6891358; deste, segue em linha reta até o PONTO 295 de c.p.a. E 637276  
N 6891348; deste, segue em linha reta até o PONTO 296 de c.p.a. E 637273  
N 6891336; deste, segue em linha reta até o PONTO 297 de c.p.a. E 637267  
N 6891327; deste, segue em linha reta até o PONTO 298 de c.p.a. E 637262  
N 6891317; deste, segue em linha reta até o PONTO 299 de c.p.a. E 637258  
N 6891306; deste, segue em linha reta até o PONTO 300 de c.p.a. E 637255  
N 6891297; deste, segue em linha reta até o PONTO 301 de c.p.a. E 637252  
N 6891286; deste, segue em linha reta até o PONTO 302 de c.p.a. E 637249  
N 6891275; deste, segue em linha reta até o PONTO 303 de c.p.a. E 637245  
N 6891264; deste, segue em linha reta até o PONTO 304 de c.p.a. E 637239  
N 6891254; deste, segue em linha reta até o PONTO 305 de c.p.a. E 637235



N 6891244; deste, segue em linha reta até o PONTO 306 de c.p.a. E 637230  
N 6891234; deste, segue em linha reta até o PONTO 307 de c.p.a. E 637225  
N 6891223; deste, segue em linha reta até o PONTO 308 de c.p.a. E 637219  
N 6891215; deste, segue em linha reta até o PONTO 309 de c.p.a. E 637210  
N 6891208; deste, segue em linha reta até o PONTO 310 de c.p.a. E 637205  
N 6891199; deste, segue em linha reta até o PONTO 311 de c.p.a. E 637203  
N 6891186; deste, segue em linha reta até o PONTO 312 de c.p.a. E 637203  
N 6891176; deste, segue em linha reta até o PONTO 313 de c.p.a. E 637203  
N 6891162; deste, segue em linha reta até o PONTO 314 de c.p.a. E 637204  
N 6891152; deste, segue em linha reta até o PONTO 315 de c.p.a. E 637208  
N 6891142; deste, segue em linha reta até o PONTO 316 de c.p.a. E 637214  
N 6891132; deste, segue em linha reta até o PONTO 317 de c.p.a. E 637221  
N 6891124; deste, segue em linha reta até o PONTO 318 de c.p.a. E 637228  
N 6891116; deste, segue em linha reta até o PONTO 319 de c.p.a. E 637231  
N 6891106; deste, segue em linha reta até o PONTO 320 de c.p.a. E 637228  
N 6891100; deste, segue em linha reta até o PONTO 321 de c.p.a. E 637223  
N 6891091; deste, segue em linha reta até o PONTO 322 de c.p.a. E 637217  
N 6891083; deste, segue em linha reta até o PONTO 323 de c.p.a. E 637212  
N 6891074; deste, segue em linha reta até o PONTO 324 de c.p.a. E 637207  
N 6891064; deste, segue em linha reta até o PONTO 325 de c.p.a. E 637203  
N 6891054; deste, segue em linha reta até o PONTO 326 de c.p.a. E 637199  
N 6891043; deste, segue em linha reta até o PONTO 327 de c.p.a. E 637194  
N 6891032; deste, segue em linha reta até o PONTO 328 de c.p.a. E 637189  
N 6891022; deste, segue em linha reta até o PONTO 329 de c.p.a. E 637187  
N 6891012; deste, segue em linha reta até o PONTO 330 de c.p.a. E 637190  
N 6891002; deste, segue em linha reta até o PONTO 331 de c.p.a. E 637196  
N 6890993; deste, segue em linha reta até o PONTO 332 de c.p.a. E 637202  
N 6890985; deste, segue em linha reta até o PONTO 333 de c.p.a. E 637207  
N 6890975; deste, segue em linha reta até o PONTO 334 de c.p.a. E 637213



N 6890967; deste, segue em linha reta até o PONTO 335 de c.p.a. E 637219  
N 6890960; deste, segue em linha reta até o PONTO 336 de c.p.a. E 637225  
N 6890950; deste, segue em linha reta até o PONTO 337 de c.p.a. E 637231  
N 6890940; deste, segue em linha reta até o PONTO 338 de c.p.a. E 637236  
N 6890929; deste, segue em linha reta até o PONTO 339 de c.p.a. E 637242  
N 6890917; deste, segue em linha reta até o PONTO 340 de c.p.a. E 637247  
N 6890907; deste, segue em linha reta até o PONTO 341 de c.p.a. E 637253  
N 6890898; deste, segue em linha reta até o PONTO 342 de c.p.a. E 637259  
N 6890889; deste, segue em linha reta até o PONTO 343 de c.p.a. E 637262  
N 6890882; deste, segue em linha reta até o PONTO 344 de c.p.a. E 637264  
N 6890878; deste, segue em linha reta até o PONTO 345 de c.p.a. E 637269  
N 6890861; deste, segue em linha reta até o PONTO 346 de c.p.a. E 637264  
N 6890857; deste, segue em linha reta até o PONTO 347 de c.p.a. E 637257  
N 6890847; deste, segue em linha reta até o PONTO 348 de c.p.a. E 637253  
N 6890840; deste, segue em linha reta até o PONTO 349 de c.p.a. E 637247  
N 6890831; deste, segue em linha reta até o PONTO 350 de c.p.a. E 637245  
N 6890823; deste, segue em linha reta até o PONTO 351 de c.p.a. E 637241  
N 6890816; deste, segue em linha reta até o PONTO 352 de c.p.a. E 637237  
N 6890806; deste, segue em linha reta até o PONTO 353 de c.p.a. E 637234  
N 6890797; deste, segue em linha reta até o PONTO 354 de c.p.a. E 637230  
N 6890784; deste, segue em linha reta até o PONTO 355 de c.p.a. E 637227  
N 6890771; deste, segue em linha reta até o PONTO 356 de c.p.a. E 637225  
N 6890762; deste, segue em linha reta até o PONTO 357 de c.p.a. E 637224  
N 6890752; deste, segue em linha reta até o PONTO 358 de c.p.a. E 637222  
N 6890745; deste, segue em linha reta até o PONTO 359 de c.p.a. E 637221  
N 6890736; deste, segue em linha reta até o PONTO 360 de c.p.a. E 637219  
N 6890730; deste, segue em linha reta até o PONTO 361 de c.p.a. E 637217  
N 6890723; deste, segue em linha reta até o PONTO 362 de c.p.a. E 637215  
N 6890712; deste, segue em linha reta até o PONTO 363 de c.p.a. E 637214



N 6890703; deste, segue em linha reta até o PONTO 364 de c.p.a. E 637214  
N 6890692; deste, segue em linha reta até o PONTO 365 de c.p.a. E 637214  
N 6890678; deste, segue em linha reta até o PONTO 366 de c.p.a. E 637214  
N 6890665; deste, segue em linha reta até o PONTO 367 de c.p.a. E 637214  
N 6890651; deste, segue em linha reta até o PONTO 368 de c.p.a. E 637214  
N 6890634; deste, segue em linha reta até o PONTO 369 de c.p.a. E 637211  
N 6890627; deste, segue em linha reta até o PONTO 370 de c.p.a. E 637210  
N 6890623; deste, segue em linha reta até o PONTO 371 de c.p.a. E 637209  
N 6890621; deste, segue em linha reta até o PONTO 372 de c.p.a. E 637205  
N 6890614; deste, segue em linha reta até o PONTO 373 de c.p.a. E 637202  
N 6890607; deste, segue em linha reta até o PONTO 374 de c.p.a. E 637197  
N 6890599; deste, segue em linha reta até o PONTO 375 de c.p.a. E 637193  
N 6890591; deste, segue em linha reta até o PONTO 376 de c.p.a. E 637188  
N 6890583; deste, segue em linha reta até o PONTO 377 de c.p.a. E 637182  
N 6890579; deste, segue em linha reta até o PONTO 378 de c.p.a. E 637174  
N 6890575; deste, segue em linha reta até o PONTO 379 de c.p.a. E 637168  
N 6890573; deste, segue em linha reta até o PONTO 380 de c.p.a. E 637161  
N 6890570; deste, segue em linha reta até o PONTO 381 de c.p.a. E 637157  
N 6890568; deste, segue em linha reta até o PONTO 382 de c.p.a. E 637149  
N 6890560; deste, segue em linha reta até o PONTO 383 de c.p.a. E 637145  
N 6890554; deste, segue em linha reta até o PONTO 384 de c.p.a. E 637141  
N 6890550; deste, segue em linha reta até o PONTO 385 de c.p.a. E 637137  
N 6890546; deste, segue em linha reta até o PONTO 386 de c.p.a. E 637135  
N 6890544; deste, segue em linha reta até o PONTO 387 de c.p.a. E 637132  
N 6890538; deste, segue em linha reta até o PONTO 388 de c.p.a. E 637128  
N 6890532; deste, segue em linha reta até o PONTO 389 de c.p.a. E 637124  
N 6890525; deste, segue em linha reta até o PONTO 390 de c.p.a. E 637120  
N 6890520; deste, segue em linha reta até o PONTO 391 de c.p.a. E 637117  
N 6890516; deste, segue em linha reta até o PONTO 392 de c.p.a. E 637113



N 6890512; deste, segue em linha reta até o PONTO 393 de c.p.a. E 637110  
N 6890508; deste, segue em linha reta até o PONTO 394 de c.p.a. E 637105  
N 6890504; deste, segue em linha reta até o PONTO 395 de c.p.a. E 637100  
N 6890499; deste, segue em linha reta até o PONTO 396 de c.p.a. E 637093  
N 6890494; deste, segue em linha reta até o PONTO 397 de c.p.a. E 637087  
N 6890491; deste, segue em linha reta até o PONTO 398 de c.p.a. E 637084  
N 6890489; deste, segue em linha reta até o PONTO 399 de c.p.a. E 637078  
N 6890487; deste, segue em linha reta até o PONTO 400 de c.p.a. E 637074  
N 6890487; deste, segue em linha reta até o PONTO 401 de c.p.a. E 637066  
N 6890486; deste, segue em linha reta até o PONTO 402 de c.p.a. E 637063  
N 6890485; deste, segue em linha reta até o PONTO 403 de c.p.a. E 637059  
N 6890481; deste, segue em linha reta até o PONTO 404 de c.p.a. E 637055  
N 6890477; deste, segue em linha reta até o PONTO 405 de c.p.a. E 637053  
N 6890472; deste, segue em linha reta até o PONTO 406 de c.p.a. E 637052  
N 6890468; deste, segue em linha reta até o PONTO 407 de c.p.a. E 637049  
N 6890463; deste, segue em linha reta até o PONTO 408 de c.p.a. E 637047  
N 6890459; deste, segue em linha reta até o PONTO 409 de c.p.a. E 637043  
N 6890453; deste, segue em linha reta até o PONTO 410 de c.p.a. E 637039  
N 6890448; deste, segue em linha reta até o PONTO 411 de c.p.a. E 637037  
N 6890443; deste, segue em linha reta até o PONTO 412 de c.p.a. E 637035  
N 6890439; deste, segue em linha reta até o PONTO 413 de c.p.a. E 637033  
N 6890435; deste, segue em linha reta até o PONTO 414 de c.p.a. E 637030  
N 6890429; deste, segue em linha reta até o PONTO 415 de c.p.a. E 637024  
N 6890421; deste, segue em linha reta até o PONTO 416 de c.p.a. E 637019  
N 6890416; deste, segue em linha reta até o PONTO 417 de c.p.a. E 637014  
N 6890410; deste, segue em linha reta até o PONTO 418 de c.p.a. E 637007  
N 6890402; deste, segue em linha reta até o PONTO 419 de c.p.a. E 636998  
N 6890395; deste, segue em linha reta até o PONTO 420 de c.p.a. E 636989  
N 6890388; deste, segue em linha reta até o PONTO 421 de c.p.a. E 636982





N 6890384; deste, segue em linha reta até o PONTO 422 de c.p.a. E 636975  
N 6890380; deste, segue em linha reta até o PONTO 423 de c.p.a. E 636968  
N 6890376; deste, segue em linha reta até o PONTO 424 de c.p.a. E 636957  
N 6890374; deste, segue em linha reta até o PONTO 425 de c.p.a. E 636942  
N 6890374; deste, segue em linha reta até o PONTO 426 de c.p.a. E 636928  
N 6890374; deste, segue em linha reta até o PONTO 427 de c.p.a. E 636917  
N 6890374; deste, segue em linha reta até o PONTO 428 de c.p.a. E 636899  
N 6890374; deste, segue em linha reta até o PONTO 429 de c.p.a. E 636891  
N 6890374; deste, segue em linha reta até o PONTO 430 de c.p.a. E 636880  
N 6890372; deste, segue em linha reta até o PONTO 431 de c.p.a. E 636870  
N 6890371; deste, segue em linha reta até o PONTO 432 de c.p.a. E 636863  
N 6890370; deste, segue em linha reta até o PONTO 433 de c.p.a. E 636853  
N 6890367; deste, segue em linha reta até o PONTO 434 de c.p.a. E 636843  
N 6890364; deste, segue em linha reta até o PONTO 435 de c.p.a. E 636837  
N 6890362; deste, segue em linha reta até o PONTO 436 de c.p.a. E 636831  
N 6890359; deste, segue em linha reta até o PONTO 437 de c.p.a. E 636823  
N 6890355; deste, segue em linha reta até o PONTO 438 de c.p.a. E 636817  
N 6890351; deste, segue em linha reta até o PONTO 439 de c.p.a. E 636808  
N 6890346; deste, segue em linha reta até o PONTO 440 de c.p.a. E 636803  
N 6890341; deste, segue em linha reta até o PONTO 441 de c.p.a. E 636790  
N 6890328; deste, segue em linha reta até o PONTO 442 de c.p.a. E 636787  
N 6890324; deste, segue em linha reta até o PONTO 443 de c.p.a. E 636784  
N 6890320; deste, segue em linha reta até o PONTO 444 de c.p.a. E 636780  
N 6890315; deste, segue em linha reta até o PONTO 445 de c.p.a. E 636778  
N 6890312; deste, segue em linha reta até o PONTO 446 de c.p.a. E 636776  
N 6890304; deste, segue em linha reta até o PONTO 447 de c.p.a. E 636774  
N 6890296; deste, segue em linha reta até o PONTO 448 de c.p.a. E 636773  
N 6890286; deste, segue em linha reta até o PONTO 449 de c.p.a. E 636773  
N 6890280; deste, segue em linha reta até o PONTO 450 de c.p.a. E 636774



N 6890270; deste, segue em linha reta até o PONTO 451 de c.p.a. E 636774  
N 6890260; deste, segue em linha reta até o PONTO 452 de c.p.a. E 636774  
N 6890249; deste, segue em linha reta até o PONTO 453 de c.p.a. E 636774  
N 6890237; deste, segue em linha reta até o PONTO 454 de c.p.a. E 636774  
N 6890227; deste, segue em linha reta até o PONTO 455 de c.p.a. E 636774  
N 6890222; deste, segue em linha reta até o PONTO 456 de c.p.a. E 636774  
N 6890217; deste, segue em linha reta até o PONTO 457 de c.p.a. E 636775  
N 6890206; deste, segue em linha reta até o PONTO 458 de c.p.a. E 636775  
N 6890200; deste, segue em linha reta até o PONTO 459 de c.p.a. E 636777  
N 6890128; deste, segue em linha reta até o PONTO 460 de c.p.a. E 636920  
N 6889658; deste, segue em linha reta até o PONTO 461 de c.p.a. E 636944  
N 6889580; deste, segue em linha reta até o PONTO 462 de c.p.a. E 637409  
N 6889093; deste, segue em linha reta até o PONTO 463 de c.p.a. E 637284  
N 6889027; deste, segue em linha reta até o PONTO 464 de c.p.a. E 636954  
N 6888898; deste, segue em linha reta até o PONTO 465 de c.p.a. E 636812  
N 6888843; deste, segue em linha reta até o PONTO 466 de c.p.a. E 636519  
N 6888659; deste, segue em linha reta até o PONTO 467 de c.p.a. E 636392  
N 6888538; deste, segue em linha reta até o PONTO 468 de c.p.a. E 636281  
N 6888475; deste, segue em linha reta até o PONTO 469 de c.p.a. E 636172  
N 6888333; deste, segue em linha reta até o PONTO 470 de c.p.a. E 636172  
N 6888332; deste, segue em linha reta até o PONTO 471 de c.p.a. E 636181  
N 6888325; deste, segue em linha reta até o PONTO 472 de c.p.a. E 635969  
N 6888434; deste, segue em linha reta até o PONTO 473 de c.p.a. E 635958  
N 6888443; deste, segue em linha reta até o PONTO 474 de c.p.a. E 635903  
N 6888468; deste, segue em linha reta até o PONTO 475 de c.p.a. E 635765  
N 6888297; deste, segue em linha reta até o PONTO 476 de c.p.a. E 635721  
N 6888330; deste, segue em linha reta até o PONTO 477 de c.p.a. E 635671  
N 6888209; deste, segue em linha reta até o PONTO 478 de c.p.a. E 635557  
N 6888234; deste, segue em linha reta até o PONTO 479 de c.p.a. E 634879



N 6887594; deste, segue em linha reta até o PONTO 480 de c.p.a. E 634781  
N 6887573; deste, segue em linha reta até o PONTO 481 de c.p.a. E 634673  
N 6887563; deste, segue em linha reta até o PONTO 482 de c.p.a. E 634560  
N 6887542; deste, segue em linha reta até o PONTO 483 de c.p.a. E 634463  
N 6887523; deste, segue em linha reta até o PONTO 484 de c.p.a. E 634387  
N 6887493; deste, segue em linha reta até o PONTO 485 de c.p.a. E 634316  
N 6887452; deste, segue em linha reta até o PONTO 486 de c.p.a. E 634229  
N 6887436; deste, segue em linha reta até o PONTO 487 de c.p.a. E 634099  
N 6887410; deste, segue em linha reta até o PONTO 488 de c.p.a. E 633962  
N 6887403; deste, segue em linha reta até o PONTO 489 de c.p.a. E 633842  
N 6887393; deste, segue em linha reta até o PONTO 490 de c.p.a. E 633776  
N 6887330; deste, segue em linha reta até o PONTO 491 de c.p.a. E 633782  
N 6887009; deste, segue em linha reta até o PONTO 492 de c.p.a. E 633781  
N 6886996; deste, segue em linha reta até o PONTO 493 de c.p.a. E 633779  
N 6886978; deste, segue em linha reta até o PONTO 494 de c.p.a. E 633776  
N 6886962; deste, segue em linha reta até o PONTO 495 de c.p.a. E 633774  
N 6886952; deste, segue em linha reta até o PONTO 496 de c.p.a. E 633769  
N 6886942; deste, segue em linha reta até o PONTO 497 de c.p.a. E 633765  
N 6886928; deste, segue em linha reta até o PONTO 498 de c.p.a. E 633764  
N 6886917; deste, segue em linha reta até o PONTO 499 de c.p.a. E 633763  
N 6886906; deste, segue em linha reta até o PONTO 500 de c.p.a. E 633763  
N 6886893; deste, segue em linha reta até o PONTO 501 de c.p.a. E 633763  
N 6886867; deste, segue em linha reta até o PONTO 502 de c.p.a. E 633764  
N 6886854; deste, segue em linha reta até o PONTO 503 de c.p.a. E 633765  
N 6886841; deste, segue em linha reta até o PONTO 504 de c.p.a. E 633765  
N 6886827; deste, segue em linha reta até o PONTO 505 de c.p.a. E 633762  
N 6886814; deste, segue em linha reta até o PONTO 506 de c.p.a. E 633762  
N 6886804; deste, segue em linha reta até o PONTO 507 de c.p.a. E 633760  
N 6886791; deste, segue em linha reta até o PONTO 508 de c.p.a. E 633760



N 6886780; deste, segue em linha reta até o PONTO 509 de c.p.a. E 633755  
N 6886767; deste, segue em linha reta até o PONTO 510 de c.p.a. E 633753  
N 6886755; deste, segue em linha reta até o PONTO 511 de c.p.a. E 633752  
N 6886751; deste, segue em linha reta até o PONTO 512 de c.p.a. E 633749  
N 6886742; deste, segue em linha reta até o PONTO 513 de c.p.a. E 633749  
N 6886740; deste, segue em linha reta até o PONTO 514 de c.p.a. E 633748  
N 6886729; deste, segue em linha reta até o PONTO 515 de c.p.a. E 633746  
N 6886725; deste, segue em linha reta até o PONTO 516 de c.p.a. E 633743  
N 6886717; deste, segue em linha reta até o PONTO 517 de c.p.a. E 633742  
N 6886712; deste, segue em linha reta até o PONTO 518 de c.p.a. E 633740  
N 6886706; deste, segue em linha reta até o PONTO 519 de c.p.a. E 633735  
N 6886696; deste, segue em linha reta até o PONTO 520 de c.p.a. E 633731  
N 6886686; deste, segue em linha reta até o PONTO 521 de c.p.a. E 633727  
N 6886681; deste, segue em linha reta até o PONTO 522 de c.p.a. E 633723  
N 6886675; deste, segue em linha reta até o PONTO 523 de c.p.a. E 633718  
N 6886667; deste, segue em linha reta até o PONTO 524 de c.p.a. E 633709  
N 6886658; deste, segue em linha reta até o PONTO 525 de c.p.a. E 633703  
N 6886653; deste, segue em linha reta até o PONTO 526 de c.p.a. E 633694  
N 6886647; deste, segue em linha reta até o PONTO 527 de c.p.a. E 633688  
N 6886643; deste, segue em linha reta até o PONTO 528 de c.p.a. E 633681  
N 6886638; deste, segue em linha reta até o PONTO 529 de c.p.a. E 633673  
N 6886632; deste, segue em linha reta até o PONTO 530 de c.p.a. E 633667  
N 6886627; deste, segue em linha reta até o PONTO 531 de c.p.a. E 633678  
N 6886625; deste, segue em linha reta até o PONTO 532 de c.p.a. E 633688  
N 6886622; deste, segue em linha reta até o PONTO 533 de c.p.a. E 633694  
N 6886621; deste, segue em linha reta até o PONTO 534 de c.p.a. E 633700  
N 6886618; deste, segue em linha reta até o PONTO 535 de c.p.a. E 633707  
N 6886616; deste, segue em linha reta até o PONTO 536 de c.p.a. E 633714  
N 6886612; deste, segue em linha reta até o PONTO 537 de c.p.a. E 633722



N 6886608; deste, segue em linha reta até o PONTO 538 de c.p.a. E 633737  
N 6886599; deste, segue em linha reta até o PONTO 539 de c.p.a. E 633746  
N 6886595; deste, segue em linha reta até o PONTO 540 de c.p.a. E 633756  
N 6886591; deste, segue em linha reta até o PONTO 541 de c.p.a. E 633767  
N 6886589; deste, segue em linha reta até o PONTO 542 de c.p.a. E 633788  
N 6886590; deste, segue em linha reta até o PONTO 543 de c.p.a. E 633800  
N 6886590; deste, segue em linha reta até o PONTO 544 de c.p.a. E 633813  
N 6886590; deste, segue em linha reta até o PONTO 545 de c.p.a. E 633838  
N 6886591; deste, segue em linha reta até o PONTO 546 de c.p.a. E 633844  
N 6886591; deste, segue em linha reta até o PONTO 547 de c.p.a. E 633863  
N 6886557; deste, segue em linha reta até o PONTO 548 de c.p.a. E 633890  
N 6886498; deste, segue em linha reta até o PONTO 549 de c.p.a. E 633949  
N 6886290; deste, segue em linha reta até o PONTO 550 de c.p.a. E 633909  
N 6886316; deste, segue em linha reta até o PONTO 551 de c.p.a. E 633882  
N 6886341; deste, segue em linha reta até o PONTO 552 de c.p.a. E 633859  
N 6886364; deste, segue em linha reta até o PONTO 553 de c.p.a. E 633820  
N 6886374; deste, segue em linha reta até o PONTO 554 de c.p.a. E 633758  
N 6886403; deste, segue em linha reta até o PONTO 555 de c.p.a. E 633667  
N 6886431; deste, segue em linha reta até o PONTO 556 de c.p.a. E 633617  
N 6886458; deste, segue em linha reta até o PONTO 557 de c.p.a. E 633572  
N 6886490; deste, segue em linha reta até o PONTO 558 de c.p.a. E 633495  
N 6886490; deste, segue em linha reta até o PONTO 559 de c.p.a. E 633355  
N 6886480; deste, segue em linha reta até o PONTO 560 de c.p.a. E 633329  
N 6886484; deste, segue em linha reta até o PONTO 561 de c.p.a. E 633293  
N 6886487; deste, segue em linha reta até o PONTO 562 de c.p.a. E 633262  
N 6886020; deste, segue em linha reta até o PONTO 563 de c.p.a. E 632975  
N 6885635; deste, segue em linha reta até o PONTO 564 de c.p.a. E 632900  
N 6885618; deste, segue em linha reta até o PONTO 565 de c.p.a. E 632841  
N 6885611; deste, segue em linha reta até o PONTO 566 de c.p.a. E 632768



N 6885611; deste, segue em linha reta até o PONTO 567 de c.p.a. E 632706  
N 6885578; deste, segue em linha reta até o PONTO 568 de c.p.a. E 632628  
N 6885592; deste, segue em linha reta até o PONTO 569 de c.p.a. E 632498  
N 6885569; deste, segue em linha reta até o PONTO 570 de c.p.a. E 632338  
N 6885533; deste, segue em linha reta até o PONTO 571 de c.p.a. E 632215  
N 6885535; deste, segue em linha reta até o PONTO 572 de c.p.a. E 632130  
N 6885547; deste, segue em linha reta até o PONTO 573 de c.p.a. E 632043  
N 6885509; deste, segue em linha reta até o PONTO 574 de c.p.a. E 631951  
N 6885469; deste, segue em linha reta até o PONTO 575 de c.p.a. E 631816  
N 6885432; deste, segue em linha reta até o PONTO 576 de c.p.a. E 631722  
N 6885432; deste, segue em linha reta até o PONTO 577 de c.p.a. E 631594  
N 6885415; deste, segue em linha reta até o PONTO 578 de c.p.a. E 631488  
N 6885401; deste, segue em linha reta até o PONTO 579 de c.p.a. E 631375  
N 6885406; deste, segue em linha reta até o PONTO 580 de c.p.a. E 631264  
N 6885403; deste, segue em linha reta até o PONTO 581 de c.p.a. E 631292  
N 6885221; deste, segue em linha reta até o PONTO 582 de c.p.a. E 631297  
N 6885146; deste, segue em linha reta até o PONTO 583 de c.p.a. E 631241  
N 6884952; deste, segue em linha reta até o PONTO 584 de c.p.a. E 631277  
N 6884913; deste, segue em linha reta até o PONTO 585 de c.p.a. E 631277  
N 6884850; deste, segue em linha reta até o PONTO 586 de c.p.a. E 631373  
N 6884767; deste, segue em linha reta até o PONTO 587 de c.p.a. E 631385  
N 6884744; deste, segue em linha reta até o PONTO 588 de c.p.a. E 631385  
N 6884717; deste, segue em linha reta até o PONTO 589 de c.p.a. E 631453  
N 6884672; deste, segue em linha reta até o PONTO 590 de c.p.a. E 631483  
N 6884604; deste, segue em linha reta até o PONTO 591 de c.p.a. E 631553  
N 6884516; deste, segue em linha reta até o PONTO 592 de c.p.a. E 631682  
N 6884359; deste, segue em linha reta até o PONTO 593 de c.p.a. E 631572  
N 6884289; deste, segue em linha reta até o PONTO 594 de c.p.a. E 631608  
N 6884217; deste, segue em linha reta até o PONTO 595 de c.p.a. E 631612



N 6884211; deste, segue em linha reta até o PONTO 596 de c.p.a. E 631639  
N 6884163; deste, segue em linha reta até o PONTO 597 de c.p.a. E 631670  
N 6884119; deste, segue em linha reta até o PONTO 598 de c.p.a. E 631727  
N 6884060; deste, segue em linha reta até o PONTO 599 de c.p.a. E 631760  
N 6884008; deste, segue em linha reta até o PONTO 600 de c.p.a. E 631764  
N 6883982; deste, segue em linha reta até o PONTO 601 de c.p.a. E 631773  
N 6883965; deste, segue em linha reta até o PONTO 602 de c.p.a. E 631783  
N 6883961; deste, segue em linha reta até o PONTO 603 de c.p.a. E 631785  
N 6883954; deste, segue em linha reta até o PONTO 604 de c.p.a. E 631787  
N 6883944; deste, segue em linha reta até o PONTO 605 de c.p.a. E 631792  
N 6883934; deste, segue em linha reta até o PONTO 606 de c.p.a. E 631795  
N 6883928; deste, segue em linha reta até o PONTO 607 de c.p.a. E 631803  
N 6883920; deste, segue em linha reta até o PONTO 608 de c.p.a. E 631805  
N 6883907; deste, segue em linha reta até o PONTO 609 de c.p.a. E 631807  
N 6883897; deste, segue em linha reta até o PONTO 610 de c.p.a. E 631793  
N 6883880; deste, segue em linha reta até o PONTO 611 de c.p.a. E 631791  
N 6883869; deste, segue em linha reta até o PONTO 612 de c.p.a. E 631787  
N 6883849; deste, segue em linha reta até o PONTO 613 de c.p.a. E 631782  
N 6883822; deste, segue em linha reta até o PONTO 614 de c.p.a. E 631798  
N 6883802; deste, segue em linha reta até o PONTO 615 de c.p.a. E 631823  
N 6883730; deste, segue em linha reta até o PONTO 616 de c.p.a. E 631869  
N 6883706; deste, segue em linha reta até o PONTO 617 de c.p.a. E 631908  
N 6883645; deste, segue em linha reta até o PONTO 618 de c.p.a. E 631953  
N 6883574; deste, segue em linha reta até o PONTO 619 de c.p.a. E 631970  
N 6883524; deste, segue em linha reta até o PONTO 620 de c.p.a. E 631971  
N 6883497; deste, segue em linha reta até o PONTO 621 de c.p.a. E 632025  
N 6883513; deste, segue em linha reta até o PONTO 622 de c.p.a. E 632054  
N 6883475; deste, segue em linha reta até o PONTO 623 de c.p.a. E 632133  
N 6883424; deste, segue em linha reta até o PONTO 624 de c.p.a. E 632159





N 6883380; deste, segue em linha reta até o PONTO 625 de c.p.a. E 632198  
N 6883334; deste, segue em linha reta até o PONTO 626 de c.p.a. E 632236  
N 6883276; deste, segue em linha reta até o PONTO 627 de c.p.a. E 632262  
N 6883221; deste, segue em linha reta até o PONTO 628 de c.p.a. E 632296  
N 6883157; deste, segue em linha reta até o PONTO 629 de c.p.a. E 632326  
N 6883101; deste, segue em linha reta até o PONTO 630 de c.p.a. E 632357  
N 6883063; deste, segue em linha reta até o PONTO 631 de c.p.a. E 632438  
N 6882995; deste, segue em linha reta até o PONTO 632 de c.p.a. E 632483  
N 6882955; deste, segue em linha reta até o PONTO 633 de c.p.a. E 632524  
N 6882942; deste, segue em linha reta até o PONTO 634 de c.p.a. E 632573  
N 6882901; deste, segue em linha reta até o PONTO 635 de c.p.a. E 632606  
N 6882853; deste, segue em linha reta até o PONTO 636 de c.p.a. E 632630  
N 6882850; deste, segue em linha reta até o PONTO 637 de c.p.a. E 632637  
N 6882842; deste, segue em linha reta até o PONTO 638 de c.p.a. E 632643  
N 6882829; deste, segue em linha reta até o PONTO 639 de c.p.a. E 632649  
N 6882818; deste, segue em linha reta até o PONTO 640 de c.p.a. E 632659  
N 6882800; deste, segue em linha reta até o PONTO 641 de c.p.a. E 632827  
N 6882639; deste, segue em linha reta até o PONTO 642 de c.p.a. E 632919  
N 6882554; deste, segue em linha reta até o PONTO 643 de c.p.a. E 632968  
N 6882476; deste, segue em linha reta até o PONTO 644 de c.p.a. E 633037  
N 6882351; deste, segue em linha reta até o PONTO 645 de c.p.a. E 633049  
N 6882329; deste, segue em linha reta até o PONTO 646 de c.p.a. E 633100  
N 6882117; deste, segue em linha reta até o PONTO 647 de c.p.a. E 633067  
N 6881992; deste, segue em linha reta até o PONTO 648 de c.p.a. E 633039  
N 6881852; deste, segue em linha reta até o PONTO 649 de c.p.a. E 633070  
N 6881797; deste, segue em linha reta até o PONTO 650 de c.p.a. E 633079  
N 6881801; deste, segue em linha reta até o PONTO 651 de c.p.a. E 633089  
N 6881804; deste, segue em linha reta até o PONTO 652 de c.p.a. E 633098  
N 6881804; deste, segue em linha reta até o PONTO 653 de c.p.a. E 633121



N 6881804; deste, segue em linha reta até o PONTO 654 de c.p.a. E 633132  
N 6881804; deste, segue em linha reta até o PONTO 655 de c.p.a. E 633142  
N 6881801; deste, segue em linha reta até o PONTO 656 de c.p.a. E 633152  
N 6881799; deste, segue em linha reta até o PONTO 657 de c.p.a. E 633163  
N 6881798; deste, segue em linha reta até o PONTO 658 de c.p.a. E 633173  
N 6881796; deste, segue em linha reta até o PONTO 659 de c.p.a. E 633184  
N 6881792; deste, segue em linha reta até o PONTO 660 de c.p.a. E 633195  
N 6881788; deste, segue em linha reta até o PONTO 661 de c.p.a. E 633204  
N 6881784; deste, segue em linha reta até o PONTO 662 de c.p.a. E 633214  
N 6881781; deste, segue em linha reta até o PONTO 663 de c.p.a. E 633221  
N 6881778; deste, segue em linha reta até o PONTO 664 de c.p.a. E 633225  
N 6881777; deste, segue em linha reta até o PONTO 665 de c.p.a. E 633222  
N 6881772; deste, segue em linha reta até o PONTO 666 de c.p.a. E 633222  
N 6881771; deste, segue em linha reta até o PONTO 667 de c.p.a. E 633227  
N 6881771; deste, segue em linha reta até o PONTO 668 de c.p.a. E 633296  
N 6881632; deste, segue em linha reta até o PONTO 669 de c.p.a. E 633336  
N 6881550; deste, segue em linha reta até o PONTO 670 de c.p.a. E 633371  
N 6881478; deste, segue em linha reta até o PONTO 671 de c.p.a. E 633465  
N 6881289; deste, segue em linha reta até o PONTO 672 de c.p.a. E 634575  
N 6881292; deste, segue em linha reta até o PONTO 673 de c.p.a. E 634575  
N 6881292; deste, segue em linha reta até o PONTO 674 de c.p.a. E 634616  
N 6881359; deste, segue em linha reta até o PONTO 675 de c.p.a. E 634638  
N 6881359; deste, segue em linha reta até o PONTO 676 de c.p.a. E 634674  
N 6881467; deste, segue em linha reta até o PONTO 677 de c.p.a. E 634719  
N 6881552; deste, segue em linha reta até o PONTO 678 de c.p.a. E 634773  
N 6881646; deste, segue em linha reta até o PONTO 679 de c.p.a. E 634795  
N 6881687; deste, segue em linha reta até o PONTO 680 de c.p.a. E 634897  
N 6881714; deste, segue em linha reta até o PONTO 681 de c.p.a. E 635036  
N 6881861; deste, segue em linha reta até o PONTO 682 de c.p.a. E 635036



N 6881960; deste, segue em linha reta até o PONTO 683 de c.p.a. E 635459  
N 6882844; deste, segue em linha reta até o PONTO 684 de c.p.a. E 635661  
N 6883365; deste, segue em linha reta até o PONTO 685 de c.p.a. E 635701  
N 6883347; deste, segue em linha reta até o PONTO 686 de c.p.a. E 635733  
N 6883338; deste, segue em linha reta até o PONTO 687 de c.p.a. E 635751  
N 6883315; deste, segue em linha reta até o PONTO 688 de c.p.a. E 635953  
N 6883311; deste, segue em linha reta até o PONTO 689 de c.p.a. E 636051  
N 6883297; deste, segue em linha reta até o PONTO 690 de c.p.a. E 636403  
N 6883109; deste, segue em linha reta até o PONTO 691 de c.p.a. E 636421  
N 6883099; deste, segue em linha reta até o PONTO 692 de c.p.a. E 636411  
N 6883075; deste, segue em linha reta até o PONTO 693 de c.p.a. E 636314  
N 6882940; deste, segue em linha reta até o PONTO 694 de c.p.a. E 636310  
N 6882881; deste, segue em linha reta até o PONTO 695 de c.p.a. E 636270  
N 6882834; deste, segue em linha reta até o PONTO 696 de c.p.a. E 636179  
N 6882690; deste, segue em linha reta até o PONTO 697 de c.p.a. E 636100  
N 6882532; deste, segue em linha reta até o PONTO 698 de c.p.a. E 636056  
N 6882444; deste, segue em linha reta até o PONTO 699 de c.p.a. E 636048  
N 6882266; deste, segue em linha reta até o PONTO 700 de c.p.a. E 636073  
N 6882177; deste, segue em linha reta até o PONTO 701 de c.p.a. E 636072  
N 6882166; deste, segue em linha reta até o PONTO 702 de c.p.a. E 636080  
N 6882155; deste, segue em linha reta até o PONTO 703 de c.p.a. E 636107  
N 6882103; deste, segue em linha reta até o PONTO 704 de c.p.a. E 636091  
N 6881977; deste, segue em linha reta até o PONTO 705 de c.p.a. E 636068  
N 6881893; deste, segue em linha reta até o PONTO 706 de c.p.a. E 636064  
N 6881787; deste, segue em linha reta até o PONTO 707 de c.p.a. E 636055  
N 6881752; deste, segue em linha reta até o PONTO 708 de c.p.a. E 636068  
N 6881697; deste, segue em linha reta até o PONTO 709 de c.p.a. E 636080  
N 6881609; deste, segue em linha reta até o PONTO 710 de c.p.a. E 636084  
N 6881592; deste, segue em linha reta até o PONTO 711 de c.p.a. E 636086



N 6881592; deste, segue em linha reta até o PONTO 712 de c.p.a. E 636100  
N 6881497; deste, segue em linha reta até o PONTO 713 de c.p.a. E 636284  
N 6881449; deste, segue em linha reta até o PONTO 714 de c.p.a. E 636588  
N 6881395; deste, segue em linha reta até o PONTO 715 de c.p.a. E 636600  
N 6881204; deste, segue em linha reta até o PONTO 716 de c.p.a. E 636675  
N 6881200; deste, segue em linha reta até o PONTO 717 de c.p.a. E 637201  
N 6881177; deste, segue em linha reta até o PONTO 718 de c.p.a. E 636782  
N 6881964; deste, segue em linha reta até o PONTO 719 de c.p.a. E 636745  
N 6882454; deste, segue em linha reta até o PONTO 720 de c.p.a. E 636953  
N 6883084; deste, segue em linha reta até o PONTO 721 de c.p.a. E 637062  
N 6883232; deste, segue em linha reta até o PONTO 722 de c.p.a. E 637259  
N 6883306; deste, segue em linha reta até o PONTO 723 de c.p.a. E 637736  
N 6883124; deste, segue em linha reta até o PONTO 724 de c.p.a. E 637970  
N 6883271; deste, segue em linha reta até o PONTO 725 de c.p.a. E 638169  
N 6883404; deste, segue em linha reta até o PONTO 726 de c.p.a. E 638445  
N 6883391; deste, segue em linha reta até o PONTO 727 de c.p.a. E 638464  
N 6883380; deste, segue em linha reta até o PONTO 728 de c.p.a. E 638493  
N 6883371; deste, segue em linha reta até o PONTO 729 de c.p.a. E 638540  
N 6883374; deste, segue em linha reta até o PONTO 730 de c.p.a. E 638624  
N 6883386; deste, segue em linha reta até o PONTO 731 de c.p.a. E 638667  
N 6883384; deste, segue em linha reta até o PONTO 732 de c.p.a. E 638692  
N 6883371; deste, segue em linha reta até o PONTO 733 de c.p.a. E 638737  
N 6883341; deste, segue em linha reta até o PONTO 734 de c.p.a. E 639553  
N 6883448; deste, segue em linha reta até o PONTO 735 de c.p.a. E 639587  
N 6883534; deste, segue em linha reta até o PONTO 736 de c.p.a. E 640047  
N 6883512; deste, segue em linha reta até o PONTO 737 de c.p.a. E 640208  
N 6883486; deste, segue em linha reta até o PONTO 738 de c.p.a. E 640531  
N 6883389; deste, segue em linha reta até o PONTO 739 de c.p.a. E 640652  
N 6883350; deste, segue em linha reta até o PONTO 740 de c.p.a. E 640925



N 6883262; deste, segue em linha reta até o PONTO 741 de c.p.a. E 640800  
N 6883119; deste, segue em linha reta até o PONTO 742 de c.p.a. E 640749  
N 6882922; deste, segue em linha reta até o PONTO 743 de c.p.a. E 640713  
N 6882676; deste, segue em linha reta até o PONTO 744 de c.p.a. E 640627  
N 6882580; deste, segue em linha reta até o PONTO 745 de c.p.a. E 640587  
N 6882543; deste, segue em linha reta até o PONTO 746 de c.p.a. E 640706  
N 6882387; deste, segue em linha reta até o PONTO 747 de c.p.a. E 640687  
N 6882320; deste, segue em linha reta até o PONTO 748 de c.p.a. E 640730  
N 6882242; deste, segue em linha reta até o PONTO 749 de c.p.a. E 640765  
N 6882201; deste, segue em linha reta até o PONTO 750 de c.p.a. E 640722  
N 6882122; deste, segue em linha reta até o PONTO 751 de c.p.a. E 640689  
N 6882117; deste, segue em linha reta até o PONTO 752 de c.p.a. E 640669  
N 6882120; deste, segue em linha reta até o PONTO 753 de c.p.a. E 640645  
N 6882123; deste, segue em linha reta até o PONTO 754 de c.p.a. E 640615  
N 6882129; deste, segue em linha reta até o PONTO 755 de c.p.a. E 640588  
N 6882134; deste, segue em linha reta até o PONTO 756 de c.p.a. E 640566  
N 6882127; deste, segue em linha reta até o PONTO 757 de c.p.a. E 640551  
N 6882114; deste, segue em linha reta até o PONTO 758 de c.p.a. E 640520  
N 6882111; deste, segue em linha reta até o PONTO 759 de c.p.a. E 640490  
N 6882116; deste, segue em linha reta até o PONTO 760 de c.p.a. E 640471  
N 6882105; deste, segue em linha reta até o PONTO 761 de c.p.a. E 640441  
N 6882075; deste, segue em linha reta até o PONTO 762 de c.p.a. E 640418  
N 6882046; deste, segue em linha reta até o PONTO 763 de c.p.a. E 640414  
N 6882018; deste, segue em linha reta até o PONTO 764 de c.p.a. E 640411  
N 6881990; deste, segue em linha reta até o PONTO 765 de c.p.a. E 640407  
N 6881958; deste, segue em linha reta até o PONTO 766 de c.p.a. E 640403  
N 6881930; deste, segue em linha reta até o PONTO 767 de c.p.a. E 640388  
N 6881920; deste, segue em linha reta até o PONTO 768 de c.p.a. E 640380  
N 6881904; deste, segue em linha reta até o PONTO 769 de c.p.a. E 640377



N 6881864; deste, segue em linha reta até o PONTO 770 de c.p.a. E 640366  
N 6881808; deste, segue em linha reta até o PONTO 771 de c.p.a. E 640361  
N 6881795; deste, segue em linha reta até o PONTO 772 de c.p.a. E 640360  
N 6881764; deste, segue em linha reta até o PONTO 773 de c.p.a. E 640427  
N 6881256; deste, segue em linha reta até o PONTO 774 de c.p.a. E 640431  
N 6881247; deste, segue em linha reta até o PONTO 775 de c.p.a. E 641761  
N 6877893; deste, segue em linha reta até o PONTO 776 de c.p.a. E 640320  
N 6876858; deste, segue em linha reta até o PONTO 777 de c.p.a. E 638672  
N 6876112; deste, segue em linha reta até o PONTO 778 de c.p.a. E 638682  
N 6876111; deste, segue em linha reta até o PONTO 779 de c.p.a. E 638692  
N 6876111; deste, segue em linha reta até o PONTO 780 de c.p.a. E 638702  
N 6876108; deste, segue em linha reta até o PONTO 781 de c.p.a. E 638712  
N 6876102; deste, segue em linha reta até o PONTO 782 de c.p.a. E 638720  
N 6876094; deste, segue em linha reta até o PONTO 783 de c.p.a. E 638728  
N 6876086; deste, segue em linha reta até o PONTO 784 de c.p.a. E 638733  
N 6876079; deste, segue em linha reta até o PONTO 785 de c.p.a. E 638739  
N 6876070; deste, segue em linha reta até o PONTO 786 de c.p.a. E 638745  
N 6876060; deste, segue em linha reta até o PONTO 787 de c.p.a. E 638751  
N 6876051; deste, segue em linha reta até o PONTO 788 de c.p.a. E 638757  
N 6876043; deste, segue em linha reta até o PONTO 789 de c.p.a. E 638766  
N 6876037; deste, segue em linha reta até o PONTO 790 de c.p.a. E 638775  
N 6876031; deste, segue em linha reta até o PONTO 791 de c.p.a. E 638780  
N 6876022; deste, segue em linha reta até o PONTO 792 de c.p.a. E 638788  
N 6876013; deste, segue em linha reta até o PONTO 793 de c.p.a. E 638793  
N 6876004; deste, segue em linha reta até o PONTO 794 de c.p.a. E 638793  
N 6875993; deste, segue em linha reta até o PONTO 795 de c.p.a. E 638794  
N 6875982; deste, segue em linha reta até o PONTO 796 de c.p.a. E 638797  
N 6875972; deste, segue em linha reta até o PONTO 797 de c.p.a. E 638801  
N 6875961; deste, segue em linha reta até o PONTO 798 de c.p.a. E 638805



N 6875951; deste, segue em linha reta até o PONTO 799 de c.p.a. E 638808  
N 6875942; deste, segue em linha reta até o PONTO 800 de c.p.a. E 638812  
N 6875929; deste, segue em linha reta até o PONTO 801 de c.p.a. E 638815  
N 6875918; deste, segue em linha reta até o PONTO 802 de c.p.a. E 638817  
N 6875908; deste, segue em linha reta até o PONTO 803 de c.p.a. E 638821  
N 6875897; deste, segue em linha reta até o PONTO 804 de c.p.a. E 638824  
N 6875887; deste, segue em linha reta até o PONTO 805 de c.p.a. E 638827  
N 6875875; deste, segue em linha reta até o PONTO 806 de c.p.a. E 638830  
N 6875864; deste, segue em linha reta até o PONTO 807 de c.p.a. E 638834  
N 6875854; deste, segue em linha reta até o PONTO 808 de c.p.a. E 638839  
N 6875842; deste, segue em linha reta até o PONTO 809 de c.p.a. E 638842  
N 6875832; deste, segue em linha reta até o PONTO 810 de c.p.a. E 638845  
N 6875822; deste, segue em linha reta até o PONTO 811 de c.p.a. E 638849  
N 6875810; deste, segue em linha reta até o PONTO 812 de c.p.a. E 638853  
N 6875800; deste, segue em linha reta até o PONTO 813 de c.p.a. E 638857  
N 6875790; deste, segue em linha reta até o PONTO 814 de c.p.a. E 638861  
N 6875779; deste, segue em linha reta até o PONTO 815 de c.p.a. E 638864  
N 6875767; deste, segue em linha reta até o PONTO 816 de c.p.a. E 638866  
N 6875756; deste, segue em linha reta até o PONTO 817 de c.p.a. E 638868  
N 6875745; deste, segue em linha reta até o PONTO 818 de c.p.a. E 638871  
N 6875735; deste, segue em linha reta até o PONTO 819 de c.p.a. E 638873  
N 6875723; deste, segue em linha reta até o PONTO 820 de c.p.a. E 638876  
N 6875714; deste, segue em linha reta até o PONTO 821 de c.p.a. E 638880  
N 6875704; deste, segue em linha reta até o PONTO 822 de c.p.a. E 638885  
N 6875701; deste, segue em linha reta até o PONTO 823 de c.p.a. E 638903  
N 6875713; deste, segue em linha reta até o PONTO 824 de c.p.a. E 638908  
N 6875717; deste, segue em linha reta até o PONTO 825 de c.p.a. E 638917  
N 6875723; deste, segue em linha reta até o PONTO 826 de c.p.a. E 638926  
N 6875730; deste, segue em linha reta até o PONTO 827 de c.p.a. E 638937





N 6875722; deste, segue em linha reta até o PONTO 828 de c.p.a. E 639105  
N 6875084; deste, segue em linha reta até o PONTO 829 de c.p.a. E 639108  
N 6875084; deste, segue em linha reta até o PONTO 830 de c.p.a. E 639108  
N 6875077; deste, segue em linha reta até o PONTO 831 de c.p.a. E 639104  
N 6875071; deste, segue em linha reta até o PONTO 832 de c.p.a. E 639052  
N 6874529; deste, segue em linha reta até o PONTO 833 de c.p.a. E 639052  
N 6874529; deste, segue em linha reta até o PONTO 834 de c.p.a. E 639087  
N 6874462; deste, segue em linha reta até o PONTO 835 de c.p.a. E 639087  
N 6874461; deste, segue em linha reta até o PONTO 836 de c.p.a. E 639089  
N 6874457; deste, segue em linha reta até o PONTO 837 de c.p.a. E 639105  
N 6874348; deste, segue em linha reta até o PONTO 838 de c.p.a. E 639121  
N 6874281; deste, segue em linha reta até o PONTO 839 de c.p.a. E 639147  
N 6874210; deste, segue em linha reta até o PONTO 840 de c.p.a. E 639148  
N 6874205; deste, segue em linha reta até o PONTO 841 de c.p.a. E 639149  
N 6874204; deste, segue em linha reta até o PONTO 842 de c.p.a. E 639166  
N 6874130; deste, segue em linha reta até o PONTO 843 de c.p.a. E 639221  
N 6874082; deste, segue em linha reta até o PONTO 844 de c.p.a. E 639256  
N 6874008; deste, segue em linha reta até o PONTO 845 de c.p.a. E 639278  
N 6873948; deste, segue em linha reta até o PONTO 846 de c.p.a. E 639278  
N 6873946; deste, segue em linha reta até o PONTO 847 de c.p.a. E 639280  
N 6873942; deste, segue em linha reta até o PONTO 848 de c.p.a. E 639295  
N 6873829; deste, segue em linha reta até o PONTO 849 de c.p.a. E 639305  
N 6873802; deste, segue em linha reta até o PONTO 850 de c.p.a. E 639390  
N 6873625; deste, segue em linha reta até o PONTO 851 de c.p.a. E 639391  
N 6873622; deste, segue em linha reta até o PONTO 852 de c.p.a. E 639392  
N 6873620; deste, segue em linha reta até o PONTO 853 de c.p.a. E 639407  
N 6873556; deste, segue em linha reta até o PONTO 854 de c.p.a. E 639470  
N 6873453; deste, segue em linha reta até o PONTO 855 de c.p.a. E 639470  
N 6873449; deste, segue em linha reta até o PONTO 856 de c.p.a. E 639472



N 6873447; deste, segue em linha reta até o PONTO 857 de c.p.a. E 639493  
N 6873324; deste, segue em linha reta até o PONTO 858 de c.p.a. E 639606  
N 6873233; deste, segue em linha reta até o PONTO 859 de c.p.a. E 639700  
N 6873172; deste, segue em linha reta até o PONTO 860 de c.p.a. E 639757  
N 6873082; deste, segue em linha reta até o PONTO 861 de c.p.a. E 639757  
N 6873079; deste, segue em linha reta até o PONTO 862 de c.p.a. E 639759  
N 6873077; deste, segue em linha reta até o PONTO 863 de c.p.a. E 639756  
N 6872997; deste, segue em linha reta até o PONTO 864 de c.p.a. E 639771  
N 6872934; deste, segue em linha reta até o PONTO 865 de c.p.a. E 639805  
N 6872874; deste, segue em linha reta até o PONTO 866 de c.p.a. E 639843  
N 6872817; deste, segue em linha reta até o PONTO 867 de c.p.a. E 639837  
N 6872744; deste, segue em linha reta até o PONTO 868 de c.p.a. E 639838  
N 6872743; deste, segue em linha reta até o PONTO 869 de c.p.a. E 639898  
N 6872676; deste, segue em linha reta até o PONTO 870 de c.p.a. E 639946  
N 6872667; deste, segue em linha reta até o PONTO 871 de c.p.a. E 639947  
N 6872661; deste, segue em linha reta até o PONTO 872 de c.p.a. E 639948  
N 6872661; deste, segue em linha reta até o PONTO 873 de c.p.a. E 639970  
N 6872530; deste, segue em linha reta até o PONTO 874 de c.p.a. E 639979  
N 6872454; deste, segue em linha reta até o PONTO 875 de c.p.a. E 640022  
N 6872395; deste, segue em linha reta até o PONTO 876 de c.p.a. E 640061  
N 6872335; deste, segue em linha reta até o PONTO 877 de c.p.a. E 640061  
N 6872332; deste, segue em linha reta até o PONTO 878 de c.p.a. E 640063  
N 6872329; deste, segue em linha reta até o PONTO 879 de c.p.a. E 640063  
N 6872265; deste, segue em linha reta até o PONTO 880 de c.p.a. E 640060  
N 6872189; deste, segue em linha reta até o PONTO 881 de c.p.a. E 640075  
N 6872134; deste, segue em linha reta até o PONTO 882 de c.p.a. E 640109  
N 6872070; deste, segue em linha reta até o PONTO 883 de c.p.a. E 640108  
N 6872069; deste, segue em linha reta até o PONTO 884 de c.p.a. E 640111  
N 6872064; deste, segue em linha reta até o PONTO 885 de c.p.a. E 640108



N 6872060; deste, segue em linha reta até o PONTO 886 de c.p.a. E 640226  
N 6872069; deste, segue em linha reta até o PONTO 887 de c.p.a. E 640283  
N 6872071; deste, segue em linha reta até o PONTO 888 de c.p.a. E 640366  
N 6872073; deste, segue em linha reta até o PONTO 889 de c.p.a. E 640429  
N 6872093; deste, segue em linha reta até o PONTO 890 de c.p.a. E 640494  
N 6872092; deste, segue em linha reta até o PONTO 891 de c.p.a. E 640523  
N 6872044; deste, segue em linha reta até o PONTO 892 de c.p.a. E 640577  
N 6871980; deste, segue em linha reta até o PONTO 893 de c.p.a. E 640586  
N 6871924; deste, segue em linha reta até o PONTO 894 de c.p.a. E 640621  
N 6871912; deste, segue em linha reta até o PONTO 895 de c.p.a. E 640622  
N 6871818; deste, segue em linha reta até o PONTO 896 de c.p.a. E 640452  
N 6871688; deste, segue em linha reta até o PONTO 897 de c.p.a. E 640496  
N 6871344; deste, segue em linha reta até o PONTO 898 de c.p.a. E 640479  
N 6871331; deste, segue em linha reta até o PONTO 899 de c.p.a. E 640386  
N 6871267; deste, segue em linha reta até o PONTO 900 de c.p.a. E 640307  
N 6871244; deste, segue em linha reta até o PONTO 901 de c.p.a. E 640247  
N 6871214; deste, segue em linha reta até o PONTO 902 de c.p.a. E 640214  
N 6871201; deste, segue em linha reta até o PONTO 903 de c.p.a. E 640204  
N 6871190; deste, segue em linha reta até o PONTO 904 de c.p.a. E 640195  
N 6871170; deste, segue em linha reta até o PONTO 905 de c.p.a. E 640177  
N 6871136; deste, segue em linha reta até o PONTO 906 de c.p.a. E 640144  
N 6871110; deste, segue em linha reta até o PONTO 907 de c.p.a. E 640133  
N 6871118; deste, segue em linha reta até o PONTO 908 de c.p.a. E 640121  
N 6871121; deste, segue em linha reta até o PONTO 909 de c.p.a. E 640111  
N 6871126; deste, segue em linha reta até o PONTO 910 de c.p.a. E 640093  
N 6871127; deste, segue em linha reta até o PONTO 911 de c.p.a. E 640073  
N 6871127; deste, segue em linha reta até o PONTO 912 de c.p.a. E 640058  
N 6871130; deste, segue em linha reta até o PONTO 913 de c.p.a. E 640040  
N 6871139; deste, segue em linha reta até o PONTO 914 de c.p.a. E 640013



N 6871143; deste, segue em linha reta até o PONTO 915 de c.p.a. E 639997  
N 6871132; deste, segue em linha reta até o PONTO 916 de c.p.a. E 639957  
N 6871113; deste, segue em linha reta até o PONTO 917 de c.p.a. E 639919  
N 6871097; deste, segue em linha reta até o PONTO 918 de c.p.a. E 639914  
N 6871082; deste, segue em linha reta até o PONTO 919 de c.p.a. E 639911  
N 6870921; deste, segue em linha reta até o PONTO 920 de c.p.a. E 639954  
N 6870857; deste, segue em linha reta até o PONTO 921 de c.p.a. E 640011  
N 6870710; deste, segue em linha reta até o PONTO 922 de c.p.a. E 640084  
N 6870604; deste, segue em linha reta até o PONTO 923 de c.p.a. E 640085  
N 6870540; deste, segue em linha reta até o PONTO 924 de c.p.a. E 640093  
N 6870423; deste, segue em linha reta até o PONTO 925 de c.p.a. E 640134  
N 6870324; deste, segue em linha reta até o PONTO 926 de c.p.a. E 640198  
N 6870263; deste, segue em linha reta até o PONTO 927 de c.p.a. E 640273  
N 6870217; deste, segue em linha reta até o PONTO 928 de c.p.a. E 640310  
N 6870150; deste, segue em linha reta até o PONTO 929 de c.p.a. E 640343  
N 6870126; deste, segue em linha reta até o PONTO 930 de c.p.a. E 640379  
N 6870093; deste, segue em linha reta até o PONTO 931 de c.p.a. E 640362  
N 6870059; deste, segue em linha reta até o PONTO 932 de c.p.a. E 640423  
N 6870017; deste, segue em linha reta até o PONTO 933 de c.p.a. E 640406  
N 6869941; deste, segue em linha reta até o PONTO 934 de c.p.a. E 640329  
N 6869848; deste, segue em linha reta até o PONTO 935 de c.p.a. E 640259  
N 6869750; deste, segue em linha reta até o PONTO 936 de c.p.a. E 640208  
N 6869659; deste, segue em linha reta até o PONTO 937 de c.p.a. E 640168  
N 6869595; deste, segue em linha reta até o PONTO 938 de c.p.a. E 640135  
N 6869570; deste, segue em linha reta até o PONTO 939 de c.p.a. E 640108  
N 6869525; deste, segue em linha reta até o PONTO 940 de c.p.a. E 640082  
N 6869473; deste, segue em linha reta até o PONTO 941 de c.p.a. E 640042  
N 6869419; deste, segue em linha reta até o PONTO 942 de c.p.a. E 639985  
N 6869353; deste, segue em linha reta até o PONTO 943 de c.p.a. E 639945



N 6869333; deste, segue em linha reta até o PONTO 944 de c.p.a. E 639875  
N 6869318; deste, segue em linha reta até o PONTO 945 de c.p.a. E 639802  
N 6869301; deste, segue em linha reta até o PONTO 946 de c.p.a. E 639740  
N 6869283; deste, segue em linha reta até o PONTO 947 de c.p.a. E 639682  
N 6869254; deste, segue em linha reta até o PONTO 948 de c.p.a. E 639645  
N 6869269; deste, segue em linha reta até o PONTO 949 de c.p.a. E 639573  
N 6869333; deste, segue em linha reta até o PONTO 950 de c.p.a. E 639541  
N 6869373; deste, segue em linha reta até o PONTO 951 de c.p.a. E 639519  
N 6869385; deste, segue em linha reta até o PONTO 952 de c.p.a. E 639508  
N 6869434; deste, segue em linha reta até o PONTO 953 de c.p.a. E 639517  
N 6869539; deste, segue em linha reta até o PONTO 954 de c.p.a. E 639530  
N 6869627; deste, segue em linha reta até o PONTO 955 de c.p.a. E 639505  
N 6869718; deste, segue em linha reta até o PONTO 956 de c.p.a. E 639468  
N 6869825; deste, segue em linha reta até o PONTO 957 de c.p.a. E 639410  
N 6869900; deste, segue em linha reta até o PONTO 958 de c.p.a. E 639324  
N 6870009; deste, segue em linha reta até o PONTO 959 de c.p.a. E 639270  
N 6870008; deste, segue em linha reta até o PONTO 960 de c.p.a. E 639225  
N 6869985; deste, segue em linha reta até o PONTO 961 de c.p.a. E 639172  
N 6869867; deste, segue em linha reta até o PONTO 962 de c.p.a. E 639097  
N 6869805; deste, segue em linha reta até o PONTO 963 de c.p.a. E 638976  
N 6869709; deste, segue em linha reta até o PONTO 964 de c.p.a. E 638783  
N 6869613; deste, segue em linha reta até o PONTO 965 de c.p.a. E 638632  
N 6869539; deste, segue em linha reta até o PONTO 966 de c.p.a. E 638557  
N 6869505; deste, segue em linha reta até o PONTO 967 de c.p.a. E 638556  
N 6869482; deste, segue em linha reta até o PONTO 968 de c.p.a. E 638524  
N 6869446; deste, segue em linha reta até o PONTO 969 de c.p.a. E 638501  
N 6869385; deste, segue em linha reta até o PONTO 970 de c.p.a. E 638512  
N 6869231; deste, segue em linha reta até o PONTO 971 de c.p.a. E 638301  
N 6869080; deste, segue em linha reta até o PONTO 972 de c.p.a. E 638021



N 6869175; deste, segue em linha reta até o PONTO 973 de c.p.a. E 637999  
N 6869175; deste, segue em linha reta até o PONTO 974 de c.p.a. E 637941  
N 6869180; deste, segue em linha reta até o PONTO 975 de c.p.a. E 637868  
N 6869200; deste, segue em linha reta até o PONTO 976 de c.p.a. E 637807  
N 6869216; deste, segue em linha reta até o PONTO 977 de c.p.a. E 637785  
N 6869217; deste, segue em linha reta até o PONTO 978 de c.p.a. E 637724  
N 6869230; deste, segue em linha reta até o PONTO 979 de c.p.a. E 637688  
N 6869243; deste, segue em linha reta até o PONTO 980 de c.p.a. E 637661  
N 6869250; deste, segue em linha reta até o PONTO 981 de c.p.a. E 637592  
N 6869264; deste, segue em linha reta até o PONTO 982 de c.p.a. E 637522  
N 6869262; deste, segue em linha reta até o PONTO 983 de c.p.a. E 637442  
N 6869270; deste, segue em linha reta até o PONTO 984 de c.p.a. E 637352  
N 6869269; deste, segue em linha reta até o PONTO 985 de c.p.a. E 637282  
N 6869268; deste, segue em linha reta até o PONTO 986 de c.p.a. E 637252  
N 6869269; deste, segue em linha reta até o PONTO 987 de c.p.a. E 637162  
N 6869268; deste, segue em linha reta até o PONTO 988 de c.p.a. E 637065  
N 6869265; deste, segue em linha reta até o PONTO 989 de c.p.a. E 636998  
N 6869262; deste, segue em linha reta até o PONTO 990 de c.p.a. E 636905  
N 6869273; deste, segue em linha reta até o PONTO 991 de c.p.a. E 636794  
N 6869298; deste, segue em linha reta até o PONTO 992 de c.p.a. E 636741  
N 6869318; deste, segue em linha reta até o PONTO 993 de c.p.a. E 636659  
N 6869323; deste, segue em linha reta até o PONTO 994 de c.p.a. E 636394  
N 6869461; deste, segue em linha reta até o PONTO 995 de c.p.a. E 636249  
N 6869295; deste, segue em linha reta até o PONTO 996 de c.p.a. E 636502  
N 6868955; deste, segue em linha reta até o PONTO 997 de c.p.a. E 636528  
N 6868971; deste, segue em linha reta até o PONTO 998 de c.p.a. E 636659  
N 6868955; deste, segue em linha reta até o PONTO 999 de c.p.a. E 636689  
N 6868959; deste, segue em linha reta até o PONTO 1000 de c.p.a. E 636720  
N 6868948; deste, segue em linha reta até o PONTO 1001 de c.p.a. E 638686



N 6868713; deste, segue em linha reta até o PONTO 1002 de c.p.a. E 638888  
N 6868786; deste, segue em linha reta até o PONTO 1003 de c.p.a. E 638895  
N 6868788; deste, segue em linha reta até o PONTO 1004 de c.p.a. E 638892  
N 6868789; deste, segue em linha reta até o PONTO 1005 de c.p.a. E 638904  
N 6868791; deste, segue em linha reta até o PONTO 1006 de c.p.a. E 638964  
N 6868813; deste, segue em linha reta até o PONTO 1007 de c.p.a. E 638987  
N 6868835; deste, segue em linha reta até o PONTO 1008 de c.p.a. E 639040  
N 6868886; deste, segue em linha reta até o PONTO 1009 de c.p.a. E 639083  
N 6868932; deste, segue em linha reta até o PONTO 1010 de c.p.a. E 639091  
N 6869006; deste, segue em linha reta até o PONTO 1011 de c.p.a. E 639067  
N 6869077; deste, segue em linha reta até o PONTO 1012 de c.p.a. E 639007  
N 6869138; deste, segue em linha reta até o PONTO 1013 de c.p.a. E 638945  
N 6869180; deste, segue em linha reta até o PONTO 1014 de c.p.a. E 638884  
N 6869214; deste, segue em linha reta até o PONTO 1015 de c.p.a. E 638846  
N 6869223; deste, segue em linha reta até o PONTO 1016 de c.p.a. E 638759  
N 6869282; deste, segue em linha reta até o PONTO 1017 de c.p.a. E 638763  
N 6869341; deste, segue em linha reta até o PONTO 1018 de c.p.a. E 638793  
N 6869426; deste, segue em linha reta até o PONTO 1019 de c.p.a. E 638830  
N 6869478; deste, segue em linha reta até o PONTO 1020 de c.p.a. E 638899  
N 6869546; deste, segue em linha reta até o PONTO 1021 de c.p.a. E 638969  
N 6869596; deste, segue em linha reta até o PONTO 1022 de c.p.a. E 639125  
N 6869706; deste, segue em linha reta até o PONTO 1023 de c.p.a. E 639205  
N 6869744; deste, segue em linha reta até o PONTO 1024 de c.p.a. E 639247  
N 6869744; deste, segue em linha reta até o PONTO 1025 de c.p.a. E 639257  
N 6869706; deste, segue em linha reta até o PONTO 1026 de c.p.a. E 639285  
N 6869647; deste, segue em linha reta até o PONTO 1027 de c.p.a. E 639257  
N 6869609; deste, segue em linha reta até o PONTO 1028 de c.p.a. E 639238  
N 6869546; deste, segue em linha reta até o PONTO 1029 de c.p.a. E 639221  
N 6869501; deste, segue em linha reta até o PONTO 1030 de c.p.a. E 639208





N 6869385; deste, segue em linha reta até o PONTO 1031 de c.p.a. E 639259  
N 6869344; deste, segue em linha reta até o PONTO 1032 de c.p.a. E 639343  
N 6869288; deste, segue em linha reta até o PONTO 1033 de c.p.a. E 639418  
N 6869226; deste, segue em linha reta até o PONTO 1034 de c.p.a. E 639497  
N 6869179; deste, segue em linha reta até o PONTO 1035 de c.p.a. E 639605  
N 6869147; deste, segue em linha reta até o PONTO 1036 de c.p.a. E 639674  
N 6869130; deste, segue em linha reta até o PONTO 1037 de c.p.a. E 639793  
N 6869101; deste, segue em linha reta até o PONTO 1038 de c.p.a. E 640043  
N 6869188; deste, segue em linha reta até o PONTO 1039 de c.p.a. E 640136  
N 6869278; deste, segue em linha reta até o PONTO 1040 de c.p.a. E 640198  
N 6869395; deste, segue em linha reta até o PONTO 1041 de c.p.a. E 640334  
N 6869537; deste, segue em linha reta até o PONTO 1042 de c.p.a. E 640365  
N 6869557; deste, segue em linha reta até o PONTO 1043 de c.p.a. E 640478  
N 6869605; deste, segue em linha reta até o PONTO 1044 de c.p.a. E 640519  
N 6869645; deste, segue em linha reta até o PONTO 1045 de c.p.a. E 640542  
N 6869701; deste, segue em linha reta até o PONTO 1046 de c.p.a. E 640559  
N 6869755; deste, segue em linha reta até o PONTO 1047 de c.p.a. E 640566  
N 6869815; deste, segue em linha reta até o PONTO 1048 de c.p.a. E 640554  
N 6869854; deste, segue em linha reta até o PONTO 1049 de c.p.a. E 640539  
N 6869948; deste, segue em linha reta até o PONTO 1050 de c.p.a. E 640539  
N 6870001; deste, segue em linha reta até o PONTO 1051 de c.p.a. E 640541  
N 6870063; deste, segue em linha reta até o PONTO 1052 de c.p.a. E 640498  
N 6870154; deste, segue em linha reta até o PONTO 1053 de c.p.a. E 640414  
N 6870220; deste, segue em linha reta até o PONTO 1054 de c.p.a. E 640353  
N 6870263; deste, segue em linha reta até o PONTO 1055 de c.p.a. E 640325  
N 6870276; deste, segue em linha reta até o PONTO 1056 de c.p.a. E 640247  
N 6870393; deste, segue em linha reta até o PONTO 1057 de c.p.a. E 640219  
N 6870483; deste, segue em linha reta até o PONTO 1058 de c.p.a. E 640255  
N 6870592; deste, segue em linha reta até o PONTO 1059 de c.p.a. E 640323



N 6870685; deste, segue em linha reta até o PONTO 1060 de c.p.a. E 640410  
N 6870804; deste, segue em linha reta até o PONTO 1061 de c.p.a. E 640330  
N 6870842; deste, segue em linha reta até o PONTO 1062 de c.p.a. E 640215  
N 6870866; deste, segue em linha reta até o PONTO 1063 de c.p.a. E 640113  
N 6870891; deste, segue em linha reta até o PONTO 1064 de c.p.a. E 640101  
N 6871015; deste, segue em linha reta até o PONTO 1065 de c.p.a. E 640179  
N 6871021; deste, segue em linha reta até o PONTO 1066 de c.p.a. E 640212  
N 6871032; deste, segue em linha reta até o PONTO 1067 de c.p.a. E 640261  
N 6871084; deste, segue em linha reta até o PONTO 1068 de c.p.a. E 640317  
N 6871137; deste, segue em linha reta até o PONTO 1069 de c.p.a. E 640364  
N 6871176; deste, segue em linha reta até o PONTO 1070 de c.p.a. E 640474  
N 6871209; deste, segue em linha reta até o PONTO 1071 de c.p.a. E 640690  
N 6871349; deste, segue em linha reta até o PONTO 1072 de c.p.a. E 640873  
N 6871375; deste, segue em linha reta até o PONTO 1073 de c.p.a. E 641259  
N 6871344; deste, segue em linha reta até o PONTO 1074 de c.p.a. E 641502  
N 6871394; deste, segue em linha reta até o PONTO 1075 de c.p.a. E 642033  
N 6871288; deste, segue em linha reta até o PONTO 1076 de c.p.a. E 642083  
N 6871220; deste, segue em linha reta até o PONTO 1077 de c.p.a. E 642122  
N 6871145; deste, segue em linha reta até o PONTO 1078 de c.p.a. E 642232  
N 6870954; deste, segue em linha reta até o PONTO 1079 de c.p.a. E 642631  
N 6870727; deste, segue em linha reta até o PONTO 1080 de c.p.a. E 642927  
N 6870468; deste, segue em linha reta até o PONTO 1081 de c.p.a. E 643030  
N 6870391; deste, segue em linha reta até o PONTO 1082 de c.p.a. E 643198  
N 6870348; deste, segue em linha reta até o PONTO 1083 de c.p.a. E 643246  
N 6870250; deste, segue em linha reta até o PONTO 1084 de c.p.a. E 643496  
N 6870162; deste, segue em linha reta até o PONTO 1085 de c.p.a. E 643611  
N 6870108; deste, segue em linha reta até o PONTO 1086 de c.p.a. E 643652  
N 6869938; deste, segue em linha reta até o PONTO 1087 de c.p.a. E 643334  
N 6869280; deste, segue em linha reta até o PONTO 1088 de c.p.a. E 643036



N 6868778; deste, segue em linha reta até o PONTO 1089 de c.p.a. E 643672  
N 6867700; deste, segue em linha reta até o PONTO 1090 de c.p.a. E 643718  
N 6867746; deste, segue em linha reta até o PONTO 1091 de c.p.a. E 643922  
N 6867946; deste, segue em linha reta até o PONTO 1092 de c.p.a. E 644067  
N 6867952; deste, segue em linha reta até o PONTO 1093 de c.p.a. E 644245  
N 6867833; deste, segue em linha reta até o PONTO 1094 de c.p.a. E 644430  
N 6867831; deste, segue em linha reta até o PONTO 1095 de c.p.a. E 644642  
N 6867696; deste, segue em linha reta até o PONTO 1096 de c.p.a. E 644704  
N 6867726; deste, segue em linha reta até o PONTO 1097 de c.p.a. E 644715  
N 6867789; deste, segue em linha reta até o PONTO 1098 de c.p.a. E 644719  
N 6867812; deste, segue em linha reta até o PONTO 1099 de c.p.a. E 644851  
N 6867880; deste, segue em linha reta até o PONTO 1100 de c.p.a. E 644982  
N 6867948; deste, segue em linha reta até o PONTO 1101 de c.p.a. E 645045  
N 6868025; deste, segue em linha reta até o PONTO 1102 de c.p.a. E 645650  
N 6868220; deste, segue em linha reta até o PONTO 1103 de c.p.a. E 645674  
N 6868227; deste, segue em linha reta até o PONTO 1104 de c.p.a. E 645879  
N 6868093; deste, segue em linha reta até o PONTO 1105 de c.p.a. E 646166  
N 6867988; deste, segue em linha reta até o PONTO 1106 de c.p.a. E 646440  
N 6867853; deste, segue em linha reta até o PONTO 1107 de c.p.a. E 646597  
N 6867726; deste, segue em linha reta até o PONTO 1108 de c.p.a. E 646707  
N 6867779; deste, segue em linha reta até o PONTO 1109 de c.p.a. E 646833  
N 6867918; deste, segue em linha reta até o PONTO 1110 de c.p.a. E 646903  
N 6868033; deste, segue em linha reta até o PONTO 1111 de c.p.a. E 647035  
N 6868102; deste, segue em linha reta até o PONTO 1112 de c.p.a. E 647097  
N 6868101; deste, segue em linha reta até o PONTO 1113 de c.p.a. E 647228  
N 6868154; deste, segue em linha reta até o PONTO 1114 de c.p.a. E 647373  
N 6868160; deste, segue em linha reta até o PONTO 1115 de c.p.a. E 647428  
N 6868159; deste, segue em linha reta até o PONTO 1116 de c.p.a. E 647645  
N 6867962; deste, segue em linha reta até o PONTO 1117 de c.p.a. E 647714



N 6867953; deste, segue em linha reta até o PONTO 1118 de c.p.a. E 647949  
N 6868020; deste, segue em linha reta até o PONTO 1119 de c.p.a. E 648149  
N 6868072; deste, segue em linha reta até o PONTO 1120 de c.p.a. E 648301  
N 6868070; deste, segue em linha reta até o PONTO 1121 de c.p.a. E 648474  
N 6868162; deste, segue em linha reta até o PONTO 1122 de c.p.a. E 648605  
N 6868191; deste, segue em linha reta até o PONTO 1123 de c.p.a. E 648714  
N 6868128; deste, segue em linha reta até o PONTO 1124 de c.p.a. E 648808  
N 6867901; deste, segue em linha reta até o PONTO 1125 de c.p.a. E 648937  
N 6867790; deste, segue em linha reta até o PONTO 1126 de c.p.a. E 649026  
N 6867766; deste, segue em linha reta até o PONTO 1127 de c.p.a. E 649114  
N 6867671; deste, segue em linha reta até o PONTO 1128 de c.p.a. E 649197  
N 6867678; deste, segue em linha reta até o PONTO 1129 de c.p.a. E 649266  
N 6867646; deste, segue em linha reta até o PONTO 1130 de c.p.a. E 649327  
N 6867630; deste, segue em linha reta até o PONTO 1131 de c.p.a. E 649389  
N 6867614; deste, segue em linha reta até o PONTO 1132 de c.p.a. E 649499  
N 6867573; deste, segue em linha reta até o PONTO 1133 de c.p.a. E 649686  
N 6867512; deste, segue em linha reta até o PONTO 1134 de c.p.a. E 649694  
N 6867510; deste, segue em linha reta até o PONTO 1135 de c.p.a. E 649697  
N 6867509; deste, segue em linha reta até o PONTO 1136 de c.p.a. E 649745  
N 6867494; deste, segue em linha reta até o PONTO 1137 de c.p.a. E 649905  
N 6867447; deste, segue em linha reta até o PONTO 1138 de c.p.a. E 649998  
N 6867358; deste, segue em linha reta até o PONTO 1139 de c.p.a. E 650104  
N 6867256; deste, segue em linha reta até o PONTO 1140 de c.p.a. E 650157  
N 6867224; deste, segue em linha reta até o PONTO 1141 de c.p.a. E 650179  
N 6867211; deste, segue em linha reta até o PONTO 1142 de c.p.a. E 650221  
N 6867185; deste, segue em linha reta até o PONTO 1143 de c.p.a. E 650229  
N 6867180; deste, segue em linha reta até o PONTO 1144 de c.p.a. E 650369  
N 6867226; deste, segue em linha reta até o PONTO 1145 de c.p.a. E 650627  
N 6867319; deste, segue em linha reta até o PONTO 1146 de c.p.a. E 650903



N 6867528; deste, segue em linha reta até o PONTO 1147 de c.p.a. E 650930  
N 6867759; deste, segue em linha reta até o PONTO 1148 de c.p.a. E 650891  
N 6867947; deste, segue em linha reta até o PONTO 1149 de c.p.a. E 650834  
N 6868075; deste, segue em linha reta até o PONTO 1150 de c.p.a. E 650889  
N 6868209; deste, segue em linha reta até o PONTO 1151 de c.p.a. E 651113  
N 6868258; deste, segue em linha reta até o PONTO 1152 de c.p.a. E 651403  
N 6868474; deste, segue em linha reta até o PONTO 1153 de c.p.a. E 651465  
N 6868825; deste, segue em linha reta até o PONTO 1154 de c.p.a. E 651219  
N 6868938; deste, segue em linha reta até o PONTO 1155 de c.p.a. E 651182  
N 6869199; deste, segue em linha reta até o PONTO 1156 de c.p.a. E 651015  
N 6869291; deste, segue em linha reta até o PONTO 1157 de c.p.a. E 651141  
N 6869656; deste, segue em linha reta até o PONTO 1158 de c.p.a. E 650868  
N 6869982; deste, segue em linha reta até o PONTO 1159 de c.p.a. E 650900  
N 6870320; deste, segue em linha reta até o PONTO 1160 de c.p.a. E 650723  
N 6870437; deste, segue em linha reta até o PONTO 1161 de c.p.a. E 650602  
N 6870464; deste, segue em linha reta até o PONTO 1162 de c.p.a. E 650517  
N 6870501; deste, segue em linha reta até o PONTO 1163 de c.p.a. E 650393  
N 6870513; deste, segue em linha reta até o PONTO 1164 de c.p.a. E 650205  
N 6870453; deste, segue em linha reta até o PONTO 1165 de c.p.a. E 650019  
N 6870322; deste, segue em linha reta até o PONTO 1166 de c.p.a. E 649835  
N 6870120; deste, segue em linha reta até o PONTO 1167 de c.p.a. E 649637  
N 6869911; deste, segue em linha reta até o PONTO 1168 de c.p.a. E 649557  
N 6869888; deste, segue em linha reta até o PONTO 1169 de c.p.a. E 649454  
N 6869854; deste, segue em linha reta até o PONTO 1170 de c.p.a. E 649346  
N 6869780; deste, segue em linha reta até o PONTO 1171 de c.p.a. E 649236  
N 6869684; deste, segue em linha reta até o PONTO 1172 de c.p.a. E 648095  
N 6869767; deste, segue em linha reta até o PONTO 1173 de c.p.a. E 648043  
N 6869736; deste, segue em linha reta até o PONTO 1174 de c.p.a. E 647989  
N 6869663; deste, segue em linha reta até o PONTO 1175 de c.p.a. E 647928



N 6869620; deste, segue em linha reta até o PONTO 1176 de c.p.a. E 647879  
N 6869632; deste, segue em linha reta até o PONTO 1177 de c.p.a. E 647840  
N 6869691; deste, segue em linha reta até o PONTO 1178 de c.p.a. E 647790  
N 6869722; deste, segue em linha reta até o PONTO 1179 de c.p.a. E 647709  
N 6869752; deste, segue em linha reta até o PONTO 1180 de c.p.a. E 647696  
N 6869769; deste, segue em linha reta até o PONTO 1181 de c.p.a. E 647649  
N 6869826; deste, segue em linha reta até o PONTO 1182 de c.p.a. E 647610  
N 6869841; deste, segue em linha reta até o PONTO 1183 de c.p.a. E 647583  
N 6869873; deste, segue em linha reta até o PONTO 1184 de c.p.a. E 647567  
N 6869922; deste, segue em linha reta até o PONTO 1185 de c.p.a. E 647519  
N 6869952; deste, segue em linha reta até o PONTO 1186 de c.p.a. E 647441  
N 6869950; deste, segue em linha reta até o PONTO 1187 de c.p.a. E 647358  
N 6869974; deste, segue em linha reta até o PONTO 1188 de c.p.a. E 647294  
N 6869964; deste, segue em linha reta até o PONTO 1189 de c.p.a. E 647246  
N 6869966; deste, segue em linha reta até o PONTO 1190 de c.p.a. E 647232  
N 6869986; deste, segue em linha reta até o PONTO 1191 de c.p.a. E 647196  
N 6870030; deste, segue em linha reta até o PONTO 1192 de c.p.a. E 647138  
N 6870047; deste, segue em linha reta até o PONTO 1193 de c.p.a. E 647052  
N 6870573; deste, segue em linha reta até o PONTO 1194 de c.p.a. E 647167  
N 6870752; deste, segue em linha reta até o PONTO 1195 de c.p.a. E 647256  
N 6871082; deste, segue em linha reta até o PONTO 1196 de c.p.a. E 647183  
N 6871393; deste, segue em linha reta até o PONTO 1197 de c.p.a. E 647141  
N 6871574; deste, segue em linha reta até o PONTO 1198 de c.p.a. E 647286  
N 6871688; deste, segue em linha reta até o PONTO 1199 de c.p.a. E 647634  
N 6871713; deste, segue em linha reta até o PONTO 1200 de c.p.a. E 647704  
N 6871839; deste, segue em linha reta até o PONTO 1201 de c.p.a. E 647827  
N 6872026; deste, segue em linha reta até o PONTO 1202 de c.p.a. E 648118  
N 6872315; deste, segue em linha reta até o PONTO 1203 de c.p.a. E 648260  
N 6872391; deste, segue em linha reta até o PONTO 1204 de c.p.a. E 648535



N 6872439; deste, segue em linha reta até o PONTO 1205 de c.p.a. E 648638  
N 6872586; deste, segue em linha reta até o PONTO 1206 de c.p.a. E 648567  
N 6872780; deste, segue em linha reta até o PONTO 1207 de c.p.a. E 648762  
N 6872851; deste, segue em linha reta até o PONTO 1208 de c.p.a. E 648832  
N 6872926; deste, segue em linha reta até o PONTO 1209 de c.p.a. E 649136  
N 6872722; deste, segue em linha reta até o PONTO 1210 de c.p.a. E 649168  
N 6872701; deste, segue em linha reta até o PONTO 1211 de c.p.a. E 649507  
N 6872655; deste, segue em linha reta até o PONTO 1212 de c.p.a. E 649803  
N 6872572; deste, segue em linha reta até o PONTO 1213 de c.p.a. E 649813  
N 6872666; deste, segue em linha reta até o PONTO 1214 de c.p.a. E 649839  
N 6872938; deste, segue em linha reta até o PONTO 1215 de c.p.a. E 649999  
N 6872909; deste, segue em linha reta até o PONTO 1216 de c.p.a. E 650100  
N 6872922; deste, segue em linha reta até o PONTO 1217 de c.p.a. E 650430  
N 6872963; deste, segue em linha reta até o PONTO 1218 de c.p.a. E 650636  
N 6873248; deste, segue em linha reta até o PONTO 1219 de c.p.a. E 650534  
N 6874247; deste, segue em linha reta até o PONTO 1220 de c.p.a. E 650533  
N 6874251; deste, segue em linha reta até o PONTO 1221 de c.p.a. E 650474  
N 6874832; deste, segue em linha reta até o PONTO 1222 de c.p.a. E 649903  
N 6875362; deste, segue em linha reta até o PONTO 1223 de c.p.a. E 649831  
N 6875430; deste, segue em linha reta até o PONTO 1224 de c.p.a. E 649831  
N 6875433; deste, segue em linha reta até o PONTO 1225 de c.p.a. E 649834  
N 6875528; deste, segue em linha reta até o PONTO 1226 de c.p.a. E 649839  
N 6875646; deste, segue em linha reta até o PONTO 1227 de c.p.a. E 649854  
N 6876050; deste, segue em linha reta até o PONTO 1228 de c.p.a. E 649820  
N 6876088; deste, segue em linha reta até o PONTO 1229 de c.p.a. E 649793  
N 6876119; deste, segue em linha reta até o PONTO 1230 de c.p.a. E 649517  
N 6876562; deste, segue em linha reta até o PONTO 1231 de c.p.a. E 648568  
N 6877131; deste, segue em linha reta até o PONTO 1232 de c.p.a. E 648515  
N 6877163; deste, segue em linha reta até o PONTO 1233 de c.p.a. E 648685





N 6877877; deste, segue em linha reta até o PONTO 1234 de c.p.a. E 648955  
N 6878484; deste, segue em linha reta até o PONTO 1235 de c.p.a. E 649218  
N 6878604; deste, segue em linha reta até o PONTO 1236 de c.p.a. E 649385  
N 6878812; deste, segue em linha reta até o PONTO 1237 de c.p.a. E 649653  
N 6878974; deste, segue em linha reta até o PONTO 1238 de c.p.a. E 649777  
N 6879362; deste, segue em linha reta até o PONTO 1239 de c.p.a. E 649911  
N 6879503; deste, segue em linha reta até o PONTO 1240 de c.p.a. E 649996  
N 6879447; deste, segue em linha reta até o PONTO 1241 de c.p.a. E 650050  
N 6879372; deste, segue em linha reta até o PONTO 1242 de c.p.a. E 650252  
N 6879181; deste, segue em linha reta até o PONTO 1243 de c.p.a. E 650870  
N 6878600; deste, segue em linha reta até o PONTO 1244 de c.p.a. E 651279  
N 6878567; deste, segue em linha reta até o PONTO 1245 de c.p.a. E 651238  
N 6879047; deste, segue em linha reta até o PONTO 1246 de c.p.a. E 651153  
N 6879884; deste, segue em linha reta até o PONTO 1247 de c.p.a. E 651164  
N 6879911; deste, segue em linha reta até o PONTO 1248 de c.p.a. E 651236  
N 6880377; deste, segue em linha reta até o PONTO 1249 de c.p.a. E 651816  
N 6880179; deste, segue em linha reta até o PONTO 1250 de c.p.a. E 651887  
N 6880155; deste, segue em linha reta até o PONTO 1251 de c.p.a. E 652090  
N 6880129; deste, segue em linha reta até o PONTO 1252 de c.p.a. E 652304  
N 6880101; deste, segue em linha reta até o PONTO 1253 de c.p.a. E 652304  
N 6879842; deste, segue em linha reta até o PONTO 1254 de c.p.a. E 652279  
N 6879566; deste, segue em linha reta até o PONTO 1255 de c.p.a. E 652356  
N 6879165; deste, segue em linha reta até o PONTO 1256 de c.p.a. E 652541  
N 6878943; deste, segue em linha reta até o PONTO 1257 de c.p.a. E 652593  
N 6878779; deste, segue em linha reta até o PONTO 1258 de c.p.a. E 652631  
N 6878666; deste, segue em linha reta até o PONTO 1259 de c.p.a. E 652685  
N 6878519; deste, segue em linha reta até o PONTO 1260 de c.p.a. E 652757  
N 6878367; deste, segue em linha reta até o PONTO 1261 de c.p.a. E 652770  
N 6878254; deste, segue em linha reta até o PONTO 1262 de c.p.a. E 652809



N 6878179; deste, segue em linha reta até o PONTO 1263 de c.p.a. E 652883  
N 6878110; deste, segue em linha reta até o PONTO 1264 de c.p.a. E 653074  
N 6877935; deste, segue em linha reta até o PONTO 1265 de c.p.a. E 653169  
N 6878040; deste, segue em linha reta até o PONTO 1266 de c.p.a. E 653395  
N 6878038; deste, segue em linha reta até o PONTO 1267 de c.p.a. E 653563  
N 6878082; deste, segue em linha reta até o PONTO 1268 de c.p.a. E 653244  
N 6878498; deste, segue em linha reta até o PONTO 1269 de c.p.a. E 653346  
N 6878671; deste, segue em linha reta até o PONTO 1270 de c.p.a. E 653303  
N 6879301; deste, segue em linha reta até o PONTO 1271 de c.p.a. E 653516  
N 6879310; deste, segue em linha reta até o PONTO 1272 de c.p.a. E 654098  
N 6879615; deste, segue em linha reta até o PONTO 1273 de c.p.a. E 654473  
N 6879911; deste, segue em linha reta até o PONTO 1274 de c.p.a. E 654441  
N 6880205; deste, segue em linha reta até o PONTO 1275 de c.p.a. E 654367  
N 6880897; deste, segue em linha reta até o PONTO 1276 de c.p.a. E 654628  
N 6881992; deste, segue em linha reta até o PONTO 1277 de c.p.a. E 654579  
N 6882385; deste, segue em linha reta até o PONTO 1278 de c.p.a. E 655103  
N 6882990; deste, segue em linha reta até o PONTO 1279 de c.p.a. E 655441  
N 6883011; deste, segue em linha reta até o PONTO 1280 de c.p.a. E 655670  
N 6882800; deste, segue em linha reta até o PONTO 1281 de c.p.a. E 655845  
N 6882579; deste, segue em linha reta até o PONTO 1282 de c.p.a. E 656102  
N 6882535; deste, segue em linha reta até o PONTO 1283 de c.p.a. E 656158  
N 6882432; deste, segue em linha reta até o PONTO 1284 de c.p.a. E 656162  
N 6882414; deste, segue em linha reta até o PONTO 1285 de c.p.a. E 657397  
N 6882285; deste, segue em linha reta até o PONTO 1286 de c.p.a. E 657057  
N 6883509; deste, segue em linha reta até o PONTO 1287 de c.p.a. E 656528  
N 6883967; deste, segue em linha reta até o PONTO 1288 de c.p.a. E 656062  
N 6883971; deste, segue em linha reta até o PONTO 1289 de c.p.a. E 655837  
N 6883973; deste, segue em linha reta até o PONTO 1290 de c.p.a. E 655109  
N 6883178; deste, segue em linha reta até o PONTO 1291 de c.p.a. E 654535



N 6883169; deste, segue em linha reta até o PONTO 1292 de c.p.a. E 654547  
N 6882589; deste, segue em linha reta até o PONTO 1293 de c.p.a. E 654105  
N 6882588; deste, segue em linha reta até o PONTO 1294 de c.p.a. E 653900  
N 6882584; deste, segue em linha reta até o PONTO 1295 de c.p.a. E 653799  
N 6882583; deste, segue em linha reta até o PONTO 1296 de c.p.a. E 653865  
N 6882807; deste, segue em linha reta até o PONTO 1297 de c.p.a. E 653719  
N 6883035; deste, segue em linha reta até o PONTO 1298 de c.p.a. E 653725  
N 6883047; deste, segue em linha reta até o PONTO 1299 de c.p.a. E 653744  
N 6883082; deste, segue em linha reta até o PONTO 1300 de c.p.a. E 653756  
N 6883100; deste, segue em linha reta até o PONTO 1301 de c.p.a. E 653759  
N 6883106; deste, segue em linha reta até o PONTO 1302 de c.p.a. E 653766  
N 6883113; deste, segue em linha reta até o PONTO 1303 de c.p.a. E 653907  
N 6883253; deste, segue em linha reta até o PONTO 1304 de c.p.a. E 654009  
N 6883371; deste, segue em linha reta até o PONTO 1305 de c.p.a. E 654037  
N 6883403; deste, segue em linha reta até o PONTO 1306 de c.p.a. E 654407  
N 6883831; deste, segue em linha reta até o PONTO 1307 de c.p.a. E 654425  
N 6883852; deste, segue em linha reta até o PONTO 1308 de c.p.a. E 654426  
N 6883854; deste, segue em linha reta até o PONTO 1309 de c.p.a. E 654471  
N 6883899; deste, segue em linha reta até o PONTO 1310 de c.p.a. E 654484  
N 6883908; deste, segue em linha reta até o PONTO 1311 de c.p.a. E 654510  
N 6883928; deste, segue em linha reta até o PONTO 1312 de c.p.a. E 654521  
N 6883957; deste, segue em linha reta até o PONTO 1313 de c.p.a. E 654522  
N 6883960; deste, segue em linha reta até o PONTO 1314 de c.p.a. E 654528  
N 6883971; deste, segue em linha reta até o PONTO 1315 de c.p.a. E 654543  
N 6884000; deste, segue em linha reta até o PONTO 1316 de c.p.a. E 654559  
N 6884008; deste, segue em linha reta até o PONTO 1317 de c.p.a. E 654578  
N 6884019; deste, segue em linha reta até o PONTO 1318 de c.p.a. E 654598  
N 6884028; deste, segue em linha reta até o PONTO 1319 de c.p.a. E 654608  
N 6884033; deste, segue em linha reta até o PONTO 1320 de c.p.a. E 654629



N 6884048; deste, segue em linha reta até o PONTO 1321 de c.p.a. E 654624  
N 6884074; deste, segue em linha reta até o PONTO 1322 de c.p.a. E 654608  
N 6884104; deste, segue em linha reta até o PONTO 1323 de c.p.a. E 654576  
N 6884128; deste, segue em linha reta até o PONTO 1324 de c.p.a. E 654566  
N 6884134; deste, segue em linha reta até o PONTO 1325 de c.p.a. E 654546  
N 6884145; deste, segue em linha reta até o PONTO 1326 de c.p.a. E 654529  
N 6884170; deste, segue em linha reta até o PONTO 1327 de c.p.a. E 654501  
N 6884213; deste, segue em linha reta até o PONTO 1328 de c.p.a. E 654489  
N 6884233; deste, segue em linha reta até o PONTO 1329 de c.p.a. E 654469  
N 6884252; deste, segue em linha reta até o PONTO 1330 de c.p.a. E 654443  
N 6884285; deste, segue em linha reta até o PONTO 1331 de c.p.a. E 654416  
N 6884333; deste, segue em linha reta até o PONTO 1332 de c.p.a. E 654411  
N 6884343; deste, segue em linha reta até o PONTO 1333 de c.p.a. E 654410  
N 6884349; deste, segue em linha reta até o PONTO 1334 de c.p.a. E 654393  
N 6884367; deste, segue em linha reta até o PONTO 1335 de c.p.a. E 654392  
N 6884369; deste, segue em linha reta até o PONTO 1336 de c.p.a. E 654359  
N 6884441; deste, segue em linha reta até o PONTO 1337 de c.p.a. E 654349  
N 6884480; deste, segue em linha reta até o PONTO 1338 de c.p.a. E 654357  
N 6884500; deste, segue em linha reta até o PONTO 1339 de c.p.a. E 654366  
N 6884510; deste, segue em linha reta até o PONTO 1340 de c.p.a. E 654384  
N 6884530; deste, segue em linha reta até o PONTO 1341 de c.p.a. E 654381  
N 6884546; deste, segue em linha reta até o PONTO 1342 de c.p.a. E 654393  
N 6884558; deste, segue em linha reta até o PONTO 1343 de c.p.a. E 654385  
N 6884576; deste, segue em linha reta até o PONTO 1344 de c.p.a. E 654362  
N 6884578; deste, segue em linha reta até o PONTO 1345 de c.p.a. E 654355  
N 6884601; deste, segue em linha reta até o PONTO 1346 de c.p.a. E 654354  
N 6884655; deste, segue em linha reta até o PONTO 1347 de c.p.a. E 654354  
N 6884657; deste, segue em linha reta até o PONTO 1348 de c.p.a. E 654365  
N 6884700; deste, segue em linha reta até o PONTO 1349 de c.p.a. E 654345



N 6884761; deste, segue em linha reta até o PONTO 1350 de c.p.a. E 654331  
N 6884817; deste, segue em linha reta até o PONTO 1351 de c.p.a. E 654272  
N 6884870; deste, segue em linha reta até o PONTO 1352 de c.p.a. E 654210  
N 6884922; deste, segue em linha reta até o PONTO 1353 de c.p.a. E 654149  
N 6884996; deste, segue em linha reta até o PONTO 1354 de c.p.a. E 654144  
N 6885099; deste, segue em linha reta até o PONTO 1355 de c.p.a. E 654123  
N 6885142; deste, segue em linha reta até o PONTO 1356 de c.p.a. E 654101  
N 6885163; deste, segue em linha reta até o PONTO 1357 de c.p.a. E 654075  
N 6885221; deste, segue em linha reta até o PONTO 1358 de c.p.a. E 654070  
N 6885258; deste, segue em linha reta até o PONTO 1359 de c.p.a. E 654062  
N 6885268; deste, segue em linha reta até o PONTO 1360 de c.p.a. E 654059  
N 6885283; deste, segue em linha reta até o PONTO 1361 de c.p.a. E 654037  
N 6885318; deste, segue em linha reta até o PONTO 1362 de c.p.a. E 654009  
N 6885340; deste, segue em linha reta até o PONTO 1363 de c.p.a. E 654006  
N 6885342; deste, segue em linha reta até o PONTO 1364 de c.p.a. E 653986  
N 6885358; deste, segue em linha reta até o PONTO 1365 de c.p.a. E 653954  
N 6885394; deste, segue em linha reta até o PONTO 1366 de c.p.a. E 653917  
N 6885415; deste, segue em linha reta até o PONTO 1367 de c.p.a. E 653900  
N 6885422; deste, segue em linha reta até o PONTO 1368 de c.p.a. E 653894  
N 6885425; deste, segue em linha reta até o PONTO 1369 de c.p.a. E 653882  
N 6885439; deste, segue em linha reta até o PONTO 1370 de c.p.a. E 653875  
N 6885457; deste, segue em linha reta até o PONTO 1371 de c.p.a. E 653879  
N 6885478; deste, segue em linha reta até o PONTO 1372 de c.p.a. E 653887  
N 6885498; deste, segue em linha reta até o PONTO 1373 de c.p.a. E 653897  
N 6885512; deste, segue em linha reta até o PONTO 1374 de c.p.a. E 653918  
N 6885531; deste, segue em linha reta até o PONTO 1375 de c.p.a. E 653920  
N 6885551; deste, segue em linha reta até o PONTO 1376 de c.p.a. E 653926  
N 6885572; deste, segue em linha reta até o PONTO 1377 de c.p.a. E 653942  
N 6885587; deste, segue em linha reta até o PONTO 1378 de c.p.a. E 653948



N 6885609; deste, segue em linha reta até o PONTO 1379 de c.p.a. E 653948  
N 6885624; deste, segue em linha reta até o PONTO 1380 de c.p.a. E 653948  
N 6885629; deste, segue em linha reta até o PONTO 1381 de c.p.a. E 653943  
N 6885637; deste, segue em linha reta até o PONTO 1382 de c.p.a. E 653935  
N 6885652; deste, segue em linha reta até o PONTO 1383 de c.p.a. E 653919  
N 6885677; deste, segue em linha reta até o PONTO 1384 de c.p.a. E 653921  
N 6885687; deste, segue em linha reta até o PONTO 1385 de c.p.a. E 653925  
N 6885710; deste, segue em linha reta até o PONTO 1386 de c.p.a. E 653909  
N 6885739; deste, segue em linha reta até o PONTO 1387 de c.p.a. E 653890  
N 6885761; deste, segue em linha reta até o PONTO 1388 de c.p.a. E 653857  
N 6885773; deste, segue em linha reta até o PONTO 1389 de c.p.a. E 653828  
N 6885773; deste, segue em linha reta até o PONTO 1390 de c.p.a. E 653828  
N 6885773; deste, segue em linha reta até o PONTO 1391 de c.p.a. E 653846  
N 6885810; deste, segue em linha reta até o PONTO 1392 de c.p.a. E 653871  
N 6885890; deste, segue em linha reta até o PONTO 1393 de c.p.a. E 653885  
N 6885888; deste, segue em linha reta até o PONTO 1394 de c.p.a. E 653913  
N 6885878; deste, segue em linha reta até o PONTO 1395 de c.p.a. E 653928  
N 6885875; deste, segue em linha reta até o PONTO 1396 de c.p.a. E 653942  
N 6885875; deste, segue em linha reta até o PONTO 1397 de c.p.a. E 653953  
N 6885877; deste, segue em linha reta até o PONTO 1398 de c.p.a. E 653961  
N 6885881; deste, segue em linha reta até o PONTO 1399 de c.p.a. E 653972  
N 6885886; deste, segue em linha reta até o PONTO 1400 de c.p.a. E 653977  
N 6885894; deste, segue em linha reta até o PONTO 1401 de c.p.a. E 653989  
N 6885901; deste, segue em linha reta até o PONTO 1402 de c.p.a. E 653995  
N 6885907; deste, segue em linha reta até o PONTO 1403 de c.p.a. E 653999  
N 6885918; deste, segue em linha reta até o PONTO 1404 de c.p.a. E 654003  
N 6885926; deste, segue em linha reta até o PONTO 1405 de c.p.a. E 654010  
N 6885938; deste, segue em linha reta até o PONTO 1406 de c.p.a. E 654016  
N 6885949; deste, segue em linha reta até o PONTO 1407 de c.p.a. E 654031



N 6885955; deste, segue em linha reta até o PONTO 1408 de c.p.a. E 654037  
N 6885960; deste, segue em linha reta até o PONTO 1409 de c.p.a. E 654048  
N 6885969; deste, segue em linha reta até o PONTO 1410 de c.p.a. E 654054  
N 6885980; deste, segue em linha reta até o PONTO 1411 de c.p.a. E 654057  
N 6885990; deste, segue em linha reta até o PONTO 1412 de c.p.a. E 654072  
N 6885995; deste, segue em linha reta até o PONTO 1413 de c.p.a. E 654079  
N 6886006; deste, segue em linha reta até o PONTO 1414 de c.p.a. E 654089  
N 6886014; deste, segue em linha reta até o PONTO 1415 de c.p.a. E 654094  
N 6886022; deste, segue em linha reta até o PONTO 1416 de c.p.a. E 654096  
N 6886036; deste, segue em linha reta até o PONTO 1417 de c.p.a. E 654103  
N 6886043; deste, segue em linha reta até o PONTO 1418 de c.p.a. E 654111  
N 6886051; deste, segue em linha reta até o PONTO 1419 de c.p.a. E 654128  
N 6886052; deste, segue em linha reta até o PONTO 1420 de c.p.a. E 654144  
N 6886054; deste, segue em linha reta até o PONTO 1421 de c.p.a. E 654154  
N 6886073; deste, segue em linha reta até o PONTO 1422 de c.p.a. E 654154  
N 6886086; deste, segue em linha reta até o PONTO 1423 de c.p.a. E 654161  
N 6886090; deste, segue em linha reta até o PONTO 1424 de c.p.a. E 654163  
N 6886107; deste, segue em linha reta até o PONTO 1425 de c.p.a. E 654161  
N 6886112; deste, segue em linha reta até o PONTO 1426 de c.p.a. E 654166  
N 6886118; deste, segue em linha reta até o PONTO 1427 de c.p.a. E 654171  
N 6886114; deste, segue em linha reta até o PONTO 1428 de c.p.a. E 654179  
N 6886114; deste, segue em linha reta até o PONTO 1429 de c.p.a. E 654181  
N 6886120; deste, segue em linha reta até o PONTO 1430 de c.p.a. E 654187  
N 6886124; deste, segue em linha reta até o PONTO 1431 de c.p.a. E 654195  
N 6886128; deste, segue em linha reta até o PONTO 1432 de c.p.a. E 654200  
N 6886139; deste, segue em linha reta até o PONTO 1433 de c.p.a. E 654209  
N 6886148; deste, segue em linha reta até o PONTO 1434 de c.p.a. E 654221  
N 6886167; deste, segue em linha reta até o PONTO 1435 de c.p.a. E 654232  
N 6886175; deste, segue em linha reta até o PONTO 1436 de c.p.a. E 654237





N 6886184; deste, segue em linha reta até o PONTO 1437 de c.p.a. E 654250  
N 6886198; deste, segue em linha reta até o PONTO 1438 de c.p.a. E 654265  
N 6886202; deste, segue em linha reta até o PONTO 1439 de c.p.a. E 654278  
N 6886209; deste, segue em linha reta até o PONTO 1440 de c.p.a. E 654279  
N 6886224; deste, segue em linha reta até o PONTO 1441 de c.p.a. E 654286  
N 6886233; deste, segue em linha reta até o PONTO 1442 de c.p.a. E 654299  
N 6886241; deste, segue em linha reta até o PONTO 1443 de c.p.a. E 654309  
N 6886254; deste, segue em linha reta até o PONTO 1444 de c.p.a. E 654321  
N 6886280; deste, segue em linha reta até o PONTO 1445 de c.p.a. E 654326  
N 6886296; deste, segue em linha reta até o PONTO 1446 de c.p.a. E 654333  
N 6886304; deste, segue em linha reta até o PONTO 1447 de c.p.a. E 654360  
N 6886317; deste, segue em linha reta até o PONTO 1448 de c.p.a. E 654409  
N 6886336; deste, segue em linha reta até o PONTO 1449 de c.p.a. E 654448  
N 6886369; deste, segue em linha reta até o PONTO 1450 de c.p.a. E 654454  
N 6886374; deste, segue em linha reta até o PONTO 1451 de c.p.a. E 654495  
N 6886401; deste, segue em linha reta até o PONTO 1452 de c.p.a. E 654583  
N 6886460; deste, segue em linha reta até o PONTO 1453 de c.p.a. E 654594  
N 6886463; deste, segue em linha reta até o PONTO 1454 de c.p.a. E 654605  
N 6886468; deste, segue em linha reta até o PONTO 1455 de c.p.a. E 654626  
N 6886472; deste, segue em linha reta até o PONTO 1456 de c.p.a. E 654632  
N 6886479; deste, segue em linha reta até o PONTO 1457 de c.p.a. E 654660  
N 6886490; deste, segue em linha reta até o PONTO 1458 de c.p.a. E 654681  
N 6886500; deste, segue em linha reta até o PONTO 1459 de c.p.a. E 654684  
N 6886504; deste, segue em linha reta até o PONTO 1460 de c.p.a. E 654690  
N 6886511; deste, segue em linha reta até o PONTO 1461 de c.p.a. E 654703  
N 6886509; deste, segue em linha reta até o PONTO 1462 de c.p.a. E 654709  
N 6886509; deste, segue em linha reta até o PONTO 1463 de c.p.a. E 654717  
N 6886509; deste, segue em linha reta até o PONTO 1464 de c.p.a. E 654719  
N 6886509; deste, segue em linha reta até o PONTO 1465 de c.p.a. E 654719



N 6886509; deste, segue em linha reta até o PONTO 1466 de c.p.a. E 654720  
N 6886517; deste, segue em linha reta até o PONTO 1467 de c.p.a. E 654737  
N 6886518; deste, segue em linha reta até o PONTO 1468 de c.p.a. E 654753  
N 6886519; deste, segue em linha reta até o PONTO 1469 de c.p.a. E 654761  
N 6886530; deste, segue em linha reta até o PONTO 1470 de c.p.a. E 654774  
N 6886535; deste, segue em linha reta até o PONTO 1471 de c.p.a. E 654798  
N 6886531; deste, segue em linha reta até o PONTO 1472 de c.p.a. E 654810  
N 6886531; deste, segue em linha reta até o PONTO 1473 de c.p.a. E 654821  
N 6886535; deste, segue em linha reta até o PONTO 1474 de c.p.a. E 654831  
N 6886531; deste, segue em linha reta até o PONTO 1475 de c.p.a. E 654848  
N 6886539; deste, segue em linha reta até o PONTO 1476 de c.p.a. E 654866  
N 6886555; deste, segue em linha reta até o PONTO 1477 de c.p.a. E 654878  
N 6886569; deste, segue em linha reta até o PONTO 1478 de c.p.a. E 654900  
N 6886597; deste, segue em linha reta até o PONTO 1479 de c.p.a. E 654905  
N 6886611; deste, segue em linha reta até o PONTO 1480 de c.p.a. E 654980  
N 6886630; deste, segue em linha reta até o PONTO 1481 de c.p.a. E 654984  
N 6886656; deste, segue em linha reta até o PONTO 1482 de c.p.a. E 654997  
N 6886767; deste, segue em linha reta até o PONTO 1483 de c.p.a. E 655076  
N 6886870; deste, segue em linha reta até o PONTO 1484 de c.p.a. E 655206  
N 6887029; deste, segue em linha reta até o PONTO 1485 de c.p.a. E 655145  
N 6887056; deste, segue em linha reta até o PONTO 1486 de c.p.a. E 655113  
N 6887106; deste, segue em linha reta até o PONTO 1487 de c.p.a. E 655039  
N 6887106; deste, segue em linha reta até o PONTO 1488 de c.p.a. E 655071  
N 6887222; deste, segue em linha reta até o PONTO 1489 de c.p.a. E 655206  
N 6887213; deste, segue em linha reta até o PONTO 1490 de c.p.a. E 655642  
N 6888088; deste, segue em linha reta até o PONTO 1491 de c.p.a. E 655880  
N 6888088; deste, segue em linha reta até o PONTO 1492 de c.p.a. E 656449  
N 6888445; deste, segue em linha reta até o PONTO 1493 de c.p.a. E 657395  
N 6888578; deste, segue em linha reta até o PONTO 1494 de c.p.a. E 657317



N 6887383; deste, segue em linha reta até o PONTO 1495 de c.p.a. E 657311  
N 6887132; deste, segue em linha reta até o PONTO 1496 de c.p.a. E 657716  
N 6886829; deste, segue em linha reta até o PONTO 1497 de c.p.a. E 657989  
N 6886528; deste, segue em linha reta até o PONTO 1498 de c.p.a. E 658228  
N 6886755; deste, segue em linha reta até o PONTO 1499 de c.p.a. E 658232  
N 6886755; deste, segue em linha reta até o PONTO 1500 de c.p.a. E 658329  
N 6887173; deste, segue em linha reta até o PONTO 1501 de c.p.a. E 658747  
N 6887202; deste, segue em linha reta até o PONTO 1502 de c.p.a. E 658707  
N 6886861; deste, segue em linha reta até o PONTO 1503 de c.p.a. E 659196  
N 6886934; deste, segue em linha reta até o PONTO 1504 de c.p.a. E 659359  
N 6886964; deste, segue em linha reta até o PONTO 1505 de c.p.a. E 660618  
N 6887196; deste, segue em linha reta até o PONTO 1506 de c.p.a. E 660546  
N 6887303; deste, segue em linha reta até o PONTO 1507 de c.p.a. E 660602  
N 6887375; deste, segue em linha reta até o PONTO 1508 de c.p.a. E 660713  
N 6887466; deste, segue em linha reta até o PONTO 1509 de c.p.a. E 660717  
N 6887498; deste, segue em linha reta até o PONTO 1510 de c.p.a. E 660650  
N 6887490; deste, segue em linha reta até o PONTO 1511 de c.p.a. E 660554  
N 6887490; deste, segue em linha reta até o PONTO 1512 de c.p.a. E 660435  
N 6887478; deste, segue em linha reta até o PONTO 1513 de c.p.a. E 660435  
N 6887546; deste, segue em linha reta até o PONTO 1514 de c.p.a. E 660415  
N 6887573; deste, segue em linha reta até o PONTO 1515 de c.p.a. E 660423  
N 6887629; deste, segue em linha reta até o PONTO 1516 de c.p.a. E 658724  
N 6888697; deste, segue em linha reta até o PONTO 1517 de c.p.a. E 658668  
N 6889122; deste, segue em linha reta até o PONTO 1518 de c.p.a. E 658384  
N 6889580; deste, segue em linha reta até o PONTO 1519 de c.p.a. E 658632  
N 6889923; deste, segue em linha reta até o PONTO 1520 de c.p.a. E 658632  
N 6889923; deste, segue em linha reta até o PONTO 1521 de c.p.a. E 658632  
N 6889923; deste, segue em linha reta até o PONTO 1522 de c.p.a. E 659382  
N 6890093; deste, segue em linha reta até o PONTO 1523 de c.p.a. E 659444



N 6890259; deste, segue em linha reta até o PONTO 1524 de c.p.a. E 659817  
N 6890552; deste, segue em linha reta até o PONTO 1525 de c.p.a. E 659827  
N 6890560; deste, segue em linha reta até o PONTO 1526 de c.p.a. E 659705  
N 6890572; deste, segue em linha reta até o PONTO 1527 de c.p.a. E 659748  
N 6890671; deste, segue em linha reta até o PONTO 1528 de c.p.a. E 659814  
N 6890787; deste, segue em linha reta até o PONTO 1529 de c.p.a. E 659804  
N 6890886; deste, segue em linha reta até o PONTO 1530 de c.p.a. E 659761  
N 6891019; deste, segue em linha reta até o PONTO 1531 de c.p.a. E 659705  
N 6891121; deste, segue em linha reta até o PONTO 1532 de c.p.a. E 659579  
N 6891250; deste, segue em linha reta até o PONTO 1533 de c.p.a. E 659626  
N 6891538; deste, segue em linha reta até o PONTO 1534 de c.p.a. E 660997  
N 6891310; deste, segue em linha reta até o PONTO 1535 de c.p.a. E 661015  
N 6891303; deste, segue em linha reta até o PONTO 1536 de c.p.a. E 661029  
N 6891292; deste, segue em linha reta até o PONTO 1537 de c.p.a. E 661045  
N 6891288; deste, segue em linha reta até o PONTO 1538 de c.p.a. E 661058  
N 6891284; deste, segue em linha reta até o PONTO 1539 de c.p.a. E 661076  
N 6891280; deste, segue em linha reta até o PONTO 1540 de c.p.a. E 661097  
N 6891275; deste, segue em linha reta até o PONTO 1541 de c.p.a. E 661124  
N 6891266; deste, segue em linha reta até o PONTO 1542 de c.p.a. E 661138  
N 6891263; deste, segue em linha reta até o PONTO 1543 de c.p.a. E 661150  
N 6891260; deste, segue em linha reta até o PONTO 1544 de c.p.a. E 661163  
N 6891255; deste, segue em linha reta até o PONTO 1545 de c.p.a. E 661172  
N 6891252; deste, segue em linha reta até o PONTO 1546 de c.p.a. E 661193  
N 6891240; deste, segue em linha reta até o PONTO 1547 de c.p.a. E 661204  
N 6891234; deste, segue em linha reta até o PONTO 1548 de c.p.a. E 661213  
N 6891223; deste, segue em linha reta até o PONTO 1549 de c.p.a. E 661221  
N 6891219; deste, segue em linha reta até o PONTO 1550 de c.p.a. E 661237  
N 6891209; deste, segue em linha reta até o PONTO 1551 de c.p.a. E 661246  
N 6891210; deste, segue em linha reta até o PONTO 1552 de c.p.a. E 661255



N 6891208; deste, segue em linha reta até o PONTO 1553 de c.p.a. E 661269  
N 6891198; deste, segue em linha reta até o PONTO 1554 de c.p.a. E 661277  
N 6891186; deste, segue em linha reta até o PONTO 1555 de c.p.a. E 661288  
N 6891181; deste, segue em linha reta até o PONTO 1556 de c.p.a. E 661308  
N 6891170; deste, segue em linha reta até o PONTO 1557 de c.p.a. E 661321  
N 6891163; deste, segue em linha reta até o PONTO 1558 de c.p.a. E 661328  
N 6891158; deste, segue em linha reta até o PONTO 1559 de c.p.a. E 661336  
N 6891153; deste, segue em linha reta até o PONTO 1560 de c.p.a. E 661353  
N 6891143; deste, segue em linha reta até o PONTO 1561 de c.p.a. E 661365  
N 6891132; deste, segue em linha reta até o PONTO 1562 de c.p.a. E 661380  
N 6891121; deste, segue em linha reta até o PONTO 1563 de c.p.a. E 661390  
N 6891115; deste, segue em linha reta até o PONTO 1564 de c.p.a. E 661416  
N 6891101; deste, segue em linha reta até o PONTO 1565 de c.p.a. E 661425  
N 6891096; deste, segue em linha reta até o PONTO 1566 de c.p.a. E 661437  
N 6891084; deste, segue em linha reta até o PONTO 1567 de c.p.a. E 661439  
N 6891080; deste, segue em linha reta até o PONTO 1568 de c.p.a. E 661441  
N 6891077; deste, segue em linha reta até o PONTO 1569 de c.p.a. E 661444  
N 6891069; deste, segue em linha reta até o PONTO 1570 de c.p.a. E 661451  
N 6891063; deste, segue em linha reta até o PONTO 1571 de c.p.a. E 661453  
N 6891060; deste, segue em linha reta até o PONTO 1572 de c.p.a. E 661454  
N 6891058; deste, segue em linha reta até o PONTO 1573 de c.p.a. E 661456  
N 6891051; deste, segue em linha reta até o PONTO 1574 de c.p.a. E 661460  
N 6891042; deste, segue em linha reta até o PONTO 1575 de c.p.a. E 661464  
N 6891036; deste, segue em linha reta até o PONTO 1576 de c.p.a. E 661468  
N 6891031; deste, segue em linha reta até o PONTO 1577 de c.p.a. E 661472  
N 6891026; deste, segue em linha reta até o PONTO 1578 de c.p.a. E 661475  
N 6891023; deste, segue em linha reta até o PONTO 1579 de c.p.a. E 661482  
N 6891019; deste, segue em linha reta até o PONTO 1580 de c.p.a. E 661489  
N 6891015; deste, segue em linha reta até o PONTO 1581 de c.p.a. E 661494



N 6891014; deste, segue em linha reta até o PONTO 1582 de c.p.a. E 661504  
N 6891013; deste, segue em linha reta até o PONTO 1583 de c.p.a. E 661513  
N 6891013; deste, segue em linha reta até o PONTO 1584 de c.p.a. E 661519  
N 6891013; deste, segue em linha reta até o PONTO 1585 de c.p.a. E 661528  
N 6891014; deste, segue em linha reta até o PONTO 1586 de c.p.a. E 661538  
N 6891018; deste, segue em linha reta até o PONTO 1587 de c.p.a. E 661546  
N 6891023; deste, segue em linha reta até o PONTO 1588 de c.p.a. E 661555  
N 6891028; deste, segue em linha reta até o PONTO 1589 de c.p.a. E 661564  
N 6891035; deste, segue em linha reta até o PONTO 1590 de c.p.a. E 661569  
N 6891036; deste, segue em linha reta até o PONTO 1591 de c.p.a. E 661580  
N 6891045; deste, segue em linha reta até o PONTO 1592 de c.p.a. E 661597  
N 6891055; deste, segue em linha reta até o PONTO 1593 de c.p.a. E 661616  
N 6891061; deste, segue em linha reta até o PONTO 1594 de c.p.a. E 661620  
N 6891062; deste, segue em linha reta até o PONTO 1595 de c.p.a. E 661626  
N 6891062; deste, segue em linha reta até o PONTO 1596 de c.p.a. E 661629  
N 6891062; deste, segue em linha reta até o PONTO 1597 de c.p.a. E 662024  
N 6891291; deste, segue em linha reta até o PONTO 1598 de c.p.a. E 662082  
N 6891540; deste, segue em linha reta até o PONTO 1599 de c.p.a. E 662022  
N 6891622; deste, segue em linha reta até o PONTO 1600 de c.p.a. E 661814  
N 6891709; deste, segue em linha reta até o PONTO 1601 de c.p.a. E 662038  
N 6892008; deste, segue em linha reta até o PONTO 1602 de c.p.a. E 661952  
N 6892249; deste, segue em linha reta até o PONTO 1603 de c.p.a. E 661873  
N 6892406; deste, segue em linha reta até o PONTO 1604 de c.p.a. E 661776  
N 6892484; deste, segue em linha reta até o PONTO 1605 de c.p.a. E 661689  
N 6892554; deste, segue em linha reta até o PONTO 1606 de c.p.a. E 661248  
N 6892641; deste, segue em linha reta até o PONTO 1607 de c.p.a. E 660912  
N 6892627; deste, segue em linha reta até o PONTO 1608 de c.p.a. E 660700  
N 6892985; deste, segue em linha reta até o PONTO 1609 de c.p.a. E 660667  
N 6893200; deste, segue em linha reta até o PONTO 1610 de c.p.a. E 660687



N 6893441; deste, segue em linha reta até o PONTO 1611 de c.p.a. E 661020  
N 6893653; deste, segue em linha reta até o PONTO 1612 de c.p.a. E 661088  
N 6893665; deste, segue em linha reta até o PONTO 1613 de c.p.a. E 661270  
N 6893592; deste, segue em linha reta até o PONTO 1614 de c.p.a. E 661391  
N 6893616; deste, segue em linha reta até o PONTO 1615 de c.p.a. E 661638  
N 6893736; deste, segue em linha reta até o PONTO 1616 de c.p.a. E 661743  
N 6893710; deste, segue em linha reta até o PONTO 1617 de c.p.a. E 661915  
N 6893597; deste, segue em linha reta até o PONTO 1618 de c.p.a. E 662114  
N 6893643; deste, segue em linha reta até o PONTO 1619 de c.p.a. E 662253  
N 6893650; deste, segue em linha reta até o PONTO 1620 de c.p.a. E 662372  
N 6893670; deste, segue em linha reta até o PONTO 1621 de c.p.a. E 662531  
N 6893782; deste, segue em linha reta até o PONTO 1622 de c.p.a. E 662716  
N 6893716; deste, segue em linha reta até o PONTO 1623 de c.p.a. E 662848  
N 6893637; deste, segue em linha reta até o PONTO 1624 de c.p.a. E 662980  
N 6893544; deste, segue em linha reta até o PONTO 1625 de c.p.a. E 663080  
N 6893478; deste, segue em linha reta até o PONTO 1626 de c.p.a. E 663179  
N 6893412; deste, segue em linha reta até o PONTO 1627 de c.p.a. E 663331  
N 6893352; deste, segue em linha reta até o PONTO 1628 de c.p.a. E 663496  
N 6893538; deste, segue em linha reta até o PONTO 1629 de c.p.a. E 663695  
N 6893445; deste, segue em linha reta até o PONTO 1630 de c.p.a. E 663880  
N 6893405; deste, segue em linha reta até o PONTO 1631 de c.p.a. E 664072  
N 6893359; deste, segue em linha reta até o PONTO 1632 de c.p.a. E 664098  
N 6893696; deste, segue em linha reta até o PONTO 1633 de c.p.a. E 663880  
N 6893796; deste, segue em linha reta até o PONTO 1634 de c.p.a. E 663715  
N 6893948; deste, segue em linha reta até o PONTO 1635 de c.p.a. E 663655  
N 6893888; deste, segue em linha reta até o PONTO 1636 de c.p.a. E 663642  
N 6893848; deste, segue em linha reta até o PONTO 1637 de c.p.a. E 663523  
N 6893842; deste, segue em linha reta até o PONTO 1638 de c.p.a. E 663357  
N 6893921; deste, segue em linha reta até o PONTO 1639 de c.p.a. E 663212





N 6893961; deste, segue em linha reta até o PONTO 1640 de c.p.a. E 663238  
N 6894053; deste, segue em linha reta até o PONTO 1641 de c.p.a. E 663258  
N 6894139; deste, segue em linha reta até o PONTO 1642 de c.p.a. E 663179  
N 6894179; deste, segue em linha reta até o PONTO 1643 de c.p.a. E 662954  
N 6894199; deste, segue em linha reta até o PONTO 1644 de c.p.a. E 662782  
N 6894338; deste, segue em linha reta até o PONTO 1645 de c.p.a. E 662775  
N 6894457; deste, segue em linha reta até o PONTO 1646 de c.p.a. E 662722  
N 6894530; deste, segue em linha reta até o PONTO 1647 de c.p.a. E 662636  
N 6894530; deste, segue em linha reta até o PONTO 1648 de c.p.a. E 662524  
N 6894622; deste, segue em linha reta até o PONTO 1649 de c.p.a. E 662365  
N 6894649; deste, segue em linha reta até o PONTO 1650 de c.p.a. E 662372  
N 6895132; deste, segue em linha reta até o PONTO 1651 de c.p.a. E 660412  
N 6895582; deste, segue em linha reta até o PONTO 1652 de c.p.a. E 660396  
N 6895541; deste, segue em linha reta até o PONTO 1653 de c.p.a. E 660365  
N 6895460; deste, segue em linha reta até o PONTO 1654 de c.p.a. E 660185  
N 6895336; deste, segue em linha reta até o PONTO 1655 de c.p.a. E 659925  
N 6895220; deste, segue em linha reta até o PONTO 1656 de c.p.a. E 659327  
N 6895257; deste, segue em linha reta até o PONTO 1657 de c.p.a. E 658971  
N 6895432; deste, segue em linha reta até o PONTO 1658 de c.p.a. E 658747  
N 6895346; deste, segue em linha reta até o PONTO 1659 de c.p.a. E 658551  
N 6895231; deste, segue em linha reta até o PONTO 1660 de c.p.a. E 658311  
N 6895018; deste, segue em linha reta até o PONTO 1661 de c.p.a. E 658237  
N 6894869; deste, segue em linha reta até o PONTO 1662 de c.p.a. E 658124  
N 6894757; deste, segue em linha reta até o PONTO 1663 de c.p.a. E 658020  
N 6894473; deste, segue em linha reta até o PONTO 1664 de c.p.a. E 657904  
N 6894338; deste, segue em linha reta até o PONTO 1665 de c.p.a. E 657741  
N 6894214; deste, segue em linha reta até o PONTO 1666 de c.p.a. E 657616  
N 6894176; deste, segue em linha reta até o PONTO 1667 de c.p.a. E 657440  
N 6894162; deste, segue em linha reta até o PONTO 1668 de c.p.a. E 657393



N 6894107; deste, segue em linha reta até o PONTO 1669 de c.p.a. E 657419  
N 6894122; deste, segue em linha reta até o PONTO 1670 de c.p.a. E 657384  
N 6894087; deste, segue em linha reta até o PONTO 1671 de c.p.a. E 657320  
N 6894012; deste, segue em linha reta até o PONTO 1672 de c.p.a. E 657069  
N 6894158; deste, segue em linha reta até o PONTO 1673 de c.p.a. E 657049  
N 6894166; deste, segue em linha reta até o PONTO 1674 de c.p.a. E 656987  
N 6894205; deste, segue em linha reta até o PONTO 1675 de c.p.a. E 656907  
N 6894256; deste, segue em linha reta até o PONTO 1676 de c.p.a. E 656840  
N 6894361; deste, segue em linha reta até o PONTO 1677 de c.p.a. E 656775  
N 6894454; deste, segue em linha reta até o PONTO 1678 de c.p.a. E 656645  
N 6894525; deste, segue em linha reta até o PONTO 1679 de c.p.a. E 656496  
N 6894688; deste, segue em linha reta até o PONTO 1680 de c.p.a. E 656255  
N 6894787; deste, segue em linha reta até o PONTO 1681 de c.p.a. E 656063  
N 6894734; deste, segue em linha reta até o PONTO 1682 de c.p.a. E 656029  
N 6894688; deste, segue em linha reta até o PONTO 1683 de c.p.a. E 655934  
N 6894638; deste, segue em linha reta até o PONTO 1684 de c.p.a. E 655791  
N 6894599; deste, segue em linha reta até o PONTO 1685 de c.p.a. E 655679  
N 6894479; deste, segue em linha reta até o PONTO 1686 de c.p.a. E 655779  
N 6894258; deste, segue em linha reta até o PONTO 1687 de c.p.a. E 655780  
N 6894259; deste, segue em linha reta até o PONTO 1688 de c.p.a. E 655805  
N 6894198; deste, segue em linha reta até o PONTO 1689 de c.p.a. E 656035  
N 6894134; deste, segue em linha reta até o PONTO 1690 de c.p.a. E 656186  
N 6893699; deste, segue em linha reta até o PONTO 1691 de c.p.a. E 656186  
N 6893699; deste, segue em linha reta até o PONTO 1692 de c.p.a. E 656188  
N 6893694; deste, segue em linha reta até o PONTO 1693 de c.p.a. E 656035  
N 6893263; deste, segue em linha reta até o PONTO 1694 de c.p.a. E 656032  
N 6893264; deste, segue em linha reta até o PONTO 1695 de c.p.a. E 655901  
N 6892894; deste, segue em linha reta até o PONTO 1696 de c.p.a. E 655411  
N 6893027; deste, segue em linha reta até o PONTO 1697 de c.p.a. E 655374



N 6893121; deste, segue em linha reta até o PONTO 1698 de c.p.a. E 655373  
N 6893169; deste, segue em linha reta até o PONTO 1699 de c.p.a. E 655397  
N 6893229; deste, segue em linha reta até o PONTO 1700 de c.p.a. E 655354  
N 6893279; deste, segue em linha reta até o PONTO 1701 de c.p.a. E 655313  
N 6893262; deste, segue em linha reta até o PONTO 1702 de c.p.a. E 655106  
N 6893320; deste, segue em linha reta até o PONTO 1703 de c.p.a. E 655035  
N 6893285; deste, segue em linha reta até o PONTO 1704 de c.p.a. E 654987  
N 6893193; deste, segue em linha reta até o PONTO 1705 de c.p.a. E 655007  
N 6893100; deste, segue em linha reta até o PONTO 1706 de c.p.a. E 654826  
N 6893010; deste, segue em linha reta até o PONTO 1707 de c.p.a. E 654550  
N 6892910; deste, segue em linha reta até o PONTO 1708 de c.p.a. E 654347  
N 6892717; deste, segue em linha reta até o PONTO 1709 de c.p.a. E 654101  
N 6892707; deste, segue em linha reta até o PONTO 1710 de c.p.a. E 653779  
N 6893121; deste, segue em linha reta até o PONTO 1711 de c.p.a. E 653802  
N 6893084; deste, segue em linha reta até o PONTO 1712 de c.p.a. E 653781  
N 6893115; deste, segue em linha reta até o PONTO 1713 de c.p.a. E 653739  
N 6893117; deste, segue em linha reta até o PONTO 1714 de c.p.a. E 653157  
N 6893070; deste, segue em linha reta até o PONTO 1715 de c.p.a. E 652922  
N 6893273; deste, segue em linha reta até o PONTO 1716 de c.p.a. E 652536  
N 6893332; deste, segue em linha reta até o PONTO 1717 de c.p.a. E 652435  
N 6893347; deste, segue em linha reta até o PONTO 1718 de c.p.a. E 652420  
N 6893350; deste, segue em linha reta até o PONTO 1719 de c.p.a. E 652007  
N 6893413; deste, segue em linha reta até o PONTO 1720 de c.p.a. E 651944  
N 6893267; deste, segue em linha reta até o PONTO 1721 de c.p.a. E 651874  
N 6893108; deste, segue em linha reta até o PONTO 1722 de c.p.a. E 651855  
N 6893071; deste, segue em linha reta até o PONTO 1723 de c.p.a. E 651819  
N 6892988; deste, segue em linha reta até o PONTO 1724 de c.p.a. E 651711  
N 6892842; deste, segue em linha reta até o PONTO 1725 de c.p.a. E 651619  
N 6892788; deste, segue em linha reta até o PONTO 1726 de c.p.a. E 651581



N 6892773; deste, segue em linha reta até o PONTO 1727 de c.p.a. E 651476  
N 6892729; deste, segue em linha reta até o PONTO 1728 de c.p.a. E 651476  
N 6892739; deste, segue em linha reta até o PONTO 1729 de c.p.a. E 651457  
N 6892732; deste, segue em linha reta até o PONTO 1730 de c.p.a. E 651352  
N 6892688; deste, segue em linha reta até o PONTO 1731 de c.p.a. E 651199  
N 6892630; deste, segue em linha reta até o PONTO 1732 de c.p.a. E 651092  
N 6892594; deste, segue em linha reta até o PONTO 1733 de c.p.a. E 650916  
N 6892565; deste, segue em linha reta até o PONTO 1734 de c.p.a. E 650870  
N 6892651; deste, segue em linha reta até o PONTO 1735 de c.p.a. E 650785  
N 6892739; deste, segue em linha reta até o PONTO 1736 de c.p.a. E 650683  
N 6892859; deste, segue em linha reta até o PONTO 1737 de c.p.a. E 650622  
N 6892987; deste, segue em linha reta até o PONTO 1738 de c.p.a. E 650514  
N 6893032; deste, segue em linha reta até o PONTO 1739 de c.p.a. E 650432  
N 6893089; deste, segue em linha reta até o PONTO 1740 de c.p.a. E 650356  
N 6893140; deste, segue em linha reta até o PONTO 1741 de c.p.a. E 650280  
N 6893201; deste, segue em linha reta até o PONTO 1742 de c.p.a. E 650179  
N 6893306; deste, segue em linha reta até o PONTO 1743 de c.p.a. E 650102  
N 6893400; deste, segue em linha reta até o PONTO 1744 de c.p.a. E 650032  
N 6893489; deste, segue em linha reta até o PONTO 1745 de c.p.a. E 650019  
N 6893591; deste, segue em linha reta até o PONTO 1746 de c.p.a. E 650019  
N 6893705; deste, segue em linha reta até o PONTO 1747 de c.p.a. E 650025  
N 6893851; deste, segue em linha reta até o PONTO 1748 de c.p.a. E 650013  
N 6893950; deste, segue em linha reta até o PONTO 1749 de c.p.a. E 649970  
N 6894030; deste, segue em linha reta até o PONTO 1750 de c.p.a. E 649881  
N 6894087; deste, segue em linha reta até o PONTO 1751 de c.p.a. E 649754  
N 6894157; deste, segue em linha reta até o PONTO 1752 de c.p.a. E 649697  
N 6894239; deste, segue em linha reta até o PONTO 1753 de c.p.a. E 649695  
N 6894245; deste, segue em linha reta até o PONTO 1754 de c.p.a. E 649695  
N 6894245; deste, segue em linha reta até o PONTO 1755 de c.p.a. E 649665



N 6894367; deste, segue em linha reta até o PONTO 1756 de c.p.a. E 649596  
N 6894494; deste, segue em linha reta até o PONTO 1757 de c.p.a. E 649268  
N 6894329; deste, segue em linha reta até o PONTO 1758 de c.p.a. E 649247  
N 6894323; deste, segue em linha reta até o PONTO 1759 de c.p.a. E 649000  
N 6894166; deste, segue em linha reta até o PONTO 1760 de c.p.a. E 648751  
N 6894067; deste, segue em linha reta até o PONTO 1761 de c.p.a. E 648687  
N 6894130; deste, segue em linha reta até o PONTO 1762 de c.p.a. E 648585  
N 6894233; deste, segue em linha reta até o PONTO 1763 de c.p.a. E 648559  
N 6894271; deste, segue em linha reta até o PONTO 1764 de c.p.a. E 648566  
N 6894344; deste, segue em linha reta até o PONTO 1765 de c.p.a. E 648541  
N 6894435; deste, segue em linha reta até o PONTO 1766 de c.p.a. E 648539  
N 6894432; deste, segue em linha reta até o PONTO 1767 de c.p.a. E 648456  
N 6894501; deste, segue em linha reta até o PONTO 1768 de c.p.a. E 648456  
N 6894505; deste, segue em linha reta até o PONTO 1769 de c.p.a. E 648440  
N 6894518; deste, segue em linha reta até o PONTO 1770 de c.p.a. E 647983  
N 6894566; deste, segue em linha reta até o PONTO 1771 de c.p.a. E 647973  
N 6894564; deste, segue em linha reta até o PONTO 1772 de c.p.a. E 647961  
N 6894561; deste, segue em linha reta até o PONTO 1773 de c.p.a. E 647950  
N 6894557; deste, segue em linha reta até o PONTO 1774 de c.p.a. E 647942  
N 6894549; deste, segue em linha reta até o PONTO 1775 de c.p.a. E 647935  
N 6894540; deste, segue em linha reta até o PONTO 1776 de c.p.a. E 647925  
N 6894532; deste, segue em linha reta até o PONTO 1777 de c.p.a. E 647916  
N 6894525; deste, segue em linha reta até o PONTO 1778 de c.p.a. E 647908  
N 6894518; deste, segue em linha reta até o PONTO 1779 de c.p.a. E 647898  
N 6894512; deste, segue em linha reta até o PONTO 1780 de c.p.a. E 647888  
N 6894507; deste, segue em linha reta até o PONTO 1781 de c.p.a. E 647876  
N 6894504; deste, segue em linha reta até o PONTO 1782 de c.p.a. E 647866  
N 6894504; deste, segue em linha reta até o PONTO 1783 de c.p.a. E 647855  
N 6894503; deste, segue em linha reta até o PONTO 1784 de c.p.a. E 647847



N 6894495; deste, segue em linha reta até o PONTO 1785 de c.p.a. E 647837  
N 6894489; deste, segue em linha reta até o PONTO 1786 de c.p.a. E 647826  
N 6894485; deste, segue em linha reta até o PONTO 1787 de c.p.a. E 647816  
N 6894483; deste, segue em linha reta até o PONTO 1788 de c.p.a. E 647804  
N 6894480; deste, segue em linha reta até o PONTO 1789 de c.p.a. E 647794  
N 6894476; deste, segue em linha reta até o PONTO 1790 de c.p.a. E 647783  
N 6894471; deste, segue em linha reta até o PONTO 1791 de c.p.a. E 647772  
N 6894466; deste, segue em linha reta até o PONTO 1792 de c.p.a. E 647762  
N 6894462; deste, segue em linha reta até o PONTO 1793 de c.p.a. E 647752  
N 6894458; deste, segue em linha reta até o PONTO 1794 de c.p.a. E 647741  
N 6894456; deste, segue em linha reta até o PONTO 1795 de c.p.a. E 647729  
N 6894455; deste, segue em linha reta até o PONTO 1796 de c.p.a. E 647718  
N 6894454; deste, segue em linha reta até o PONTO 1797 de c.p.a. E 647707  
N 6894453; deste, segue em linha reta até o PONTO 1798 de c.p.a. E 647697  
N 6894449; deste, segue em linha reta até o PONTO 1799 de c.p.a. E 647686  
N 6894447; deste, segue em linha reta até o PONTO 1800 de c.p.a. E 647677  
N 6894441; deste, segue em linha reta até o PONTO 1801 de c.p.a. E 647668  
N 6894434; deste, segue em linha reta até o PONTO 1802 de c.p.a. E 647658  
N 6894429; deste, segue em linha reta até o PONTO 1803 de c.p.a. E 647648  
N 6894425; deste, segue em linha reta até o PONTO 1804 de c.p.a. E 647638  
N 6894422; deste, segue em linha reta até o PONTO 1805 de c.p.a. E 647627  
N 6894419; deste, segue em linha reta até o PONTO 1806 de c.p.a. E 647617  
N 6894418; deste, segue em linha reta até o PONTO 1807 de c.p.a. E 647606  
N 6894418; deste, segue em linha reta até o PONTO 1808 de c.p.a. E 647595  
N 6894420; deste, segue em linha reta até o PONTO 1809 de c.p.a. E 647584  
N 6894426; deste, segue em linha reta até o PONTO 1810 de c.p.a. E 647574  
N 6894429; deste, segue em linha reta até o PONTO 1811 de c.p.a. E 647563  
N 6894427; deste, segue em linha reta até o PONTO 1812 de c.p.a. E 647556  
N 6894419; deste, segue em linha reta até o PONTO 1813 de c.p.a. E 647556



N 6894413; deste, segue em linha reta até o PONTO 1814 de c.p.a. E 647595  
N 6894208; deste, segue em linha reta até o PONTO 1815 de c.p.a. E 647571  
N 6894141; deste, segue em linha reta até o PONTO 1816 de c.p.a. E 647547  
N 6894030; deste, segue em linha reta até o PONTO 1817 de c.p.a. E 647590  
N 6893910; deste, segue em linha reta até o PONTO 1818 de c.p.a. E 647600  
N 6893838; deste, segue em linha reta até o PONTO 1819 de c.p.a. E 647619  
N 6893747; deste, segue em linha reta até o PONTO 1820 de c.p.a. E 647579  
N 6893709; deste, segue em linha reta até o PONTO 1821 de c.p.a. E 647232  
N 6893631; deste, segue em linha reta até o PONTO 1822 de c.p.a. E 646881  
N 6893552; e, deste, segue em linha reta até o PONTO 1, ponto inicial da descrição deste perímetro, com área aproximada de 39.405 ha (trinta e nove mil quatrocentos e cinco hectares).

§ 2º Ficam excluídos dos limites do Parque Nacional da Serra Catarinense, descritos no § 1º deste artigo, o leito e a faixa de domínio das estradas municipais BJ-020, em Bom Jardim da Serra, e UCI-040, em Urubici, numa faixa de 40 m (quarenta metros) de largura por toda a extensão em que essas vias são contíguas ao Parque Nacional.

Art. 7º Poderão ser realocados em terras da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no âmbito da Amazônia Legal, respeitada a fração mínima do limite de módulos fiscais determinada na legislação fundiária, desde que haja disponibilidade efetiva de terras e a critério dos órgãos competentes, os ocupantes de áreas rurais incidentes:

- I - na Floresta Nacional do Jamanxim; e
- II - no Parque Nacional do Rio Novo;

§ 1º Na realocação de que trata o *caput* deste artigo, deverá ser observada, no que couber, a legislação fundiária.





§ 2º Não haverá vinculação entre as características edafológicas da área da pretensa realocação com aquelas da ocupação originária.

§ 3º A realocação prevista no *caput* deste artigo será executada pela Subsecretaria Extraordinária de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

§ 4º Os requisitos constantes dos incisos III e IV do *caput* do art. 5º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, serão relacionados às áreas originalmente ocupadas.

§ 5º Até a emissão da posse nas novas áreas em que forem realocados, os atuais ocupantes de áreas rurais incidentes previstos no *caput* deste artigo poderão continuar a exercer suas atividades econômicas.

Art. 8º O título de domínio emitido em decorrência da regularização fundiária de que tratam o § 2º do art. 5º e o art. 7º deverá conter, entre outras, cláusula resolutiva que condicione a manutenção do título à inexistência de desmatamento ilegal na área regularizada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogados:

I - o Decreto não numerado, de 13 de fevereiro de 2006, que cria a Floresta Nacional do Jamanxim, no Município de Novo Progresso, no Estado do Pará;

II - o Decreto nº 50.922, de 6 de julho de 1961, que cria o Parque Nacional de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina; e



III - a Lei nº 13.273, de 15 de abril de 2016, que altera os limites do Parque Nacional de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina.



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

# Votação Aberta

**Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2017**

Altera limites da Floresta Nacional do Jamanxim, a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional e Área de Proteção Ambiental, limites e nome do Parque Nacional de São Joaquim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim.

Matéria **PLV 4/2017**

Início Votação **23/05/2017 18:22:08** Término Votação **23/05/2017 18:35:36**

Sessão **71º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **23/05/2017 14:01:00**

<b>Partido</b>	<b>Orientação</b>		
PSDB	SIM		
PT	LIVRE		
DEM	SIM		
REDE	NÃO		

<b>Partido</b>	<b>UF</b>	<b>Nome Senador</b>	<b>Voto</b>
PMDB	SP	Airton Sandoval	SIM
PV	PR	Alvaro Dias	SIM
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PR	MT	Cidinho Santos	SIM
PP	PI	Ciro Nogueira	SIM
PPS	DF	Cristovam Buarque	NÃO
PSDB	SC	Dalirio Beber	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
PSDB	SE	Eduardo Amorim	SIM
PMDB	AM	Eduardo Braga	NÃO
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SIM
PMDB	PI	Elmano Férrer	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	NÃO
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM
PTC	AL	Fernando Collor	NÃO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PT	PR	Gleisi Hoffmann	ABSTENÇÃO
PMDB	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PP	RO	Ivo Cassol	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	NÃO
DEM	RN	José Agripino	SIM
PSD	MT	José Medeiros	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PSDB	SP	José Serra	SIM
PMDB	TO	Kátia Abreu	SIM
PSD	RS	Lasier Martins	SIM

Emissão 23/05/2017 18:39:38



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Aberta**

**Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2017**

Altera limites da Floresta Nacional do Jamanxim, a categoria da unidade de conservação Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo para Parque Nacional e Área de Proteção Ambiental, limites e nome do Parque Nacional de São Joaquim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim.

Matéria **PLV 4/2017**

Início Votação **23/05/2017 18:22:08** Término Votação **23/05/2017 18:35:36**

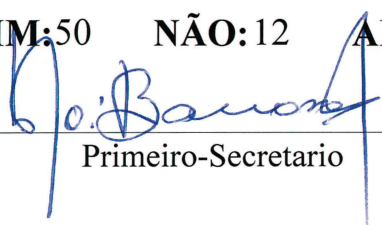
Sessão **71º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **23/05/2017 14:01:00**

PSB	BA	Lídice da Mata	NÃO
PT	RJ	Lindbergh Farias	NÃO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
PR	ES	Magno Malta	SIM
PMDB	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSC	MS	Pedro Chaves	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	NÃO
PT	PI	Regina Sousa	NÃO
-	DF	Reguffe	NÃO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
PP	BA	Roberto Muniz	SIM
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSB	RJ	Romário	NÃO
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SIM
PMDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PTB	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	NÃO
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PP	GO	Wilder Moraes	SIM

Presidente: Eunício Oliveira

**SIM:50 NÃO:12 ABST.: 1 PRESIDENTE:1 TOTAL:64**

  
 Primeiro-Secretario

Emissão 23/05/2017 18:39:38



# Projeto de Lei de Conversão nº 13/2017





**EMENDA DE REDAÇÃO nº – PLEN**  
(ao PLV nº 13, de 2016 da MPV 757 de 2016)

*Aprovada*  
*Em 28/05/17*  
*[Assinatura]*

Dê-se ao § 5º do artigo 16 do Projeto de Lei de Conversão 13 de 2017 a seguinte redação:

Art. 16.....

.....

§ 5º Como medida alternativa ao parcelamento de que trata o *caput* deste artigo, a empresa beneficiária poderá propor plano de reinvestimento dos débitos referentes aos investimentos residuais, podendo contemplar débitos apurados em mais de um período até o que se encerra em 31 de dezembro de 2016, a ser aprovado, conforme o caso, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação ou pela Suframa conforme critérios a serem estabelecidos por seu Conselho de Administração, ouvido o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

**JUSTIFICAÇÃO**

Trata-se de correção na redação do §5º do artigo 16 do PLV, para dar maior clareza ao que dispõe o *caput* ao prever o parcelamento/reinvestimento dos débitos das empresas instaladas na ZFM (lei 8.387) e no restante do país (lei 8.248).

Foi alterado o *caput* do artigo 16 na Comissão Mista para inclusão dos demais estados, porém faltou o ajuste no § 5º para esse novo comando.

Nesse sentido é necessária a inclusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação no texto do artigo. A Suframa e o MDIC respondem pela Lei 8387 de 1991, mas o MCTIC é que responde pela Lei 8.248 de 1991.

Sala das Sessões,

*[Assinatura]*  
*Eduardo*  
*Breje*

*[Assinatura]*  
*Deixe-se gestar*



*[Assinatura]*  
*17/5/17*  
*46320*





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete da Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

**EMENDA DE REDAÇÃO nº – PLEN**  
(ao PLV nº 13, de 2016 da MPV 757 de 2016)

Dê-se ao § 5º do artigo 16 do Projeto de Lei de Conversão 13 de 2017 a seguinte redação:

Art. 16.....

§ 5º Como medida alternativa ao parcelamento de que trata o *caput* deste artigo, a empresa beneficiária poderá propor plano de reinvestimento dos débitos referentes aos investimentos residuais, podendo contemplar débitos apurados em mais de um período até o que se encerra em 31 de dezembro de 2016, a ser aprovado, conforme o caso, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação ou pela Suframa conforme critérios a serem estabelecidos por seu Conselho de Administração, ouvido o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

**JUSTIFICAÇÃO**

Trata-se de correção na redação do §5º do artigo 16 do PLV, para dar maior clareza ao que dispõe o *caput* ao prever o parcelamento/reinvestimento dos débitos das empresas instaladas na ZFM (lei 8.387) e no restante do país (lei 8.248).

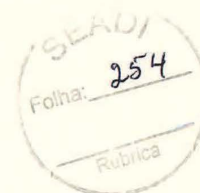
Foi alterado o *caput* do artigo 16 na Comissão Mista para inclusão dos demais estados, porém faltou o ajuste no § 5º para esse novo comando.

Nesse sentido é necessária a inclusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação no texto do artigo. A Suframa e o MDIC respondem pela Lei 8387 de 1991, mas o MCTIC é que responde pela Lei 8.248 de 1991.

Recebido em 17/5/17  
Hora: 15:45

Sala das Sessões,

Gustavo Costa Soares  
Matrícula: 256022 SLSF/SGM



SF/17254.21428-51

Página: 1/1 18/05/2017 12:06:38

2fadf4b2554d6ab0e8dd24a3b5338a6f512e305a







## SENADO FEDERAL

### PARECER Nº 92, DE 2017 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2017 (Medida Provisória nº 757, de 2016).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2017 (Medida Provisória nº 757, de 2016), que *institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais e a Taxa de Serviços em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa e dá outras providências*, consolidando a emenda de redação da Relatora, aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 23 de maio de 2017.

**JOSÉ PIMENTEL, PRESIDENTE**

**CIDINHO SANTOS, RELATOR**

**DAVI ALCOLUMBRE**

**EDUARDO AMORIM**



**ANEXO AO PARECER Nº 92, DE 2017 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2017 (Medida Provisória nº 757, de 2016).

Dispõe sobre a competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para regular e controlar a importação e o ingresso de mercadorias, com incentivos fiscais, na Zona Franca de Manaus, nas áreas de livre comércio e na Amazônia Ocidental e institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais (TCIF) e a Taxa de Serviços (TS).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a competência da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para regular e controlar a importação e o ingresso de mercadorias, com incentivos fiscais, na Zona Franca de Manaus, nas áreas de livre comércio e na Amazônia Ocidental e institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais (TCIF) e a Taxa de Serviços (TS).

Art. 2º A importação de mercadorias estrangeiras no âmbito da Zona Franca de Manaus, das áreas de livre comércio e da Amazônia Ocidental deverá ser previamente licenciada pela Suframa para efeito de fruição dos incentivos fiscais por ela administrados.

§ 1º O licenciamento dependerá da regularidade cadastral da pessoa jurídica perante a Suframa, da compatibilidade com ato aprobatório de projeto de que dependa a fruição dos incentivos fiscais e da inexistência de motivo determinante de suspensão ou de exclusão dos incentivos fiscais.

§ 2º A Suframa controlará o cumprimento da licença de importação por ocasião da entrada das mercadorias referidas no *caput* deste artigo.

Art. 3º O ingresso de mercadorias procedentes do território nacional no âmbito da Zona Franca de Manaus, das áreas de livre comércio e da Amazônia Ocidental deverá ser previamente registrado perante a Suframa para efeito de fruição dos incentivos fiscais por ela administrados.

§ 1º O registro dependerá da regularidade cadastral da pessoa jurídica perante a Suframa e da inexistência de motivo determinante de suspensão ou de exclusão dos incentivos fiscais.



§ 2º A Suframa controlará o cumprimento das condições especificadas no registro por ocasião da entrada das mercadorias referidas no *caput* deste artigo.

Art. 4º O controle a ser exercido pela Suframa, conforme previsto no § 2º do art. 2º e no § 2º do art. 3º desta Lei, compreenderá, entre outras providências, a conferência da situação cadastral e fiscal da pessoa jurídica, ou da entidade equiparada, e da documentação fiscal e de transporte das mercadorias, a vistoria física das mercadorias, conforme a necessidade, e a averiguação de situações que possam ensejar a suspensão ou a exclusão dos incentivos fiscais.

Parágrafo único. No caso de importação ou de ingresso de mercadorias destinadas a integrar processo fabril nas áreas incentivadas, como insumos, componentes, partes e peças, o controle envolverá, adicionalmente, o acompanhamento de seu emprego em conformidade com o processo produtivo básico correspondente ao projeto econômico aprovado pela Suframa e do qual dependa a fruição dos incentivos fiscais, consoante critérios a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração da Suframa.

Art. 5º Compete à Suframa prestar os serviços previstos no Anexo II desta Lei, sem prejuízo de outros disciplinados em legislação específica.

Art. 6º São instituídas a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais (TCIF), pelo exercício do poder de polícia de que tratam os arts. 2º, 3º e 4º desta Lei, e a Taxa de Serviços (TS), pela prestação dos serviços referidos no Anexo II desta Lei.

Art. 7º São sujeitos passivos da TCIF a pessoa jurídica e a entidade equiparada que solicitarem o licenciamento de importação ou o registro de ingresso de mercadorias procedentes do território nacional, nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei.

Art. 8º Ocorre o fato gerador da TCIF no momento do registro de pedido de licenciamento de importação a que se refere o art. 2º desta Lei ou do registro de protocolo de ingresso de mercadorias a que se refere o art. 3º desta Lei, sendo devida em conformidade com a soma dos seguintes valores:

I – por cada pedido de licenciamento de importação ou por cada nota fiscal incluída em registro de ingresso de mercadorias em geral, o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total das mercadorias constantes do respectivo documento;

II – por cada mercadoria constante do pedido de licenciamento de importação ou por cada nota fiscal incluída em registro de protocolo de ingresso de mercadorias, o valor de R\$ 30,00 (trinta reais), limitando-se cada parcela a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor individual da mercadoria.

§ 1º Na hipótese do parágrafo único do art. 4º desta Lei, os percentuais referidos nos incisos I e II do *caput* deste artigo são de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento).

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2018, exclusivamente na hipótese do parágrafo único do art. 4º desta Lei, os valores fixos referidos nos incisos I e II do *caput* deste artigo serão, respectivamente, de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) e de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), mantidos os limites percentuais referidos no § 1º deste artigo.

§ 3º Considera-se mercadoria cada bem especificado como item em pedido de licenciamento de importação ou em nota fiscal vinculada a protocolo de ingresso de mercadoria, para fins do inciso II do *caput* deste artigo.

Art. 9º São isentos do pagamento da TCIF:

I – a União, os Estados da Amazônia Ocidental, o Estado do Amapá, e os respectivos Municípios, autarquias e fundações públicas;



II – o microempreendedor individual, as microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo regime especial simplificado de arrecadação de tributos e contribuições, em conformidade com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e a Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008;

III – as operações comerciais relativas a livros, jornais e periódicos e o papel destinado a sua impressão, os equipamentos médico-hospitalares e as mercadorias integrantes da cesta básica constantes do Anexo I desta Lei destinados à venda na Zona Franca de Manaus, nas áreas de livre comércio e na Amazônia Ocidental;

IV – as operações comerciais relativas a matérias-primas, produtos intermediários, materiais secundários e de embalagem, bens finais, componentes e outros insumos de origem nacional destinados às áreas de livre comércio para a produção de bens com preponderância de matéria-prima regional, conforme definido pelo Decreto nº 8.597, de 18 de dezembro de 2015, pelo Decreto nº 6.614, de 23 de outubro de 2008, e pelos demais critérios estabelecidos pelo Conselho de Administração da Suframa;

V – as operações comerciais internas de compra e venda entre as áreas incentivadas sujeitas ao controle da Suframa;

VI – as importações de produtos destinados à venda na Zona Franca de Manaus e nas áreas de livre comércio;

VII – as operações comerciais relativas a dispositivos de tecnologia assistiva definidos em regulamento destinados à venda na Zona Franca de Manaus e nas áreas de livre comércio.

Parágrafo único. As mercadorias que ingressarem na Zona Franca de Manaus para industrialização e posterior exportação terão suspensão da TCIF, que se converterá em isenção, em razão da efetiva saída dos produtos do território nacional, conforme critérios a serem estabelecidos pelo Conselho de Administração da Suframa.

Art. 10. Os valores da TCIF, estipulados no art. 8º desta Lei, serão reduzidos em 20% (vinte por cento) para os bens de informática, seus insumos e componentes, na hipótese em que o sujeito passivo os empregar em processo fabril que importe em realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, conforme legislação específica e observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 11. A TCIF será recolhida por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) até o último dia útil do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador enunciado no art. 8º desta Lei.

§ 1º É vedado o recolhimento de valores inferiores a R\$ 50,00 (cinquenta reais), que deverão ser adicionados aos valores de operações subsequentes para recolhimento a ocorrer no prazo estabelecido para a primeira operação que resultar na superação desse limite.

§ 2º Os valores não recolhidos no prazo previsto no *caput* deste artigo serão acrescidos de juros e multa de mora calculados nos termos e na forma da legislação aplicável aos tributos federais.

§ 3º Os créditos inscritos em dívida ativa serão acrescidos de encargo legal substitutivo da condenação do devedor em honorários advocatícios, calculado nos termos e na forma da legislação aplicável à dívida ativa da União.

§ 4º A não realização da exportação na forma do parágrafo único do art. 9º desta Lei importará na cobrança da TCIF com os acréscimos previstos nos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 5º O pedido de licenciamento de importação ou o registro de ingresso de mercadorias será cancelado pela Suframa na hipótese de as mercadorias neles referidas não ingressarem



nas áreas incentivadas enunciadas nos arts. 2º e 3º desta Lei até o último dia de validade da licença de importação ou do prazo para confirmação do recebimento das mercadorias pelo destinatário.

§ 6º O cancelamento de que trata o § 5º deste artigo não inibe a ocorrência do fato gerador da TCIF enunciado no art. 8º desta Lei.

§ 7º A existência de dívidas líquidas e exigíveis decorrentes do não recolhimento da TCIF importará em bloqueio automático do cadastro do sujeito passivo perante a Suframa.

Art. 12. São sujeitos passivos da TS a pessoa jurídica, a entidade equiparada e a pessoa física que solicitarem os serviços previstos no Anexo II desta Lei.

Art. 13. Ocorre o fato gerador da TS no momento da solicitação dos serviços constantes do Anexo II desta Lei, de acordo com as especificações e os valores nele previstos.

Parágrafo único. Os valores da TS deverão ser recolhidos por meio de GRU até o quinto dia útil seguinte ao do registro dos pedidos, sob pena de não processamento e cancelamento.

Art. 14. Os valores previstos no art. 8º e no Anexo II desta Lei poderão ser atualizados anualmente por ato do Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, por aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou por índice que venha a substituí-lo.

Art. 15. Os recursos provenientes da arrecadação da TCIF e da TS serão destinados exclusivamente ao custeio e às atividades-fim da Suframa, vedada qualquer limitação de empenho e de movimentação financeira desses recursos.

§ 1º A distribuição dos recursos do orçamento próprio da Suframa será realizada de forma equitativa, nos termos de resolução a ser editada por seu Conselho de Administração.

§ 2º A arrecadação oriunda das taxas referidas no *caput* deste artigo e sua destinação deverão ser divulgadas na internet, até o último dia do mês subsequente àquele em que foram realizadas.

Art. 16. Os débitos decorrentes da não realização, total ou parcial, a qualquer título, até o período encerrado em 31 de dezembro de 2016, de aplicações relativas ao investimento compulsório anual em pesquisa e desenvolvimento, de que tratam o art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e os §§ 3º e 5º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, poderão ser objeto de parcelamento em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e consecutivas.

§ 1º O disposto neste artigo não contempla os débitos referentes a investimentos não realizados em decorrência de omissão de receita, apurada no curso de fiscalização realizada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 2º Para efeito de consolidação, o valor dos débitos referidos no *caput* deste artigo concernentes a cada ano-calendário será acrescido da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente àquele em que o investimento em pesquisa e desenvolvimento deveria ter sido realizado.

§ 3º O valor dos débitos, consolidado na forma do § 2º deste artigo, deverá ser quitado mediante prestações mensais e consecutivas, a serem depositadas no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), e ficará sujeito, a partir da data-base da consolidação, a juros correspondentes à variação mensal da TJLP.



§ 4º O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao valor dos débitos, consolidado na forma do § 2º deste artigo, dividido pela quantidade total de parcelas, acrescido de juros conforme disposto no § 3º deste artigo.

§ 5º Como medida alternativa ao parcelamento de que trata o *caput* deste artigo, a empresa beneficiária poderá propor plano de investimento do valor dos débitos de que trata o *caput*, podendo contemplar débitos apurados em mais de um período até o que se encerra em 31 de dezembro de 2016, a ser aprovado, conforme o caso, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações ou pela Suframa segundo critérios a serem estabelecidos por seu Conselho de Administração, ouvido o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Art. 17. São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 757, de 19 de dezembro de 2016, durante sua vigência.

Art. 18. A partir de 1º de janeiro de 2018, o valor do serviço de “Atualização Cadastral e Recadastramento” previsto no Anexo II desta Lei passa a ser de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 19. Revogam-se, após o prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de publicação da Medida Provisória nº 757, de 19 de dezembro de 2016, os arts. 1º a 7º da Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



**ANEXO I**

<b>CÓDIGO</b>	<b>PRODUTO</b>
1701.14.00; 1701.99.00	AÇÚCAR
1108.1200	AMIDO DE MILHO
1006	ARROZ
0803	BANANAS
1501	BANHA
0701	BATATAS
0901	CAFÉ
0207	CARNE DE AVES
0201; 0202	CARNE DE BOVINO
0210.20.00	CHARQUE
1602	CONSERVA DE CARNES
0704	COUVES E PRODUTOS SEMELHANTES
1106.20.00	FARINHA DE MANDIOCA
1101.00.10	FARINHA DE TRIGO
0713	FEIJÃO
0805	FRUTAS CÍTRICAS
0708	LEGUMES DE VAGENS
0402.99.00	LEITE CONDENSADO
0402	LEITE EM PÓ
0401	LEITE FRESCO
0405.10.00	MANTEIGA
1517.10.00	MARGARINA
1902	MASSAS ALIMENTÍCIAS
1507	ÓLEOS VEGETAIS
0305	PEIXE SALGADO
2501.00.20	SAL
1604.13.10	SARDINHA EM CONSERVA
1001.19.00	TRIGO EM GRÃO
0504	VÍSCERAS

**ANEXO II**

<b>SERVIÇOS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
CADASTRAMENTO	UNIDADE	140,37
ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E RECADASTRAMENTO	UNIDADE	42,11
REATIVAÇÃO CADASTRAL	UNIDADE	173,16
FORNECIMENTO DE LISTAGENS E INFORMAÇÕES	FOLHA	2,81
ARMAZENAGEM E MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS (MERCADORIAS DIVERSAS)	M³/15 DIAS	9,83
ARMAZENAGEM E MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS (VEÍCULOS)	UNIDADE/15 DIAS	421,11
ARMAZENAGEM E MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS (UTILIZAÇÃO DE EMPILHADEIRA – POR CONTÊINER OU CAMINHÃO)	POR CONTÊINER OU CAMINHÃO	126,33
MOVIMENTAÇÃO INTERNA DE MERCADORIAS NOS ENTREPOSTOS (UTILIZAÇÃO DE EMPILHADEIRA POR HORA)	POR HORA	98,26
MOVIMENTAÇÃO INTERNA DE MERCADORIAS NOS ENTREPOSTOS (SEPARADOR DE CARGA POR HORA)	POR HORA	16,84
UNITIZAÇÃO E DESUNITIZAÇÃO DE CONTÊINERES	POR CONTÊINER DE 20 PÉS	533,40
UNITIZAÇÃO E DESUNITIZAÇÃO DE CONTÊINERES	POR CONTÊINER DE 40 PÉS	617,62





# Projeto de Lei de Conversão nº 17/2017





## SENADO FEDERAL

### \*PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2017

(Proveniente da Medida Provisória nº 758, de 2016)

Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós.

#### DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei de conversão
- Legislação citada
- Medida provisória original  
[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1519172&filename=MPV-758-2016](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1519172&filename=MPV-758-2016)
- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista  
<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/15f78714-692f-4d6d-91d1-1b36622cfc6b>
- PAR 1/2017  
<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/eff684d0-8533-4ec4-b052-25b097b477f8>
- Nota técnica  
<https://legis.senado.gov.br/sdleg-getter/documento/download/502e7ee4-ae1f-45ce-9144-b7a7f049c6a5>
- Sinopse de tramitação na Câmara  
[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_imp;proposicoesWeb?idProposicao=2121849&ord=1&tp=completa](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;proposicoesWeb?idProposicao=2121849&ord=1&tp=completa)

\*republicado nos termos do Ofício nº 496, de 2017, da Câmara dos Deputados, que encaminha correção de erro material nos autógrafos.



[Página da matéria](#)



Altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental Rio Branco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre as unidades de conservação discriminadas nos §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 1º Ficam alterados os limites do Parque Nacional do Jamanxim, criado pelo Decreto de 13 de fevereiro de 2006, localizado nos Municípios de Itaituba e Trairão, no Estado do Pará.

§ 2º Fica criada, no Município de Trairão, no Estado do Pará, a Área de Proteção Ambiental Rio Branco.

Art. 2º A área excluída do Parque Nacional do Jamanxim de que trata o § 2º do art. 2º do Decreto de 13 de fevereiro de 2006 compreende os polígonos discriminados pelos seguintes memoriais descritivos, com área aproximada de 862 ha (oitocentos e sessenta e dois hectares):

I - área A - inicia-se o perímetro no ponto 1A de coordenadas geográficas aproximadas (c.g.a.) 55°49'49.49"W e 5°30'4.83"S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 2A de c.g.a. 55°49'54.49"W e 5°30'25.34"S, ponto 3A de c.g.a. 55°49'55.57"W e 5°30'27.59"S, ponto 4A de c.g.a. 55°49'57.24"W e 5°30'29.43"S, ponto 5A de c.g.a. 55°50'0.87"W e 5°30'31.84"S, ponto 6A de c.g.a. 55°50'2.74"W e 5°30'33.65"S, ponto 7A de c.g.a. 55°50'3.57"W e 5°30'36.99"S, ponto 8A de c.g.a. 55°50'4.62"W e 5°30'52.36"S, ponto 9A de c.g.a. 55°50'5.18"W e 5°30'59.83"S, ponto 10A de c.g.a. 55°50'4.53"W e 5°31'2.93"S, ponto 11A de c.g.a. 55°50'4.11"W e 5°31'4.43"S,



ponto 12A de c.g.a. 55°50'3.84"W e 5°31'6.40"S, ponto 13A de c.g.a. 55°50'4.01"W e 5°31'8.38"S, ponto 14A de c.g.a. 55°50'4.37"W e 5°31'9.74"S, ponto 15A de c.g.a. 55°50'4.66"W e 5°31'10.62"S, ponto 16A de c.g.a. 55°50'4.68"W e 5°31'12.77"S, ponto 17A de c.g.a. 55°50'4.51"W e 5°31'13.55"S, ponto 18A de c.g.a. 55°50'3.84"W e 5°31'16.71"S, ponto 19A de c.g.a. 55°50'2.88"W e 5°31'20.97"S, ponto 20A de c.g.a. 55°49'57.67"W e 5°31'44.74"S, ponto 21A de c.g.a. 55°49'55.56"W e 5°31'52.45"S, ponto 22A de c.g.a. 55°49'54.51"W e 5°31'53.75"S, ponto 23A de c.g.a. 55°49'53.89"W e 5°31'54.53"S, ponto 24A de c.g.a. 55°49'57.30"W e 5°31'55.38"S, ponto 25A de c.g.a. 55°50'0.63"W e 5°31'55.83"S, ponto 26A de c.g.a. 55°50'1.91"W e 5°31'54.88"S, ponto 27A de c.g.a. 55°50'1.90"W e 5°31'54.18"S, ponto 28A de c.g.a. 55°50'2.45"W e 5°31'52.71"S, ponto 29A de c.g.a. 55°50'2.55"W e 5°31'51.53"S, ponto 30A de c.g.a. 55°50'2.30"W e 5°31'50.26"S, ponto 31A de c.g.a. 55°50'2.44"W e 5°31'48.29"S, ponto 32A de c.g.a. 55°50'2.71"W e 5°31'46.91"S, ponto 33A de c.g.a. 55°50'3.55"W e 5°31'44.83"S, ponto 34A de c.g.a. 55°50'4.15"W e 5°31'42.73"S, ponto 35A de c.g.a. 55°50'4.38"W e 5°31'39.59"S, ponto 36A de c.g.a. 55°50'5.75"W e 5°31'38.02"S, ponto 37A de c.g.a. 55°50'6.36"W e 5°31'35.35"S, ponto 38A de c.g.a. 55°50'5.35"W e 5°31'33.71"S, ponto 39A de c.g.a. 55°50'6.34"W e 5°31'30.91"S, ponto 40A de c.g.a. 55°50'7.14"W e 5°31'29.80"S, ponto 41A de c.g.a. 55°50'7.60"W e 5°31'27.77"S, ponto 42A de c.g.a. 55°50'7.09"W e 5°31'26.14"S, ponto 43A de c.g.a. 55°50'7.10"W e 5°31'24.41"S, ponto 44A de c.g.a. 55°50'8.20"W e 5°31'21.87"S,



ponto 45A de c.g.a. 55°50'8.54"W e 5°31'20.08"S, ponto 46A de c.g.a. 55°50'8.14"W e 5°31'17.17"S, ponto 47A de c.g.a. 55°50'8.44"W e 5°31'15.43"S, ponto 48A de c.g.a. 55°50'9.11"W e 5°31'14.29"S, ponto 49A de c.g.a. 55°50'9.63"W e 5°31'13.13"S, ponto 50A de c.g.a. 55°50'9.78"W e 5°31'10.64"S, ponto 51A de c.g.a. 55°50'9.19"W e 5°31'8.46"S, ponto 52A de c.g.a. 55°50'9.61"W e 5°31'6.96"S, ponto 53A de c.g.a. 55°50'9.63"W e 5°31'4.38"S, ponto 54A de c.g.a. 55°50'10.17"W e 5°31'1.85"S, ponto 55A de c.g.a. 55°50'10.42"W e 5°30'57.10"S, ponto 56A de c.g.a. 55°50'10.30"W e 5°30'54.71"S, ponto 57A de c.g.a. 55°50'9.22"W e 5°30'51.44"S, ponto 58A de c.g.a. 55°50'9.52"W e 5°30'49.28"S, ponto 59A de c.g.a. 55°50'8.63"W e 5°30'43.35"S, ponto 60A de c.g.a. 55°50'9.07"W e 5°30'40.84"S, ponto 61A de c.g.a. 55°50'8.96"W e 5°30'39.26"S, ponto 62A de c.g.a. 55°50'7.40"W e 5°30'34.46"S, ponto 63A de c.g.a. 55°50'2.99"W e 5°30'22.83"S, ponto 64A de c.g.a. 55°50'2.20"W e 5°30'20.56"S, ponto 65A de c.g.a. 55°50'1.16"W e 5°30'18.43"S, ponto 66A de c.g.a. 55°49'58.71"W e 5°30'12.58"S, ponto 67A de c.g.a. 55°49'57.01"W e 5°30'7.45"S, ponto 68A de c.g.a. 55°49'57.50"W e 5°30'4.49"S, ponto 69A de c.g.a. 55°49'58.25"W e 5°30'1.13"S, ponto 70A de c.g.a. 55°49'59.58"W e 5°29'59.72"S, ponto 71A de c.g.a. 55°50'3.14"W e 5°29'56.47"S, ponto 72A de c.g.a. 55°50'10.63"W e 5°29'50.91"S, ponto 73A de c.g.a. 55°50'13.65"W e 5°29'48.43"S, ponto 74A de c.g.a. 55°50'16.49"W e 5°29'45.02"S, ponto 75A de c.g.a. 55°50'18.79"W e 5°29'40.06"S, ponto 76A de c.g.a. 55°50'21.99"W e 5°29'29.52"S, ponto 77A de c.g.a. 55°50'25.03"W e 5°29'24.95"S, ponto 78A de c.g.a.



55°50'35.02"W	e	5°29'14.35"S,	ponto	79A	de	c.g.a.
55°50'38.74"W	e	5°29'10.59"S,	ponto	80A	de	c.g.a.
55°50'40.08"W	e	5°29'7.16"S,	ponto	81A	de	c.g.a.
55°50'41.09"W	e	5°29'2.78"S,	ponto	82A	de	c.g.a.
55°50'42.34"W	e	5°28'57.74"S,	ponto	83A	de	c.g.a.
55°50'44.68"W	e	5°28'50.80"S,	ponto	84A	de	c.g.a.
55°50'46.77"W	e	5°28'47.47"S,	ponto	85A	de	c.g.a.
55°50'49.29"W	e	5°28'42.89"S,	ponto	86A	de	c.g.a.
55°50'51.11"W	e	5°28'40.96"S,	ponto	87A	de	c.g.a.
55°50'55.15"W	e	5°28'37.74"S,	ponto	88A	de	c.g.a.
55°51'3.13"W	e	5°28'32.10"S,	ponto	89A	de	c.g.a.
55°51'4.44"W	e	5°28'31.18"S,	ponto	90A	de	c.g.a.
55°51'9.79"W	e	5°28'28.09"S,	ponto	91A	de	c.g.a.
55°51'16.01"W	e	5°28'25.65"S,	ponto	92A	de	c.g.a.
55°51'17.05"W	e	5°28'25.34"S,	ponto	93A	de	c.g.a.
55°51'35.13"W	e	5°28'19.95"S,	ponto	94A	de	c.g.a.
55°51'38.69"W	e	5°28'18.70"S,	ponto	95A	de	c.g.a.
55°51'43.59"W	e	5°28'15.60"S,	ponto	96A	de	c.g.a.
55°51'47.64"W	e	5°28'10.65"S,	ponto	97A	de	c.g.a.
55°51'49.36"W	e	5°28'7.18"S,	ponto	98A	de	c.g.a.
55°52'4.55"W	e	5°27'33.93"S,	ponto	99A	de	c.g.a.
55°52'8.43"W	e	5°27'28.33"S,	ponto	100A	de	c.g.a.
55°52'14.60"W	e	5°27'23.28"S,	ponto	101A	de	c.g.a.
55°52'27.40"W	e	5°27'15.33"S,	ponto	102A	de	c.g.a.
55°52'38.21"W	e	5°27'7.95"S,	ponto	103A	de	c.g.a.
55°52'41.51"W	e	5°27'2.41"S,	ponto	104A	de	c.g.a.
55°52'42.04"W	e	5°27'0.37"S,	ponto	105A	de	c.g.a.
55°52'41.81"W	e	5°26'48.93"S,	ponto	106A	de	c.g.a.
55°52'42.75"W	e	5°26'45.10"S,	ponto	107A	de	c.g.a.



5

55°52'45.78"W	e	5°26'40.82"S,	ponto	108A	de	c.g.a.
55°52'52.29"W	e	5°26'31.21"S,	ponto	109A	de	c.g.a.
55°52'56.63"W	e	5°26'22.81"S,	ponto	110A	de	c.g.a.
55°52'59.32"W	e	5°26'13.06"S,	ponto	111A	de	c.g.a.
55°53'12.95"W	e	5°24'47.45"S,	ponto	112A	de	c.g.a.
55°53'15.97"W	e	5°24'25.84"S,	ponto	113A	de	c.g.a.
55°53'16.22"W	e	5°24'21.18"S,	ponto	114A	de	c.g.a.
55°53'14.44"W	e	5°24'10.34"S,	ponto	115A	de	c.g.a.
55°53'13.92"W	e	5°24'7.64"S,	ponto	116A	de	c.g.a.
55°53'7.05"W	e	5°24'7.91"S,	ponto	117A	de	c.g.a.
55°52'57.76"W	e	5°24'6.96"S,	ponto	118A	de	c.g.a.
55°52'57.76"W	e	5°24'10.13"S,	ponto	119A	de	c.g.a.
55°52'55.09"W	e	5°24'10.87"S,	ponto	120A	de	c.g.a.
55°53'2.18"W	e	5°24'16.06"S,	ponto	121A	de	c.g.a.
55°53'6.78"W	e	5°24'17.45"S,	ponto	122A	de	c.g.a.
55°53'9.93"W	e	5°24'18.41"S,	ponto	123A	de	c.g.a.
55°53'11.69"W	e	5°24'19.97"S,	ponto	124A	de	c.g.a.
55°53'12.08"W	e	5°24'21.64"S,	ponto	125A	de	c.g.a.
55°53'11.45"W	e	5°24'25.76"S,	ponto	126A	de	c.g.a.
55°53'10.84"W	e	5°24'29.32"S,	ponto	127A	de	c.g.a.
55°52'50.87"W	e	5°26'19.85"S,	ponto	128A	de	c.g.a.
55°52'49.87"W	e	5°26'24.77"S,	ponto	129A	de	c.g.a.
55°52'48.38"W	e	5°26'28.11"S,	ponto	130A	de	c.g.a.
55°52'38.40"W	e	5°26'43.70"S,	ponto	131A	de	c.g.a.
55°52'37.18"W	e	5°26'45.74"S,	ponto	132A	de	c.g.a.
55°52'36.14"W	e	5°26'49.12"S,	ponto	133A	de	c.g.a.
55°52'36.34"W	e	5°27'1.49"S,	ponto	134A	de	c.g.a.
55°52'35.75"W	e	5°27'3.61"S,	ponto	135A	de	c.g.a.
55°52'32.38"W	e	5°27'6.44"S,	ponto	136A	de	c.g.a.





55°52'10.29"W	e	5°27'21.00"S,	ponto	137A	de	c.g.a.
55°52'5.46"W	e	5°27'24.43"S,	ponto	138A	de	c.g.a.
55°52'3.38"W	e	5°27'26.99"S,	ponto	139A	de	c.g.a.
55°51'41.41"W	e	5°28'10.04"S,	ponto	140A	de	c.g.a.
55°51'39.64"W	e	5°28'12.02"S,	ponto	141A	de	c.g.a.
55°51'37.17"W	e	5°28'12.99"S,	ponto	142A	de	c.g.a.
55°51'12.34"W	e	5°28'18.15"S,	ponto	143A	de	c.g.a.
55°51'7.31"W	e	5°28'19.66"S,	ponto	144A	de	c.g.a.
55°50'56.06"W	e	5°28'25.82"S,	ponto	145A	de	c.g.a.
55°50'44.38"W	e	5°28'32.45"S,	ponto	146A	de	c.g.a.
55°50'41.74"W	e	5°28'34.97"S,	ponto	147A	de	c.g.a.
55°50'40.59"W	e	5°28'38.43"S,	ponto	148A	de	c.g.a.
55°50'39.70"W	e	5°28'51.07"S,	ponto	149A	de	c.g.a.
55°50'34.84"W	e	5°29'4.14"S,	ponto	150A	de	c.g.a.
55°50'32.77"W	e	5°29'7.84"S,	ponto	151A	de	c.g.a.
55°50'25.69"W	e	5°29'12.41"S,	ponto	152A	de	c.g.a.
55°50'18.41"W	e	5°29'16.82"S,	ponto	153A	de	c.g.a.
55°50'15.45"W	e	5°29'19.59"S,	ponto	154A	de	c.g.a.
55°50'13.79"W	e	5°29'23.29"S,	ponto	155A	de	c.g.a.
55°50'12.55"W	e	5°29'28.30"S,	ponto	156A	de	c.g.a.
55°50'13.19"W	e	5°29'34.64"S,	ponto	157A	de	c.g.a.
55°50'12.54"W	e	5°29'37.72"S,	ponto	158A	de	c.g.a.
55°50'10.92"W	e	5°29'40.51"S,	ponto	159A	de	c.g.a.
55°50'10.93"W	e	5°29'40.53"S,	ponto	160A	de	c.g.a.
55°50'10.91"W	e	5°29'40.53"S,	ponto	161A	de	c.g.a.
55°50'8.73"W	e	5°29'43.89"S,	ponto	162A	de	c.g.a.
55°50'6.63"W	e	5°29'45.98"S,	ponto	163A	de	c.g.a.
55°49'58.80"W	e	5°29'51.46"S,	ponto	164A	de	c.g.a.
55°49'51.71"W	e	5°29'58.14"S,	ponto	165A	de	c.g.a.



55°49'49.80"W e 5°30'0.85"S, até atingir o ponto 1A, ponto inicial deste perímetro, perfazendo uma área aproximada de 334 ha (trezentos e trinta e quatro hectares); e

II - área B - inicia-se no ponto 1B de coordenadas geográficas aproximadas (c.g.a.) 55°42'31.53"W e 5°56'21.87"S; deste, segue por linhas retas passando pelos pontos: ponto 2B de c.g.a. 55°42'28.01"W e 5°56'30.11"S, ponto 3B de c.g.a. 55°42'26.61"W e 5°56'33.61"S, ponto 4B de c.g.a. 55°42'25.20"W e 5°56'37.09"S, ponto 5B de c.g.a. 55°42'13.72"W e 5°57'5.24"S, ponto 6B de c.g.a. 55°42'9.29"W e 5°57'15.07"S, ponto 7B de c.g.a. 55°42'6.66"W e 5°57'20.87"S, ponto 8B de c.g.a. 55°42'3.50"W e 5°57'30.45"S, ponto 9B de c.g.a. 55°42'0.53"W e 5°57'37.65"S, ponto 10B de c.g.a. 55°41'58.08"W e 5°57'43.63"S, ponto 11B de c.g.a. 55°41'53.14"W e 5°57'55.50"S, ponto 12B de c.g.a. 55°41'32.55"W e 5°58'33.04"S, ponto 13B de c.g.a. 55°41'29.10"W e 5°58'39.27"S, ponto 14B de c.g.a. 55°41'26.97"W e 5°58'43.19"S, ponto 15B de c.g.a. 55°41'26.05"W e 5°58'45.02"S, ponto 16B de c.g.a. 55°41'25.34"W e 5°58'47.31"S, ponto 17B de c.g.a. 55°41'25.16"W e 5°58'50.79"S, ponto 18B de c.g.a. 55°41'26.25"W e 5°59'11.45"S, ponto 19B de c.g.a. 55°41'27.12"W e 5°59'27.62"S, ponto 20B de c.g.a. 55°41'27.48"W e 5°59'34.61"S, ponto 21B de c.g.a. 55°41'28.07"W e 5°59'41.64"S, ponto 22B de c.g.a. 55°41'28.42"W e 5°59'44.72"S, ponto 23B de c.g.a. 55°41'28.28"W e 5°59'46.62"S, ponto 24B de c.g.a. 55°41'27.49"W e 5°59'48.34"S, ponto 25B de c.g.a. 55°41'26.11"W e 5°59'50.05"S, ponto 26B de c.g.a.



55°41'22.87"W e 5°59'54.04"S, ponto 27B de c.g.a.  
 55°41'21.54"W e 5°59'56.62"S, ponto 28B de c.g.a.  
 55°41'20.96"W e 5°59'58.80"S, ponto 29B de c.g.a.  
 55°41'19.96"W e 6°0'3.54"S, ponto 30B de c.g.a.  
 55°41'20.15"W e 6°0'5.01"S, ponto 31B de c.g.a. 55°41'19.15"W  
 e 6°0'7.57"S, ponto 32B de c.g.a. 55°41'18.77"W e 6°0'9.46"S,  
 ponto 33B de c.g.a. 55°41'20.49"W e 6°0'7.67"S, ponto 34B de  
 c.g.a. 55°41'27.35"W e 6°0'1.37"S, ponto 35B de c.g.a.  
 55°41'31.06"W e 5°59'57.07"S, ponto 36B de c.g.a.  
 55°41'32.57"W e 5°59'55.29"S, ponto 37B de c.g.a.  
 55°41'32.80"W e 5°59'54.56"S, ponto 38B de c.g.a.  
 55°41'32.82"W e 5°59'53.50"S, ponto 39B de c.g.a.  
 55°41'32.95"W e 5°59'51.78"S, ponto 40B de c.g.a.  
 55°41'33.18"W e 5°59'49.22"S, ponto 41B de c.g.a.  
 55°41'33.80"W e 5°59'46.28"S, ponto 42B de c.g.a.  
 55°41'33.10"W e 5°59'41.35"S, ponto 43B de c.g.a.  
 55°41'31.28"W e 5°59'21.08"S, ponto 44B de c.g.a.  
 55°41'30.87"W e 5°59'14.28"S, ponto 45B de c.g.a.  
 55°41'30.39"W e 5°59'11.10"S, ponto 46B de c.g.a.  
 55°41'30.79"W e 5°59'11.09"S, ponto 47B de c.g.a.  
 55°41'29.90"W e 5°58'52.90"S, ponto 48B de c.g.a.  
 55°41'29.98"W e 5°58'50.90"S, ponto 49B de c.g.a.  
 55°41'31.01"W e 5°58'46.65"S, ponto 50B de c.g.a.  
 55°41'32.54"W e 5°58'43.56"S, ponto 51B de c.g.a.  
 55°41'33.41"W e 5°58'42.77"S, ponto 52B de c.g.a.  
 55°41'34.47"W e 5°58'41.19"S, ponto 53B de c.g.a.  
 55°41'35.32"W e 5°58'38.52"S, ponto 54B de c.g.a.  
 55°41'39.20"W e 5°58'31.51"S, ponto 55B de c.g.a.  
 55°41'40.01"W e 5°58'30.48"S, ponto 56B de c.g.a.



55°41'42.02"W e 5°58'27.73"S, ponto 57B de c.g.a.  
 55°41'42.95"W e 5°58'24.72"S, ponto 58B de c.g.a.  
 55°41'46.56"W e 5°58'18.19"S, ponto 59B de c.g.a.  
 55°41'50.46"W e 5°58'10.81"S, ponto 60B de c.g.a.  
 55°41'54.09"W e 5°58'3.29"S, ponto 61B de c.g.a. 55°41'55.75"W  
 e 5°58'1.08"S, ponto 62B de c.g.a. 55°41'55.99"W e  
 5°57'59.76"S, ponto 63B de c.g.a. 55°41'56.98"W e  
 5°57'56.70"S, ponto 64B de c.g.a. 55°42'14.46"W e  
 5°57'15.25"S, ponto 65B de c.g.a. 55°42'16.57"W e  
 5°57'10.97"S, ponto 66B de c.g.a. 55°42'17.82"W e 5°57'7.29"S,  
 ponto 67B de c.g.a. 55°42'46.32"W e 5°55'59.68"S, ponto 68B de  
 c.g.a. 55°42'47.32"W e 5°55'57.18" S, ponto 69B de c.g.a.  
 55°42'48.52"W e 5°55'53.02"S, ponto 70B de c.g.a.  
 55°42'49.40"W e 5°55'47.57"S, ponto 71B de c.g.a.  
 55°42'49.05"W e 5°55'44.22"S, ponto 72B de c.g.a.  
 55°42'48.81"W e 5°55'42.22"S, ponto 73B de c.g.a.  
 55°42'47.76"W e 5°55'37.64"S, ponto 74B de c.g.a.  
 55°42'45.25"W e 5°55'28.51"S, ponto 75B de c.g.a.  
 55°42'44.28"W e 5°55'24.86"S, ponto 76B de c.g.a.  
 55°42'43.38"W e 5°55'21.20"S, ponto 77B de c.g.a.  
 55°42'42.92"W e 5°55'17.79"S, ponto 78B de c.g.a.  
 55°42'42.41"W e 5°55'16.99"S, ponto 79B de c.g.a.  
 55°42'40.09"W e 5°55'4.65"S, ponto 80B de c.g.a. 55°42'38.46"W  
 e 5°54'52.20"S, ponto 81B de c.g.a. 55°42'38.47"W e  
 5°54'50.28"S, ponto 82B de c.g.a. 55°42'38.23"W e  
 5°54'49.24"S, ponto 83B de c.g.a. 55°42'38.21"W e  
 5°54'47.78"S, ponto 84B de c.g.a. 55°42'38.13"W e  
 5°54'46.34"S, ponto 85B de c.g.a. 55°42'37.95"W e  
 5°54'45.48"S, ponto 86B de c.g.a. 55°42'37.86"W e



5°54'42.41"S, ponto 87B de c.g.a. 55°42'37.78"W e  
 5°54'40.07"S, ponto 88B de c.g.a. 55°42'37.48"W e  
 5°54'38.29"S, ponto 89B de c.g.a. 55°42'37.59"W e  
 5°54'36.99"S, ponto 90B de c.g.a. 55°42'37.57"W e  
 5°54'34.28"S, ponto 91B de c.g.a. 55°42'37.26"W e  
 5°54'30.55"S, ponto 92B de c.g.a. 55°42'37.34"W e  
 5°54'25.11"S, ponto 93B de c.g.a. 55°42'37.07"W e  
 5°54'22.87"S, ponto 94B de c.g.a. 55°42'37.36"W e  
 5°54'22.29"S, ponto 95B de c.g.a. 55°42'37.31"W e  
 5°54'20.09"S, ponto 96B de c.g.a. 55°42'36.91"W e  
 5°54'16.72"S, ponto 97B de c.g.a. 55°42'36.82"W e  
 5°54'12.95"S, ponto 98B de c.g.a. 55°42'37.05"W e  
 5°54'12.08"S, ponto 99B de c.g.a. 55°42'37.30"W e 5°54'8.98"S,  
 ponto 100B de c.g.a. 55°42'37.20"W e 5°54'7.06"S, ponto 101B  
 de c.g.a. 55°42'36.73"W e 5°54'4.92"S, ponto 102B de c.g.a.  
 55°42'36.90"W e 5°53'59.64"S, ponto 103B de c.g.a.  
 55°42'37.25"W e 5°53'54.37"S, ponto 104B de c.g.a.  
 55°42'37.61"W e 5°53'50.15"S, ponto 105B de c.g.a.  
 55°42'38.11"W e 5°53'41.51"S, ponto 106B de c.g.a.  
 55°42'38.11"W e 5°53'32.86"S, ponto 107B de c.g.a.  
 55°42'38.04"W e 5°53'30.51"S, ponto 108B de c.g.a.  
 55°42'38.44"W e 5°53'30.50"S, ponto 109B de c.g.a.  
 55°42'37.84"W e 5°53'9.76"S, ponto 110B de c.g.a.  
 55°42'37.76"W e 5°53'1.18"S, ponto 111B de c.g.a.  
 55°42'38.26"W e 5°52'50.68"S, ponto 112B de c.g.a.  
 55°42'38.95"W e 5°52'40.65"S, ponto 113B de c.g.a.  
 55°42'39.56"W e 5°52'38.19"S, ponto 114B de c.g.a.  
 55°42'40.05"W e 5°52'35.29"S, ponto 115B de c.g.a.  
 55°42'40.35"W e 5°52'32.89"S, ponto 116B de c.g.a.



55°42'40.48"W e 5°52'32.35"S, ponto 117B de c.g.a.  
 55°42'40.27"W e 5°52'30.73"S, ponto 118B de c.g.a.  
 55°42'40.43"W e 5°52'28.95"S, ponto 119B de c.g.a.  
 55°42'40.72"W e 5°52'27.20"S, ponto 120B de c.g.a.  
 55°42'41.06"W e 5°52'26.81"S, ponto 121B de c.g.a.  
 55°42'41.22"W e 5°52'25.85"S, ponto 122B de c.g.a.  
 55°42'41.14"W e 5°52'24.98"S, ponto 123B de c.g.a.  
 55°42'41.57"W e 5°52'24.12"S, ponto 124B de c.g.a.  
 55°42'41.40"W e 5°52'23.22"S, ponto 125B de c.g.a.  
 55°42'49.52"W e 5°51'36.33"S, ponto 126B de c.g.a.  
 55°42'49.26"W e 5°51'35.48"S, ponto 127B de c.g.a.  
 55°42'52.17"W e 5°51'18.65"S, ponto 128B de c.g.a.  
 55°42'52.76"W e 5°51'17.42"S, ponto 129B de c.g.a.  
 55°42'52.73"W e 5°51'16.61"S, ponto 130B de c.g.a.  
 55°42'53.15"W e 5°51'15.33"S, ponto 131B de c.g.a.  
 55°42'52.95"W e 5°51'14.18"S, ponto 132B de c.g.a.  
 55°42'53.40"W e 5°51'11.58"S, ponto 133B de c.g.a.  
 55°42'55.04"W e 5°51'3.45"S, ponto 134B de c.g.a.  
 55°42'57.14"W e 5°50'55.42"S, ponto 135B de c.g.a.  
 55°42'57.70"W e 5°50'54.50"S, ponto 136B de c.g.a.  
 55°42'57.77"W e 5°50'53.90"S, ponto 137B de c.g.a.  
 55°42'58.08"W e 5°50'53.35"S, ponto 138B de c.g.a.  
 55°42'58.30"W e 5°50'52.39"S, ponto 139B de c.g.a.  
 55°42'58.35"W e 5°50'51.48"S, ponto 140B de c.g.a.  
 55°42'59.19"W e 5°50'48.96"S, ponto 141B de c.g.a.  
 55°43'0.07"W e 5°50'46.45"S, ponto 142B de c.g.a. 55°43'7.29"W  
 e 5°50'26.55"S, ponto 143B de c.g.a. 55°43'8.17"W e  
 5°50'24.86"S, ponto 144B de c.g.a. 55°43'9.28"W e  
 5°50'21.80"S, ponto 145B de c.g.a. 55°43'10.12"W e



5°50'19.67"S, ponto 146B de c.g.a. 55°43'10.18"W e  
 5°50'18.58"S, ponto 147B de c.g.a. 55°43'43.52"W e  
 5°48'46.66"S, ponto 148B de c.g.a. 55°43'44.16"W e  
 5°48'45.86"S, ponto 149B de c.g.a. 55°43'44.59"W e  
 5°48'43.79"S, ponto 150B de c.g.a. 55°44'7.63"W e  
 5°47'40.17"S, ponto 151B de c.g.a. 55°44'8.17"W e  
 5°47'39.58"S, ponto 152B de c.g.a. 55°44'8.17"W e  
 5°47'38.69"S, ponto 153B de c.g.a. 55°44'10.77"W e  
 5°47'31.51"S, ponto 154B de c.g.a. 55°44'11.40"W e  
 5°47'30.72"S, ponto 155B de c.g.a. 55°44'12.53"W e  
 5°47'27.91"S, ponto 156B de c.g.a. 55°44'12.75"W e  
 5°47'27.03"S, ponto 157B de c.g.a. 55°44'12.78"W e  
 5°47'25.96"S, ponto 158B de c.g.a. 55°44'13.67"W e  
 5°47'23.52"S, ponto 159B de c.g.a. 55°44'14.42"W e  
 5°47'22.79"S, ponto 160B de c.g.a. 55°44'15.26"W e  
 5°47'20.35"S, ponto 161B de c.g.a. 55°44'15.30"W e  
 5°47'19.44"S, ponto 162B de c.g.a. 55°44'15.70"W e  
 5°47'18.97"S, ponto 163B de c.g.a. 55°44'16.02"W e  
 5°47'17.93"S, ponto 164B de c.g.a. 55°44'16.19"W e  
 5°47'16.57"S, ponto 165B de c.g.a. 55°44'18.00"W e  
 5°47'11.58"S, ponto 166B de c.g.a. 55°44'19.16"W e  
 5°47'9.43"S, ponto 167B de c.g.a. 55°44'19.25"W e 5°47'8.13"S,  
 ponto 168B de c.g.a. 55°44'25.56"W e 5°46'51.61"S, ponto 169B  
 de c.g.a. 55°44'27.20"W e 5°46'47.52"S, ponto 170B de c.g.a.  
 55°44'27.91"W e 5°46'45.03"S, ponto 171B de c.g.a.  
 55°44'29.13"W e 5°46'41.33"S, ponto 172B de c.g.a.  
 55°44'30.50"W e 5°46'37.21"S, ponto 173B de c.g.a.  
 55°44'32.05"W e 5°46'32.53"S, ponto 174B de c.g.a.  
 55°44'32.62"W e 5°46'28.89"S, ponto 175B de c.g.a.





55°44'32.20"W	e	5°46'26.07"S,	ponto	176B	de	c.g.a.
55°44'31.48"W	e	5°46'23.73"S,	ponto	177B	de	c.g.a.
55°44'30.76"W	e	5°46'21.81"S,	ponto	178B	de	c.g.a.
55°44'30.89"W	e	5°46'20.36"S,	ponto	179B	de	c.g.a.
55°44'30.28"W	e	5°46'19.26"S,	ponto	180B	de	c.g.a.
55°44'29.86"W	e	5°46'18.82"S,	ponto	181B	de	c.g.a.
55°44'26.01"W	e	5°46'6.21"S,	ponto	182B	de	c.g.a.
55°44'24.92"W	e	5°46'2.47"S,	ponto	183B	de	c.g.a.
55°44'23.94"W	e	5°45'58.70"S,	ponto	184B	de	c.g.a.
55°44'24.08"W	e	5°45'57.65"S,	ponto	185B	de	c.g.a.
55°44'23.95"W	e	5°45'56.34"S,	ponto	186B	de	c.g.a.
55°44'23.35"W	e	5°45'56.09"S,	ponto	187B	de	c.g.a.
55°44'22.56"W	e	5°45'52.62"S,	ponto	188B	de	c.g.a.
55°44'22.00"W	e	5°45'49.70"S,	ponto	189B	de	c.g.a.
55°44'20.47"W	e	5°45'41.31"S,	ponto	190B	de	c.g.a.
55°44'20.35"W	e	5°45'38.07"S,	ponto	191B	de	c.g.a.
55°44'19.44"W	e	5°45'33.72"S,	ponto	192B	de	c.g.a.
55°44'18.95"W	e	5°45'29.05"S,	ponto	193B	de	c.g.a.
55°44'17.42"W	e	5°45'20.21"S,	ponto	194B	de	c.g.a.
55°44'17.07"W	e	5°45'16.16"S,	ponto	195B	de	c.g.a.
55°44'17.65"W	e	5°45'12.25"S,	ponto	196B	de	c.g.a.
55°44'18.16"W	e	5°45'10.42"S,	ponto	197B	de	c.g.a.
55°44'23.25"W	e	5°44'53.88"S,	ponto	198B	de	c.g.a.
55°44'24.63"W	e	5°44'49.95"S,	ponto	199B	de	c.g.a.
55°44'25.65"W	e	5°44'46.88"S,	ponto	200B	de	c.g.a.
55°44'26.52"W	e	5°44'43.00"S,	ponto	201B	de	c.g.a.
55°44'27.35"W	e	5°44'39.55"S,	ponto	202B	de	c.g.a.
55°44'27.72"W	e	5°44'36.17"S,	ponto	203B	de	c.g.a.
55°44'34.71"W	e	5°44'3.85"S,	ponto	204B	de	c.g.a.



55°44'37.99"W	e	5°43'50.87"S,	ponto	205B	de	c.g.a.
55°44'42.73"W	e	5°43'34.68"S,	ponto	206B	de	c.g.a.
55°44'43.61"W	e	5°43'32.04"S,	ponto	207B	de	c.g.a.
55°44'44.36"W	e	5°43'28.69"S,	ponto	208B	de	c.g.a.
55°44'45.36"W	e	5°43'25.20"S,	ponto	209B	de	c.g.a.
55°44'46.08"W	e	5°43'24.57"S,	ponto	210B	de	c.g.a.
55°44'46.93"W	e	5°43'24.13"S,	ponto	211B	de	c.g.a.
55°44'46.74"W	e	5°43'23.63"S,	ponto	212B	de	c.g.a.
55°44'48.83"W	e	5°43'20.85"S,	ponto	213B	de	c.g.a.
55°44'49.21"W	e	5°43'19.24"S,	ponto	214B	de	c.g.a.
55°44'49.29"W	e	5°43'15.24"S,	ponto	215B	de	c.g.a.
55°44'49.02"W	e	5°43'13.65"S,	ponto	216B	de	c.g.a.
55°44'49.72"W	e	5°43'12.22"S,	ponto	217B	de	c.g.a.
55°44'50.43"W	e	5°43'12.07"S,	ponto	218B	de	c.g.a.
55°44'49.93"W	e	5°43'11.49"S,	ponto	219B	de	c.g.a.
55°44'50.41"W	e	5°43'9.25"S,	ponto	220B	de	c.g.a.
55°44'50.45"W	e	5°43'8.84"S,	ponto	221B	de	c.g.a.
55°44'50.52"W	e	5°43'8.13"S,	ponto	222B	de	c.g.a.
55°44'42.98"W	e	5°43'6.29"S,	ponto	223B	de	c.g.a.
55°44'42.92"W	e	5°43'6.58"S,	ponto	224B	de	c.g.a.
55°44'22.67"W	e	5°44'35.45"S,	ponto	225B	de	c.g.a.
55°44'21.57"W	e	5°44'38.73"S,	ponto	226B	de	c.g.a.
55°44'18.19"W	e	5°44'43.71"S,	ponto	227B	de	c.g.a.
55°44'16.31"W	e	5°44'47.02"S,	ponto	228B	de	c.g.a.
55°44'15.92"W	e	5°44'48.53"S,	ponto	229B	de	c.g.a.
55°44'15.07"W	e	5°44'52.60"S,	ponto	230B	de	c.g.a.
55°44'14.15"W	e	5°44'55.50"S,	ponto	231B	de	c.g.a.
55°44'12.71"W	e	5°44'57.81"S,	ponto	232B	de	c.g.a.
55°44'10.94"W	e	5°45'2.02"S,	ponto	233B	de	c.g.a.



55°44'9.89"W e 5°45'6.40"S, ponto 234B de c.g.a.  
 55°44'9.07"W e 5°45'9.76"S, ponto 235B de c.g.a. 55°44'8.15"W  
 e 5°45'13.82"S, ponto 236B de c.g.a. 55°44'8.14"W e  
 5°45'16.70"S, ponto 237B de c.g.a. 55°44'14.56"W e  
 5°45'45.62"S, ponto 238B de c.g.a. 55°44'14.80"W e  
 5°45'54.80"S, ponto 239B de c.g.a. 55°44'15.42"W e  
 5°45'59.42"S, ponto 240B de c.g.a. 55°44'16.47"W e  
 5°46'4.39"S, ponto 241B de c.g.a. 55°44'20.95"W e  
 5°46'11.77"S, ponto 242B de c.g.a. 55°44'27.56"W e  
 5°46'30.36"S, ponto 243B de c.g.a. 55°44'27.56"W e  
 5°46'32.52"S, ponto 244B de c.g.a. 55°44'18.44"W e  
 5°46'56.02"S, ponto 245B de c.g.a. 55°44'17.46"W e  
 5°47'0.42"S, ponto 246B de c.g.a. 55°44'13.40"W e  
 5°47'11.97"S, ponto 247B de c.g.a. 55°44'6.62"W e  
 5°47'30.64"S, ponto 248B de c.g.a. 55°44'0.15"W e  
 5°47'48.47"S, ponto 249B de c.g.a. 55°43'43.25"W e  
 5°48'34.95"S, ponto 250B de c.g.a. 55°43'41.86"W e  
 5°48'38.67"S, ponto 251B de c.g.a. 55°43'40.14"W e  
 5°48'43.33"S, ponto 252B de c.g.a. 55°43'38.35"W e  
 5°48'48.30"S, ponto 253B de c.g.a. 55°43'35.80"W e  
 5°48'55.48"S, ponto 254B de c.g.a. 55°43'32.38"W e  
 5°49'4.83"S, ponto 255B de c.g.a. 55°43'22.15"W e  
 5°49'32.86"S, ponto 256B de c.g.a. 55°43'14.58"W e  
 5°49'53.87"S, ponto 257B de c.g.a. 55°43'11.88"W e  
 5°50'1.42"S, ponto 258B de c.g.a. 55°43'9.08"W e 5°50'9.26"S,  
 ponto 259B de c.g.a. 55°43'7.99"W e 5°50'12.32"S, ponto 260B  
 de c.g.a. 55°43'5.42"W e 5°50'19.53"S, ponto 261B de c.g.a.  
 55°42'55.00"W e 5°50'48.58"S, ponto 262B de c.g.a.  
 55°42'49.83"W e 5°51'2.96"S, ponto 263B de c.g.a.



55°42'48.77"W	e	5°51'6.70"S,	ponto	264B	de	c.g.a.
55°42'48.03"W	e	5°51'11.15"S,	ponto	265B	de	c.g.a.
55°42'47.65"W	e	5°51'13.49"S,	ponto	266B	de	c.g.a.
55°42'43.45"W	e	5°51'39.46"S,	ponto	267B	de	c.g.a.
55°42'43.44"W	e	5°51'39.46"S,	ponto	268B	de	c.g.a.
55°42'41.35"W	e	5°51'52.81"S,	ponto	269B	de	c.g.a.
55°42'40.14"W	e	5°52'0.33"S,	ponto	270B	de	c.g.a.
55°42'35.83"W	e	5°52'26.99"S,	ponto	271B	de	c.g.a.
55°42'35.17"W	e	5°52'31.14"S,	ponto	272B	de	c.g.a.
55°42'33.61"W	e	5°52'40.98"S,	ponto	273B	de	c.g.a.
55°42'33.06"W	e	5°52'45.03"S,	ponto	274B	de	c.g.a.
55°42'32.60"W	e	5°52'51.29"S,	ponto	275B	de	c.g.a.
55°42'32.43"W	e	5°53'3.15"S,	ponto	276B	de	c.g.a.
55°42'32.38"W	e	5°53'7.12"S,	ponto	277B	de	c.g.a.
55°42'32.31"W	e	5°53'10.04"S,	ponto	278B	de	c.g.a.
55°42'32.14"W	e	5°53'22.78"S,	ponto	279B	de	c.g.a.
55°42'32.22"W	e	5°53'52.84"S,	ponto	280B	de	c.g.a.
55°42'32.00"W	e	5°54'37.66"S,	ponto	281B	de	c.g.a.
55°42'32.10"W	e	5°54'52.84"S,	ponto	282B	de	c.g.a.
55°42'32.29"W	e	5°54'55.36"S,	ponto	283B	de	c.g.a.
55°42'34.69"W	e	5°55'5.43"S,	ponto	284B	de	c.g.a.
55°42'36.12"W	e	5°55'10.70"S,	ponto	285B	de	c.g.a.
55°42'40.81"W	e	5°55'28.18"S,	ponto	286B	de	c.g.a.
55°42'43.27"W	e	5°55'37.67"S,	ponto	287B	de	c.g.a.
55°42'44.18"W	e	5°55'41.28"S,	ponto	288B	de	c.g.a.
55°42'44.90"W	e	5°55'45.66"S,	ponto	289B	de	c.g.a.
55°42'45.16"W	e	5°55'49.63"S,	ponto	290B	de	c.g.a.
55°42'44.46"W	e	5°55'52.08"S,	ponto	291B	de	c.g.a.
55°42'42.85"W	e	5°55'55.05"S,	ponto	292B	de	c.g.a.



55°42'38.45"W e 5°56'3.92"S, ponto 293B de c.g.a. 55°42'34.69"W e 5°56'14.33"S, até atingir o ponto 1B, ponto inicial deste perímetro, perfazendo uma área aproximada de 528 ha (quinhentos e vinte e oito hectares).

§ 1º A área de que trata o *caput* deste artigo é destinada aos leitos e às faixas de domínio da EF-170 e da BR-163.

§ 2º Uma vez instalada a ferrovia de que trata o § 1º deste artigo, as frações das áreas discriminadas no *caput* deste artigo que não forem efetivamente utilizadas serão reintegradas ao Parque Nacional do Jamanxim por efeito desta Lei, mediante ato do Poder Executivo federal, dispensado o disposto no § 2º do art. 22 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 3º O disposto no art. 2º desta Lei não exime o empreendedor da prévia obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações com os órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e com os demais órgãos da administração pública federal, necessários à efetivação das obras e atividades relativas à implantação e à operação da EF-170.

Art. 4º Fica criada a Área de Proteção Ambiental Rio Branco, no Município de Trairão, no Estado do Pará, unidade de conservação de uso sustentável com o objetivo de proteger os mananciais, regular o uso dos recursos hídricos e ordenar e regularizar o processo de ocupação na região, garantindo-se o uso racional dos recursos naturais, excluindo este perímetro do Parque Nacional do Jamanxim de que trata o § 2º do art. 2º do Decreto de 13 de fevereiro de 2006, compreendido o polígono discriminado pelo memorial descritivo constante do parágrafo



único deste artigo, com área aproximada de 101.270 ha (cento e um mil duzentos e setenta hectares).

Parágrafo único. Inicia-se a descrição deste perímetro no ponto 01 de c.g.a. 05°29'45"S e 55°32'15"Wgr., localizado na foz de um afluente sem denominação da margem direita do Rio Aruri Grande e correspondendo ao ponto P-6 do memorial descritivo da Floresta Nacional de Altamira; deste ponto, segue a montante pela margem esquerda do referido afluente até o ponto 02 de c.g.a. 5°29'1"S e 55°33'21"Wgr., localizado em sua cabeceira; deste ponto, segue em linha reta até o ponto 03 de c.g.a. 5°28'39"S e 55°34'8"Wgr., localizado em um afluente sem denominação da margem direita do Rio Aruri Grande; deste ponto, segue a montante pela margem esquerda do referido afluente até o ponto 04 de c.g.a. 05°24'08"S e 55°31'15"Wgr., localizado em sua cabeceira e correspondendo ao ponto P-7 do memorial descritivo da Floresta Nacional de Altamira; deste ponto, segue em linha reta até o ponto 05 de c.g.a. 05°24'07"S e 55°26'30"Wgr., correspondendo ao ponto 08 do memorial descritivo da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, constante do Decreto de 8 de novembro de 2004; deste ponto, segue por linhas retas, passando pelos seguintes pontos: 06 de c.g.a. 5°24'1"S e 55°26'40"Wgr., 07 de c.g.a. 5°23'57"S e 55°26'51"Wgr., 08 de c.g.a. 5°23'58"S e 55°27'2"Wgr., 09 de c.g.a. 5°23'49"S e 55°27'11"Wgr., 10 de c.g.a. 5°23'36"S e 55°27'16"Wgr., 11 de c.g.a. 5°23'27"S e 55°27'23"Wgr., 12 de c.g.a. 5°23'24"S e 55°27'34"Wgr., 13 de c.g.a. 5°23'19"S e 55°27'44"Wgr., 14 de c.g.a. 5°23'15"S e 55°27'56"Wgr., 15 de c.g.a. 5°23'7"S e 55°28'5"Wgr., 16 de c.g.a. 5°23'1"S e 55°28'17"Wgr., 17 de c.g.a. 5°22'57"S e 55°28'27"Wgr., 18 de



c.g.a. 5°22'48"S e 55°28'34"Wgr., 19 de c.g.a. 5°22'43"S e 55°28'44"Wgr., 20 de c.g.a. 5°22'35"S e 55°28'52"Wgr., 21 de c.g.a. 5°22'23"S e 55°28'56"Wgr., 22 de c.g.a. 5°22'19"S e 55°29'8"Wgr., 23 de c.g.a. 5°22'15"S e 55°29'20"Wgr., 24 de c.g.a. 5°22'2"S e 55°29'20"Wgr., 25 de c.g.a. 5°21'52"S e 55°29'19"Wgr., 26 de c.g.a. 5°21'42"S e 55°29'14"Wgr., 27 de c.g.a. 5°21'32"S e 55°29'7"Wgr., 28 de c.g.a. 5°21'22"S e 55°29'1"Wgr., 29 de c.g.a. 5°21'9"S e 55°28'53"Wgr., 30 de c.g.a. 5°20'59"S e 55°28'47"Wgr., 31 de c.g.a. 5°20'45"S e 55°28'43"Wgr., 32 de c.g.a. 5°20'33"S e 55°28'46"Wgr., 33 de c.g.a. 5°20'28"S e 55°28'59"Wgr., 34 de c.g.a. 5°20'23"S e 55°29'10"Wgr., 35 de c.g.a. 5°20'11"S e 55°29'15"Wgr., 36 de c.g.a. 5°20'0"S e 55°29'11"Wgr., 37 de c.g.a. 5°19'46"S e 55°29'9"Wgr., 38 de c.g.a. 5°19'32"S e 55°29'7"Wgr., 39 de c.g.a. 5°19'20"S e 55°29'13"Wgr., 40 de c.g.a. 5°19'10"S e 55°29'17"Wgr., 41 de c.g.a. 5°18'58"S e 55°29'21"Wgr., 42 de c.g.a. 5°18'53"S e 55°29'31"Wgr., 43 de c.g.a. 5°18'50"S e 55°29'41"Wgr., 44 de c.g.a. 5°18'41"S e 55°29'51"Wgr., 45 de c.g.a. 5°18'22"S e 55°30'0"Wgr., 46 de c.g.a. 5°18'8"S e 55°30'8"Wgr., 47 de c.g.a. 5°17'50"S e 55°30'1"Wgr., 48 de c.g.a. 5°17'45"S e 55°30'24"Wgr., 49 de c.g.a. 5°17'44"S e 55°30'37"Wgr., 50 de c.g.a. 5°17'41"S e 55°30'56"Wgr., 51 de c.g.a. 5°17'34"S e 55°31'11"Wgr., 52 de c.g.a. 5°17'24"S e 55°31'45"Wgr., 53 de c.g.a. 5°17'17"S e 55°32'14"Wgr., 54 de c.g.a. 5°17'13"S e 55°32'27"Wgr., 55 de c.g.a. 5°17'4"S e 55°32'52"Wgr., 56 de c.g.a. 5°17'12"S e 55°33'10"Wgr., 57 de c.g.a. 5°17'21"S e 55°33'34"Wgr., 58 de c.g.a. 5°17'23"S e 55°33'57"Wgr., 59 de c.g.a. 5°17'36"S e 55°34'24"Wgr., 60 de c.g.a. 5°17'46"S e 55°34'54"Wgr., 61 de c.g.a. 5°17'48"S e





55°35'23"Wgr., 62 de c.g.a. 5°17'42"S e 55°35'56"Wgr., 63 de c.g.a. 5°17'20"S e 55°35'52"Wgr., 64 de c.g.a. 5°17'10"S e 55°36'1"Wgr., 65 de c.g.a. 5°17'0"S e 55°36'5"Wgr., 66 de c.g.a. 5°16'46"S e 55°36'8"Wgr., 67 de c.g.a. 5°16'43"S e 55°36'34"Wgr., cravado na cabeceira de um afluente do Rio Branco sem denominação; deste, segue a jusante até o ponto 68 de c.g.a. 5°11'26"S e 55°47'57"Wgr., localizado na sua Barra com o Rio Branco; deste ponto, segue a jusante pela margem esquerda do Rio Branco até o ponto 69, de c.g.a. 5°24'5"S e 55°51'59"Wgr., localizado na sua foz no Rio Aruri Grande; deste, segue o Rio a Aruri Grande a montante até o ponto 01 onde se deu início a estes limites, perfazendo uma área de 101.270 ha (cento e um mil duzentos e setenta hectares).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,            de maio de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000 - Lei do SNUC - 9985/00

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;9985>

- parágrafo 2º do artigo 22



# CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DA MATÉRIA

Data início	Data fim	Tipo de tramitação
20/12/2016		Publicação no DOU
	06/02/2016	Emendas (6 dias após a publicação)
	26/02/2017	Prazo na CD (até 28º dia)
26/02/2017		Recebimento previsto no SF
27/02/2017	12/03/2017	Prazo no SF (42º dia)
12/03/2017		Se modificado, devolução à CD
13/03/2017	15/03/2017	Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD (43º ao 45º dia)
16/03/2017		Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de
30/03/2017		Prazo final no Congresso Nacional (60 dias)
	29/05/2017	Prazo final prorrogado



# Proposta de Emenda à Constituição nº 64/2016



Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 2016, do Senador Jorge Viana e outros Senadores, que altera a Constituição Federal, para tornar imprescritíveis os crimes de estupro.

Parecer favorável nº 23, de 2017, da CCJ, Relatora: Senadora Simone Tebet.

A matéria constará da Ordem do Dia durante três sessões deliberativas, em fase de discussão em segundo turno, quando poderão ser oferecidas emendas que não envolvam o mérito.

Primeira sessão de discussão da Proposta, em segundo turno.

Não há oradores.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.



# Proposta de Emenda à Constituição nº 2/2017



Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2017, do Senador Eunício Oliveira e outros Senadores, que estabelece os Tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.

Parecer favorável nº 33, de 2017, da CCJ, Relator ad hoc: Senador Eduardo Amorim.

Quarta sessão de discussão da Proposta, em primeiro turno.

Não há oradores.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa, para prosseguimento da discussão.





## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*  
**Bloco-PP** - Roberto Muniz\* (S)  
**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*  
**Bloco-PSB** - Romário\*\*

### Maranhão

**PMDB** - Edison Lobão\*  
**PMDB** - João Alberto Souza\*  
**Bloco-PSB** - Roberto Rocha\*\*

### Pará

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*  
**PMDB** - Jader Barbalho\*  
**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PTB** - Armando Monteiro\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*  
**Bloco-PSB** - Fernando Bezerra Coelho\*\*

### São Paulo

**PMDB** - Aírton Sandoval\* (S)  
**PMDB** - Marta Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - José Serra\*\*

### Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*  
**PMDB** - Zeze Perrella\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*\*

### Goiás

**Bloco-PSB** - Lúcia Vânia\*  
**Bloco-PP** - Wilder Morais\* (S)  
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-PR** - Cidinho Santos\* (S)  
**Bloco-PSD** - José Medeiros\* (S)  
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PP** - Ana Amélia\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**Bloco-PSD** - Lasier Martins\*\*

### Ceará

**PMDB** - Eunício Oliveira\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*  
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*  
**PMDB** - Raimundo Lira\* (S)  
**PMDB** - José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSDB** - Ricardo Ferraço\*  
**PMDB** - Rose de Freitas\*\*

### Piauí

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*  
**Bloco-PT** - Regina Sousa\* (S)  
**PMDB** - Elmano Férrer\*\*

### Rio Grande do Norte

**PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*  
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PSDB** - Dalirio Beber\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*  
**PMDB** - Dário Berger\*\*

### Alagoas

**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*  
**PMDB** - Renan Calheiros\*  
**Bloco-PTC** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Bloco-PSDB** - Eduardo Amorim\*  
**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

### Amazonas

**PMDB** - Eduardo Braga\*  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*  
**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*\*

### Paraná

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*  
**PMDB** - Roberto Requião\*  
**Bloco-PV** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Bloco-PT** - Jorge Viana\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*  
**Bloco-PP** - Gladson Cameli\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSC** - Pedro Chaves\* (S)  
**PMDB** - Waldemir Moka\*  
**PMDB** - Simone Tebet\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PPS** - Cristovam Buarque\*  
**PMDB** - Hélio José\* (S)  
**S/Partido** - Reguffe\*\*

### Rondônia

**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*  
**PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*\*

### Tocantins

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*  
**PMDB** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*  
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*\*

### Roraima

**Bloco-PDT** - Ângela Portela\*  
**PMDB** - Romero Jucá\*  
**Bloco-PTB** - Telmário Mota\*\*



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

### (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

#### PMDB - 22

Airton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

#### Bloco Social Democrata - 16

##### PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

#### Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

##### PP-7 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

#### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

##### PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

#### Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

##### PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

#### Bloco Moderador - 9

##### PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

##### PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

#### S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023



## **COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA**

### **PRESIDENTE**

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

### **1º VICE-PRESIDENTE**

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

### **2º VICE-PRESIDENTE**

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

### **1º SECRETÁRIO**

José Pimentel - (PT-CE)

### **2º SECRETÁRIO**

Gladson Cameli - (PP-AC)

### **3º SECRETÁRIO**

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

### **4º SECRETÁRIO**

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

## **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

**1º** Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

**2º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)

**3º** Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

**4º** Cidinho Santos - (PR-MT)



## COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p><b>PMDB - 22</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> (106,123)</p> <p>Vice-Líderes Kátia Abreu (124) Valdir Raupp (125)</p>	<p><b>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16</b></p> <p><b>Líder</b> <b>José Agripino - DEM</b> (32,52)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (74,85,112) Davi Alcolumbre (75,87,129) Ataídes Oliveira (78)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b> <b>Paulo Bauer</b> (104)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferraço (74,85,112)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b> <b>Ronaldo Caiado</b> (99)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b> <b>Alvaro Dias</b> (17,66)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wilder Moraes - PP</b> (39,122,133)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (107) Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PP - 7</b> <b>Benedito de Lira</b> (107)</p> <p><b>Líder do PSD - 5</b> <b>Omar Aziz</b> (45,100)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Gleisi Hoffmann - PT</b> (56,60,65,83,114,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,30,116) Lindbergh Farias (28,57,63,89,126) Regina Sousa (35)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 9</b> <b>Gleisi Hoffmann</b> (56,60,65,83,114,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (25,43,55,62,127) Lindbergh Farias (28,57,63,89,126)</p> <p><b>Líder do PDT - 2</b> <b>Acir Gurgacz</b> (8,30,116)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</b></p> <p><b>Líder</b> <b>João Capiberibe - PSB</b> (1,11,115)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (51,69) Vanessa Grazziotin (15,20)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSB - 7</b> <b>Fernando Bezerra Coelho</b> (102,132)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,111)</p> <p><b>Líder do PPS - 1</b> <b>Cristovam Buarque</b> (64)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (15,20)</p> <p><b>Líder do REDE - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (19,23,91)</p>	<p><b>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PR</b> (42,46,108)</p> <p>Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,61,84,105,128)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 2</b> <b>Armando Monteiro</b> (97)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Vicentinho Alves</b> (101)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (109)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Pedro Chaves</b> (110)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (81,95)</p> <p><b>Líder do PTC - 1</b> <b>Fernando Collor</b> (5,6,67,70)</p>
<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Romero Jucá - PMDB</b> (120)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,132) José Medeiros (12,14,18,88,130) Davi Alcolumbre (75,87,129) Wilder Moraes (39,122,133) Flexa Ribeiro (134) Sérgio Petecão (10,131)</p>	<p><b>Majoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> (106,123)</p>	<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> (16,22,50,53,79,90,113)</p>

### Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSMEDEI).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
22. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).





65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
70. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Ronaldo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
100. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
101. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
105. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 24.03.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 2º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).  
127. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).  
128. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).  
129. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).  
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).  
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).  
132. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).  
133. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).  
134. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).



**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)  
**RELATOR:** Senador José Maranhão (PMDB-PB)

**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)  
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)  
Senador José Maranhão (PMDB-PB)  
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)  
Senador Paulo Rocha (PT-PA)  
Senador Lasier Martins (PSD-RS)  
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)  
Senador Jorge Viana (PT-AC)  
Senador Hélio José (PMDB-DF)  
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)  
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(1)</sup>

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 ( Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)  
Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 ( Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)  
Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 ( Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)  
Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 ( Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

**Notas:**

\* Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

\*\* Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

\*\*\* Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



### 3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

**Finalidade:** Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

**Instalação:** 08/11/2016

**Prazo final:** 22/12/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)</b>	
VAGO	1. VAGO
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
VAGO	1.
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
VAGO	1. VAGO

**Secretário(a):** Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

**Telefone(s):** 33034854

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



**4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS****Finalidade:** Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****RELATOR:****Prazo final prorrogado:** 15/08/2017

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) <sup>(1)</sup>	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>	4.

**Notas:**

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



## 5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros: 23**

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

### MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

#### Notas:

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\*. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.  
\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.  
\*\*\*\*\*. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.  
\*\*\*\*\*. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.  
\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br





## 6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

**Número de membros:** 20

**PRESIDENTE:** Mauro Campbell Marques

**VICE-PRESIDENTE:** João Geraldo Piquet Carneiro

**RELATOR:** José Antonio Dias Toffoli

**Leitura:** 19/08/2015

**Instalação:** 02/09/2015

**Prazo final:** 11/04/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

### MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helene Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

#### Notas:

\*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

\*\* O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helene Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 33033501

**E-mail:** coceti@senado.gov.br



## COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

### 1)CPI DA PREVIDÊNCIA

**Finalidade:** Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(6)</sup>

**RELATOR:** Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(6)</sup>

**Leitura:** 21/03/2017

**Instalação:** 26/04/2017

**Prazo final:** 08/09/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
Senadora Rose de Freitas (ES) <sup>(5)</sup>	1. Senador Dário Berger (SC) <sup>(5)</sup>
Senador Hélio José (DF) <sup>(5)</sup>	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)</b>	
VAGO <sup>(2,7)</sup>	1.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(4)</sup>	

**Notas:**

- Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).
- Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).
- Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).
- Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).
- Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).
- Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).
- Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

**Secretário(a):** Felipe Geraldês - Adjunto Marcelo Assaife

**Telefone(s):** 61 33034854

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 2)CPI DOS MAUS-TRATOS

**Finalidade:** Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

**Leitura:** 25/04/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>PMDB</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
	1.
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
	1.
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(7)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senadora Kátia Abreu <sup>(6)</sup>	1. Senador Eduardo Braga <sup>(6,9)</sup>
Senador Roberto Requião <sup>(6,9)</sup>	2. Senador Romero Jucá <sup>(6)</sup>
Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(6)</sup>	3. Senador Elmano Férrer <sup>(6)</sup>
Senador Raimundo Lira <sup>(6)</sup>	4. Senador Waldemir Moka <sup>(6)</sup>
Senadora Simone Tebet <sup>(6)</sup>	5.
Senador Valdir Raupp <sup>(6)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	6. <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(3)</sup>	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(3)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(3)</sup>	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(3)</sup>
Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(3)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(6)</sup>
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	2. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(2)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(4)</sup>	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4,10)</sup>	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(8,10)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(5)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,11,12)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(5)</sup>	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataide Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034544

**E-mail:** cae@senado.leg.br





## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1.

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(13)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José <sup>(8)</sup>	1. Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(8)</sup>
Senador Waldemir Moka <sup>(8,11)</sup>	2. Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>
Senadora Marta Suplicy <sup>(8)</sup>	3. Senador Romero Jucá <sup>(8)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(8,14)</sup>	4. Senador Edison Lobão <sup>(8)</sup>
Senador Airtton Sandoval <sup>(8,12)</sup>	5. Senadora Rose de Freitas <sup>(14)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>	3. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(6)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(6)</sup>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(6)</sup>	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(6)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(9)</sup>	3. Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(9)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(9)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3)</sup>	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(3)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3)</sup>	2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4)</sup>	1. Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(4)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(7)</sup>	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(7)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(7)</sup>	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(7)</sup>

### Notas:

\*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).

**Secretário(a):** Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(1)</sup>	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(1)</sup>	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) <sup>(1)</sup>
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(1)</sup>	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(1)</sup>
Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(6)</sup>	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6,19)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(6)</sup>	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6,17,18)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(6)</sup>	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(6,11,13,19)</sup>
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(6,17)</sup>	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(6)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(6,19)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(6)</sup>	6. VAGO <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(3,12)</sup>
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(3,15)</sup>	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(9)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(9)</sup>	5. Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(20)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(5)</sup>	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(5)</sup>
Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(5,14)</sup>
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(5)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4)</sup>	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(4)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(2,16)</sup>
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(2,10)</sup>	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(2,10)</sup>
Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(2)</sup>	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lidice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br





### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** scomcej@senado.gov.br



### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE****Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senadora Simone Tebet <sup>(7)</sup>	1. Senador Valdir Raupp <sup>(7)</sup>
Senador Dário Berger <sup>(7)</sup>	2. Senador Hélio José <sup>(7)</sup>
Senadora Marta Suplicy <sup>(7)</sup>	3.
Senador José Maranhão <sup>(7)</sup>	4.
Senador Raimundo Lira <sup>(7)</sup>	5.
Senador João Alberto Souza <sup>(7)</sup>	6.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(4)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(4)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(4)</sup>	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>	4. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(4)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(4)</sup>	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>	6.
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(1)</sup>	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(6)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(1)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(1,9)</sup>	3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(6)</sup>	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(6)</sup>	5.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(5)</sup>
Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(5)</sup>	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(5)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(5)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(2)</sup>	1. Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(2)</sup>
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(2)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup>
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2)</sup>	3.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(3)</sup>	1. Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(3)</sup>
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(3,8)</sup>	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(3)</sup>
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(3)</sup>	3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(8,10,11)</sup>

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPPO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS**

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br





**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(13)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(19)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José <sup>(11)</sup>	1. Senador Aírton Sandoval <sup>(11,14)</sup>
Senador Renan Calheiros <sup>(11)</sup>	2. Senador Dário Berger <sup>(11)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(11)</sup>	3.
Senador Valdir Raupp <sup>(11,14)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(7,9)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7,9)</sup>	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(2)</sup>
Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(2,10)</sup>	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(3)</sup>
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(6,15)</sup>	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(6,17,18)</sup>
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(6)</sup>	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(6,12,16)</sup>

**Notas:**

\*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airtón Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).

**Secretário(a):** Airtón Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:30min -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Regina Sousa (PT-PI)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
VAGO (6,10)	1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)	2.
Senador Hélio José (6)	3.
VAGO (6,9)	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO (1,8)	1.
VAGO (1,11)	2.
VAGO (1,12)	3.
VAGO (7,14)	4.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PSB-RJ) (2)	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

### Notas:

\*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



## **6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO**

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(9)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Edison Lobão <sup>(7)</sup>	1. Senador Renan Calheiros <sup>(7,13)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(7)</sup>	2. Senador Valdir Raupp <sup>(7)</sup>
Senador Roberto Requião <sup>(7,13)</sup>	3. Senador Hélio José <sup>(7)</sup>
Senador Romero Jucá <sup>(7)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(5)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(5)</sup>
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5)</sup>	2. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(5)</sup>	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(5)</sup>	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(2)</sup>	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(2)</sup>	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(8)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(2,12)</sup>	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(11)</sup>
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(8)</sup>	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(12)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(6)</sup>	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(6)</sup>
Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(6)</sup>	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(4)</sup>	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(3)</sup>	1. VAGO <sup>(3,10,14,15)</sup>
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(3)</sup>	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(3)</sup>

### Notas:

\*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. n° 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. n° 29/2017-BLOMOD).

11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. n° 106/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

**Secretário(a):** Alvaro Araujo Souza

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br



**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI****Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Renan Calheiros <sup>(7)</sup>	1. Senador Hélio José <sup>(7)</sup>
Senador Eduardo Braga <sup>(7)</sup>	2. Senadora Kátia Abreu <sup>(7,9,10)</sup>
Senador Romero Jucá <sup>(7)</sup>	3. Senadora Rose de Freitas <sup>(7)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(7)</sup>	4. Senador Jader Barbalho <sup>(7)</sup>
Senador Raimundo Lira <sup>(7)</sup>	5. Senador Valdir Raupp <sup>(10)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(3)</sup>	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(3)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(3)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(3)</sup>	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(3)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(2)</sup>	1. Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(6)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(2,8,11)</sup>	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(2)</sup>	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(4)</sup>
Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(4)</sup>	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(4)</sup>
Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(4)</sup>	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(1)</sup>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(1)</sup>	2.
	3.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(5)</sup>
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(5)</sup>	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,12,13)</sup>
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>	3. Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286



### **8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



#### 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Designação:** 20/05/2015

**Instalação:** 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(13)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Hélio José <sup>(8,14)</sup>	1. Senador Romero Jucá <sup>(8)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(8)</sup>	2. Senadora Simone Tebet <sup>(8,14)</sup>
Senador Waldemir Moka <sup>(8,10)</sup>	3. Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>
Senador João Alberto Souza <sup>(8)</sup>	4. Senador Dário Berger <sup>(8)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,12)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(4,12)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(4)</sup>	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>	3. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(4)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(4)</sup>	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>
VAGO <sup>(5,11)</sup>	2. VAGO <sup>(7,15)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7,15)</sup>	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(3)</sup>
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(3)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>	1.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(2)</sup>	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(6)</sup>	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(6)</sup>
VAGO <sup>(6,16)</sup>	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(6)</sup>

### Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).

15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).

16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30min -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



## **9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



## **9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



### **9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(8)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Waldemir Moka <sup>(6)</sup>	1. Senadora Rose de Freitas <sup>(6)</sup>
Senador Elmano Férrer <sup>(6)</sup>	2. Senador Romero Jucá <sup>(6)</sup>
Senador Valdir Raupp <sup>(6)</sup>	3.
Senador Dário Berger <sup>(6)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(4)</sup>	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(4)</sup>	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(7)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(3)</sup>
Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(3)</sup>	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(2)</sup>	1.
VAGO <sup>(2,9)</sup>	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) <sup>(5,10,11)</sup>
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).



**Secretário(a):** Marcello Varella  
**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -  
**Telefone(s):** 3303 3506  
**Fax:** 3303 1017  
**E-mail:** cra@senado.gov.br



### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506/3321

**Fax:** 3311-1017

**E-mail:** scomcra@senado.gov.br



## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Waldemir Moka <sup>(8)</sup>	1. Senador Airtton Sandoval <sup>(10)</sup>
VAGO <sup>(8,12)</sup>	2. Senador Hélio José <sup>(11)</sup>
Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>	3.
Senador João Alberto Souza <sup>(8)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1,15)</sup>	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
VAGO <sup>(1,14)</sup>	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) <sup>(1,15)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7)</sup>
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(4)</sup>	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(7)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(2)</sup>
Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(9)</sup>	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(3)</sup>
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO <sup>(5,13)</sup>	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>
Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(5)</sup>	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(5)</sup>

### Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº 013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº 023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).

15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8h:30min -

**Telefone(s):** 61 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



### **11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**Finalidade:** Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8h:30min -

**Telefone(s):** 61 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(8)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(8)</sup>**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Valdir Raupp <sup>(3)</sup>	1. Senadora Kátia Abreu <sup>(6)</sup>
Senador Hélio José <sup>(3)</sup>	2.
Senador João Alberto Souza <sup>(3,6,9)</sup>	3.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(7)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(2)</sup>	1.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>	1. VAGO <sup>(5,10)</sup>

**Notas:**

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

**Secretário(a):** Bruno Souza de Barros**Telefone(s):** 3303 1095**E-mail:** csf@senado.leg.br

### 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(12)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) <sup>(12)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>PMDB</b>	
Senador Renan Calheiros <sup>(10)</sup>	1.
Senador Airtton Sandoval <sup>(10)</sup>	2.
Senador Dário Berger <sup>(10)</sup>	3.
Senador Romero Jucá <sup>(10)</sup>	4.
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(4)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>
Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(4)</sup>	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(11)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(6)</sup>
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(7)</sup>
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(6)</sup>	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(7)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(9)</sup>	1.
Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(9)</sup>	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(1)</sup>	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(2,13)</sup>	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(3)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(8,15,16)</sup>	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(16)</sup>
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(8,14)</sup>	2.

**Notas:**

\*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).

**Secretário(a):** Raimundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:30min -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** [ctfc@senado.leg.br](mailto:ctfc@senado.leg.br)



<b>CONSELHOS e ÓRGÃOS</b>
---------------------------

**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1.
VAGO	2.
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>	
VAGO	

Atualização: 03/02/2017

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



**3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** <sup>(1)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO (2,3,4,5,6)

**Atualização:** 08/02/2017**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

\*\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N ° 54/2016-BLOMOD.
4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. n° 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of.n° 0054/2016-BLOMOD.
6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



**4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

<b>MEMBROS</b>
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
<b>PMDB</b>
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** (9,10,11,12)**VICE-PRESIDENTE:** (9)**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS	
	<b>PMDB</b>
	VAGO
	<b>PT</b>
	VAGO (2)
	<b>PSDB</b>
	VAGO
	<b>PSB</b>
	VAGO
	<b>PDT</b>
	VAGO
	<b>PR</b>
	VAGO (3,4,5,6,7,8,13,14)
	<b>PSD</b>
	VAGO (3,4,5,6,7,8,14)
	<b>DEM</b>
	VAGO (3,4,5,6,7,8,14)
	<b>PP</b>
	VAGO (3,4,5,6,7,8,14)
	<b>PTB</b>
	VAGO (10,12)
	<b>PPS</b>
	VAGO (3,4,5,6,7,8,14)
	<b>PCdoB</b>
	VAGO (3,4,5,6,7,8,14)
	<b>PSC</b>
	VAGO (3,4,5,6,7,8,14)
	<b>PRB</b>
	VAGO (1,15,16,17,18)
	<b>REDE</b>
	VAGO

**Atualização:** 01/06/2017**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

4. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

5. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

6. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
7. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
8. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
9. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
10. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
11. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
13. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
14. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
15. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
16. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
17. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
18. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



## 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:** (7,8)  
**VICE-PRESIDENTE:** (2)

**1ª Designação:** 30/11/2010  
**2ª Designação:** 14/03/2011  
**3ª Designação:** 21/03/2012  
**4ª Designação:** 11/03/2013  
**5ª Designação:** 20/05/2014  
**6ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS	
	<b>PMDB</b>
	VAGO
	<b>PT</b>
	VAGO
	<b>PSDB</b>
	VAGO
	<b>PSB</b>
	VAGO
	<b>PDT</b>
	VAGO
	<b>PR</b>
	VAGO
	<b>PSD</b>
	VAGO
	<b>DEM</b>
	VAGO (3)
	<b>PP</b>
	VAGO
	<b>PTB</b>
	VAGO
	<b>PPS</b>
	VAGO
	<b>PCdoB</b>
	VAGO
	<b>PSC</b>
	VAGO
	<b>PRB</b>
	VAGO (1,4,5,6,9,10,11)
	<b>REDE</b>
	VAGO

**Atualização:** 11/11/2015

**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.º 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcello Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
9. O Senador Marcelo Crivella renunciou ao mandato de Senador da República devido a sua posse como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 01.01.2017.
10. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.º 002/2017-LIDPRB.
11. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO
<b>Representante da sociedade civil organizada</b>
VAGO
<b>Pesquisador com produção científica relevante</b>
VAGO
<b>Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente</b>
VAGO

Atualização: 31/01/2015



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br



**8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** <sup>(3)</sup>**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO <sup>(2,4,5,6)</sup>
<b>PSOL</b>
VAGO <sup>(1)</sup>

**Atualização:** 18/10/2016**Notas:**

\* Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

\*\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** <sup>(2)</sup>

**1ª Designação:** 20/12/2013

**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO <sup>(3)</sup>
<b>PP</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO <sup>(1,4,5,6,7)</sup>
<b>REDE</b>
VAGO

**Atualização:** 11/11/2015

### Notas:

\*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

<b>SENADOR</b>	<b>BLOCO / PARTIDO</b>
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

**12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)*

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



**13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(3)</sup>

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

<b>MEMBROS</b>	
<b>PMDB</b>	
	Senadora Simone Tebet (MS)
<b>PT</b>	
	Senadora Fátima Bezerra (RN)
<b>PSDB</b>	
	Senador Antonio Anastasia (MG)
<b>PSB</b>	
	Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
<b>PDT</b>	
	Senador Reguffe (S/Partido-DF)
<b>PR</b>	
	Senador Wellington Fagundes (MT)
<b>PSD</b>	
	Senador Sérgio Petecão (AC)
<b>DEM</b>	
	Senador Wilder Morais (PP-GO)
<b>PP</b>	
	Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>	
	VAGO <sup>(2)</sup>
<b>PPS</b>	
	Senador José Medeiros (PSD-MT)
<b>PCdoB</b>	
	Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>	
	Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
<b>PRB</b>	
	Senador Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1,4,5,6)</sup>
<b>REDE</b>	
	Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 29/11/2016

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro(Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>





3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL**  
*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)*

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do  
RISF):**

---



**15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO***(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR***(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

## 17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

*(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** (2)  
**VICE-PRESIDENTE:** (2)

**1ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO (1)
<b>PDT</b>
VAGO
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PPS</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO (3)
<b>PRB</b>
VAGO (4,5,6,7)
<b>PSB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PTB</b>
VAGO
<b>REDE</b>
VAGO

**Atualização:** 01/06/2016

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**

**Endereço:** Anexo II, térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA***(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

<b>MEMBROS</b>
<b>PMDB</b>
<b>PT</b>
<b>PSDB</b>
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
<b>DEM</b>
<b>PP</b>
<b>PTB</b>
<b>PPS</b>
<b>PCdoB</b>
<b>PSC</b>
<b>PRB</b>
<b>REDE</b>
<b>PV</b>
<b>PTC</b>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

